

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas Departamento de Antropologia

**Programa de Pós-Graduação em Antropologia com Área de Concentração em
Arqueologia**



Tese

**Uma arqueologia do inferno. Misoginia e feminização através do
aparato material da Ditadura em Porto Alegre/RS (1964/1985)**

Jocyane Ricelly Baretta

Pelotas, 2020

Jocyane Ricelly Baretta

**Uma arqueologia do inferno. Misoginia e feminização através do
aparato material da Ditadura em Porto Alegre/RS (1964/1985)**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia com Área de Concentração em Arqueologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Arqueologia.

Orientadora: Dra. Loredana Ribeiro

Pelotas, 2020

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

B248a Baretta, Jocyane Ricelly

Uma arqueologia do inferno : misoginia e feminização através do aparato material da ditadura em Porto Alegre/RS (1964/1985) / Jocyane Ricelly Baretta ; Loredana Ribeiro, orientadora. — Pelotas, 2020.

213 f.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

1. Arqueologia. 2. Ditadura brasileira. 3. Crítica feminista. I. Ribeiro, Loredana, orient. II. Título.

CDD : 930.1

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Jocyane Ricelly Baretta

Uma arqueologia do inferno. Misoginia e feminização através do aparato material da Ditadura em Porto Alegre/RS (1964/1985)

Tese aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Arqueologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia com Área de concentração em Arqueologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 11 de maio de 2020.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Loredana Ribeiro (Orientadora)

Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo.

Prof. Dra. Beatriz Valladão Thiesen

Doutora em História, com ênfase em Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Prof. Dra Caroline Bauer

Doutora em História pelo Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof. Dra. Camila de Azevedo de Moraes Wichers

Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo.

Prof. Dr. Rafael da Silva Noletto

Doutor em Ciência Social pela Universidade de São Paulo.

Às mulheres que lutaram e as que carregam a rebeldia de existir.

E ainda, às pessoas que enfrentaram a Ditadura, de diferentes formas, que puderam ou não narrar suas histórias.

AGRADECIMENTOS

Estamos em meio a essa loucura de pandemia de Corona-Vírus, de isolamento, de desgoverno, de barbaridades, descaso com a vida das pessoas, de ganância, da exacerbação de ideias ultraconservadoras e fascistas, de 56º aniversário do Golpe de 1964, de desemprego (me incluo nessa fila). Enfim, o mundo está virado em um pandemônio, onde, forçadamente, estou aprendendo a viver um dia de cada vez, reconhecendo privilégios que facilitam a vida nesse momento de caos e que me permitem estar aqui, na balbúrdia, finalizando essa tese. Esses últimos quatro anos foram paradigmáticos na minha vida porque tive acesso às reflexões feministas, as quais conduziram meu processo, intenso, de voltar à vida. Agradeço imensamente todas as pessoas que cruzaram o meu caminho e que contribuíram para muitos aprendizados e que, de alguma forma, reverberou neste texto.

Agradeço ao PPGAnt, seu corpo docente, às secretárias Thaíse Schaun e Aline Pereira, toda(o)s os funcionária(o)s, trabalhadora(e)s, que mantém aquela estrutura, bem como a Capes pelo financiamento da pesquisa.

À minha orientadora, Dra. Loredana Ribeiro, por me acolher e me ensinar tanto! Foi um período intenso, de descobertas que transformaram minha vida. Com amor e afeto a semente da rebeldia está bem adubada e regada! Gracias, mulher!!!!

Às pessoas adoráveis que sempre estiveram comigo nessa jornada: minha amiga-irmã Fernanda Tocchetto, agradeço a parceria de vida! E, de quebra, a sua família linda que me acolheu: Eli, Caetano, Potira e Elisa, obrigada! Sem esquecer do José Alberione, sempre presente com proza, chimarrão e muita risada!

Às amiga(o)s incríveis que a vida me trouxe: Luísa D'Ávila (a quem agradeço também os desenhos, mapas e plantas); Juliana Pozzo, Carlinhos e as cria Luna e Malú; Bibiana Domingues; Maria Maccari; Marcelo Lazarotti; Clóvis Schimitz; Paula Finn; Ana Graef (Aninha); Chando; Mariana Neumann; Lucas André; Beatriz Costa. Muito obrigada pela parceria e por me ajudarem a segurar essa marimba. Com muita cerveja, é claro! Gracias!

Nori; Fausto; aos Palomares de Freitas: Diego, Marcelo, Pablo e Diogo; Ivan Dinis; Ana Carolina; Gilbert Brandão; César Mendes; Bianca Costa; Mariléa Almeida; amiga(o)s querida(o)s que a distância não apaga o amor e afeto dessa velharada!

À Valéria Silva, Juliana Santi, Eclésia Nascimento, Márcia Hattori, Rafael Abreu pelo grande aprendizado que foi a convivência com vocês.

À família toda que está em Mato Grosso: irmãos, cunhadas, sobrinhas, sobrinha(o)s neta(o)s e a gente toda que se aproximou. Obrigada! Amo vocês, ainda que alguns discordem das minhas posturas políticas!

Mãe, descobri que toda minha força veio de você! Te amo!

Yuri, filho amado, uma dádiva nesta vida! Te amo!

Ricardo Antônio Paludo, um amor dialético que cruzou o meu caminho, literalmente. Agora sua companhia é fundamental! Aprendo muito contigo, gosto muito das nossas trocas, leituras e reflexões, parceiraço de vida! Te amo!

Resumo

Uma arqueologia do inferno. Misoginia e feminização através do aparato material da Ditadura em Porto Alegre/RS (1964/1985)

Esta é uma pesquisa sobre as dinâmicas do funcionamento do meio material repressivo utilizado pela Ditadura em Porto Alegre/RS (1964-1985) e a relevância do sistema de gênero no aparato ideológico que o sustentou. Baseada em um instrumental teórico feminista descolonial e interseccional, discuto a arquitetura da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, da Ilha do Presídio e do DOPS/RS, assim como relatos de pessoas presas pela Ditadura nesses locais, com o objetivo de identificar os eixos de opressão que operaram como dispositivos punitivos sobre os corpos das pessoas confinadas. Intento, igualmente, produzir uma narrativa que valorize as histórias de mulheres que lutaram contra a Ditadura, ao mesmo tempo apontando como gênero, de antemão, as identificava como especialmente perigosas ao regime.

Palavras Chave: Ditadura Brasileira. Arqueologia. Crítica Feminista

Abstract

An archeology of hell. Misogyny and feminization through the material apparatus of the Dictatorship in Porto Alegre / RS (1964/1985)

This is a research on the functioning dynamics of the repressive material environment used by the Dictatorship in Porto Alegre / RS (1964-1985) and the relevance of the gender system in the ideological apparatus that sustained it. Based on a decolonial and intersectional feminist theoretical framework, I discuss the architecture of the Penitenciária Feminina Madre Pelletier, Ilha do Presídio and DOPS / RS, as well as reports of people arrested by the Dictatorship in these places, with the objective of identifying the axes of oppression that operated as punitive devices on the bodies of confined people. I also intend to produce a narrative that values the stories of women who fought against the Dictatorship, while pointing out how gender, in advance, identified them as especially dangerous to the regime.

Key words: Brazilian Dictatorship. Archaeology. Feminist Criticism

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Levantamento aerofotogramétrico de 1956.....	73
Figura 2 Vista dos fundos da PFMP com a circulação até as celas da solitária. Fonte: Google Maps, 2018.....	74
Figura 3 Vista frontal da PFMP e à direita, vista dos fundos com indicação área do isolamento. Fonte: Google Maps, 2018.....	74
Figura 4 Vista das celas em direção aos fundos da PFMP (MAPA DA REPRESSÃO, 2014).....	75
Figura 5 Vista do prédio em direção às celas (MAPA DA REPRESSÃO, 2014).....	75
Figura 6 Vista do pátio para as celas das presas políticas. Foto: José Doval/ Jornal Correio do Povo/Acervo, 1982.	77
Figura 7 Vista do prédio para cela das presas políticas ao fundo à esquerda (MAPA DA REPRESSÃO, 2014).....	77
Figura 8 Vista do pátio das celas para o prédio da prisão ao fundo (MAPA DA REPRESSÃO, 2014).....	81
Figura 9 Retorno das celas em direção ao prédio principal, base da guarita, à esquerda (MAPA DA REPRESSÃO, 2014).....	81
Figura 10 Vista a partir das celas para a entrada do isolamento, 2014.....	85
Figura 11 Porta de entrada do pátio do isolamento, 2014.....	85
Figura 12 Portas das celas, 2014.....	86
Figura 13 Largura da porta da cela, 2014	86
Figura 14 Largura da cela, em detalhe a marca no piso onde ficava a privada no chão, 2014.	86
Figura 15 Espaço interno, comprimento de "uma cama de solteiro", 2014.....	86
Figura 16 Celas da solitária posteriormente usadas como canil, com uma maternidade de cães. Foto Bernardo Jardim/Sul 21, 2012.....	88
Figura 17 Vista aérea da Ilha do Presídio. Prédio com telhado em quatro águas ocupado pela Casa da Guarda e, ao fundo, a prisão coberta por uma laje de concreto. No lado esquerdo da Casa da Guarda está a laje dos jogos de futebol. Fonte: Jornal Correio do Povo, sem data.....	96
Figura 18 Inscrições nas paredes da cela que era ocupada presos comuns. Foto: Jocyane Baretta, 2014.	96

Figura 19 Corredor das celas dos presos políticos, janela de iluminação ao fundo. Fotos: Jocyane Baretta e Alberto Tavares, 2014.	105
Figura 20 Vista a partir do acesso à cela dos presos comuns, ao fundo, a área onde ficava a cozinha dos presos políticos. Foto: Marcelo Lazzarotti, 2014.	107
Figura 21 Cela destinada aos presos comuns. À direita a porta que liga ao acesso que antecede a cela. Foto: Jocyane baretta e Alberto Tavares, 2014.	107
Figura 22 Reportagem Jornal Zero Hora 06/04/1981 capa, pgs.34-35. Acervo Museu de Comunicação Hipólito Jose da Costa. Fonte: Processo de tombamento da ilha/IPHAE/RS, 2014 p. 239-241.	109
Figura 23 Localização área ocupada pelas presas políticas na PFMP. Desenho Luísa D'Ávila, 2018.	135
Figura 24 Prontuário de presa política DOPS/RS. Acervo da Repressão Política no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.	142
Figura 25 Imagens do pátio das celas de isolamento cedidas por Vera Stringuini (1971). Essas fotos foram tiradas pelo filho de Vera em um dia de visita. Fonte: (Maria Eduarda MAGRO, 2020 p. 73).	144
Figura 26 Capela Bom Pastor (1968). Foto: Alberto E. (Valeska CONTI, 2017).	150
Figura 27 Instituto Feminino de Readaptação Social (vista fundos, década de 1960). Foto: Pedro Flores (Valeska CONTI, 2017).	150
Figura 28 Dormitório (1980). Foto: Alberto Etchart Fonte: Jornal Correio do Povo (Valeska CONTI,2017).	150
Figura 29 Corredor das celas (1980) Foto: Mauro Mattos. Fonte: Jornal Correio do Povo (Valeska CONTI, 2017).	150
Figura 30 Sanitários da Penitenciária Madre Pelletier (1980) Foto: Mauro Mattos. Fonte: Jornal Correio do Povo (Valeska CONTI, 2017).	151
Figura 32 Fachada frontal Palácio da Polícia, antigo DOPS. Fonte: acervo pessoal, 2017.	164
Figura 33 Vista de satélite do Palácio da Polícia. Fonte: www.google.com.br acesso em janeiro de 2017.	164
Figura 34 Planta do Instituto Santa Luzia de 1947. Desenho: Luísa D'Ávila, 2017.	167
Figura 35 Vista de satélite do Palácio da Polícia, observar forma em U do espaço edificado. Fonte: www.google.com.br acesso em janeiro de 2017.	167

LISTA DE PLANTAS

Planta 1 Espaços utilizados pela Ditadura: PFMP; Ilha do Presídio e DOPS/RS. Desenho: Luísa D'Ávila, março 2020.	21
Planta 2 Croqui da paisagem prisional e das formas edificadas na PFMP. Desenho Luísa D'Ávila, 2018.....	72
Planta 3 Comparação entre os levantamentos aero fotométricos de 1956 e 1982 com imagem de satélite atual. Desenho: Luísa D'Ávila, 2018.....	78
Planta 4 Planta Topográfica da Ilha das Pedras Brancas. Fonte: IPHAE/RS, 2014..	97
Planta 5 Ocupação do presídio político por Paulo de Tarso Carneiro. Em detalhe a área ocupada pelos presos comuns. Fonte: Processo de tombamento da Ilha - IPHAE/RS, 2014.....	106
Planta 6 Recorte da planta de ocupação da Ilha por Paulo de Tarso Carneiro (1970/71). Escala 1/300. Fonte: Processo de tombamento da Ilha, IPHAE/RS, 2014 p. 281.	139
Planta 7 Planta sobreposta do Instituto Santa Luzia (1947) com os relatos. Desenho: Luísa D'Ávila, 2017.	171

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Pessoas assistidas pela instituição.	61
Tabela 2 População carcerária: apenadas X presas políticas.....	62
Tabela 3 Perfil das presas políticas.....	64
Tabela 4 Distribuição espacial entre prisões.....	140
Tabela 5 Legenda da sobreposição d\ planta do Instituto Santa Luzia (1947) e relatos.	172

LISTA DE DESENHOS

Desenho 1 Hierarquia que determina o lugar dos corpos na perspectiva institucional.	101
Desenho 2 Croqui da prisão elaborado pelo ex preso político José Fidelis Augusto Sarno. Fonte: Processo de Indenização Política/APERS, 1998.....	112
Desenho 3 Croqui do isolamento da PFMP desenhado pela ex presa Vera Durão (2019). À direita com identificação dos espaços, sem escala. Fonte: (Maria Eduarda MAGRO, 2020 p. 71).....	138
Desenho 4 Hierarquia que define o lugar dos corpos: Ilha e PFMP na perspectiva institucional.....	154
Desenho 5 Hierarquia dos corpos: Ilha e PFMP, na perspectiva interna.	156

LISTA DE SIGLAS

AI-5:	Ato Institucional nº 5
ANL	Ação Nacional Libertadora
AP	Ação Popular
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
CCDs:	Centros Clandestinos de Detenção
CCDT	Centro Clandestino de Detenção e Tortura
CDT	Centro de Detenção e Tortura
Ceba	Centro de Estudos Brasil-África
Cecan	Centro de Cultura e Arte Negra
CEMDP	Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos
CFMDP	Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS/RS	Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FBI	Federal Bureau of Investigation
FDA	Food and Drug Administration
Funai	Fundação Nacional do Índio
GGB	Grupo Gay da Bahia

GOE	Grupo de Operações Especiais
GRIN	Guarda Rural Índigena
GTA	Grupo de Trabalho Araguaia
GTT	Grupo de Trabalho Tocantins
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IMENA	Instituto de Mulheres Negras do Amapá/AP
IML	Instituto Médico Legal
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
IPCN	Instituto de Pesquisas das Culturas Negras
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (RS)
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Intersex e mais
LSN	Lei de Segurança Nacional
M3G	Marx, Mao Marighella e Guevara
MNR	Movimento Nacional Revolucionário
MNU	Movimento Negro Unificado
MR-26	Movimento Revolucionário 26 de Março
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
NZINGA	Coletivo de Mulheres Negras/RJ
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPSINF	operações psicoinformativas
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro

PCPOA	Presídio Central de Porto Alegre, atual Cadeia Pública de Porto Alegre
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFMP	Penitenciária Feminina Madre Pelletier
POC	Partido Operário Comunista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
REMUNIA	Reunião de Mulheres Negras
SESME	Serviço Estadual do Menor
Sinba:	Sociedade de Intercâmbio Brasil-África
SNI	Serviço Nacional de Inteligência
SOPS	Seções de Ordem Política Social
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
TDE	Terrorismo de Estado
TVCOM	TV Comunidade
UGAPOCI	União Gaúcha de Policiais Civis
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

Introdução.....	20
Caminhos trilhados	29
A Ditadura brasileira	32
Uma arqueologia feminista da Ditadura - algumas reflexões	37
Subversividades em ação: população negra, população LGBTI+, povos indígenas, mulheres da militância organizada e a Ditadura	44
CAPÍTULO 1 - Freiras, putas e cadelas: Penitenciária Feminina Madre Pelletier (PFMP) e a Ditadura.....	54
1.1 Conventos, cadeias, criminologia e colonialidade de gênero	59
1.2 Inapropriadas ficam fora	67
1.2.1 Entendendo as formas.....	71
1.2.2 Percebendo o Espaço	82
1.3 Cada uma no seu lugar	88
CAPÍTULO 2 – Os homens na baleia e as bases epistêmicas do sistema prisional brasileiro, uma análise do período da ditadura	91
2.1 Arquitetura e a objetificação de corpos.....	95
2.1.2 “tratávamos todos, <i>com a devida precaução</i> , como pessoas e não como bichos” – os presos comuns na percepção dos presos políticos .	113
2.2 Uma presa oculta, duas musas na parede e a futura presidenta deposta do país.....	122
CAPÍTULO 3 – Gênero, sistema prisional e sistema repressivo ditatorial- violências emaranhadas.....	128
3.1 O tratamento das mulheres e dos homens. Objetificação das pessoas pelo aparato repressor.....	135
3.2 Domesticidade às recuperáveis e isolamento às sórdidas	149
CAPÍTULO 4 – “Ali começa o inferno”. Sobre emasculação, feminização e materialização da misoginia nas práticas de tortura no DOPS/RS	157

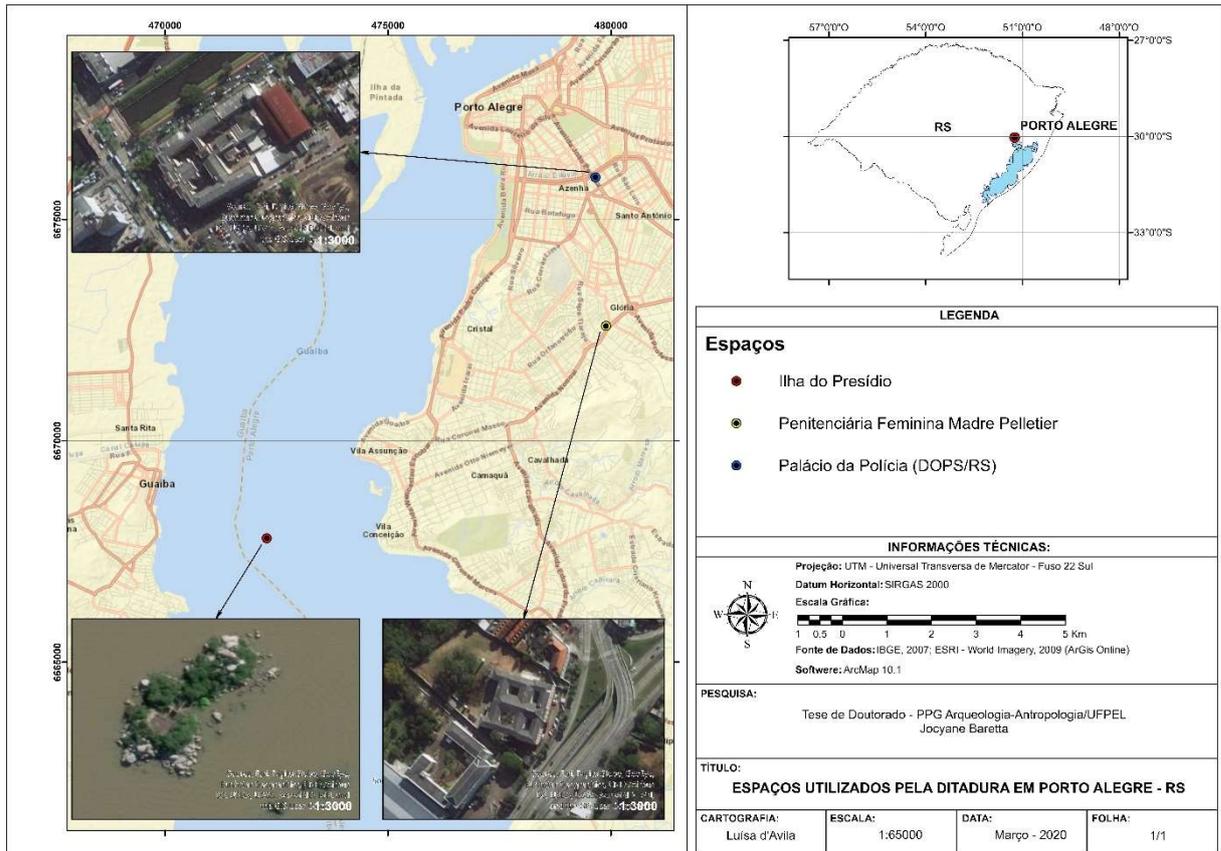
4.1 Arqueologia da arquitetura e sistemas repressivos – limites e apagamentos em perspectiva crítica feminista.....	160
4.2 Gênero, misoginia e o mundo material da repressão	163
Considerações finais	188
Referências	194
ANEXOS	204

Introdução

Vergonha. Esta é a palavra ideal para iniciar essa nossa conversa. Confesso que esse sentimento sempre esteve presente na minha trajetória acadêmica. Desde quando consegui, com muito custo, atravessar a porta estreita da universidade, que depois virou um gigante na minha frente, havia a sensação de inadequação. Era como se a bagagem que eu carregava comigo fosse pequena demais e insuficiente para que eu pudesse absorver todo aquele conhecimento que estava sendo oferecido. Por muitas vezes, só conseguia sentir vergonha. Mas eu queria muito estar ali, porque fui ensinada que, para alguém como eu, filha de mãe dona de casa que só frequentou a escola até o terceiro ano do ensino fundamental e de pai analfabeto, aquele era o único caminho a seguir. Hoje sei que isso não é verdade, esse é apenas um caminho possível. Entretanto, esse caminho de estudos me ensinou a perceber e reconhecer as opressões cotidianas que as mulheres pobres sofrem e, além disso, pude aprender a ver meus privilégios enquanto pessoa branca vivendo numa sociedade racista. É deste lugar que eu falo, porque esses sentimentos de humilhação, de vergonha e de raiva, transformaram-se em mote para querer entrar cada vez mais na “barriga do monstro” e me utilizar dessa estrutura para dizer, no mínimo, que é possível não ser assim!

É preciso aprender a nomear onde estamos e onde não estamos, narrar sobre a vida, sobre modos específicos de ver, que significa dar a conhecer sobre modos de vida. Adoto aqui uma noção de ciência enquanto retórica, intencional e feita pela ação de atores sociais e com finalidades explícitas (Donna HARAWAY, 1995)¹. Tenho o objetivo de compreender as dinâmicas do funcionamento repressivo, bem como identificar o aparato ideológico que sustentou a última Ditadura. Nesse sentido, busco compreender como o sistema repressivo se utilizou do aparato estatal, por meio do uso de espaços da secretaria de segurança pública, como delegacias, onde estava inserido o DOPS/RS, e instituições prisionais, como a Ilha do Presídio e a PFMP, que são os espaços de prisão em Porto Alegre/RS, trabalhados nessa pesquisa (ver Planta 1).

¹ Informo que não sigo a padronização de citações exigidas pela ABNT com o objetivo político de visibilidade da(o)s autora(e)s com a(o)s quais dialogo.



Planta 1 Espaços utilizados pela Ditadura: PFMP; Ilha do Presídio e DOPS/RS. Desenho: Luísa D'Ávila, março 2020.

O DOPS/RS² foi um Centro de Detenção e Tortura largamente utilizado pelo aparato repressor para receber mulheres e homens considerados subversiva(o)s e submetida(o)s a prisões, sequestros, torturas, etc. Também é minha intenção entender os significados do uso de duas estruturas arquitetônicas projetadas para atuarem como instituições totais³ (Erwing GOFFMAN, 1974) que foram reutilizadas pelo regime autoritário, sendo um convento que virou cadeia, a Penitenciária Feminina Madre Pelletier (PFMP), e uma escola para pessoas com deficiência ocupada pela Secretaria de Segurança Pública e, conseqüentemente, pela sede do DOPS/RS. A

² O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi criado ainda no Estado Novo, na década de 1920, e tinha a função de controle social para assegurar e disciplinar a ordem no país. Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) foi um órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro durante a Ditadura, o qual tinha sua filosofia de atuação pautada na Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

³ Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde muitos indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade por considerável período, levam uma vida fechada e formalmente administrada, como as prisões, conventos, hospitais, etc. (Erving GOFFMAN, 1974 p.11).

Ilha do Presídio, localizada entre Porto Alegre e o município de Guaíba, foi um espaço de prisão que possuía a especificidade de ter uma edificação construída pelo Exército para guardar pólvora no século XIX, que se tornou, nos anos 1930, um laboratório de vacinas para pestes suínas e, posteriormente, prisão comum e política. A ideia foi traçar um perfil da intenção social, da linha cognitiva que projetou edificações com essas características, na cidade de Porto Alegre, e avançar na compreensão sobre as lógicas de atuação do Estado Ditatorial ao ocupá-las; bem como refletir sobre as formas de resistência que as pessoas privadas de liberdade articulavam para sobreviver a estas ações.

As fontes utilizadas nesta pesquisa correspondem a relatos pessoais ou de familiares, disponíveis nos Processos de Indenização Política, gerados pela Lei 11.042/1997 e que indenizou (com no máximo trinta mil reais) as pessoas atingidas pela Ditadura no Rio Grande do Sul; estes documentos estão depositados no Arquivo Público Estadual (APERS). Cabe lembrar que estes relatos são parte de processos judiciais. Nesse sentido é importante problematizar o contexto específico de produção dos relatos, enquanto experiências pessoais que foram transformadas em evidências dos processos que, por sua vez, tinham como objetivo a comprovação da participação na luta contra a Ditadura de forma direta, comumente ligada às organizações de esquerda. Utilizo também narrativas de livros de memórias⁴ de pessoas que publicizaram suas vivências nesse enfrentamento. Além disso, tive acesso aos Prontuários dos Presos Políticos registrados pelo DOPS/RS, depositados no Arquivo Histórico de Rio Grande do Sul; ao pronunciamento do Deputado Jacques de Ornelas na Câmara em Brasília em 1984, disponível na biblioteca online da Câmara Federal. Também tive acesso ao relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurado pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do sul, em 1966, para apuração do assassinato do preso político Manuel Raimundo Soares. As pessoas são apresentadas através de uma mini biografia, elaborada com o objetivo de personificar a(o)s sujeita(o)s, trazendo uma fotografia e informações sobre profissão, idade e

⁴ Trabalhar memórias enquanto fonte significa considerar diferentes campos de tensões que dizem respeito à constituição da(o)s sujeita(o)s e sua intenção perante o ato de lembrar, em diferentes momentos. Assim, entendendo que memórias são negociações entre lembrar e esquecer, de acordo com a subjetividade de cada indivíduo(o) enquanto parte constitutiva da(o)s sujeita(o)s que produzem relatos, em especial quando se refere à passados traumáticos. Este tema foi abordado em minha dissertação de mestrado (Jocyane BARETTA, 2015).

período de prisão da(o)s que passaram pelos espaços repressivos aqui estudados, a qual está anexada ao final da tese. As pessoas que possuem relatos citados com mais frequência estão apresentadas no corpo do texto.

Por que trabalhar com memórias e relatos prontos? Porque são fontes documentais já existentes. Não me senti confortável em utilizar recursos da história oral para obter relatos exclusivos das pessoas que já o fizeram muitas vezes. Por isso resolvi trabalhar com testemunhos disponíveis, pois eles possuem um grande potencial enquanto recurso documental, a partir dos quais trato as memórias sobre as experiências pessoais no enfrentamento direto à Ditadura, em uma perspectiva feminista, como uma forma de criar uma consciência histórica e crítica sobre o período. Isto significa que minha pretensão foi “trabalhar para vincular narrativas pessoais, com o conhecimento de como devemos agir politicamente para mudar e transformar o mundo” (bell hooks, 2019 p.229). Além disso, a vantagem de se trabalhar com conteúdo já existente possibilitou fazer um pequeno apanhado crítico sobre quais memórias estão disponíveis e por quê. Que tipo de conhecimento está sendo produzido, quem são os protagonistas sobre esse período de nossa história em Porto Alegre/RS?

Estudar a Ditadura em uma perspectiva de gênero significa também escrever sobre homens, porque mulheres precisam falar sobre homens em uma perspectiva feminista, como incentiva bell hooks (2019):

Quando pesquisadoras escrevem sobre homens, tal trabalho altera a relação sujeito/objeto que tem sido um sinal de nosso estado de exploradas/oprimidas. Nossa perspectiva pode fornecer um discernimento crítico e único, além de nos conectar intimamente com a luta do dia a dia de todas as mulheres que procuram criar um espaço de diálogo com homens, um espaço que não seja moldado pela dominação. Em vez de focar nos homens considerando-os objetos, a pesquisa feminista sobre homens feita por mulheres se caracteriza por sua política de resistência à dominação, por ser humanizadora e libertadora (bell hooks, 2019 p. 271).

Nesse sentido minha narrativa sobre a história de mulheres, que sentiram na pele as ações repressivas do Governo Ditatorial, vai muito além de escrever sobre violência em centros de detenção e tortura. Intento perceber suas relações com o mundo material, enquanto sujeitas que romperam paradigmas e sofreram as consequências por assumir um ponto de vista. São mulheres protagonistas de suas vidas e histórias, que um dia lutaram por liberdade dentro de uma lógica de

funcionamento social, embasada em valores capitalistas da modernidade neocolonial. É minha intenção escrever sobre esses processos sempre partindo de uma autorreflexão ruminante, que foi retroalimentando os passos dessa narrativa. É sobre assumir posicionamento para falar de outras formas de viver e ver o mundo, permitindo a ação política de quebrar paradigmas, de produzir conhecimento crítico e responsável, nomeando aquilo que somos e vemos.

Nesta jornada, procuro seguir o caminho apontado por Jota Mombaça (2016), escrevendo que a norma nunca é nomeada e

Nomear a norma é o primeiro passo rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência, porque a norma é o que não se nomeia, e nisso consiste seu privilégio. A não-marcação é o que garante às posições privilegiadas (normativas) seu princípio de não questionamento, isto é: seu conforto ontológico, sua habilidade de perceber a si como norma e ao mundo como espelho. Em oposição a isso, “o outro” – diagrama de imagens de alteridade que conformam as margens dos projetos identitários dos “sujeitos normais” – é hipermercado, incessantemente traduzido pelas analíticas do poder e da racialidade, simultaneamente invisível como sujeito e exposto enquanto objeto. Nomear a norma é devolver essa interpelação e obrigar o normal a confrontar-se consigo próprio, expor os regimes que o sustentam, bagunçar a lógica de seu privilégio, intensificar suas crises e desmontar sua ontologia dominante e controladora (Jota Mombaça, 2016 p.11).

Fazer ciência tem um significado de responsabilidade e de potência, ou seja, falo de assumir a responsabilidade de poder ver, de olhar para dentro e enxergar capacidades de construir conhecimento crítico a partir de escolhas e movimentos que não são despretensiosos, em especial quanto à opção por este tema de pesquisa. Justamente, graças às minhas motivações pessoais é que procuro elaborar reflexões constantes sobre possíveis violências e distorções incutidas na minha própria prática de visualização.

Os feminismos são um instrumento de percepção, são as lentes e amplificadores que mediam perspectivas, neste caso, de mulheres subjugadas pelo aparato repressivo. Nesse sentido, assumir uma perspectiva é buscar a produção de conhecimento localizado, ter uma atitude política de posicionamento responsável, ou seja, não significa uma relação de identificação total com sujeitas e sujeitos de pesquisa, mas uma relação de objetividade situada, de conexão parcial e de posicionamento crítico. Assim, o “eu cognoscente é parcial em todas as suas formas, nunca acabado, completo, dado ou original; é sempre construído e alinhavado de

maneira imperfeita e, portanto, capaz de juntar-se ao outro, de ver junto sem pretender ser o outro” (Donna HARAWAY, 1995, p. 26).

É a partir das experiências de homens e mulheres que se dedicaram à luta organizada contra Ditadura, de seu protagonismo na luta contra o governo ditatorial, observadas através de uma arqueologia feminista da Ditadura, que intento reconhecer a persistência de formas de violência e opressão gestadas na modernidade colonial⁵ capitalista, atualizadas e sofisticadas ao longo do tempo, recrudescidas durante a Ditadura. É nesse sentido que aprender sobre o que se passou durante a Ditadura e a maneira com que o meio material foi utilizado enquanto dispositivo repressor nos permite novas reflexões, abrindo possibilidades para nomear a norma, contestar dinâmicas sociais a partir de pontos de vista que potencializam a construção de outros mundos menos organizados por eixos de dominação (Ochy CURIEL, 2009). Ademais, um fazer arqueológico feminista, no meu entendimento, assume um sentido de quebra de paradigmas e aponta para outros modos de fazer ciência dentro da universidade.

Para escrever sobre prisão política durante a Ditadura foi necessário problematizar o caráter político que atravessa o sistema judicial brasileiro. Lélia Gonzales (1988) escreveu que as sociedades que formaram a América Latina são herdeiras das ideologias de classificação racial e sexual, bem como das técnicas jurídico administrativas das metrópoles ibéricas que por sua vez, são racialmente estratificadas, dispersando formas abertas de segregação. Essa hierarquização é que garante a superioridade branca enquanto grupo dominante (Lélia GONZALEZ, 1988).

⁵ Modernidade colonial corresponde ao período histórico de expansão do capitalismo através de processos de colonização empreendidos por países europeus sobre regiões da África, Ásia e América Latina, a partir do século XVI. O conceito de Colonialidade foi desenvolvido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano no início dos anos 1990, a partir do pensamento produzido durante a Guerra Fria sobre as lutas para libertação da África e da Ásia, chamado de descolonização. Colonialidade, a grosso modo, significa os efeitos da modernidade sobre as pessoas em regiões impactadas pelo processo de colonização, ou seja, são efeitos de uma matriz colonial de poder (colonialidade do ser, do poder e do saber) que é ontologicamente constituída por uma base dicotômica e uma episteme hierárquica que autoriza a processos de desumanização de pessoas, expropriação e exploração de territórios, divisão de classes, etc. (Walter MIGNOLO, 2003). Com base neste pensamento, o feminismo descolonial traz à baila a discussão sexo/gênero em contraponto ao entendimento de gênero como acesso sexual às mulheres, argumentando que dentro da matriz colonial de poder existe uma norma hierárquica que compreende a existência de um sexo masculino soberano que é a norma. A ferramenta para se compreender este processo é chamado por María Lugones (2014) de colonialidade de gênero, o qual permite que se nomeie o processo de redução ativa de pessoas, enquanto um efeito da modernidade colonial.

O sistema penal⁶ no Brasil é racista desde o seu nascedouro (Ana Luiza FLAUZINA, 2006) circunscrito na base escravista da modernidade colonial. Este sistema conceitua a criminalidade a partir da classificação de condutas elaboradas por determinado grupo social, impondo um conjunto de normas que catalogam os membros da sociedade (por estereotipia). O criminoso passa a ser associado à rotulação das categorias construídas de crimes. A definição de um criminoso(o) dentro desta lógica está inserida em um sistema punitivo que faz “desperceber conflitos e desigualdades estruturantes projeta[ndo] – sempre arbitrariamente – verdades cuja promessa é a de serem neutras, justas e universalmente aplicáveis, transcendentais, legais, modernas, coloniais, sobre o que significa ser um criminoso” (Jota Mombaça, 2016 p.03). Partindo desse princípio, escondido pelo discurso da neutralidade, o sistema penal brasileiro é um projeto que, desde seus primórdios, têm a seletividade como marca crucial, uma vez que indivíduos de grupos hegemônicos tem uma tendência a imunização, ao passo que a penalização é dirigida aos grupos vulneráveis. Isto significa dizer que o “racismo é o fundamento que justifica a existência de sistemas penais com caráter genocida, como o do Estado brasileiro” (Ana Luíza FLAUZINA, 2006 p.30), evidenciando assim o caráter político das prisões, ou seja, “toda prisão é política” (Michelle ALEXANDER, 2017; Angela DAVIS, 2019a; Juliana BORGES, 2019). É dentro desse sistema jurídico que se estabelecem as Leis de Segurança Nacional, criadora da figura do inimigo interno, pautada nos paradigmas advindos da modernidade capitalista, que na Ditadura foi redirecionada às pessoas de setores médios urbanos, aplicada na definição da(o)s inimiga(o)s interna(o)s. Isto significa dizer que a lógica do sistema repressivo se apropria e acentua o uso de práticas inquisitoriais e de extermínio dos “novos” inimiga(o)s interna(o)s, sem perder a sua tradicional atuação sobre grupos vulneráveis.

Cabe ressaltar a forte atuação do Movimento Negro Unificado (MNU), no Brasil, nas mobilizações político-reivindicativas de igualdade racial, ainda durante a Ditadura, militando junto aos movimentos contra a carestia, de mulheres, de estudantes, nos núcleos de base da igreja católica e de anistia através da participação no Comitê Brasileiro pela Anistia. O MNU reivindicava a ampliação da categoria “presos políticos”

⁶ O conceito de sistema penal refere-se ao conjunto de agências que operam na criminalização ou que convergem na sua produção, tendo em vista relações de cada agência (atores públicos) entre si e com o exterior (ambiente), conectadas a uma plataforma de atuação comum, onde a seletividade é marca estrutural desse empreendimento (Ana Luiza FLAUZINA, 2006 p. 22).

para a inclusão de pessoas negras presas por crimes contra a propriedade como furto, roubo, etc., pautados no entendimento que, embora parecessem atos individuais eles diziam respeito a respostas políticas às elites que recusavam empregos, moradia e educação à maioria desses cidadãos (Natália SANTOS, 2015). Além disso, pessoas negras desde sempre são regularmente vítimas de tortura, pela violência policial, mas a tortura no Brasil só veio a público depois que a Ditadura passou a praticá-la contra jovens de classe média.

(...) vale notar, por exemplo, a descoberta divulgada pela grande imprensa: a de que o negro comum também é torturado. De acordo com a reportagem de um grande semanário, a opinião pública brasileira só passou a tomar conhecimento da existência da tortura a partir do momento em que a repressão passou a praticá-la nos jovens de classe média que se opuseram ao regime. Um belo dia, o cardeal do Rio de Janeiro foi fazer sua visita anual ao presídio quando os presos (negros em sua maioria, vale lembrar) lhe revelaram a grande novidade. (Se a gente se interessasse mais pelo que se passa efetivamente no cotidiano da grande massa negra, desde a escravidão, a gente saberia que a tortura sempre existiu em nosso belo país tropical) (Lélia GONZALES e Carlos HASENBALG, 1982 p. 60).

Lélia Gozales (1984) expõe ainda dois exemplos de desqualificação pública de mulheres negras no enfrentamento à Ditadura, mostrando como quando há visibilidade, as pessoas negras envolvidas aparecem sempre a partir da objetificação e ridicularização. Os exemplos são o Caso Marli⁷ em que uma mulher ao enfrentar a polícia repressiva é folclorizada e o Caso Aézio⁸ em que sua companheira vai em busca do seu paradeiro:

⁷ “Em 1980, em Belford Roxo, uma mulher negra, de uns 27 anos, Marli Pereira da Silva, em plena ditadura militar, resolvera enfrentar os grupos de extermínio, para afirmar que seu irmão Paulo Pereira da Silva, de 19 anos, fora assassinado por policiais militares infiltrados nesses grupos. Sem temer as ameaças de morte, Marli esteve em delegacias e batalhões tentando reconhecer os assassinos de seu irmão. Uma fotografia dela nos jornais da época destaca a mulher pobre e negra olhando firme para a multidão de policiais perfilados no pátio do batalhão da Polícia Militar, em Nova Iguaçu, numa tentativa de reconhecer os assassinos” (Lélia GONZALEZ, 1984 p.233).

⁸ “Caso Aézio”: um servente de pedreiro morreu torturado na cela de uma delegacia na Barra da Tijuca em 1979” (Idem, p.233).

A gente se explica: os programas radiofônicos ditos populares são useiros e vezeiros na arte de ridicularizar a crioula que defende seu crioulo das investidas policiais (ela sabe o que vai acontecer a ele, né? O “caso Aézio” tai de prova). Que se escute as seções policiais desses programas. Afinal um dos meios mais eficientes de fugir à angústia é ridicularizar, é rir daquilo que a provoca. Já o “caso Marli”, por exemplo, é levado a sério, tão a sério que ela tem que se esconder. É sério porque se trata do seu irmão (e não do seu homem); portanto, nada melhor para neutralizar a culpabilidade despertada pelo seu ato do que o gesto de folclorizá-la, de transformá-la numa “Antógina Negra”, na heroína, única e inigualável. Com isso a massa anônima das Arlis (*sic*) é esquecida, recalçada. E tudo continua legal nesse país tropical. Elementar, meu caro Watson (Lélia GONZALEZ, 1984, p. 233 [grifos da autora]).

Nesse sentido, mesmo compreendendo que todas as prisões durante a Ditadura possuíam caráter político, cabe ressaltar que a terminologia presa(o) política(o) e presa(o) comum é utilizada nesta narrativa para explicitar a lógica dicotômica estruturante do contexto. Além disso, as categorias “comuns” e “políticos” são uma auto denominação das fontes, presentes nos relatos de ex presa(o)s - corpos atravessados por gênero, raça, classe, etc. -, salientando um contexto específico, em que “política(o)” se refere às pessoas presas pelo enfrentamento direto e deliberado contra o regime autoritário, ao passo que a categoria “comum” diz respeito àquelas pessoas encarceradas por crimes não enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Os testemunhos são aqui problematizados a partir do ponto de vista da(o) presa(o), levando em conta como a interseccionalidade a(o) afeta (Patrícia Hill COLLINS, 2016; Carla AKOTIRENE, 2019; bell hooks, 2019 a; Donna HARAWAY, 1995; Djamila RIBEIRO, 2019, entre outras). Isto permite evidenciar e nomear o caráter hierárquico (nós/outros) estruturante de relações normativas, criando apagamentos e silenciamentos, solapando interferência de discursos contrários, onde o outro é sempre narrado em uma perspectiva negativa. Isto significa que a invisibilidade de uns é a condição de reprodução de outros corpos. Judith Butler (2002) nomeia como *abjeção* esse processo relacionado ao sexo, mas que cabe aqui para entender outros eixos de dominação, onde a materialidade do corpo é um efeito produtivo do poder de uma norma reguladora. Esta norma que define sujeitos se constitui em uma matriz excludente porque é alimentada pelos não-sujeitos, ou seja, de seres fora da norma, abjetos. Deste modo, pretendo entrecruzar esses conceitos para realizar uma análise pautada em um instrumental feminista, constituindo-se em uma nova possibilidade interpretativa quanto ao uso de espaços repressivos em Porto

Alegre/RS, para onde eram levada(o)s mulheres/homens, em especial naqueles espaços em que eram depositada(o)s presa(o)s comuns/política(o)s.

Caminhos trilhados

De acordo com dados da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), no Brasil, há pelo menos 426 pessoas mortas e desaparecidas; além de um número desconhecido de pessoas atingidas pelo regime em diferentes graus e aspectos (CEMDP, 2009). Atualmente há 39 mil⁹ processos de anistia deferidos. Estes dados seriam ampliados se fossem considerados oficialmente como vítimas da ditadura grupos sociais que sofreram ações diretas e indiretas do regime e não foram contabilizadas, como trabalhadores rurais, povos indígenas e comunidades pobres urbanas. A reparação por parte do Estado, via indenizações, ocorre por meio de processos judiciais em que é necessária comprovação da participação de pessoas envolvidas diretamente com a militância ou em organizações de esquerda, dificultando o acesso de outros grupos sociais atingidos direta ou indiretamente. Por exemplo, os trabalhos da Comissão da Verdade Indígena trouxeram à tona as violações a populações indígenas, afirmando que “esta investigação precisa de continuidade para que esses povos participem e sejam beneficiados pelo processo de justiça transicional em desenvolvimento no Brasil” (CNV, 2014 a, p. 206). A restrição reparatória e entraves políticos se devem à negligência estatal, à sua negação à verdade e à justiça que impossibilita a ampliação das ações reparatórias, bem como inviabiliza criação de uma consciência histórica crítica sobre o período.

A luta pela resolução dos crimes contra a humanidade perpetrados pela Ditadura teve início ainda nos anos de 1970 e segue até hoje. Grupos de familiares se organizaram para denunciar tais crimes (CEMDP, 2009). Graças a esta luta, houve alguns avanços no aspecto indenizatório de perseguida(o)s política(o)s e familiares de desaparecida(o)s, mas o Brasil segue omissos no que diz respeito à condenação dos responsáveis por crimes contra os direitos humanos perpetrados durante o

⁹ Os dados apresentados pelo governo federal informam que entre os processos requeridos 11,04% são militares; 55,74% ex-vereadores; 10,99% empregados públicos civis; 6,69% categorias profissionais (não especificadas); 3,89% empresas privadas e 11,64% outros grupos (não especificados). Dado disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/comissao-de-anistia-1/transparencia> Consultado em maio de 2020.

regime. Em 1975, foi criado o Movimento Feminino pela Anistia liderado pela assistente social e advogada Therezinha Zerbini e, em 1978, constituiu-se o Comitê Brasileiro pela Anistia reivindicando a anistia, “ampla, geral e irrestrita”. Entretanto, durante o processo de abertura, o governo militar do general João Figueiredo, propõe um Projeto de Lei que vincula a anistia dos militantes políticos à anistia dos militares e agentes que cometeram crimes em nome do Estado. Nem a greve de fome de 32 dias¹⁰ dos, então, presos políticos evitou a aprovação da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, denominada Lei de Anistia. Esta lei beneficia os militares e agentes, na medida que corrobora para ocultação e impunidade dos seus crimes, colaborando para o silenciamento e o apagamento histórico dos mesmos “(...) sob o argumento da conexão criminal, explicitada no artigo 1º, parágrafo 1º, da Lei de Anistia, foram considerados beneficiários agentes públicos que nem sequer haviam sido processados pelos crimes praticados” (CNV, 2014, p. 24). Na prática, os presa(o)s política(o)s condenada(o)s por terrorismo, sequestro, assalto (expropriações) e atentado pessoal não foram beneficiados. Conseguiram liberdade somente através da reformulação da Lei de Segurança Nacional, Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, que alterou o regime de penas que estava vigente (Idem).

A matéria denunciativa do repórter Caco Barcelos¹¹ levou à abertura da Vala de Perus em São Paulo, em 1991, seguida da instauração da CPI dos Desaparecidos Políticos na Câmara Municipal de São Paulo e instalação da CEMDP. A Lei 9.140/95, Lei dos Mortos e Desaparecidos Políticos, foi aprovada sem emendas, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Foi um pequeno ganho à luta de familiares, em que pese a crítica ao Estado que parecia conceder com uma mão e retirar com a outra. Isto porque a referida Lei não responsabilizou o Estado sobre os crimes cometidos além de eximi-lo da obrigação de identificar e responsabilizar pessoas envolvidas em práticas de tortura, assassinatos e desaparecimentos, bem como desobrigá-lo de dar conta dos seus desaparecidos políticos.

Outras iniciativas precisaram ser tomadas por parte do Estado, depois que o Brasil foi condenado por uma ação movida por familiares junto à Corte Interamericana

¹⁰ Ver mais sobre a greve de fome em (CEMDP, 2009) ou na reportagem do Jornal GGN, disponível em: <https://jornalgggn.com.br/noticia/a-greve-dos-presos-politicos-pela-anistia-em-1979-0/> Acesso em março de 2020.

¹¹ A matéria foi divulgada somente em 1995. Está disponível na íntegra em: <https://www.youtube.com/watch?v=yKBc7S4tSfU> Acesso março 2020.

de Direitos Humanos, o caso Gomes Lund e outros *versus* Brasil. Foi protocolado em 24 de novembro de 2010, responsabilizando o Estado pelo desaparecimento forçado da(o)s guerrilheira(o)s do Araguaia, obrigando-o a determinar o paradeiro das vítimas desaparecidas, identificá-las e devolver os restos mortais aos familiares. Nessa ocasião foi criado o Grupo de Trabalho Tocantins (GTT) coordenado pelo Ministério da Defesa, ou seja, o Brasil designou as forças armadas para a execução da sentença. Em 2011 foi constituído o Grupo de Trabalhos Araguaia (GTA) coordenado pelo Ministério da Justiça, da Defesa e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República com o acompanhamento da CEMDP e do Ministério Público Federal. Entre 2012 e 2018 graças à pressão de familiares, dos movimentos sociais e a presença de uma arqueóloga no Ministério Público Federal (Rafael SOUZA, 2019), profissionais de arqueologia (grupo do qual fiz parte) compuseram as equipes. A aprovação da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) seguida da publicação da Lei 12.528/2011 que autoriza a instalação da Comissão Nacional da Verdade foram ações importantes para a elucidação dos atos da Ditadura no país. Entretanto, ações e políticas nesse sentido foram interrompidas pelo atual (des)governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) o qual tem como interesse o apagamento histórico dessas lutas, dando continuidade às práticas políticas e ideológicas que caracterizaram o período da Ditadura, como censura, restrição de informações, cortes nas áreas culturais e educacional, militarização do Estado, etc. A reparação dos crimes e o avanço nas políticas de memória estão se tornando uma realidade cada vez mais distante, contribuindo à invisibilidade histórica de pessoas e grupos. Assim, essa pesquisa foi realizada com a intenção de perturbar esses silenciamentos na medida em que busca compreender e identificar as bases estruturantes desse sistema, vislumbrando a possibilidade de abertura de outros caminhos, questionamentos e narrativas.

Nas universidades, a produção sobre Ditadura, em especial em uma perspectiva de gênero tem avançado nas últimas décadas (James GREEN, 2000; Ana Maria COLLING, 2004; Olívia JOFFILY, 2005; Tauana SILVA, 2014; Maria Amélia TELLES, 2015; Mariana JOFFILY, 2016; Janaína CONTREIRAS, 2018; James GREEN e Renan QUINALHA, 2019 entre outra(o)s) contribuindo para o rompimento da invisibilidade histórica de mulheres, negra(o)s e LGBTI+. Entretanto, esse é um campo com enorme potencial de pesquisa, em especial, seguindo uma perspectiva

feminista e interseccional, considerando diferentes fontes, ontologias e epistemologias. Deste modo, será possível nomear a norma (Jota MOMBAÇA, 2016) e vislumbrar espaços de problematização do caráter ontológico dicotômico enquanto paradigma que constitui esse contexto que, por sua vez, acaba incidindo na produção de narrativas que priorizam os grupos sociais possuidores das condições de possibilidade normativas para construção de fontes sobre si, relegando outros ao esquecimento. Nesse sentido, Jota MOMBAÇA (2015) escreveu que a universidade se revela como um espaço de violência, que produz algumas vozes como ausentes para que outras ecoem, consolidando regimes de verdade nos quais a subalternidade só pode ser construída como lugar de impotência, sem conhecimento e sem fala.

A Ditadura brasileira

No dia 31 de março de 1964 o Brasil sofreu um Golpe de Estado em que o presidente João Goulart (Jango) foi deposto. Este foi um golpe civil-militar¹², articulado por militares das forças armadas (ESG) em coalizão com elites industriais locais, com o apoio do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), de corporações multinacionais, além do governo dos Estados Unidos. O golpe ocorreu como medida preventiva à perda de privilégios por parte das elites nacionais e foi embasado ideologicamente na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), para evitar as reformas de base encaminhadas por Jango (Caroline BAUER, 2006; Enrique PADRÓS, 2005). Instaurou-se um governo autoritário, protagonizado por militares, caracterizado pelo controle absoluto do governo aos mecanismos Estatais, além de desarticular a sociedade civil através da retirada de liberdades, da dissolução de organizações e partidos políticos, da intervenção em sindicatos, do domínio sobre universidades, do cerceamento e censura dos meios de

¹² A historiografia dedicada aos estudos de regimes ditatoriais latino americanos no século XX sustentam o uso do termo Ditadura Civil-Militar por tratar de regimes autoritários protagonizados por militares coadunados a segmentos da sociedade civil (empresários, intelectuais, partidos políticos conservadores, etc.) na articulação do golpe bem como na sua manutenção. Ver mais em autore(a)s como Daniel Aarão (2000); Enrique Padrós (2005; 2010); Caroline Bauer (2006); Carla Rodeghero, Dante Guazzeli e Gabriel Dienstmann (2013); René Dreifuss (1981), entre outros. Acompanho esse conceito, entretanto, optei por utilizar o termo Ditadura por ser a nomenclatura mais conhecida e por compreender que todos estes segmentos sociais atuaram de forma contundente e expressiva no golpe e na manutenção do regime, sem minimizar o potencial opressivo e repressivo de nenhum deles, direta ou indiretamente.

comunicação, além da perseguição a grupos e setores profissionais considerados socialmente ameaçadores para a nova ordem imposta. A instauração de um regime como este é pautada na apropriação e controle absoluto do Governo sobre o aparato Estatal, fazendo readequações estruturais como: institucionalização da DSN; a militarização da burocracia; treinamentos de pessoal; especialização do setor de informações; reorganização estrutural e alinhamento administrativo e metodológico entre as esferas municipal, estadual e federal (Caroline BAUER, 2006). Isto significa que a violência passa a ser um recurso Estatal no exercício do governo autoritário no combate às pessoas consideradas inimigas do sistema, o que significou ações como perseguições, interrogatórios, sequestros, prisões arbitrárias, torturas, assassinatos e desaparecimentos (Enrique PADRÓS, 2005). Para além desses fatores supra citados pela historiografia tradicional, cabe ressaltar que a ideologia que justificou o Golpe e a manutenção do regime pautava-se em discursos moralistas conservadores estruturantes da Ditadura, de amplo alcance, autorizando a perseguição de grupos classificados como perigosos como mulheres, negra(o)s e pessoas LGBTI+¹³ sob acusação de ameaça à subversão (James GREEN e Renan QUINALHA, 2014). Assim, apresento conceitos DSN, TDE, inimigo interno, cultura e pedagogia do medo, os quais estão relacionados aos estudos historiográficos sobre Ditadura (Caroline BAUER, 2006, 2012; Enrique PADRÓS, 2005, 2010; Maria Helena ALVES, 1985; James GREEN e Renan QUINALHA, 2014; entre outra(o)s).

A historiadora Maria Helena Moreira Alves (1985) escreve que a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) veio após o advento da guerra fria, baseada em elementos da teoria de guerra total, que foram incorporados à ideologia de segurança nacional na América Latina, a qual assumiu uma especificidade, que era a preocupação com a segurança interna em face à ameaça comunista. Esta doutrina recebeu a influência francesa, da experiência na Guerra da Argélia (1954-1962) pautada na guerra limitada em resposta direta a ameaça comunista, bem como da influência de teorias americanas de guerra total¹⁴. No Brasil, a DSN foi desenvolvida pelos generais

¹³ Utilizo a sigla mais atual atribuída pelo movimento social. Longe de pensar em anacronismos, sua utilização está atrelada à questão política que diz respeito às posições de gênero e sexualidade compreendidas dentro do espectro representado no uso da sigla LGBTI+, ainda que durante a Ditadura as pessoas não se autodeclarassem como tal.

¹⁴ Guerra total significa que não há limites de ação, todos os recursos sociais são mobilizados em prol da atividade militar. A guerra revolucionária, de caráter ideológico, ocorre em âmbito localizado, comumente com apoio externo a uma das partes beligerantes. A guerra indireta ou psicológica, é

Golbery e Couto e Silva na Escola Superior de Guerra (ESG). Trata-se de um manual constituído de elementos ideológicos com diretrizes para ações de espionagem, de coleta de informações de planejamento governamental desenvolvimento de estratégias políticas, econômicas, psicossociais e militares. Essa doutrina obedece a preceitos de guerra clássicos como de guerra total, de guerra limitada ou localizada, além de formas de guerras não clássicas, ou seja, guerra revolucionária ou subversiva e da guerra indireta ou psicológica. O governo autoritário no Brasil se utilizou especialmente de ações da guerra revolucionária, que não é declarada, para combate ao avanço do comunismo tendo como alvo a figura do inimigo interno (Maria Helena ALVES, 1985).

Uma amostra do discurso moralista de sustentação ideológica da Ditadura, produtor dessa(e) inimiga(o) perigosa(o), é descrita pelos historiadores James GREEN e Renan QUINALHA (2014), citando a opinião de um general na Revista Militar Brasileira:

Em 1969 o General Souza e Melo escreveu que “publicações de caráter licencioso (...) poder[ão] despertar variadas formas de herotismo, particularmente na mocidade (...) contribuindo para a corrupção da moral e dos costumes (...) sendo uma componente psicológica da Guerra Revolucionária em curso em nosso país e no mundo (James GREEN e Renan QUINALHA, 2014 p. 305).

O conceito de inimigo interno (Enrique PADRÓS, 2005) possui uma definição elástica que vai se adequando conforme os interesses e ações do Estado, durante a

estratégia sofisticada de ação para se alcançar uma finalidade política sem o emprego direto e massivo de violência, ou seja, são usadas estratégias de inteligência com a ameaça do uso da força, onde recursos de influência e de propaganda são largamente utilizados como arma para finalidade política. O professor Darc Costa (2018), ex coordenador da ESG (1999-2002), em seu texto “Guerra psicológica e os novos tipos de guerra”, disponível em uma revista oficial das forças armadas brasileira, discorre sobre as novas formas de guerra e estratégias. Fala sobre Guerra híbrida que é caracterizada por elementos convencionais, irregulares, criminalidade e cibernética, onde “a Guerra Híbrida, para a conquista do Poder, pode ser interpretada como a militarização da teoria do caos. É bom colocar que o caos está sempre presente em convulsões políticas, em transformações econômicas e na modificação de costumes e regras morais” (...) “é o emprego do poder através de um conjunto de intervenções de toda ordem preparada sobre um Estado Nacional, para exercer um fim fundamentalmente político. (...)ação organizada que procura causar dano a um Estado Nacional, buscando desestruturá-lo, transformando-o em um estado falido, com o fim de apropriar-se de seu território, e/ou de seu imaginário coletivo, e/ou de seus recursos” (Darc COSTA, 2018 p.22-23). Disponível em:

http://www.revistasilva.cep.eb.mil.br/images/revista_v2_n2/2_artigo_DARCCOSTA_-_Vol_2_n2.pdf

Acesso em março, 2020. Essas novas formas de guerra se assemelham, em parte, às estratégias de campanha utilizadas pelo candidato de extrema direita, no processo eleitoral de outubro de 2018, no Brasil. Jair Bolsonaro se elegeu presidente com táticas de propagação de *fake news* e o enfraquecimento político do adversário pelo uso de operações psicoinformativas (OPSINF) e de instrumentos midiáticos para ocasionar o caos na ordenação das metas políticas do seu oponente.

existência de um estado de guerra permanente. É pautado na periculosidade de grupos ou indivíduos considerados subversivos, bem como pelos desdobramentos de suas ações, que por sua vez, significava o elemento desestabilizador, desagregador da unidade nacional, portanto, contrário ao ideário da DSN fazendo oposição à ordem vigente. O apoio das classes dominantes nacionais e do governo dos Estados Unidos foram de fundamental importância para a construção dessa figura que deveria ser combatida sob a lógica de guerra total, onde limites e regras são obliterados em nome de um bem maior, a defesa da nação.

(...) é a identificação e a exploração da figura do “inimigo interno” (...). A DSN e os regimes que nela se inspiraram, fizeram desse elemento o foco central em volta do qual puderam auto justificar sua existência. A manutenção da vigência da figura do “inimigo interno” – apesar de ser muito mais uma figura de ficção do que uma ameaça concreta contra o sistema – aconteceu porque a DSN precisava continuar justificando o recurso do TDE, não como saída conjuntural, mas como instituição permanente. Foi por isto que o conceito “inimigo interno” teve enorme elasticidade (como aconteceu com o anticomunismo); ao ponto que, em certos casos, antigos aliados passaram a ser identificados e tratados como elementos de “pensamento estranho” e desagregadores da “unidade nacional (Enrique PADRÓS, 2005 p.99).

A destruição do potencial criativo e mobilizador da figura do inimigo interno ocorreu pela inversão do princípio do Estado de direito em que toda(o)s são suspeitos até que se prove o contrário (Maria Amélia TELES, 2015a). Para tanto a DSN associa inimigo interno como sinônimo de terrorista com o objetivo apelativo de desqualificação atribuindo ao classificado como tal um suposto caráter desumano. O que significa a legitimação para indução da opinião pública em admitir o uso de mecanismos defensivos preventivos, repressivos, contra aqueles, ignorando direitos fundamentais e a legalidade constitucional. Em consequência surge na sociedade uma barreira de desconfiança e de hostilidade contra os responsáveis pelo clima de insegurança sofrido, exterminando qualquer possibilidade de empatia e sensibilidade com relação àqueles (Enrique PADRÓS, 2005). Nesse sentido, afirmo que esta mesma lógica atua, ainda hoje, nos setores conservadores da sociedade, defensores da criminalização de manifestações democráticas e de movimentos sociais para deslegitimá-los.

Uma característica da DSN é a associação e uso de práticas de Terrorismo de Estado (TDE), que por sua vez se fundamenta na lógica de governar mediante intimidação. Isto significa a existência de um sistema de governo (com apoio das

classes dominantes) vinculado ao aparato Estatal e ao aparelho repressivo que emprega o terror para enquadrar a sociedade.

Mesmo com a possibilidade de recorrer aos dispositivos emergenciais previstos pela Constituição, o TDE é sempre uma possibilidade atrativa; assim, os responsáveis pelo Estado podem abandonar, por ineficiência, os instrumentos tradicionais da legalidade e da legitimidade, passando a utilizar, de forma sistemática e como sustentação do seu poder, a repressão ilegal e o terror que nasce da violência das contradições da desigualdade estrutural (Enrique PADRÓS, 2005 p. 73).

A violência do TDE possui caráter imprevisível e atinge indiscriminadamente qualquer crítica ou nível de oposição, carregada de altas doses de brutalidade, com a intenção da produção de um medo irracional na população que acaba sendo controlada através da passividade. Neste sentido, é uma violência que possui um caráter pedagógico porque atinge espaços íntimos da vida privada, causando isolamento pela introjeção da coerção e da censura, atrofiando a capacidade criativa e de ação. O TDE possui objetivos políticos bem específicos que são destruir os movimentos populares organizados, aniquilar qualquer tentativa de questionamento ou “mudança do *status quo* da propriedade, da relação capital-trabalho e/ou da distribuição da riqueza social e destruir as instituições políticas e sociais democrático-representativas” (Idem, p. 76). Há tipos de violência que são característicos das experiências de TDE que são: a violência direta ou específica que é depositada sobre o alvo subversivo e a violência radial que age no entorno da pessoa atingida, como uma espiral, denominada de violência irradiada. “Os efeitos da violência específica e da violência irradiada, ao visar a submissão progressiva do conjunto da população e a internalização das ameaças vitais, estimulam uma auto regulação desejável pelo sistema” (Idem, p.102).

As práticas de violência e outras medidas coercitivas do TDE fomentam e consolidam uma cultura e uma pedagogia do medo. A cultura do medo corresponde a um cenário de silêncio, desconfiança, alienação, autocensura e de terror permanente, que mantém o controle social através da passividade diante de qualquer possibilidade de ser classificado, acusado como subversivo.

A “cultura do medo” não deve ser confundida com a “pedagogia do medo”, entendida como a instrumentalização da aplicação das modalidades repressivas de impacto mais direto, a função “pedagógica” de ensinar e lembrar que, havendo transgressão das atitudes, comportamentos e limites permitidos, há duríssima punição. (...) A “pedagogia do medo”, organizada desde o aparato estatal e disseminada por todo o território nacional, impõe, através da violência - direta ou irradiada, institucional, cultural e psicológica -, o entorpecimento do raciocínio, o bloqueio da capacidade de compreensão e a acentuação do estresse, condicionamentos presentes no cenário da “cultura do medo” (Enrique PADRÓS 2005 p. 96-97).

O caráter pedagógico das práticas de TDE podem variar em intensidade e extensão, entretanto, existe uma variável comum característica desse sistema que é a produção de informações baseada na lógica de suspeição, sequestros, interrogatórios, torturas, censura, desinformação, desaparecimento forçado de pessoas (Caroline BAUER, 2012). Desse modo, a atuação da DSN coadunada ao TDE condiciona a participação de todo cidadão na luta contra a subversão, dentro da lógica dicotômica em que a(o) indivíduo(a) ou apoia o Estado ou é taxado como inimiga(o) interno. A lógica de instauração e manutenção do aparato repressivo condiz com as bases que estruturaram a modernidade colonial capitalista (racismo, misoginia e classismo) na América Latina, chamada de colonialidade (María LUGONES, 2011; Aníbal QUIJANO, 2005), as quais criam o outro objetificado, autorizando a sua exploração e submissão que pela lógica da DSN está representado na figura do inimiga(o) interno.

Uma arqueologia feminista da Ditadura - algumas reflexões

No âmbito arqueológico, os estudos sobre Ditadura foram inseridos na “caixinha” Arqueologia da Repressão e da Resistência, termo que consolidou-se no Brasil com a publicação de Pedro Paulo Funari, Andrés Zarankin e José Alberione dos Reis (2008) “Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das Ditaduras (décadas de 1960-1980)”. A partir da década de 2010, houve um crescimento de estudos arqueológicos sobre contextos de violência que se concentraram no período da Ditadura ¹⁵. Essas publicações sobre o Brasil

¹⁵ Até o momento foram publicados, no Brasil, artigos em dois Dossiês temáticos. O da Revista de Arqueologia Pública (2014) com textos escritos por Rafael de Abreu e Souza (2014), Priscila Sousa (2014), Beatriz Thiesen et al. (2014), Jocyane Baretta (2014); o Dossiê sobre Arqueologia da Repressão e da Violência na América Latina da Revista de Arqueologia com texto de Caroline Lemos (2016); duas teses, uma sobre centros de detenção e tortura escrita por Caroline Lemos (2019) e outra sobre a Guerrilha do Araguaia de autoria de Rafael de Abreu e Souza (2019); além de duas dissertações (Jocyane BARETTA, 2015; Matheus BELLÉ, 2017); dois trabalhos de conclusão de curso – TCC

contemplam, em sua maioria, reflexões sobre o potencial da arqueologia para produção de conhecimento, salvo exceções que trazem reflexões pautadas em dados empíricos (Caroline LEMOS, 2019; Rafael SOUZA, 2019; Denise COSTA e Pedro MCGUIRE, 2018; Jocyane BARETTA, 2015). O desenvolvimento deste tipo de investigação possibilita a ampliação de horizontes, tornando possível dar a conhecer sobre a dinâmicas repressivas, bem como a atuação de resistências, uma vez que a arqueologia é capaz de construir narrativas a partir do universo material ligado a contextos de repressão.

Tais estudos sobre Ditadura no Brasil beberam das reflexões contemporâneas de pesquisas arqueológicas em contextos de violência, que foram realizados tanto na Europa, como o de Gabriel Moshenska (2008, 2009, 2010), Alfredo González-Ruibal (2008, 2012, 2014, 2016), Victor Buchli e Gavin Lucas (2001), Rodney Harrison e John Schofield (2009) quanto na América Latina, com os trabalhos de Andrés Zarankin e Cláudio Niro (2008); Melisa Salerno (2009); José López Mázz (2012); Andrés Zarankin, Melisa Salerno e Maria Perosino (2012); Maria Chiara Bianchini (2015); Carlos Marín Suárez (2014, 2016, 2017); Víctor Ataliva *et al* (2019) e outros. Pesquisas desta natureza, em especial na América Latina, assumiram um caráter singular, tanto no sentido da produção de conhecimento sobre a Ditadura quanto no que diz respeito à produção de provas judiciais a partir do relacionamento com áreas forenses (Melisa SALERNO, 2009, Rafael SOUZA, 2019; Víctor ATALIVA *et al*, 2019). Ademais, acaba de ser publicado na Europa um artigo sobre violência de gênero na ditadura Franquista do sudoeste da Espanha (1936), durante a guerra civil naquele país. Laura Muñoz-Encinar (2020) escreve sobre a violência destinada às mulheres que ousaram se opor àquele regime autoritário, as quais foram torturadas, assassinadas e depositadas em valas comuns. Um dos resultados de sua análise é a sugestão de que mulheres tinham seus corpos submetidos a processos degradantes mesmo após a morte, como parte do processo desumanização a que eram submetidas (*perimortem*), observando que seus corpos eram os últimos a serem

(Matheus BELLÉ, 2013; Denise COSTA, 2015); e outros dois artigos (Bruna ANJOS, 2012; Denise COSTA e Pedro MCGUIRE, 2018). Cabe lembrar que durante o evento da região sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SABSUL) em 2016, a arqueóloga Beatriz Thiessen organizou uma exposição sobre o tema. Nessa bibliografia, de modo geral, foram exaustivamente exemplificados trabalhos realizados sobre a temática mundo afora, em especial pela América Latina reafirmando o potencial da arqueologia em contextos de violência. Estes exemplos também foram por mim trabalhados em Baretta (2014).

enterrados e eram depositados próximos entre si dentro das valas comuns (Laura MUÑOZ-ENCINAR, 2020). No entanto, chama a atenção o fato de, até o momento, no Brasil, não haver estudos de gênero em pesquisas arqueológicas sobre a Ditadura.

Trabalhar contra a invisibilidade das mulheres no período ditatorial através do meio material¹⁶ da Ditadura brasileira significa, necessariamente, abordar gênero. Para tanto, recorro ao aporte da crítica feminista (María LUGONES, 2014; Rita SEGATO, 2012; Cláudia COSTA, 2014, 2015; Cláudia MAYORGA et al., 2013; Marta CABRERA e Liliana VARGAS-MONROY, 2014, entre outras), de modo que o feminismo descolonial¹⁷ possa ser utilizado enquanto ferramenta epistêmica, teórica e política para compreender a historicidade das relações no passado ditatorial, possibilitando a compreensão de nossa atuação no mundo contemporâneo e, identificando as marcas e efeitos da colonialidade¹⁸ global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva. Paralelamente, questionar e desaprender os pressupostos teóricos ideológicos que são altamente difundidos nos meios acadêmicos enquanto produção moderna colonial capitalista que determina os sujeitos detentores do conhecimento, tal como apontado pela crítica feminista da ciência (Loredana RIBEIRO, 2017; Donna HARAWAY, 1995) como neutro, masculino e soberano. Ademais, cabe deixar claro que entendo o regime ditatorial brasileiro como parte de uma estrutura político-ideológica, que teve seus desdobramentos a partir de elementos estruturais produzidos pela modernidade colonial capitalista.

¹⁶ O meio material da Ditadura é entendido aqui como os espaços utilizados pelo aparato repressivo – estruturas arquitetônicas e outras formas materiais utilizadas nesse contexto com função coercitiva.

¹⁷ Catherine Walsh (2008) defende o uso da palavra *decolonial* com o objetivo de marcar uma distinção da grafia em espanhol *descolonial* com a intenção de dar um passo além da descolonização, da superação ao colonialismo. O uso do termo *decolonial*, pela autora, serve para demarcar uma posição de luta contínua. Entretanto, a maioria dos textos traduzidos para o português utilizam o termo *descolonial* com o objetivo de falar em descolonização não apenas como superação ao colonialismo, mas enquanto ferramenta epistêmica política e social de transformação, como um caminho para construção de relações desvinculadas de eixos de opressão pautados em lógicas hierarquizadas produtoras de desigualdades. Esse é um debate que pode ser aprofundado na medida em que essas discussões avancem no âmbito da arqueologia. Nesta tese utilizo o termo *descolonial* em alinhamento com as reflexões de Cláudia Costa (2014).

¹⁸ É importante destacar que a colonialidade reproduz seus efeitos em três dimensões: do poder (Aníbal QUIJANO, 2005), do saber (Walter MIGNOLO, 2003) e do ser (Nelson MALDONADO-TORRES, 2008). Segundo Nelson Maldonado Torres (2008) a colonialidade do poder se refere à interrelação entre formas modernas de exploração e dominação; a colonialidade do saber tem a ver com o rol de epistemologias da produção de conhecimento e da reprodução de regimes de pensamento coloniais; a colonialidade do ser se refere à experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem.

O feminismo descolonial tem suas raízes no pensamento pós-colonial, mas cabe diferenciar os estudos pós-coloniais daquilo que trato aqui como “opção descolonial” (Cláudia COSTA, 2014). O pensamento pós-colonial teve seu início marcado pelos estudos sobre a colonização da Ásia e África pelos países do Norte Europeu e da colonização portuguesa e espanhola sobre América Latina e Caribe, reconhecendo seus efeitos entre os séculos XVI e XIX. A “opção descolonial” parte do entendimento de que os efeitos dessa colonização perpassaram liames de tempo (trabalhadas pelos estudos pós-coloniais), produzindo seus efeitos nas regiões colonizadas até o presente. Outra característica é o entendimento de que a continuidade das relações coloniais de poder se dá por meio das conexões de gênero, de raça e de classe (Patrícia Hill COLINS, 2016, 2017; Chela SANDOVAL, 2004; Cláudia COSTA, 2014), além de conceber o rompimento teórico epistemológico euro centrado, enfatizando os diferentes saberes em diferentes contextos geopolíticos (Breny MENDOZA, 2014; Cláudia COSTA, 2015), e possibilitando questionamentos aos cânones e métodos do pensamento hegemônico estabelecido, descolonizando-o. Esta é uma proposta que se define como um pensamento crítico acerca das “condições de reprodução do eurocentrismo e da colonialidade do sistema mundo” (RESTREPO & ROJAS, 2010 *apud* Cláudia COSTA, 2014 p.930) e seus efeitos por meio da colonialidade do poder, tais como a inferiorização de pessoas, o domínio sobre recursos naturais, a hierarquização de gênero, domínio de seres e lugares, controle da subjetividade e do conhecimento (María LUGONES, 2014) com o objetivo da exploração para acúmulo de capital.

Seguindo esta lógica, entender a Ditadura brasileira a partir da perspectiva feminista significa trazer gênero à baila, fundamental para compreender os processos e dinâmicas estabelecidas com o universo repressivo em Porto Alegre/RS. No entanto, não se trata apenas da inserção de gênero como mais um tema ou apenas como um aspecto da dominação da colonialidade. Nesse contexto, gênero é entendido como categoria central de análise, na qual assume um “estatuto teórico e epistêmico que possibilite lançar luz aos aspectos da transformação imposta às vidas que foram capturadas pela nova ordem colonial/moderna” (Rita SEGATO, 2012, p. 116). O posicionamento de Rita Segato (2012) dialoga com o entendimento que Loredana Ribeiro (2017) tem de *gênero* não como substantivo, mas como verbo e

processo¹⁹, enquanto “efeito de práticas relacionais (portanto sociais), histórica e semioticamente localizadas” (Loredana RIBEIRO, 2017, p. 213). Isso possibilita o deslocamento de gênero para o seu reposicionamento enquanto elemento chave de análise.

Nesse sentido, reitero a importância de gênero enquanto elemento chave para olhar o passado ditatorial, porque significa historicizar o patriarcado, perceber as relações imbricadas entre heteronormatividade, capitalismo e a classificação racial, ou seja, é possível traçar uma genealogia (formação e uso) enquanto ferramenta ideológica do capitalismo colonial responsável pela base fundante das assimetrias de poder no mundo contemporâneo (Cláudia COSTA, 2015). Seguindo María Lugones (2014), pretendo olhar para a Ditadura brasileira a partir do sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual intento aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial. Quero enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade. Isso me permite buscar organizações sociais nas quais “pessoas têm resistido à modernidade capitalista e estão em tensão com esta lógica” (María LUGONES, 2014, p. 935). Possibilita o entendimento da sua inserção no contexto da modernidade/colonial, a qual produz seus efeitos e atualiza as relações de opressão. De modo que se intensifica ao tratar de um regime de Exceção, de um Estado autoritário que sabe quem são as pessoas subversivas que quer combater – os chamados inimigos internos (Enrique PADRÓS, 2010). A classificação entre mulheres e homens se dá sob a lógica dicotômica, mostrando que a violência repressiva possuía tratamento diferenciado, dando a conhecer que a violência de gênero tinha ligação direta com a violência sexual e, de acordo com Alfredo Paz (2010), a violência Estatal dos regimes autoritários reforçava o ideário patriarcal e a moral cristã, em especial nos momentos de tortura.

É justamente esta lógica categorial dicotômica moderna/colonial que separa o humano do não-humano, produzindo não-humanos passíveis de classificação. Essa mesma modernidade é que torna colonizadas(os) não-humanos em homens e

¹⁹ Gênero entendido como processo significa entender como efeito de relações sociais e históricas, em que é possível localizar, situar e traçar uma genealogia da sua formação e uso enquanto ferramenta ideológica.

mulheres, definindo papéis de gênero e legitimando a exploração desses corpos. Portanto, quando María Lugones (2014) entende gênero enquanto uma produção moderna/colonial, dá a conhecer sobre a colonialidade de gênero e que a resistência a ela é historicamente complexa. Não é a proposta desta pesquisa compreender as diferenças sexuais seguidas pela construção da distinção de gênero²⁰ dentro da dinâmica repressiva da ditadura. Trata-se da compreensão da colonialidade de gênero enquanto caminho à sua superação, ou seja, entendendo que gênero é um produto da modernidade/colonial, que possibilita reconhecer a “opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados” (María LUGONES, 2014, p. 941) e que fora utilizado pela engenharia repressiva ditatorial enquanto elemento passível da ação punitiva, atualizando, justificando e legitimando a violência nos corpos de pessoas consideradas subversivas. A colonialidade de gênero envolve dimensões relacionadas à colonialidade do poder, do saber e do ser e procura mostrar como gênero juntamente com a ideia de raça foram ao mesmo tempo constructos coloniais utilizados para racializar e generificar as sociedades submetidas ao domínio colonial (Breny MENDOZA, 2014, p. 93).

Nas palavras de María Lugones (2014), “se estou certa sobre a colonialidade de gênero, na distinção entre humano e não humano, sexo tinha que estar isolado.” (María LUGONES, 2014, p. 937). Sexo enquanto categoria isolada advém da ideia de “modelo de sexo único”²¹, no qual existe um sexo que abarca machos e fêmeas que são distintos de maneira hierarquizada, por grau e não por tipo. Em outras palavras, o entendimento de um sexo único e isolado, em que diferenças entre machos e fêmeas são graduadas dentro de uma categoria vinculada ao poder, é o que garante sua permanência ao longo do tempo. Isso significa a existência de uma forma superior que é masculina, ou seja, porque o ‘homem’ se tornou “a medida de todas as coisas” (María LUGONES, 2014, p. 937), e a ‘mulher’ não é vista como humana. O

²⁰ María Lugones (2014) faz uma crítica aos estudos que buscam pela distinção sexual seguida da construção da distinção de gênero em sociedades colonizadas. Compreende que o juízo construído desde o século XVII na sociedade ocidental moderna, é onde predomina a percepção da existência de dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos, que baseiam os papéis de gênero (vida política, econômica e cultural).

²¹ A autora segue as ideias de Laqueur (1992) quanto ao “modelo de sexo único” historicamente rastreado na antiguidade grega até final do século XVII (e além), como o “mundo onde pelo menos dois gêneros correspondem a nada além de um sexo, onde as fronteiras entre macho e fêmea são de grau e não de tipo” (Thomas LAQUEUR, 1992 *apud* María LUGONES, 2014 p.937).

entendimento de sexo como categoria isolada é característica da colonialidade de gênero, correspondendo à produção de corpos colonizados.

É na permanência da existência de corpos colonizados, reconfigurados como inimigos internos pelo regime autoritário, em que a violência desumanizante encontra seu ápice, uma vez que a desumanização era algo pretendido pela repressão brasileira. Este era um processo que se iniciava no momento em que a pessoa “caía” nas mãos dos agentes do Estado e era submetida aos processos de quebra do sujeito²² e de destruição da identidade, por meio das mais variadas formas de violência (Janaína CONTREIRAS, 2015; Mariana JOFFILY, 2010; Andrés ZARANKIN e Cláudio NIRO, 2008). Assim como María Lugones (2014) afirmou que “a “missão civilizatória” colonial era a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático” (María LUGONES, 2014, p. 938), onde o aparato repressivo, através da tortura, da violência sexual e do terror sistemático, tinha como objetivo a desumanização. Aí se encontra a porta de entrada para uma pesquisa arqueológica feminista sobre Ditadura, trazendo a historicidade e o significado das relações entre as pessoas e o mundo material no contexto ditatorial brasileiro. A lógica repressiva implementada pela Ditadura brasileira, ao seguir a DSN-TDE advém de um aparato teórico epistemológico produzido dentro da ordem colonial/ moderna capitalista.

Elementos presentes nos relatos de ex-pres(a)o(s) política(o)s entrecruzados com informações do meio material permitem identificar aspectos e valores que eram legitimados e aplicados com veemência dentro dos espaços utilizados pelo aparato repressivo. Por isso a importância das críticas feministas para pensar esse contexto e seu mundo material, justificando-se por possibilitarem análises inovadoras, com muitos desafios para os estudos em arqueologia. Esta pesquisa perfaz uma via de mão dupla, trazendo resultados tanto para produção de conhecimento arqueológico quanto contribuições aos estudos feministas, com novos elementos que são específicos da arqueologia, afirmando o potencial que essa perspectiva teórica ganha ao ser utilizada para interpretação do mundo material da Ditadura. Desse modo,

²² Quebra do sujeito significa a submissão de pessoas às práticas e violências de TDE com o objetivo de destruição da identidade de indivíduo(o)s considerados subversivos pelo regime autoritário.

intento marcar o início da construção de uma perspectiva teórica e epistemológica para o desenvolvimento de uma arqueologia feminista sobre Ditadura.

Subversividades em ação: população negra, população LGBTI+, povos indígenas, mulheres da militância organizada e a Ditadura

A vida de muitas mulheres no Brasil, em especial de setores urbanos, sofreu mudanças significativas na segunda metade do século XX. O avanço do capitalismo e a criação dos parques industriais, coadunado com a inexistência de reforma agrária no país, forçou muitas pessoas a deixarem o campo em direção às cidades, fazendo com que as mulheres sentissem primeiro as mudanças na vida cotidiana. As novas dinâmicas de relações afetaram o mercado de trabalho, a profissionalização e a redução do número de filhos das famílias (Maria Amélia TELES, 2015). Foi nesse mesmo período que começam a surgir movimentos sociais urbanos (negro, feminista, ambientalista) para reivindicação de direitos fundamentais, com demandas estruturais de longo prazo, bem como grupos políticos de esquerda fazendo frente ao governo autoritário instaurado em 1964.

Para Cynthia Sarti (1998) o feminismo brasileiro da década de 1970 é marcado como um período de mobilizações²³. Foi durante a Ditadura que o avanço da retomada feminista, protagonizada majoritariamente por mulheres brancas de setores médios urbanos, ganhou corpo através da luta por maior liberdade sobre o corpo, como uso de pílula anticoncepcional²⁴, igualdade e politização do espaço privado. Cabe considerar aqui que, nesse mesmo período outros corpos subalternizados abriram

²³ Essas mobilizações sofreram influência do questionamento advindo de mulheres negras, indígenas, mestiças, pobres e trabalhadoras nos EUA, as quais consideravam que a pauta política das militantes feministas não as incluía, ocasionando então críticas em relação à categoria "mulher" como figura universal (bell hooks, 2019b; Suely CARNEIRO, 2011). A noção, por exemplo, de trabalho fora do lar e de carreira defendida por Betty Friedan, no livro "Mística Feminina", não significava para elas uma forma de "libertação", pois essas mulheres sempre trabalharam dentro e fora do lar" (Tauana SILVA, 2014 p.06).

²⁴ Cabe ressaltar que "em 1960, o FDA - Food and Drug Administration, nos Estados Unidos, liberou a comercialização das pílulas anticoncepcionais, e que o mesmo ocorreu na Inglaterra em 1961. Estes contraceptivos já estavam sendo testados em mulheres pobres de Porto Rico e Haiti desde 1954, e faziam parte de uma política internacional de redução dos "perigos da explosão populacional" que visava os pobres e os não brancos. Em contrapartida, e como um efeito não esperado, permitiu uma segura separação entre sexo e procriação. As mulheres passaram a ter em suas mãos, o controle sobre quando teriam filhos. Isto teve grande impacto nas relações de gênero" (Joana Maria PEDRO, 2008 p. 65).

frentes de lutas na reivindicação por direitos fundamentais, políticos e melhores condições de vida e trabalho, combatendo esquadrões da morte e a violência repressiva, fosse no âmbito individual ou em mobilizações sociais, ainda que não estivesse sob a alcunha feminista ou de movimento organizado, como foi o caso da população LGBTI+. Ademais, Lélia Gonzáles (1984) escreveu que, desde os anos 1970, a luta de mulheres negras se dava combatendo os esquadrões da morte que, enquanto braços armados da Ditadura, atuavam nos espaços periféricos, matando pessoas negras. A mobilização dessas mulheres, no combate contra o regime militar se dava, em parte, na luta pela vida de seus parentes que, por vezes, simplesmente desapareciam. Além disso, o Estado autoritário imperava e atuava de forma determinante na vida de mulheres pobres através de programas de controle de natalidade, causando esterilização em massa, em especial de mulheres negras (Sueli CARNEIRO, 2003). No entanto, isso não produziu ecos, porque se tratava de mulheres simples, anônimas e sem *status* político ou econômico. A ação dessas mulheres negras periféricas acontecia no mais absoluto silêncio, marcado pela opressão de raça, de sexo/gênero e de classe social. Mas havia também mulheres negras ligadas aos movimentos organizados que, em 1975, participaram do Congresso de Mulheres Brasileiras onde foi apresentado o Manifesto das Mulheres Negras contendo o primeiro debate sobre as divisões raciais dentro do movimento feminista brasileiro (Tauana SILVA, 2014).

A partir da década de 1970 as estratégias de luta convergem para formação de comitês de base e para criação de movimentos nacionais pautados em princípios ideológicos e posições políticas ligadas ao internacionalismo de ideias marxistas coadunando demandas sociais, em especial para soluções de problemas estruturais como o racismo (Natália SANTOS, 2015). Em 1978 é fundado o MNU, o qual possibilitou aos militantes negros²⁵ a experiência política em convergência ao ideário socialista. A pauta de combate ao racismo se aproximou dos grupos de esquerda a partir do entendimento de que as desigualdades provocadas pelo capitalismo

²⁵ “Os anos 1970 marcam o surgimento de diversas entidades negras pelo país dentre as quais: o Grupo Palmares em 1971 no Rio Grande do Sul, o Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan) e o grupo de teatro evolução em São Paulo em 1972 e o Núcleo Afro-Brasileiro em 1976 em Salvador, a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) em 1974, o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN) em 1975 no Rio de Janeiro, o Grupo de trabalho André Rebouças em Niterói e o Centro de Estudos Brasil-África (Ceba) em São Gonçalo (RJ) em 1975” (Natália SANTOS, 2015 p.44).

alimentavam e beneficiavam esse preconceito (Tauana SILVA, 2014). As mobilizações sociais eram consideradas perigosas pelo governo, porque se colocavam ideologicamente contra o paradigma de unidade nacional que pautava a DSN (Enrique PADRÓS, 2005), bem como chocava-se ao discurso moralista (James GREEN e Renan QUINALHA, 2019) das classes dominantes apoiadoras do novo regime. O perigo desses grupos foi associado à subversão. A mobilização de pessoas negras era considerada perigosa pelo regime, pois a luta antirracista possuía um enorme potencial de contestação política, colocando em xeque o mito da democracia racial. Assim, o regime repressor criou um aparato legal para criminalizar estes movimentos pela associação à subversão, expresso tanto na “Lei de Imprensa de 09/02/1967 quanto na Lei de Segurança Nacional (LSN) de 11/03/1967”, conforme escreveu Natália Santos (2015 p.42). Analisar esse contexto a partir da intersecção entre elementos de raça, classe, gênero, etc. é apontado pela crítica feminista como uma ferramenta imprescindível para se compreender o pensamento colonial moderno (Maria LUGONES, 2014) determinante nas sociedades ocidentais contemporâneas, em especial, àquelas submetidas a Ditaduras pautadas na DSN. Então, minha proposta é identificar esses elementos atuantes na lógica da continuidade das relações coloniais de poder (Cláudia COSTA, 2014; Loredana RIBEIRO, 2017) como base estruturante do aparato repressor na mobilização do meio material enquanto dispositivo coercitivo.

As populações indígenas não ficaram imunes à violência da Ditadura²⁶. No segundo tomo do relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014a), há uma seção dedicada às populações indígenas, fruto dos trabalhos da Comissão da Verdade Indígena. São informações obtidas de casos documentados²⁷, ou seja, correspondem a uma ínfima parcela dos indígenas que foram atingidos. Esse número deve ser exponencialmente maior. São violações sistêmicas, por ação ou omissão governamental, via Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e Fundação Nacional do Índio (Funai), fruto de políticas estruturais de Estado que resultaram em, pelo menos 8.350

26 Ver mais sobre o tema nos Relatórios da CNV; no Relatório Figueiredo (1967). Além das pesquisas: Itamar Krenak (2009); Maria Hilda Paraíso (1992); José Gabriel Correa (2003).

27 Denúncias surgiram nos depoimentos prestados em audiências públicas e visitas da CNV aos povos indígenas atingidos, bem como em documentos produzidos pelo próprio Estado nos períodos do SPI e da Funai, e também nos relatórios de casos sistematizados e enviados ao grupo de trabalho pela sociedade civil (CNV, 2014 a, p. 206)

indígenas mortos durante a Ditadura. Povos indígenas tornam-se uma ameaça à ideia de nação da DSN, sendo classificados como suspeitos e virtuais inimigos internos porque, no discurso repressivo, estas populações poderiam ser facilmente influenciadas por interesses estrangeiros (subversivos), bem como, por terem riquezas minerais em seus territórios, por ocuparem regiões de fronteira ou porque atravancavam algum projeto desenvolvimentista. Desse modo, a associação à subversão legitimou o governo repressor a adentrar, de forma agressiva, em comunidades para pacificar grupos por meio de violências, as quais eram pautadas na objetificação e desumanização das populações, mostrando todo o caráter etnocêntrico, colonialista, genocida do sistema repressivo.

A ação das forças armadas na região Amazônica durante a Ditadura, se deu por meio de missões de inteligência e levantamento de informações, como a Operação Sucuri, disfarçadas de auxílio médico e odontológico às populações. A intenção era identificar os focos de apoio à guerrilha e eliminá-los, guerrilheiros e população local, como ações da Operação Marajoara. Esse *modus operandi* repressivo era aplicado às regiões de camponeses e às terras indígenas, como dos Aikewara (Suruí) na região sul do Pará (CNV, 2014). Além disso houve a criação, em 1969, da Guarda Rural Indígena (GRIN) que recrutava índios, sobretudo nas regiões do Araguaia, do Tocantins e de Minas Gerais, para atuarem como força de polícia nas áreas indígenas, prendendo outros indígenas e levando para a colônia penal indígena Krenak. A GRIN seguia a mesma lógica violenta da polícia repressiva cometendo arbitrariedades, tortura, etc., pautada nas bases etnocêntrica, racista, paternalista, colonialista do sistema repressor que a estruturou.

Em contraparte, o Movimento Indígena também se estrutura na década de 1970, focado justamente na proteção de suas terras contra as políticas expansionistas da Ditadura. Em 1983 as mobilizações indígenas conseguem eleger o seu primeiro deputado federal, Mário Juruna pelo PDT²⁸. Cabe informar que entre 1974-1976 o Brasil foi denunciado no Tribunal Internacional de Guerra (Tribunal Russel II), em Estocolmo, por violações aos direitos humanos contra os Waimiri Atroari, Yanomami, Nambikwara e Kaingang de Mangueirinha, em que foi condenado

²⁸ Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/juruna-1-deputado-indio-toma-posse>
Acesso março 2020.

(CNV, 2014 a). Entretanto o relatório da CNV não informa a autoria dessa denuncia, a qual pode ter sido protagonizada pelos próprios indígenas, em organização à época. Cabe informar que, no dia dez de março do ano corrente, em Governador Valadares-MG, um juiz federal acatou a denúncia do Ministério Público Federal tornando réu o oficial reformado da Polícia Militar, Manoel Santos Pinheiro, conhecido como Capitão Pinheiro por graves violações de direitos humanos e crime de genocídio contra indígenas Krenak. Pinheiro foi chefe da Ajudância Minas-Bahia da Funai, constituindo-se em elemento chave nas ações repressivas através do uso da GRIN, do Reformatório Krenak e através da Fazenda Guarani, em Carmésia -MG, durante a Ditadura²⁹. Isto significa que a justiça brasileira reconhece que foram cometidos crimes e violações contra os direitos humanos de populações indígenas no período, através da abertura de ação penal, na qual o réu será julgado. Estas denúncias do Ministério Público Federal, em parte, embasaram-se nas pesquisas e denúncias da CNV.

As pessoas LGBTI+, nesse período, eram socialmente classificadas como imorais e cientificamente patologizadas como perversas e consideradas perigosas pela repressão, pois sua existência configurava um ataque à moral e aos bons costumes, sendo associadas, portanto, à subversão pelo regime imposto. Com a instauração do AI-5, a intensificação repressiva inviabilizou a organização do movimento de gays, lésbicas e travestis, bem como dificultou o monitoramento da violência repressiva destinada a estes grupos, impossibilitando registros³⁰, ocasionando a falta de informações e, conseqüentemente, a tentativa de apagamento do rastro LGBTI+ durante a Ditadura. A censura, a violência, a repressão em espaços públicos, em especial nas ruas pelas rondas da polícia repressiva, além de expurgos de pessoas LGBTI+ que ocupavam cargos públicos, materializou a política de perseguição, mostrando a base ideológica homofóbica fundante desse sistema (James GREEN e Renan QUINALHA, 2019). Contudo, na fase intensa da repressão, espaços de resistência eram criados no âmbito privado pelas pessoas LGBTI+, principalmente ligadas aos setores médios, que poderiam acontecer entre amigos na

²⁹ Ver mais em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/03/26/justica-abre-acao-para-apurar-denuncia-de-genocidio-indigena-na-ditadura.htm> Acesso em março de 2020.

³⁰ O acompanhamento das agressões homofóbicas somente aconteceu a partir dos anos 1980, quando coletivos como o Grupo Gay da Bahia (GGB) começaram a coletar e divulgar, sistematicamente, dados sobre as mortes violentas de gays, lésbicas e travestis (CNV/SP, 2014 p 07).

casa de alguém ou nos espaços de entretenimento como boates e casas noturnas em grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo. No final da década de 1970, na fase de abertura política começam a surgir movimentos organizados, inspirados pelos movimentos feministas e negro, como o grupo de afirmação homossexual Coletivo Somos também conhecido como Grupo Somos e o Jornal Lampião da Esquina (Idem).

A participação de mulheres no enfrentamento militante organizado contra o Estado autoritário não era declarada feminista. O objetivo principal, das organizações de esquerda, era a luta de classes³¹. Um aspecto associado à condição de gênero, diz respeito às circunstâncias enfrentadas pelas mulheres militantes, afrontando os valores patriarcais dentro dos grupos de esquerda que consideravam que mulheres não eram capazes de assumir lutas políticas extremas (Maria Amélia TELES, 2015a). Ademais, as mulheres negras comunistas que adentravam em organizações de esquerda eram personagens em ruptura profunda com as funções sociais que lhes eram atribuídas, como a incapacidade e a postura servil (Tauana SILVA, 2014). Isto significa que parte da esquerda se constituía a partir da mesma visão moralista (misógina, homofóbica e racista) que serviu à sustentação do Golpe, ou seja, é possível identificar os eixos de opressão estruturais também nos setores de esquerda.

Mulheres adentravam nessas organizações assumindo um papel de garantir a infraestrutura das ações políticas, atuando na imprensa clandestina, na luta armada no campo ou na cidade, vivendo a clandestinidade, assumindo outras identidades, se deslocando de um lado a outro. Estavam na militância e a vida pulsava, amaram, brigaram, engravidaram, abortaram, pariram e lamentaram suas perdas (Maria Amélia TELES, 2015). A experiência do exílio por parte de algumas dessas mulheres, em países Europeus, possibilitou o acesso às discussões feministas, adensando suas reflexões. Muitas se encontravam descontentes com a impossibilidade de inserção de suas pautas no debate político de organizações de esquerda, que resultou na aproximação de grupos feministas, as quais acabaram formando em Paris o Coletivo de Mulheres ou Círculo de mulheres brasileiras, transformando-se em uma

³¹ “O Projeto Brasil Nunca Mais analisou os casos de 7.367 militantes processados pela justiça militar, e destes 12% eram mulheres. O Estado Maior do Exército fez um levantamento de presos políticos que se encontravam nos quartéis, num determinado momento do ano de 1970 e chegou a um total de mais de 500 militantes. Desse total, 56% eram estudantes, com idade média de 23 anos, 26% eram mulheres. Na Guerrilha do Araguaia, ocorrida no sul do Pará, entre 1972 e 1975, dos 70 guerrilheiros desaparecidos, 17% eram mulheres” (TELLES, 2015, p. 1008).

organização feminista de esquerda atuante e influente (Maria Lygia Quartim de MORAES, 2012) no exterior.

Em 1974 retornam ao Brasil e lançam o jornal feminista *Nós Mulheres* alicerçado na economia e na política como eixos de discussão sobre família, trabalho, sexualidade e gênero destacando, assim, o papel da imprensa feminista na luta contra a Ditadura³². Além desta, outras formas de organização iniciaram no Brasil, na metade da década de 1970, a partir da influência de feministas estadunidenses³³. Brasileiras que haviam estado nos EUA e participaram de grupos de conscientização feminista, acabaram trazendo a ideia para São Paulo e Rio de Janeiro, entre os anos 1970/1980. Estes grupos, exclusivos de mulheres, tinham o objetivo de “criar consciência” (Joana Maria PEDRO, 2008) através do exercício da fala coletiva, narrando experiências sobre as diferentes formas de opressão feminina.

Nesse sentido, o período de mobilizações dos movimentos sociais nos anos 1970 no Brasil influenciou mulheres ligadas à luta contra a Ditadura as quais passaram a se identificar com a luta feminista estivessem elas diretamente ligadas à resistência, simpatizantes com a causa ou porque tinham familiares envolvidos no embate (Joana Maria PEDRO e Cristina WOLF, 2010). As experiências feministas adentram a década de 1980 como período de consolidação de um feminismo iniciado nas camadas médias (Cynthia SARTI, 1998; 2001) com viés eurocentrado (Sueli CARNEIRO, 2003). Esta década marca também o apogeu da luta de mulheres negras³⁴ a partir

³² O *Nós Mulheres* esteve em circulação entre 1976 e 1978, era publicado pela Associação das Mulheres, encabeçado pela jornalista Marisa Correa.

Fonte: <https://www.fcc.org.br/conteudosospeciais/nosmulheres/arquivos/NosMulheresn1.pdf> Acesso em janeiro de 2020. Ver mais sobre esse e outros jornais feministas como *Brasil Mulher*, *Em tempo*, etc. em Maria Lygia Quartim de Moraes (2012).

³³ Em São Paulo havia o “grupo de conscientização feminista” que era formado por Maria Odila Leite da Silva Dias, Albertina Costa, Marta Suplicy, Célia Sampaio e Walnice Nogueira Galvão. No Rio de Janeiro foi organizado por Branca Moreira Alves; Maria Luiza Heilborn e Maria Helena Darcy de Oliveira. Ver mais em Joana Maria Pedro (2008). As narrativas sobre experiências feministas foram coletadas e analisadas pelo grupo de pesquisa coordenado pela professora da UFSC Joana Maria Pedro, denominado “Movimento de mulheres e feminismos em tempos de ditadura militar no Cone Sul (1964-1989)”, iniciado em março de 2007, com a participação de Cristina Scheibe Wolff e Roselane Neckel (Joana Maria PEDRO, 2008 p. 77).

³⁴ “Feminismo Negro toma forma e se estrutura, nesse período, chegando ao auge nos anos 1980, potencializado com a criação de diversas ONGs de mulheres negras, que iriam se avolumar nos anos 1990. Como exemplo REMUNIA – Reunião de Mulheres Negras Aqualtune (1978), Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo/SP (1982), NZINGA: Coletivo de Mulheres Negras/RJ (1983), Maria Mulher – Organização de Mulheres/Porto Alegre/RS (1987), Geledes (1988), IMENA – Instituto de Mulheres Negras do Amapá/AP (1999), CRIOLA (1992), E’LÉÉKÒ (1996), dentre outras” (Rosália LEMOS, 2015 p.363).

das experiências anteriores em movimentos sociais e organizações feministas, bem como no combate ao governo autoritário, lutando triplamente contra o machismo, o racismo que, historicamente, relegou a população negra aos setores sociais desfavorecidos, e a luta por igualdade social (Tauana SILVA, 2014). O início dos anos 1990 é marcado pela produção de narrativas, com os testemunhos de mulheres que enfrentaram a luta contra a Ditadura, contribuindo com os trabalhos de elaboração (Elisabeth JELIN, 2002) de questões feministas, do enfrentamento e da luta armada, de memórias traumáticas ligadas à violência repressiva³⁵, vivenciadas pelos episódios de perseguição, de prisão, de tortura, de exílio, etc. Desse modo, essas memórias se constituem em fontes históricas possibilitando a produção de narrativas outras, viabilizando caminhar por outros rumos, diferentes daqueles enveredado pela historiografia tradicional. Isto cabe também à arqueologia.

Comecei esta pesquisa fazendo uma análise na arquitetura do DOPS/RS que, nesses últimos meses foi retomado, transformando-se no último capítulo da tese. O segundo lugar que analisei foi a PFMP, momento que ainda estava bastante focada na questão arquitetônica em relação às pessoas presas. Havia um incômodo constante sobre o que eu estava fazendo. Foi na retomada da pesquisa da Ilha do Presídio que muitos questionamentos vieram à tona, forçando a repensar-me enquanto sujeita no mundo para minimamente compreender aquele contexto. A última reflexão resultou no terceiro capítulo, quando consegui concatenar os processos da dinâmica repressiva. Esta caminhada resultou em um texto oscilante entre tempo passado e tempo presente, porque as bases estruturantes do sistema repressivo podem ser identificadas até hoje.

No primeiro capítulo desta tese exponho a análise realizada na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, no período em que serviu também como prisão política para mulheres que lutaram contra Ditadura. O objetivo das análises neste espaço prisional

³⁵ A produção bibliográfica relacionada ao estudo de memórias traumáticas ligadas à repressão das Ditaduras na América Latina e no Brasil é notável, em especial a partir de análises em perspectiva de gênero como de Leonor Arfuch (2013) em “Memoria y autobiografía”; Pilar Calveiro (2013) em “Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina”; Elisabeth Jelin (2002) em “Los trabajos de la memoria”; Susel Rosa (2009) em “Flávia Schilling e a escrita de si como dispositivo de resistência”; Graciela Sapriza (2009) em “Cuerpos bajo sospecha: um relato de la ditadura em Uruguay desde la memoria de las mujeres”; os textos de Margareth Rago (2010), Graciela Sapriza (2010), Alejandra Oberti (2010), Cristina Wolff (2010) e Alfredo Paz (2010) no livro “Gênero Feminismos e ditaduras no cone sul”.

destinado às mulheres foi entender a maneira que a PFMP foi utilizada como dispositivo repressor sobre a vida das presas. Início com um breve histórico da instituição e o contexto social de sua instalação em Porto Alegre, seguindo para uma análise arqueológica sobre o mundo material narrado pelas ex-presas políticas entrecruzada com documentação histórica (plantas da edificação).

No segundo apresento um estudo de caso sobre um lugar de prisão³⁶ utilizado para detenção de homens no período da Ditadura, a Ilha do Presídio em Porto Alegre/RS. Este lugar foi objeto de análise em minha dissertação de mestrado (Jocyane BARETTA, 2015) que retomo sob uma perspectiva crítica racializada e generificada, com a intenção de trazer novos elementos sobre como o sistema repressivo utilizava o espaço enquanto dispositivo punitivo, sobre os corpos presos. Utilizo plantas arquitetônicas e relatos pessoais dos presos políticos sobre o cotidiano na cadeia, para entender como se davam as relações entre sujeitos através da mobilização do meio material repressivo e seus efeitos no corpo da pessoa presa.

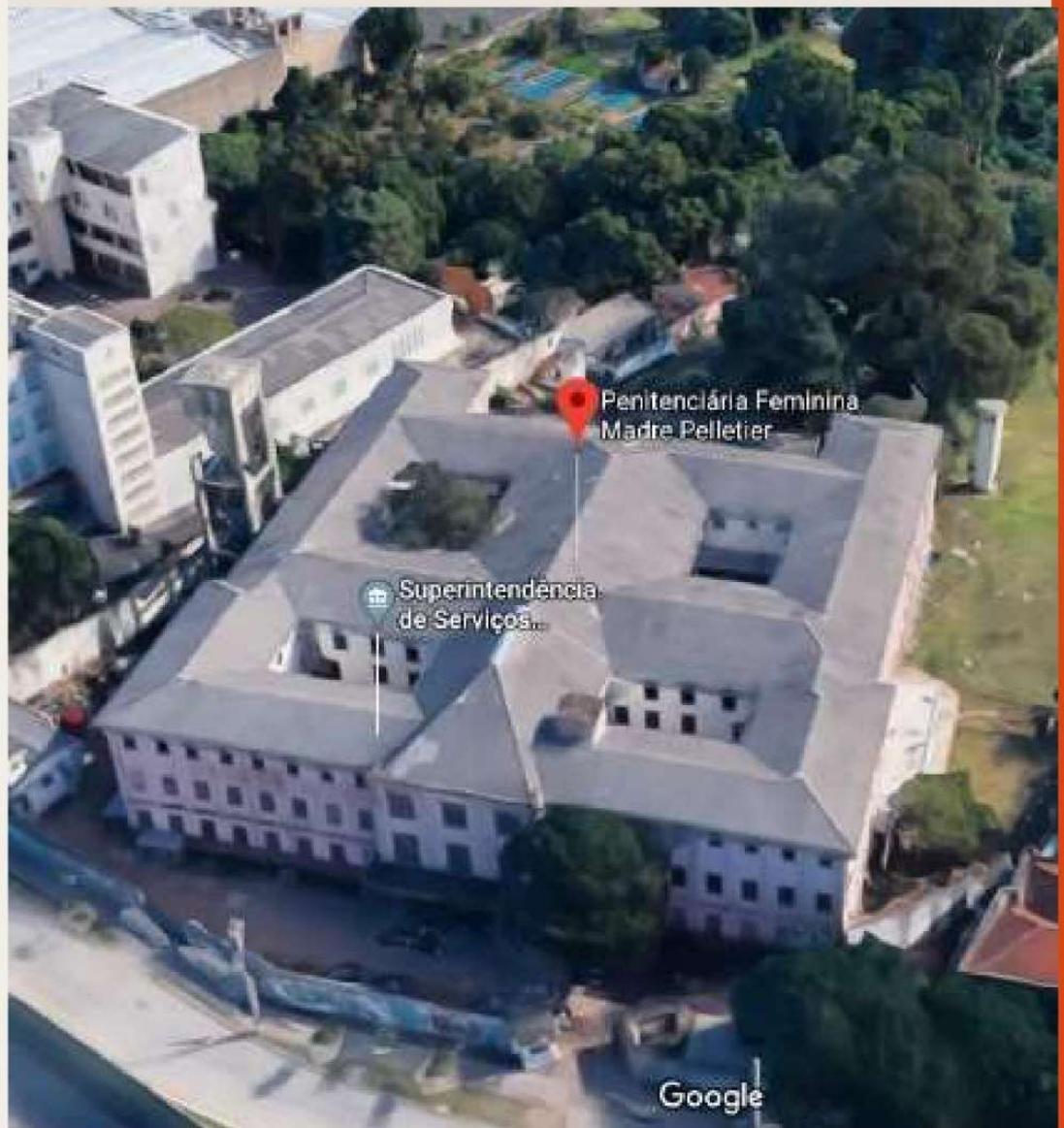
No terceiro capítulo trago uma reflexão comparativa sobre os dois estudos de caso, aprisionamento na PFMP e na Ilha do Presídio, tendo como fio condutor o tratamento destinado às mulheres e aos homens, compreendendo os processos de objetificação das pessoas pelo aparato repressor, através do uso do meio material. Para compreender as lógicas que estruturavam o trato dessas pessoas fez-se necessário trazer à baila elementos da constituição histórica do sistema prisional nacional de modo a compreender o paradigma que o sustenta. Assim, intento identificar como gênero estruturou o sistema repressivo, através do tratamento concedido às pessoas nos dois locais de prisão da Ditadura.

No quarto capítulo³⁷ busco interpretar as relações de gênero estabelecidas no mundo material da repressão em um Centro de Detenção e Tortura localizado em Porto Alegre/RS, o DOPS/RS. Tomo como base a sua arquitetura e outros materiais utilizados para tortura de pessoas dentro deste espaço. Para tanto, proponho-me a

³⁶ Análises em “lugares de prisão” durante a Ditadura fazem parte de uma área de estudos recente (Thayana SANTOS, 2016; Tatianne Ellen SILVA, 2017; Maria Eduarda MAGRO, 2020) na historiografia brasileira. Na arqueologia as publicações existentes estão centradas nos locais de prisão e tortura (Denise COSTA e Pedro MCGUIRE, 2018, Caroline LEMOS, 2019) e as análises sob uma perspectiva de gênero ainda são raras.

³⁷ Uma versão anterior foi publicada na forma de artigo na *Revista de Arqueologia*, Vol. 30 n.02, 2017, pp. 08-34.

examinar o meio material através do seu entrecruzamento com relatos de expressões políticas, com intuito de trazer à luz novos elementos da dinâmica repressiva brasileira, bem como trabalhar uma perspectiva de gênero como forma de subverter o apagamento das mulheres nesse processo.



Capítulo 1 - Freiras, putas e cadelas: Penitenciária Feminina Madre Pelletier (PFMP) e a Ditadura

A Congregação de Nossa Senhora da Caridade Bom Pastor D'Angers foi fundada por Santa Maria Eufrásia Pelletier³⁸ em 1835, na França, e tinha como missão acolher crianças abandonadas, mulheres desonradas, prostituídas, excluídas e marginalizadas (Valeska CONTI, 2017; Débora KARPOWICZ, 2017). Expandiu-se no século XIX pelos quatro continentes, atuando na administração de cárceres femininos até o final do século XX. Na América Latina, durante o século XIX, instalou-se no Chile, no Uruguai, na Argentina e no Brasil, sempre com cunho assistencialista e com objetivo de reeducação moral. A chegada da Congregação das Irmãs do Bom Pastor ao Brasil, em 1891, denota sua articulação junto ao Estado Republicano para sua instalação e permanência, bem como para atuar na reestruturação do sistema carcerário, em especial na separação dos apenados por gênero, mesmo antes da legislação³⁹ prever tal distinção (Débora KARPOWICZ, 2016; 2017).

No Rio Grande do Sul, a Congregação Bom Pastor d'Angers instalou-se primeiro na cidade de Pelotas, por meio da ação das Damas da Caridade que, posteriormente, deram suporte para sua vinda à capital gaúcha. Em Porto Alegre, na década de 1930, o Governo do Estado buscou apoio da Congregação Bom Pastor D'Angers para “construção do primeiro cárcere feminino do Brasil” (Débora KARPOWICZ, 2017, p.21), assumindo a administração da instituição entre os anos de 1936 e 1981. A PFMP, concebida e edificada sob o ideário político⁴⁰ do governo de Getúlio Vargas, está localizada junto à Avenida Teresópolis, nº 2727, no bairro de mesmo nome. Era um lugar afastado do centro à época e, sua escolha, obedece a

³⁸ Santa Maria Eufrásia Pelletier, nome de batismo Rosa Virgínia, nasceu a 31 de julho de 1796, na Ilha de Noirmoutier, próxima à costa da Bretanha – França (Valeska CONTI, 2017).

³⁹ Mulheres são mencionadas no código penal de 1940, artigo 180 da Constituição Federal da época: § 2º As mulheres cumprem pena em estabelecimento especial, ou, à falta, em seção adequada de penitenciária ou prisão comum, ficando sujeitas a trabalho interno.

§ 2º As mulheres cumprem pena em estabelecimento especial, ou, à sua falta, em seção adequada de penitenciária ou prisão comum, sujeitas a trabalho interno, admitido o benefício do trabalho externo. (Redação dada pela Lei nº 6.416, de 1977). Fonte: Código Penal, Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm Acesso em maio de 2018.

⁴⁰ Desde a República Velha (1889-1930) os governos do Estado do RS, representados pelas figuras de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros seguiam os preceitos positivistas, os quais permaneceram durante o Estado Novo (1937-1945), período em que foi edificada a penitenciária.

preceitos higienistas de expansão da cidade, apartando da vista tudo aquilo que pode ser perigoso e impuro (Mary DOUGLAS, 1966). Contudo, está situado em uma grande avenida, que permite acessos e deslocamentos com maior facilidade e distante apenas quatro quilômetros do presídio masculino, Presídio Central de Porto Alegre (hoje Cadeia Pública de Porto Alegre), edificado no mesmo período. A construção de ambas edificações tem relação com a intenção da demolição, na década de 1960, da antiga Casa de Correção, que ficava na região central, próximo da Usina do Gasômetro, e que abrigava homens e mulheres.

Inicialmente, de acordo com a historiadora Débora Karpowicz (2017), a instalação dessa congregação em Porto Alegre significou atuação em diferentes âmbitos ligados à assistência social, conformando um “caleidoscópio institucional” (Idem). Além das presas, a instituição atendia crianças carentes (orfanato); funcionava como escola doméstica em nível primário e secundário, com regime externo e de internato; era utilizada como espaço de ressocialização para jovens indisciplinadas de famílias gaúchas advindas de diferentes cidades do Estado; como convento das freiras Bom Pastor e, ainda, como asilo⁴¹ para idosas da alta sociedade. O espaço da atual penitenciária, segundo a autora, passou de Escola de Reforma⁴² para a Penitenciária⁴³ Feminina Madre Pelletier (PFMP), sofrendo uma “transmutação de convento em cárcere” (Débora KARPOWICZ, 2017 p.22), após 1970.

As informações sobre as diferentes funções desempenhadas pela instituição, preenche uma lacuna que surgiu com a identificação das plantas da edificação nesta pesquisa. A mais antiga delas corresponde à planta baixa do térreo, datada 1941/45⁴⁴ - do período de construção do prédio -, na qual está nomeada como “Asilo Bom Pastor” e a segunda, planta baixa do segundo andar⁴⁵ -, datada de 1982, refere-se à PFMP. O prédio foi edificado pelo Governo do Estado exclusivamente para abrigar a Congregação.

⁴¹ O asilo Bom Pastor existe até hoje, em funcionamento em uma edificação no terreno ao lado da penitenciária.

⁴² De acordo com a autora, entre 1950 e 1970 o local funcionou como Instituto Feminino de Readaptação Social (Débora KARPOWICZ, 2017).

⁴³ Presídio é o local onde ficam pessoas presas aguardando julgamento e a penitenciária é o espaço para onde vão aqueles condenados a cumprir pena.

⁴⁴ Documentação disponível no Arquivo Municipal da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV), em Porto Alegre.

⁴⁵ Documentação do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

Foi durante os anos de 1940 que o prédio da instituição começou a ser edificado, ou seja, quatro anos após a chegada da congregação religiosa à capital, que vinha desde 1936 atuando nas tratativas para separação de apenados por critério de gênero, recebendo as primeiras internas em fevereiro de 1937, mesmo sem uma estrutura física oficial. Em dezembro de 1938⁴⁶ a instituição é agregada ao sistema prisional do Estado do RS (Débora KARPOVICZ, 2017). Isto significa que o prédio da PFMP começou a ser edificado concomitante com as mudanças na legislação penal, em 1942, quando passou a vigorar a Lei⁴⁷ que determina a separação física de homens e mulheres nas prisões.

Esta função “caleidoscópica” (Débora KARPOVICZ, 2017) da instituição dá a conhecer elementos do contexto histórico do início do século XX, apontando para uma necessidade social de cuidado das meninas e mulheres desviadas. Primeiro, as tratativas entre a instituição religiosa e o Estado mostra uma articulação que favorece ambas as partes, a instituição por se expandir, instalar e receber benefícios governamentais (prédio, alimentação, remuneração, etc.) para desenvolver um papel que era de responsabilidade do Estado, em contrapartida, eximindo-o. Ou seja, era a ideia paternalista institucional sobre o outro colonizado, tendo a proteção como meio de exploração capitalista dos corpos de mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade, pois o Estado mantinha financeiramente toda a estrutura, bem como gratificava em espécie as religiosas⁴⁸. Segundo, um entendimento sobre ‘mulher’ pautado por valores patriarcais da sociedade moderna colonial, com o objetivo de reeducar e proteger mulheres necessitadas, consideradas desviadas, atribuindo a elas a condição de passividade e de vitimização, legitimando a lógica opressiva, dicotômica hierárquica, que é base da colonialidade de gênero (María LUGONES, 2014). Para o Estado significava uma não preocupação com as mulheres que cometiam crimes, pois, seguindo os preceitos positivistas das Teorias Criminais⁴⁹,

⁴⁶ Pelo Decreto 7.601, dizendo que o reformatório de Mulheres Criminosas deveria estar subordinado à Diretoria de Presídios e Anexos. Essa documentação pesquisada está disponível no Tomo II de Karpovicz (2017, p. 108).

⁴⁷ Código de Processo Penal, Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Débora KARPOVICZ, 2017, p.27).

⁴⁸ Ver quadro comparativo dos contratos firmados entre a Congregação e o Estado, disponível no Tomo II de Débora Karpowicz (2017, p.87-90).

⁴⁹ A advogada Karla Tayumi Ishiy (2014) faz, em sua tese, um histórico das teorias criminais desde a idade média com os discursos de Demonização, perpassando pela Ciência Criminal Positivista adentrando o século XX, seguido das Teorias Criminalistas com viés feminista iniciados nos anos de

somente homens teriam a capacidade de cometer crimes e, quando um crime era cometido por uma mulher, era por cumplicidade a um homem ou a mando de terceiros (Karla ISHIY, 2014). Neste sentido, parece socialmente lógico que uma congregação religiosa dê conta dessas demandas.

É neste contexto que surgem, nos anos 1940, prisões para mulheres baseadas no discurso de vitimização⁵⁰ em que a necessidade da separação por gênero estava relacionada a argumentos como: promiscuidade, estupros, tipo de crime cometido (os de mulheres eram considerados menos graves) e etc. Os valores patriarcais presentes neste discurso reforçavam a “inferioridade física feminina” (Césare LOMBROSO, 2013) e justificavam a necessidade de cuidado e proteção pela Igreja, pois esta teria todas as condições morais para (re)domesticar essas mulheres, por meio de princípios cristãos e ensinado atividades que definiam papéis de gênero, ou seja, (re)ensinando-as a serem mulheres. Cabe pensar que esta imagem de mulher correspondia ao estereótipo de boa mãe, de esposa, de mulher frágil e relegada ao âmbito privado, que era construída pelas irmãs do convento com base nos valores da Igreja e do patriarcado europeu que foram diretamente aplicados em Porto Alegre e nos países da América Latina onde essa congregação se instalou.

Na sequência, apresento algumas reflexões sobre o pensamento criminológico e o contexto social do período de criação da PFMP, seguida da análise arqueológica do espaço prisional entrecruzando relatos de ex-presas políticas. Para tanto, utilizo a arquitetura do prédio entendendo-a como um marco na paisagem (Felipe CRIADO-BOADO, 1998), tomando por base elementos ligados à percepção dos espaços edificadas (Xurxo AYÁN-VILA et al., 2002), buscando compreender os significados de ser uma mulher presa por motivos políticos e como o meio material era utilizado como dispositivo repressivo agindo sob suas vidas.

1970 nos EUA e Inglaterra, as quais denunciavam os valores patriarcais imbuídos nas teorias criminais, as quais eram escritas por homens e para homens.

⁵⁰ Discurso científico para institucionalização de prisões femininas no Brasil, de acordo com Débora Karpowicz: “Uma elite de criminólogos e psiquiatras, de sociólogos e de pedagogos, para os quais podem os governantes apelar com segurança, em pretendendo reformar suas prisões e seus respectivos regulamentos” (KARPOWICZ, 2017 p. 20 *apud* In: Arquivo Penitenciário do Brasil – Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1942, p. 79.)

1.1 Conventos, cadeias, criminologia e colonialidade de gênero

Os estudos de criminologia receberam influências das teorias demonológicas (Karla ISHIY, 2014) de contextos medievais que, posteriormente, foram legitimados pelos ideais positivistas, através de métodos científicos para comprovar a inferioridade física da mulher, especialmente pautada pelos estudos do médico Césare Lombroso (2013) baseados no determinismo biológico, o qual atribui a influência de características físicas, biológicas e psíquicas ao comportamento humano. Na virada do século XIX para o XX, o discurso quanto as degenerações no cérebro imputado às mulheres justificava esta inferioridade, afirmando sua incapacidade criminal, ou seja, a criminalidade era atribuída ao comportamento masculino (Karla ISHIY, 2014), o que explicava o baixo⁵¹ índice de criminalidade feminina (Débora KARPOWIVZ, 2017; Valeska CONTI, 2017) em Porto Alegre. Assim, as mulheres criminosas eram consideradas inferiores, passíveis do cuidado, proteção e da ressocialização através da moral cristã, mais do que pelo sistema jurídico-penal. As medidas aplicadas aos comportamentos desviantes estavam relacionadas às

Mulheres de má vontade, meretrizes insubmissas, impuras, *insignificantes*, e o que fazer com essas loucas que recusam o aconchego do casamento, que negam a importância do lar, e preferem circular enfeitadas pelas ruas, desnudando partes íntimas do corpo, exalando perfumes fortes e extravagantes, provocando tumultos e escândalos (...). Assim como a masturbação, a prostituição é classificada pelo saber médico e criminológico como “vício” (...) que tende a alastrar-se e a corromper todo o corpo social (Margareth RAGO, 1985, p.85 [grifo meu]).

Desde a metade do século XIX, no Brasil, a situação prisional feminina entrou em pauta (secundária) nas discussões dos profissionais (homens) ligados à

⁵¹ O baixo índice criminológico feminino, segundo a crítica feminista das teorias criminológicas, está relacionado aos papéis de gênero e ao fato das mulheres não possuírem o mesmo espaço público, nem as mesmas oportunidades que os homens (Karla ISHIY, 2014), ou seja, trata-se da mulher inserida na sociedade patriarcal ocidental moderna onde era definida como incapaz de cometer crimes. Em 1941 no RS havia 68 presas e, em âmbito nacional, havia um total menor que 400 mulheres (Débora KAPOWICZ, 2017 p.31). Atualmente, a população carcerária feminina no Brasil ainda é menor que a masculina, de acordo com o Infopen Mulheres de 2016 (uma base de dados sobre o perfil das mulheres privadas de liberdade). O Brasil ocupa o quarto lugar dos países com maior população carcerária feminina, 40,6% para cada 100 mil/hab, ficando atrás dos EUA, China e Rússia. Contudo, as taxas percentuais em junho de 2016 mostram o crescimento da população carcerária feminina de 656%, enquanto que a masculina foi de 295% no mesmo período, ou seja, o registro tardio e à falta de políticas públicas voltadas ao sistema carcerário de mulheres aponta a invisibilidade da mulher dentro do aparato burocrático bem como o descaso relativo às prisões femininas no Brasil. Dados disponíveis em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf Acesso maio/2018.

criminologia, à administração, à organização e ao funcionamento dos estabelecimentos prisionais, os quais buscavam diálogo com instituições Europeias e Norte Americanas (Débora KARPOWICZ, 2017). Os estudos tomavam como referência os sistemas punitivos desses países hegemônicos, ou seja, a construção do sistema penal brasileiro está assentada sobre as bases do patriarcado e de um positivismo racista que são reproduzidos, ainda hoje, no ambiente carcerário⁵². Cabe pensar a influência da matriz antropocêntrica do sistema punitivo (Raquel MATOS e Carla MACHADO, 2012), a qual tem o homem como parâmetro e base para criação de políticas prisionais para os processos e estudos criminalísticos. Deste modo, é viabilizada a reprodução de relações de poder que são desiguais, não considerando as especificidades femininas, negligenciando e desrespeitando direitos fundamentais, ferindo a dignidade humana de mulheres privadas de liberdade. Ademais, foi dentro da lógica da expansão de conventos ou instituições de clausura católica, que tinham como princípio a proteção da honra familiar feminina dentro da sociedade patriarcal colonial-capitalista (Dafna LEVINSKY, 2010), que o assistencialismo da Congregação das irmãs Bom Pastor D'Angers adquiriu experiência na administração de cárceres femininos pela América Latina, assentando-se também em Porto Alegre.

Sendo assim, o sistema penitenciário feminino local é um dispositivo de controle social constituído pelos valores patriarcais e racistas advindos da modernidade colonial, que são utilizados para definir quem são as sujeitas criminosas que vão ocupar os espaços da PFMP desde os seus primórdios. Além disso, as teorias criminológicas, utilizadas pelo Estado positivista, dão o tom dos valores ali institucionalizados. Tenho como objetivo olhar para esse contexto material em uma perspectiva feminista, com a intenção de identificar os paradigmas coloniais que foram enraizados também na concepção arquitetônica e demais bases materiais, como forma de compreender os modos como os espaços foram utilizados enquanto dispositivo repressivo durante o período Ditatorial.

A teoria de conhecimento situado (Donna HARAWAY, 1995) serviu de reflexão para buscar o perfil das mulheres presas na instituição desde seus primórdios. A tarefa

⁵² Dados do Infopen Mulher (2016) sobre perfil da mulher presa: 72% são negras, 68% têm entre 18 e 34 anos, 45% possui ensino fundamental incompleto e, por fim, 40% das mulheres presas em 2016 ainda não haviam recebido condenação. Fonte: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf Acesso, maio/2018.

de identificar quem são estas sujeitas e onde elas estavam inseridas no contexto da época de criação desta unidade prisional não tem sido fácil. Até o momento, as informações obtidas dizem respeito aos tipos de crime mais incidentes cometidos antes da década de 1970⁵³, os quais estavam relacionados a furtos ou crimes passionais. Durante a Ditadura houve mudanças na Lei Penal, em 1968, e as que mais influenciaram a dinâmica da PFMP foram aquelas relacionadas ao combate às drogas, gerando um aumento significativo na população carcerária somente após 1980 (Débora KARPOWICS, 2017). Contudo, o período da Ditadura é bastante nebuloso na história da instituição, porque os dados disponíveis não apresentam relação direta com o regime autoritário vigente à época.

De acordo com Débora Karpowicz (2017 p.23 tomo II), o número de ocupantes assistidos pela instituição⁵⁴, em 1964, era de 488 pessoas no total, sendo 52 apenadas; em 1968 eram 32 e, em 1974, eram 53 mulheres presas, dentre elas apenas uma por motivos políticos (ver tabela). Esta documentação⁵⁵ revela dados desconhecidos, sem qualquer padrão de registros por parte da instituição. Ainda assim, dá a conhecer sobre a mudança do perfil da instituição, passando a atuar, depois de 1970, como cadeia e não mais como convento. Ademais, essa forma de registro (ou o que restou deles) legitima o uso da instituição para fins políticos, bem como a compactuação desta Congregação religiosa com o regime instalado.

Tabela 1 Pessoas assistidas pela instituição.

ANO	APENADAS	MENORES	ALUNAS EXTERNAS	ALUNAS INTERNAS	IDOSAS	PRESAS POLÍTICAS
1964	52	67	330	12	27	0
1968	32	Não informado	Não informado	Não informado	27	0
1974	52	Sem função	Sem função	Sem função	Sem função ⁵⁶	1

⁵³ Entre 1950 e 1970 o prédio era utilizado como Instituto Feminino de Readaptação Social. Entretanto é após 1970, que a instituição recebe o nome de penitenciária coincidindo com o seu uso intenso enquanto prisão política. Utilizo, para fins pragmáticos, o nome de PFMP para todo o período em estudo nesta tese (1964-1985), considerando que o primeiro registro de uso como prisão política ocorreu em 1969 (ver tabela 3).

⁵⁴ Documentação depositada no Arquivo da Congregação Bom Pastor D'Angers em São Paulo, Livros de Registros/Livro de Capítulo/43 – Atas manuscritas pelas irmãs desde 1936 até 1977. Cabe informar que esses são dados secundários, analisados e sistematizados por Débora Karpowicz (2017 p.23 tomo II).

⁵⁵ Não tive acesso às fontes originais porque estas se encontram no Acervo Bom Pastor D'Angers em São Paulo, de acordo com o mapa de fontes da autora (Débora KARPOWICZ, 2017).

⁵⁶ Sem função significa que em 1974 a instituição funcionava apenas como penitenciária.

Para a década de 1970 parece haver um vazio de informações, tanto sobre o perfil das apenadas, quanto sobre o número destas em relação às presas políticas. Esta imprecisão é um dado característico do período, denotando o uso eficaz do aparelhamento burocrático por parte do Estado autoritário, na diluição de responsabilidades através da produção de informações desconstruídas e parcas. É muito provável que o perfil das mulheres privadas de liberdade por motivos não políticos fosse semelhante aos dados disponíveis hoje no Relatório do Infopen Mulher (2016): uma maioria de mulheres pobres, negras e com baixo grau de instrução. A falta de informação e acesso foi um entrave encontrado no decorrer desta pesquisa, contudo, parte do trabalho de uma arqueóloga é montar quebra-cabeças partindo das amostras disponíveis.

Tabela 2 População carcerária: apenadas X presas políticas

ANO	Nº de APENADAS	Nº de PRESAS POLÍTICAS
1964	52	Sem informação
1968	32	Sem informação
1969	Sem informação	1
1970	Sem informação	6
1971	Sem informação	4
1972	Sem informação	4
1973	Sem informação	2
1974	52	1
1975	Sem informação	1
1979	Sem informação	1

As informações da tabela acima correspondem ao índice de população carcerária, disponibilizado por Débora Karpowicz (2017), comparado com os dados levantados nessa pesquisa, oriundos dos Processos de Indenização Política (APERS), sobre as mulheres que passaram pela instituição. A documentação produzida pela historiadora informa que, no ano de 1968 houve um declínio abrupto no número de apenadas, que era de 32 em 1968, levantando a hipótese de ter relação com o aumento de presas políticas, visto que foi o ano de promulgação do A.I -5. Contudo, essa informação não procede porque, ao analisar os processos de indenização política, verifico um número relativamente baixo (15) de presas políticas (entre 1969 e 1979), se comparado ao número de apenadas em 1968 na instituição. A discrepância de informações, registros e documentos insere a instituição na lógica

burocratizante na produção de informações desencontradas e de falta de registro característica do regime, significando uma lacuna de informação sobre a década de 1970. A historiadora percebe aumento da população carcerária, somente nos anos 1980, por crimes ligados ao tráfico de drogas, coincidindo com a saída da Congregação da administração do presídio (Idem).

Para o período da Ditadura, a documentação reunida nos Processos de Indenização Política (APERS) revela o perfil de pelo menos 15 mulheres que passaram pela instituição na condição de presa política entre 1969-1979, sendo que, entre os anos de 1970-1972, ocorreu o uso mais intenso do espaço prisional. Eram mulheres com idade média de 25 anos, em sua maioria branca, à época estudantes universitárias, possivelmente, oriundas de setores médios urbanos e, todas elas, militantes de organizações de esquerda (ver tabela 3), destoando do perfil das apenadas que ocupavam a instituição.

Tabela 3 Perfil das presas políticas

NOME	IDADE	PROFISSÃO ATUAL	MILITÂNCIA	GRAU DE INSTRUÇÃO	COR	ENTRADA	SAÍDA
Eliana Lorentz Chaves	19	Psicóloga	VPR	Superior	branca	abr/70	jul/70
Helena Lúcia Rudolphi Carneiro	22	Bancária	VAR-Palmares	Superior	branca	abr/70	jun/70
Ignês Maria Serpa de Oliveira - "Martinha"	22	Veterinária	VAR-Palmares	Superior	branca	abr/70	fev/71
Leane Ferreira de Almeida	24	Bancária	POC Part. Operário Comunista	Superior	branca	09/10/1972	15/12/1972
Léia Schacher Abramovich	22	do lar	POC	superior incompl.	não identif.	ago/71	abr/72
Mailde Cresqui	26	Costureira	VPR	ensino médio	branca	fev/71	jun/71
Mara Alvarenga	não identif.	n identificada	não identif.	não identif.	não identif.	jul/70	ago/70
Maria Aparecida Falcão	não identif.	N	n identificada	não identif.	não identif.	abr/70	jun/70
Maria Celeste Martins	28	Geógrafa	VAR-Palmares	Superior	não identif.	abr/72	ago/73
Nara Helena Neumann Machado	24	Arquiteta	Fração Bolchevique Trotskista	Superior	branca	mai/70	mai/70
Sandra Helena Machado	22	Professora	Fração Bolchevique Trotskista	superior incompl.	não identif.	XX/1969	XX/1969
Sônia Venâncio Cruz	30	conselheira tutelar	VAR-Palmares	não identif.	branca	jan/74	mar/79
Terezinha de Jesus Pereira Burmeister	23	professora universitária	Ação Popular	Superior	branca	nov/70	abr/71
Vera Lúcia Huebra Neto Saavedra Durão	26	Jornalista	VAR-Palmares	Superior	branca	jun/70	abr/72
Vera Lúcia Stringuini	29	médica	Fração Bolchevique Trotskista (Part. Oper Revolucionário)	Superior	branca	mar/70	mar/73

Os dados apresentados acima permitem traçar o perfil das presas políticas e conhecer quem são estas mulheres que, um dia ousaram combater diretamente o regime autoritário imposto e, para isto, precisaram romper paradigmas sociais filiando-se às organizações de esquerda, assumindo lugares na esfera pública que comumente eram ocupados por homens (Joana PEDRO e Cristina WOLF, 2010).

Entender a diferença entre presa política e presa comum dentro da PFMP perpassa uma série de eixos, dentre eles os de gênero, raça e classe, os quais demarcam lugares e significados. A começar pela definição social e do Estado quanto ao rótulo de mulheres criminosas, que era pautado no tipo de crime cometido e nos paradigmas da modernidade colonial que sustentava tal definição. Além disso, os espaços físicos ocupados dentro da cadeia, o tratamento recebido e a forma com que a estrutura prisional era utilizada legitimava essa distinção, conforme o relato de Maria Celeste Martins:

Em Porto Alegre fomos entregues a uma escolta do DOPS que levou as mulheres presas, no caso Leane Almeida, Léia Schacher, Zilá e eu para o presídio feminino Madre Pelletier. Instalaram-nos nas celas de isolamento destinadas a “castigos” de presas comuns ou as que tinham que ser mantidas incomunicáveis (Maria Celeste MARTINS, 1998 p. 17).

Ser presa política dentro do PFMP significava ficar incomunicável e alojada no espaço destinado ao castigo das presas comuns. Somente ter acesso aos relatos não foi suficiente para se compreender a dimensão da violência perpetrada pelo Estado autoritário, nos corpos de mulheres que já haviam passado por sessões de tortura no DOPS/RS. Digo isso porque, durante esta pesquisa, só pude me aproximar dos possíveis significados de ser uma mulher presa política naquele espaço quando acessei um relato, em vídeo (MAPA DA REPRESSÃO, 2014) no qual Ignez (Martinha) mostrou o lugar onde ficou presa, entre cruzando-o com as plantas da edificação. A dimensão visual foi imprescindível para acessar esse mundo material, extrapolando os elementos presentes do texto relatado, revelando as limitações do mesmo e, em contrapartida, alavancando o seu potencial quando conjugado aos elementos materiais. Neste sentido, reitero a importância do mundo material da repressão para contar histórias dessas mulheres, bem como fornecer pelo menos um pouco da dimensão da violência estatal e dos significados de estar presa naquele espaço por motivos políticos.

Durante a Ditadura, mulheres militantes de esquerda passaram a ser uma questão do Estado, jurídico-criminal, porque subversivas foram consideradas inimigas internas, de acordo com a lógica da DSN. O espaço prisional da PFMP ainda era administrado pelas freiras (moral cristã) e o argumento de desqualificação também justificava a punição de mulheres subversivas. Mailde conta que foi presa em casa por uma multidão de homens, agentes do DOPS, em dezembro de 1971 e, quando os vizinhos começaram a sair na rua para ver a movimentação, Nilo Havelha (torturador), segurando-a pelo braço, a expôs diante dos moradores, dizendo:

Estão vendo esta PUTASSA? Esta vagabunda é subversiva, viciada, traficante, prostituta e, todo esse tempo se fez passar de boa moça, enganou vocês todos (Mailde CRESQUI, 1998 p.37).

Este é um elemento chave do pensamento heteronormativo moderno utilizado pelo aparato repressivo, definindo a mulher militante como prostituta por não se enquadrar em papéis de gênero, de mulher docilizada que ocupa o espaço doméstico. Este modelo de feminilidade tem relação direta com o surgimento do capitalismo, o qual logo erigirá o modelo burguês de mulher como “esposa ideal, passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas” (Silvia FEDERICI, 2017 p.205). As mulheres que se atreviam romper com esses paradigmas foram historicamente conceituadas como putas. Este entendimento é datado pelo advento do capitalismo que, segundo a historiadora Silvia Federici (2017), partiu da nova divisão sexual do trabalho, que estava ligada à expropriação de terras (cercamentos) e a naturalização do corpo e do trabalho da mulher, autorizando sua exploração.

De acordo com este novo contrato social-sexual, as mulheres proletárias se tornaram para os trabalhadores homens substitutas das terras que eles haviam perdido com os cercamentos, seu meio de reprodução mais básico e um bem comum de que qualquer um podia se apropriar e usar segundo sua vontade. Os ecos desta “apropriação primitiva” podem ser ouvidos no conceito de “mulher comum” (Karras, 1989), que, no século XVI, qualificava aquelas mulheres que se prostituíam. Porém, na nova organização do trabalho, todas as mulheres (exceto as que haviam sido privatizadas pelos homens burgueses) tornaram-se bens comuns, pois uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos (Silvia FEDERICI, 2017 p.191).

O trecho acima mostra que o ideário capitalista, desde seus primórdios, se constituiu num processo político, com o claro objetivo de retirada de autonomia e poder social das mulheres. Desde o século XVI, aquelas que se dispunham a ocupar o espaço relegado aos homens (público) eram consideradas “megeras sexualmente agressivas ou até mesmo como “putas” ou “bruxas”” (Silvia FEDERICI, 2017, p. 189). Assim, é possível compreender de onde vêm os valores misóginos que compõem a lógica repressiva do Estado autoritário em Porto Alegre, que aparecem nas salas de tortura e nos espaços prisionais, onde as mulheres presas são chamadas de putas comunistas. Isto significa a atualização de valores coloniais, partindo da desqualificação da mulher, sob alegação de periculosidade, onde as jovens militantes eram consideradas putas perigosas pelo Estado repressivo e o seu corpo violável. O mesmo se nota no relato da ex-presa política Vera Lúcia (depois de ter sido torturada no DOPS/RS) sobre os procedimentos de revista para sua entrada na PFMP, “(...) chegando, fui submetida a toda sorte de constrangimentos, sob alegação de periculosidade (Vera Lúcia STRINGUINI, 1998 p.05).

Estes excertos deixam transparecer como os estudos da criminologia da virada do século XX, somados ao ideário assistencialista da Congregação Bom Pastor D’Angers, resultaram na construção de uma instituição de clausura em Porto Alegre, que perpassou de convento à cadeia. Dentro da PFMP, as práticas de violência sobre o corpo das mulheres em situação de privação de liberdade, por motivos políticos, foram autorizadas e legitimadas pelos discursos de combate ao inimigo interno que se constituíram pelos valores da modernidade colonial, permanecendo imbuídos da lógica do sistema repressor e materializados por meio de castigos e ações punitivas que vão muito além do fato de manter a mulher presa. A análise arqueológica sobre o espaço prisional possibilita compreender os elementos que estão imbricados no mundo material repressivo, os quais permaneceram, ao longo do tempo, invisíveis à história.

1.2 Inapropriadas ficam fora

O lado de fora. Antes de mais nada, gostaria de ressaltar que o lado de fora serviu, também, como uma metáfora para pensar o meu fazer arqueológico que, até então, estava “encaixado” como uma fórmula para analisar estruturas arquitetônicas

repressivas. Mas a PFMP me jogou para fora. A metodologia arqueológica (Andrés ZARANKIN, 2002; Xurxo AYÁN VILA et al., 2002) que vinha utilizando para pensar os espaços prisionais, de detenção e tortura na cidade, ofereceu um bom resultado na Ilha do Presídio⁵⁷. Contudo, para analisar a PFMP, ela se tornou inadequada. As técnicas de aplicação do *Modelo Gamma*, para análise de movimento e circulação, foram insuficientes para pensar esse contexto prisional. Ainda que a PFMP ocupe um prédio construído dentro de uma lógica institucional religiosa, que obedece aos padrões de uma estrutura panóptica⁵⁸ (Jeremy BENTHAM, 2000) e que foi utilizada enquanto dispositivo de dominação e controle (Michel FOUCAULT, 1979; 2009), sua análise isolada não era suficiente, porque as presas políticas ficavam fora da edificação principal.

Assim, na medida em que a pesquisa caminhava, a metodologia foi se construindo de maneira dinâmica, se retroalimentado a partir das informações que o campo ia trazendo. Este foi um processo lento de reconhecer as especificidades de cada um dos espaços pesquisados e entender a agência de cada um deles no diálogo que estabeleci com o mundo material da repressão em Porto Alegre. Era mais uma vez o mundo material me dizendo: não, não é por aí! O método de leitura dos espaços através da arquitetura – *modelo gamma* -, não deu conta de responder ao questionamento: qual a relação das presas políticas com o espaço prisional utilizado como dispositivo repressivo? Qual a ação deste mundo material sob o corpo dessas mulheres? Isto significou que o *modelo gamma* de análise espacial e de circulação (Andrés ZARANKIN, 2002; Jocyane BARETTA, 2015, Valeska CONTI, 2017) se mostrou limitado para entender as informações que a PFMP estava oferecendo. Isto porque uma análise arqueológica da edificação principal não forneceria dados a respeito da relação das presas políticas com o mundo material, porque elas foram colocadas do lado de fora do prédio principal.

⁵⁷ O sítio RS.JA-84 Ilha das Pedras Brancas, foi um presídio político pesquisado no mestrado em que utilizei o *Modelo Gamma* (possibilidades de circulação e de acessos, representada em um gráfico) coadunado a técnicas de análise da percepção (uso dos cinco sentidos) para estudo da arquitetura e da paisagem do espaço prisional. Essa análise servirá de base para estudo de caso em capítulo subsequente.

⁵⁸ Panóptico ou Pan-óptico diz respeito às formas arquitetônicas que servem ao controle social (penitenciárias, escolas, conventos, hospitais), de modo que os espaços são otimizados para obtenção de maior controle sobre eles com o menor número de pessoas para exercer vigilância. Foi criada por Jeremy Bentham, um filósofo e jurista inglês, em 1785.

Assim, as ferramentas utilizadas neste capítulo correspondem a adaptações da Análise Formal e da Percepção propostas por Xurxo Ayán-Vila et al (2002) enquanto base metodológica para estudos arqueológicos da arquitetura. A Análise Formal diz respeito ao entendimento do espaço a partir da organização das formas edificadas, inclusive aquela fora do prédio principal, buscando uma análise funcional e simbólica (David CLARKE, 1977; Ian HODDER e Clive ORTON, 1990; Richard BLANTON, 1994). Esta análise possibilitou reconhecer fatores sociais e simbólicos empreendidos na concepção da edificação ocupada pelas presas políticas, além de identificar aspectos da comunicação não verbal (Amós RAPOPORT, 1982), como por exemplo, os significados de manter alguém presa naquelas celas solitárias. A análise consiste na descrição dos elementos que compõem a paisagem prisional⁵⁹, decompondo o espaço social, desfragmentando os diferentes níveis que o constituem. Assim, é possível entender quais os componentes básicos de sua morfologia, ou seja, conhecer qual a lógica interna de composição dos espaços e sua finalidade.

A Análise da Percepção diz respeito aos modos como os espaços foram percebidos pelas pessoas que estiveram presas no PFMP através de quaisquer dos cinco sentidos. Existem diferentes maneiras de se perceber espaços edificados podendo ser através da iluminação, da acústica, das cores, de texturas (Francis CHING, 1995) de cheiros e, da percepção visual que se fundamenta na “qualidade transespacial da visão” (Xurxo AYÁN-VILA et al., 2002 p.38). Esta qualidade tem por base a distância, a qual acaba criando uma gradação visual, dispondo os acessos, formando linhas divisórias entre o público e o privado, variando os percentuais de visibilidade. Estes acessos atuam como um meio de controle espacial, implicando restrições em certas áreas, circunscrevendo quem pode circular onde ou ainda quem pode enxergar o quê (Jocyane BARETTA, 2015).

Deste modo, optei por trabalhar a espacialidade do terreno como um todo, não só do prédio em si, através da elaboração de um croqui geral que possibilitasse identificar o posicionamento das estruturas no espaço, compreendendo sua função e aspectos simbólicos sobre o modo com que eram utilizadas, sua circulação, etc. Assim, o prédio principal foi entendido enquanto marco referencial na paisagem

⁵⁹ Entendo como paisagem prisional toda área prisional delimitada por muros ou barreiras naturais, considerando todos elementos materiais inseridos neste contexto.

(Felipe CRIADO-BOADO, 1998; 1999), possibilitando reflexões sobre como as ocupantes daquele lugar o percebiam, quais os significados de estar ali, bem como quais os impactos desse meio material sobre seus corpos.

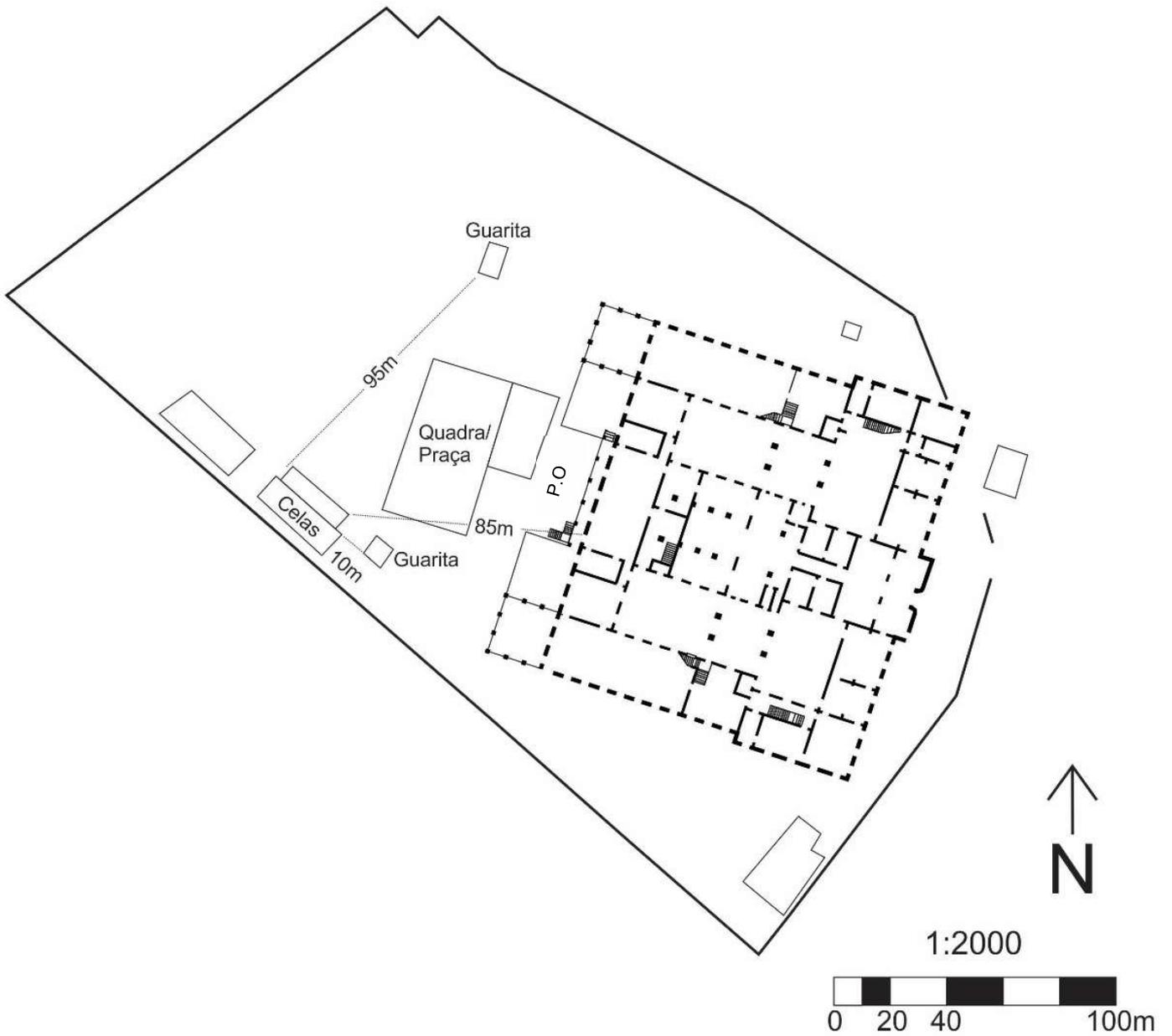
As concepções e representações espaciais aparecem em diferentes âmbitos da ação social (Felipe CRIADO-BOADO, 1999), isto é, em discursos, em saberes, em práticas que conformam uma regularidade espacial, ou seja, as representações sociais da paisagem podem ser reconhecidas pela inter-relação entre os produtos físicos e práticas sociais que podem ser estudadas por meio da arqueologia. Assim, reafirmo a validade de uma arqueologia sem escavação, justificada pelo uso de um croqui que foi elaborado com base em outros panos de fundo, isto é, nos relatos de ex-presas políticas, em fotografias, em documentos e em imagens de satélite, fugindo dos padrões de elaboração científica de plantas arquitetônicas ou de engenharia, que são as bases dos estudos arqueológicos da arquitetura. Este croqui é adaptado de fontes oficiais e está baseado nas especificidades locais, ou seja, nos elementos êmicos trazidos pelo campo. Cabe reconhecer que o referencial metodológico adotado é de autores homens, que estão imbuídos na tradição de pensamento ocidental (eurocêntrica), mas que podem indicar um caminho para se pensar arqueologicamente o contexto em estudo de forma diferente quando coadunado a uma perspectiva feminista.

Neste caso, o uso da percepção através da visão serviu para compreender a relação das mulheres com a organização do espaço, através do tato para as questões de frio /calor, paladar relativo à comida oferecida, olfato para falar das condições insalubres a que estavam submetidas e, por fim, o da audição, procurando compreender o que se podia ouvir das celas. E, em contrapartida, reconhecer a agência desse meio material e como ele foi utilizado como um dispositivo repressivo contra mulheres consideradas socialmente inapropriadas.

Cabe lembrar que a metodologia de Análise Formal e da Percepção foi anteriormente aplicada às estruturas arquitetônicas do contexto repressivo de prisão política masculina, na Ilha do Presídio (Jocyane BARETTA, 2015), ou seja, há resultados potencialmente comparáveis, que possibilitam responder questionamentos quanto às questões de gênero no mundo material da repressão, que serão discutidas nos próximos capítulos.

1.2.1 Entendendo as formas

O terreno da Congregação Bom Pastor D'Angers mede aproximadamente 15.792 m² de área total, e nele há um conjunto de elementos que conforma uma paisagem (Felipe CRIADO-BOADO, 1999) prisional com a qual pretendo elaborar algumas reflexões. O prédio da PFMP é o elemento principal desta paisagem e é entendido enquanto uma instituição total (Erving GOFFMAN, 1974), porque possui características de controle sobre a vida dos seus ocupantes em sua totalidade, possuindo uma arquitetura em formato quadrado, com espaços internos de vigilância, em modelo panóptico (Valeska CONTI, 2017) (ver Planta 2). Este servia de habitação das freiras, asilo, escola, espaço prisional, entre outras funções ao longo do tempo. Contudo, o foco desta análise é o período Ditatorial em que o convento já havia se transformado em cadeia, inclusive para presas políticas.



Planta 2 Croqui da paisagem prisional e das formas edificadas na PFMP. Desenho Luísa D'Ávila, 2018.

Há duas guaritas, a noroeste, para vigilância e uma laje/praça quadrada, aberta, no pátio dos fundos. No lado direito (Planta 2), ao norte, colado ao prédio há outra edificação retangular, pequena, anexada às paredes do prédio principal e, até o momento, não foi possível identificar o seu uso. A construção retangular ao sul, junto à fachada frontal que se assemelha a uma pequena casa, possivelmente sirva para atividades administrativas de guarda, porque está localizada junto à chegada ao prédio, de onde se tem boa visibilidade do acesso principal. Na lateral sul, entre o muro e o prédio, há uma guarita de vigilância retangular não representada nas plantas oficiais, mas que é possível visualizar através das imagens de satélite (Figura 2 e 3). A forma do terreno também é retangular e sua topografia apresenta um leve desnível ao sul (ver curvas de nível Figura 1).

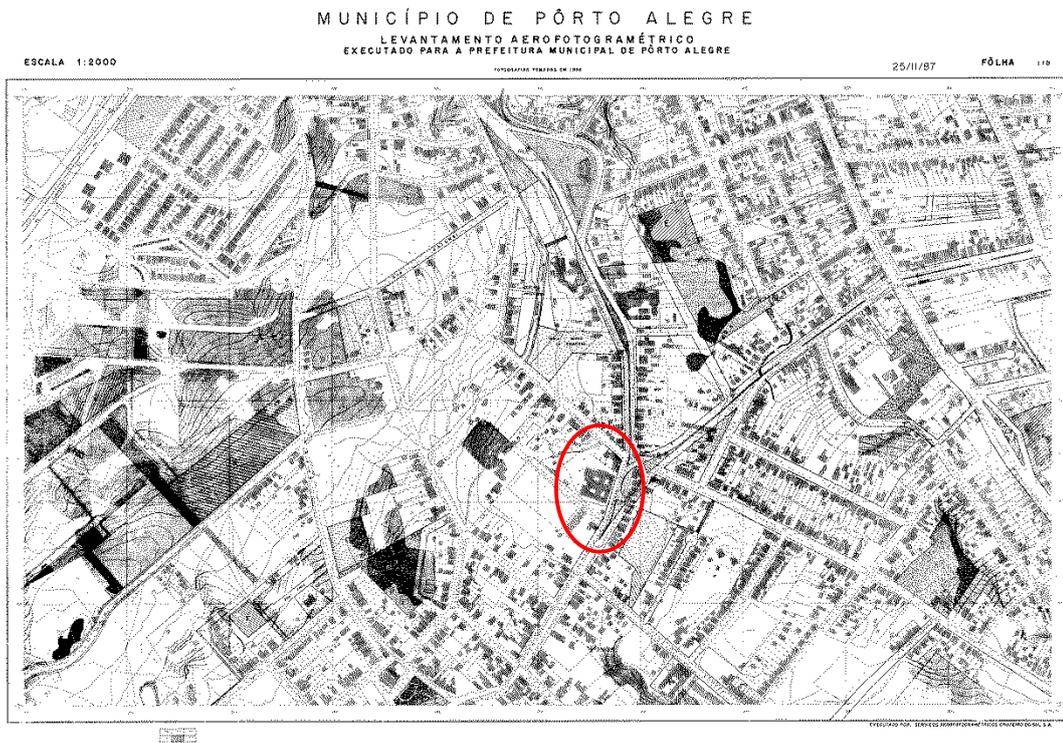


Figura 1 Levantamento aerofotogramétrico de 1956.



Figura 3 Vista frontal da PFMP e à direita, vista dos fundos com indicação área do isolamento. Fonte: Google Maps, 2018.



Figura 2 Vista dos fundos da PFMP com a circulação até as celas da solitária. Fonte: Google Maps, 2018

É importante reconhecer as formas que compõem esta paisagem, porque elas dizem respeito às intenções e aos significados atribuídos a esta arquitetura. No caso, a maioria das formas são quadradas ou retangulares, obedecendo a lógica da edificação principal de espaços cercados, bem delimitados, que facilitam o controle dos corpos dos seus ocupantes, por meio de segregação espacial e do esquadramento (ver Planta 2). Assim como os vãos quadrados (Figura 3) que correspondem aos pátios internos do prédio demarcam o controle de um local com céu aberto, mas cercado, vigiado. Isto significa dizer que cada um dos elementos dessa paisagem possui função específica e bem delimitada, em especial uma das duas edificações retangulares junto à divisa sudoeste, fora do prédio principal, que corresponde às celas de isolamento ou solitárias onde permaneceram as presas políticas (ver Figura 2), conforme relatou Eliana:

No presídio disseram que eu ficaria presa até o julgamento e me colocaram sozinha em uma cela que ficava fora do prédio principal. Me disseram, depois, que eram as celas da solitária (Eliana CHAVES, 1998 p. 08).

Esta construção não faz parte da arquitetura prisional e não consta na planta do prédio principal, ou seja, é uma estrutura à parte, construída com um fim específico,

de solitárias. Na documentação oficial⁶⁰ que tive acesso, que são duas plantas baixas (1940/45 e 1982) e a matrícula do imóvel, não aparecem modificações ou reformas na edificação, o que dificultou identificar, inicialmente, onde exatamente estavam localizadas as celas da solitária. Foi somente através do relato de Ignez Maria Serpa – “Martinha” -, produzido em vídeo⁶¹ que descobri como e onde estavam localizadas (ver Figura 5) dando uma noção de distância dessas celas com relação ao edifício principal (ver Figura 4 e Planta 2).

Figura 4 Vista das celas em direção aos fundos da PFMP (MAPA DA REPRESSÃO, 2014).



Figura 5 Vista do prédio em direção às celas (MAPA DA REPRESSÃO, 2014).

A partir das plantas, imagem de satélite e dos relatos, é possível reconstruir essa paisagem prisional de modo a realizar uma análise sobre o que se pode ver a partir de um ponto zero ou ponto de observação (PO), definido de modo arbitrário para referência espacial. Neste caso, foi definido na porta dos fundos do prédio principal (ver Planta 2). Este tipo de análise visual⁶² consiste em compreender a distribuição

⁶⁰ Documentos oficiais correspondem àquelas produzidos pelo Estado. Como mencionado anteriormente, localizar e acessar essa documentação foi bastante difícil, primeiro por se tratar de uma penitenciária ainda em funcionamento o que esbarra em questões de segurança e, segundo, porque o acesso à informação sobre o período da Ditadura significa o Estado produzindo e entregando provas contra si mesmo.

⁶¹ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bbyclCXfapM> Acesso em maio/2018.

⁶² Esta análise foi adaptada das Análises da Percepção Visual que é composta pela Visualização (movimento) e de Visibilidade (estático) proposta por Xurxo Ayán Vila et al (2002). Inserir este aspecto

das formas arquitetônicas no espaço a partir da visão, que pode ser em movimento ou de maneira estática.

Assim, o que se pode ver quando estamos em movimento⁶³ diz respeito ao domínio visual e o grau de exposição das formas arquitetônicas em relação ao percurso realizado, neste caso no pátio dos fundos da PFMP. De acordo com Xurxo Ayán Vila et al. (2002) a capacidade média de visibilidade do olho humano corresponde ao ângulo de 240°, dentre o qual é dirigido a vista até os limites oferecidos pelas barreiras arquitetônicas, sendo os mais expostos aos olhos os considerados públicos e os mais ocultos, privados (Jocyane BARETTA, 2015). É possível enxergar do ponto zero (PO) as duas guaritas, a laje/praçã, as árvores e, junto à divisa sudoeste, as celas da solitária. As possibilidades de circulação nesse espaço podem ser diversas, contudo há de se considerar que o caminhamento pelo pátio, possivelmente era acompanhado por um agente que definia a rota a ser seguida, exceto quando as presas comuns tomavam banho de sol. Digo isto porque as presas políticas não saíam da área das solitárias, tomavam sol no pátio interno das celas.

Em relação à organização da paisagem prisional (traços do terreno, topografia e formas edificadas) percebida de maneira estática, ou seja, a partir de um ponto zero (PO), é possível determinar os diferentes elementos que a compõem e com relação ao seu domínio físico, topográfico e ainda, quando possível, comparar a outras construções no seu entorno. Segundo Xurxo Ayán Vila et al (2002) o objetivo desta análise consiste em interpretar que tipo de ambiente é criado, se esta construção está imbuída em uma panorâmica aberta ou fechada, se está isolada ou não, observar a organização dos volumes exteriores, se existe uniformidade ou não e, ainda, identificar as condições visuais presentes em cada nível espacial da construção.

na Análise Formal e não na Percepção porque, neste caso, a questão visual está diretamente relacionada com as formas identificadas na PFMP.

⁶³ Esta análise foi executada a partir do PO (porta dos fundos do prédio principal) com base nas imagens do depoimento em vídeo e nos relatos das ex-presas, porque não tive acesso à PFMP.

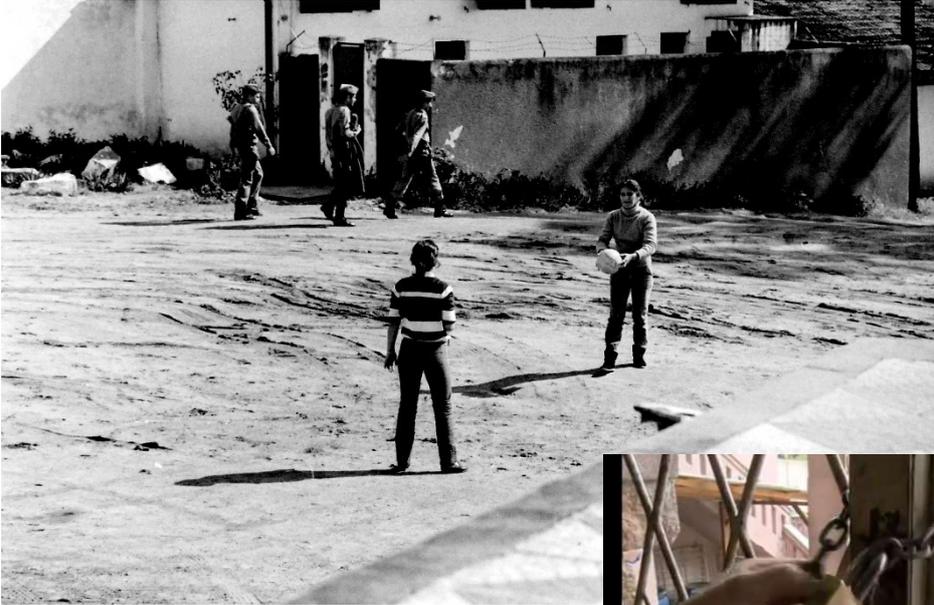
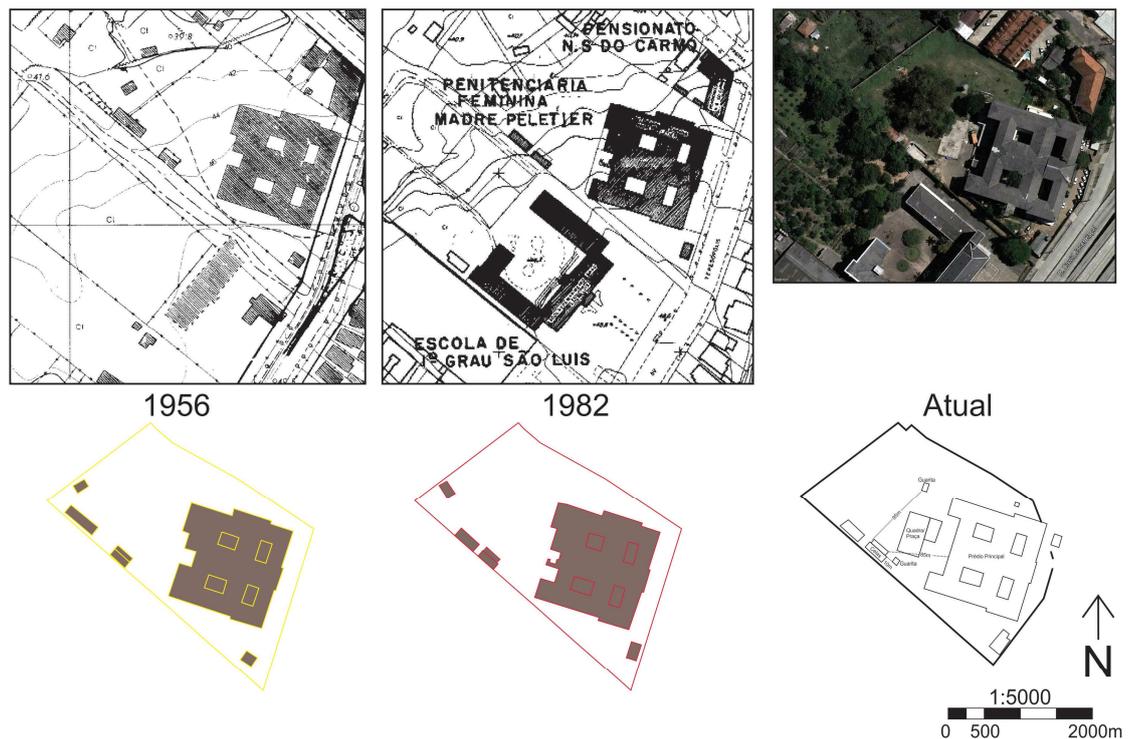


Figura 6 Vista do pátio para as celas das presas políticas. Foto: José Doval/ Jornal Correio do Povo/Acervo, 1982.



Figura 7 Vista do prédio para cela das presas políticas ao fundo à esquerda (MAPA DA REPRESSÃO, 2014).

O levantamento aerofotométrico, de 1956, mostra no terreno o prédio principal, uma pequena edificação na frente à direita e as construções nos fundos, assim como aparecem no aerofotométrico, de 1982, estas mesmas áreas das celas da solitária. Isto leva a crer que essas celas foram construídas em algum momento entre 1940/45 e 1956 (ver Planta 3 comparando aero-fotométricos), ou seja, antes de 1964 o espaço já poderia ter sido utilizado como isolamento para as apenadas. Contudo, só foi possível identificar a função de solitária, através dos relatos de presas políticas. Eram celas destinadas às presas comuns consideradas perigosas ou que estavam gravemente doentes, possivelmente, para evitar contágios entre as presas do prédio principal. Além disso, o sistema repressor poderia utilizar o corpo doente da presa comum como “arma” para contágio das presas políticas, conforme relatou Mailde: “Quando prendiam alguém que estava doente, esta pessoa ficava (...) junto conosco (...) fiquei sabendo que a moça que havia ficado comigo havia morrido de tuberculose em estágio terminal” (Mailde CRESQUI, 1998 p. 45).



Planta 3 Comparação entre os levantamentos aero fotométricos de 1956 e 1982 com imagem de satélite atual. Desenho: Luísa D'Ávila, 2018.

A solitária era um espaço punitivo específico, fora do edifício principal, destinado ao “castigo” de presas comuns que precisavam ser mandadas ao isolamento e que, após 1969⁶⁴, tornou-se o lugar destinado às presas políticas enviadas ao confinamento. No entanto, é marcada a diferença entre a condição de presa comum e política, apesar de, em raros momentos, compartilharem o mesmo espaço (destinado a ser o pior lugar da prisão) onde, aparentemente, se estabeleciam outras dinâmicas de relações.

⁶⁴ 1969 é a data mais recuada que encontrei de registro de presas políticas na instituição. Sandra Helena Machado foi levada à PFMP em 1969, mas não diz exatamente onde ela permaneceu. Contudo, suponho que ela foi levada para as celas, dada sua existência (Ver tabela 4).

Quando acontecia alguma confusão entre as presas lá das celas do presídio, as agressoras eram trazidas para a solitária e ficavam junto conosco. Convivemos com todo tipo de gente, homicidas, ladras, traficantes, enfim, cada uma com uma história de crimes de fazer tremer a qualquer um. Não sei como, nem porque elas gostavam de nós, faziam mil perguntas e fomos descobrindo que dentro de cada uma havia uma pessoa sofrida, revoltada, e no fundo, eram dóceis, bastava apenas um pouco de compreensão para com cada uma. Elas subiam após alguns dias e logo aprontavam novamente só para ficarem lá conosco, porque nós as tratávamos bem, com respeito, e nossas visitas faziam a mesma coisa (Mailde CRESQUI, 1998 p.45).

A descrição de Mailde a respeito das presas comuns que eram levadas para solitária rompe com o discurso de incapacidade feminina de cometer crimes graves e informa sobre o uso da solitária, enquanto punição extra, para mulheres consideradas perigosas. Neste sentido, é fundamental olhar para as diferenças entre presas comuns e políticas, presentes nos relatos, em uma perspectiva feminista, considerando gênero enquanto elemento chave de análise, visibilizando os mecanismos constitutivos desta realidade através dos pontos de intersecção entre sexo-gênero, raça e classe (María LUGONES, 2014; Rita SEGATO, 2012; Cláudia COSTA, 2015; Patrícia Hill COLLINS, 2017). Assim, é possível compreender componentes de uma conjuntura muito maior, que colocou diferentes mulheres ocupando aquela mesma paisagem, ainda que em espaços bem delimitados, conforme o relato de Mailde:

Nossas roupas eram lavadas na sede do presídio. Até roupas de uso pessoal como de roupas íntimas, subiam para serem lavadas e não voltavam, eram roubadas pelas presas da lavanderia, pelas carcereiras, enfim, todos achavam que pelo fato de termos um pouco mais de educação, uma formação um pouco melhor, éramos ricas (Mailde CRESQUI, 1998 p.44).

Olhar para as formas que constituem a paisagem prisional significa entender a intencionalidade quanto ao uso dos quadrados e retângulos distribuídos de maneira hierarquizada no espaço. Esta lógica dos espaços repressivos chama atenção para os elementos da colonialidade de gênero, presentes nas relações hierarquizadas entre presas comuns e políticas, quando ficam estabelecidos espaços prisionais diferenciados, na divisão das tarefas cotidianas de manutenção da vida na cadeia que era feita, aparentemente, somente pelas presas comuns no prédio principal; na maneira como se dão as relações entre ambas em momentos de convivência, onde a presa política encontra docilidade na presa comum; quando presas comuns ou as carcereiras são acusadas de furto, justificado pelo maior grau de instrução das presas políticas. Essas relações me parecem estar imbricadas de outras linhas de poder, que não somente o grau de instrução e de classe social, como justificou Mailde. Quem

lavava a roupa das presas políticas? Porque as roupas que “subiam para serem lavadas não voltavam”? Quais as condições de possibilidade que autorizam Mailde a fazer essa afirmação, seguida de uma lógica explicativa para o fato de “não voltarem” acusando sujeitas determinadas?

Seguindo a decomposição dos elementos da paisagem prisional (Planta 2), há duas guaritas de vigilância que permitiam controle sobre o pátio dos fundos do presídio, sobre a laje/praçça e as celas de isolamento. As distâncias aproximadas, obtidas pelo croqui, apontam que mesmo estando fora da arquitetura prisional principal, as presas políticas estavam sobre constante vigilância e, em contrapartida, dão uma noção daquilo que era possível enxergar da cela de isolamento.

O senso espacial das presas políticas aparece em seus relatos quando elas fazem menção às distâncias entre as celas e o prédio principal, escrevendo que “a solitária ficava a mais ou menos 500 metros da sede do presídio” (Mailde CRESQUI, 1998 p.42), também quando trazem a ideia de que as solitárias estavam na parte debaixo, ao dizer que a roupa subia para ser lavada no prédio da cadeia, ou ainda, quando dizem que a freira desceu para tirar a temperatura da mulher enferma. Contudo, esta percepção se atribui à opressão causada pela arquitetura sobre o corpo da pessoa presa, que remete à subida, ao passo que, no espaço físico, a parte onde está localizado o prédio principal é o declive do terreno (ver curvas de nível nos aerofotogramétricos da Planta 3). A percepção de Mailde em relação à distância entre a solitária e o presídio era de aproximadamente 500m, enquanto a medida oferecida pelo croqui é de 85m (ver Planta 2). Isto pode ser interpretado como potencialização dos sentimentos causados pela agência deste mundo material utilizado como meio punitivo sobre a pessoa presa, demarcando a hierarquia dos espaços, através de suas formas e tamanhos, comunicando a imponentia do prédio principal, dada sua monumentalidade diante da solitária. É possível observar as perspectivas de profundidade, tamanho e distâncias pelas imagens do vídeo com o relato da Ignez, quando ela adentra o pátio interno da área das celas (Figuras 8 e 9). Dali se visualiza o muro que as cercava, além de parte do canto direito da parede do prédio principal mais ao fundo e, ainda, parte da guarita instalada entre as celas e o prédio (Figuras 8 e 9).



Figura 8 Vista do pátio das celas para o prédio da prisão ao fundo (MAPA DA REPRESSÃO, 2014).



Figura 9 Retorno das celas em direção ao prédio principal, base da guarita, à esquerda (MAPA DA REPRESSÃO, 2014).

Estas distâncias dão a conhecer o significado de estar fora e não ter, sequer, o direito, enquanto presa, de ocupar o prédio da prisão. A arquitetura clandestina, distante do prédio principal, cumpre sua função primeira, que é de isolar e demarcar o lado de fora, o não pertencimento e a incomunicabilidade.

Naquele local confinado ficavam as presas políticas. Celas individuais, escondidas atrás de um alto muro, cercadas de arame farpado, que eram vulgarmente conhecidas “solitárias” pelo grau de incomunicabilidade que impunham aos seus ocupantes (Vera Lúcia STRINGUINI, 1998 p.05).

Esta análise das formas apontou para os aspectos sociais e simbólicos de um lugar que foi construído para ser um convento que virou cadeia, sempre com o propósito assistencialista, cunhado sob os valores de uma sociedade disciplinar (Michel FOUCAULT, 1979; 2009), assentado nos paradigmas capitalistas da

modernidade. Isto reverbera na sua arquitetura através das formas quadradas e retangulares, apresentando uma hierarquia de espaços, os quais compõem uma instituição total (Erving GOFFMAN, 1974), de controle e vigilância permanente sobre a vida dos seus ocupantes. Os níveis de controle e repressão variavam de acordo com a condição e a situação de cada uma dentro daquele espaço: de freiras, de apenadas ou de presas políticas.

As diferenças estabelecidas entre mulheres privadas de liberdade estavam diretamente relacionadas aos motivos pelos quais haviam sido mandadas para lá, percebidos através da maneira com que eram destinadas a ocupar os espaços, ultrapassando o somatório dos significados sociais da separação das prisões por gênero, da escolha de uma congregação religiosa francesa para dar conta de mulheres socialmente inapropriadas na América Latina. Isto diz respeito ao poder de um Estado Ditatorial que utilizou uma estrutura punitiva, enviando as presas políticas para o pior lugar do presídio – a solitária. Isto significa práticas de TDE perpetradas através do uso do meio material, dando a conhecer uma dinâmica social que constantemente atualiza suas bases dicotômicas definidoras daquelas sujeitas consideradas humanas ou não. Estas dinâmicas sociais apresentaram raízes profundas na modernidade colonial e o Estado autoritário tinha plena consciência desses paradigmas, utilizando-os de modo intencional nos processos de perseguição política e combate ao inimigo interno, como no uso de espaços arquitetônicos repressivos e no tratamento destinado às pessoas sob sua responsabilidade, de maneira legal ou não.

Estas mulheres estavam fora! Esse é o fio da meada dos significados atribuídos pelo Estado autoritário às mulheres que ousavam combater diretamente o regime, por se atreverem a estar em lugares que não eram socialmente seus, inadequadas porque não se encaixavam no conceito de mulher construído à época, insubordinadas por violar as regras sociais e políticas estabelecidas, estigmatizadas, vitimizadas, objetificadas, desqualificadas e, por fim, desumanizadas por serem inapropriadas.

1.2.2 Percebendo o Espaço

A concepção da paisagem prisional da PFMP apresenta uma finalidade clara, que é de controle social por meio dos valores patriarcais da sociedade moderna ocidental. O uso deste espaço possui aspectos simbólicos que estão diretamente

associados com a capacidade perceptiva dos seus ocupantes. Isto significa que as construções arquitetônicas possuem formas de linguagem e comunicação não verbal (Amós RAPOPORT, 1982) que atuam de maneira eficiente sobre os sujeitos. São estas outras formas de comunicação que intento apresentar com a Análise da Percepção a respeito da paisagem prisional. O objetivo deste tipo de estudo consiste em ampliar as possibilidades interpretativas dos registros arqueológicos para produzir conhecimento sobre os significados contidos em estruturas arquitetônicas inseridas na paisagem, bem como sobre os sistemas de saber-poder nelas representados.

Existem diferentes maneiras de se perceber os espaços através de quaisquer dos cinco sentidos (Francis CHING, 1995), pode ser de maneira estática ou através de movimentos, assim, perceber consiste na experimentação e vivência. É possível acessar as experiências na paisagem prisional deste estudo por meio dos depoimentos das presas descrevendo sua materialidade e o seu cotidiano na cadeia:

Eram 4 minúsculas celas com portas de ferro e ferrolhos cadeados. Não tinha janelas e a nossa comida era entregue pela (...) cavidade na porta para passar alimentos. Dentro de cada cela havia uma cama, uma cadeira, uma mesinha e um banheiro turco com a descarga pelo lado de fora (Mailde CRESQUI, 1998 p.42).

No trecho acima é possível identificar a percepção da presa sobre os diferentes elementos que compõe o espaço material (mesa, cama, cadeira, privada) que é repressivo por ser minúsculo, com limites impostos pela arquitetura, cerceando, privando, mas também expondo a pessoa presa em momentos que necessita de privacidade - como na hora de usar o banheiro -, precisando da boa vontade da guarda para acionar a descarga que ficava do lado de fora da cela.

Nelas não se tinha qualquer privacidade, pois havia uma abertura na porta pela qual os guardas podiam nos olhar o tempo todo (com detalhe que o “banheiro” – um buraco no chão – ficava na cela) e as luzes ficavam acesas vinte e quatro horas por dia (Eliana CHAVES, 1998 p.08).

Outro elemento impositivo da arquitetura era a iluminação que ficava constantemente acesa como forma de punição, transmitindo a mensagem que Estado tinha total controle sobre a vida da pessoa presa.

Luz, tínhamos durante as vinte e quatro horas uma vez que a lâmpada do teto jamais se apagava, e não tínhamos como alcançá-la”. (...) Situações repugnantes como dos ratos que subiam pelo esgoto e circulavam pela cela a noite inteira, os extremos de frio ou calor sufocante eram a regra (Vera Lúcia STRINGUINI, 1998 p.05).

O arquiteto polonês Amós Rappaport (1982) estudou a capacidade de comunicação não verbal da arquitetura, partindo do princípio que as edificações arquitetônicas são produtos de planejamento mental prévio, conformando linhas cognitivas e lógicas que são transmitidas ao meio físico, ou seja, o espaço construído não apresenta somente uma funcionalidade prática, mas também é um objeto simbólico capaz de transmitir mensagens que são assimiladas de modo inconsciente pelas pessoas em seu cotidiano. Sabendo disso, o Estado autoritário fazia uso dos dispositivos materiais para destruição do sujeito fosse através de prisões ou de centros clandestinos de detenção e tortura. Andrés Zarankin (2008) em suas pesquisas em CCDTs na Argentina, escreveu sobre os elementos simbólicos de utilização do espaço, no caso do Club Atlético (centro clandestino) onde a sala de torturas estava localizada no centro da edificação, fazendo com que todos os seus ocupantes ouvissem o que acontecia naquele lugar, ainda que os presos políticos estivessem encapuzados, poderiam perceber a estrutura arquitetônica e seu uso através de outros meios, como a audição.

A arquitetura das solitárias da PFMP não oferecia condições mínimas de habitação, conforme relatou Terezinha:

Quanto às condições materiais do alojamento, as celas eram extremamente quentes e úmidas, infestadas de baratas e a comida era insuportável. Em uma ocasião, mesmo a freira responsável pela cozinha reconheceu que a comida estava podre. Havia apenas um chuveiro frio, localizado no pátio, e nem sempre nos permitiam tomar banho (Terezinha BURMEISTER, 1998 p.13).

Neste relato a percepção do espaço prisional é realizada a partir de outros elementos além da visão, como o tato quando relatam as condições do alojamento que tem sua arquitetura projetada sem preocupação térmica, fazendo com que as condições de temperatura sejam sempre extremas; através do paladar com relação ao gosto da comida ruim que era oferecida; através do olfato no que diz respeito às condições de higiene precárias do lugar.

Tínhamos duas horas pela manhã, para banho, higiene da cela, exercício físico, lavagem de roupas, etc. o resto do dia estávamos dentro de um cubículo que continha uma cama, um buraco para as necessidades fisiológicas, não havia água dentro da cela. A descarga ficava pelo lado de fora e era operada pelas carcereiras (...) (Vera Lúcia STRINGUINI, 1998 p.05).

As narrativas sobre a vida na cadeia dão a conhecer sobre os elementos violentos e punitivos presentes neste mundo material, isto é, a capacidade da

arquitetura prisional em comunicar os valores e ideais imbricados na intencionalidade de sua construção, correspondendo à violência punitiva socialmente estruturada no Brasil desde o período Colonial, atualizada através do tempo, como a reafirmação constante da inexistência de condições de habitação e da inexistência enquanto sujeitas que ocupavam celas oficialmente inexistentes.

As condições insalubres dessas instalações faziam proliferar ratos e baratas deteriorando ainda mais a “habitabilidade” das celas que eram trancadas pelo lado de fora e as chaves levadas para o prédio principal do presídio (Maria Celeste MARTINS, 1998 p. 17).

Processos desumanizantes são impostos pela arquitetura ao corpo da pessoa presa, denotando a intencionalidade e o significado simbólico da construção de uma estrutura fora do prédio principal, clandestina, que tinha a finalidade exclusiva de punição, isolamento e quebra do sujeito.

Só nos era permitido sair das celas e ter contato com as companheiras nos horários de refeição (mas frequentemente, alegando falta de tempo para permanecer de guarda, a policial encarregada nos servia a refeição nas celas) que eram também as únicas ocasiões que tínhamos contato com as autoridades do presídio. Em qualquer outra ocasião, nossa possibilidade de contatar as autoridades, dependia da vontade do policial de guarda para chamá-las, e à noite era impossível, já que o portão de comunicação entre a parte principal do presídio e nosso setor permanecia trancado à chave, pelo outro lado do presídio (Terezinha BURMEISTER, 1998 p.13).

Em seguida trago algumas imagens da área das celas, extraídas da reportagem exibida na TVCOM dia 1º de abril de 2014 (MAPA DA REPRESSÃO, 2014) com o depoimento de Ignez.



Figura 10 Vista a partir das celas para a entrada do isolamento, 2014.



Figura 11 Porta de entrada do pátio do isolamento, 2014.



Figura 12 Portas das celas, 2014.



Figura 13 Largura da porta da cela, 2014



Figura 14 Largura da cela, em detalhe a marca no piso onde ficava a privada no chão, 2014.



Figura 15 Espaço interno, comprimento de "uma cama de solteiro", 2014.

Nas imagens exibidas na reportagem, expostas acima (figuras 10 e 11), a altura do muro em relação a Ignez aparenta ter aproximadamente dois metros de altura. Contudo, a percepção de Terezinha sobre seu ambiente prisional está inserida no contexto prisional da época e denota o sentimento de isolamento que é potencializado pela arquitetura prisional naquele momento.

Durante a permanência no presídio, fui alojada juntamente com duas outras presas políticas que aí se encontravam (Martinha e Mailde Crezcki) [sic] no setor de castigo e isolamento. (...) Permanecíamos fechadas nas celas, isoladas de qualquer contato humano, a maior parte do tempo, inclusive a noite, quando os portões eram abertos e os policiais de guarda permaneciam no pátio (Terezinha BURMEISTER, 1998 p.13).

A incomunicabilidade é um objetivo desta arquitetura que era o destino das mulheres subversivas. O isolamento é entendido como forma de punição e significa deixar marcado o não pertencimento, a exclusão total, pois presas políticas são inapropriadas até para a instituição prisional – fato explicitado -, quando não lhes é permitida a permanência dentro do prédio, junto com outras apenadas. As presas políticas dentro da PFMP estavam fora, fora do prédio, fora da lógica do sistema e inapropriadas socialmente, porque suas formas de ver o mundo não se adequavam ao regime político estabelecido.

Depois do fim da Ditadura, esse espaço foi utilizado pelo presídio como canil. Esta informação aparece no relato de Ignez, no momento em que ela adentra sua antiga cela e vê escrito na parte superior da porta a inscrição “maternidade” e diz ser uma “ironia do destino” porque ela se tornou médica veterinária. Percebo, nesta informação, como é mantido o efeito simbólico do uso do espaço que, antes, era celas de mulheres, presas políticas, desumanizadas e, depois, um lugar destinado aos animais (Figura 16).



Figura 16 Celas da solitária posteriormente usadas como canil, com uma maternidade de cães. Foto Bernardo Jardim/Sul 21, 2012.

1.3 Cada uma no seu lugar

O contexto de instalação da PFMP, em Porto Alegre, diz respeito à sua inserção nas dinâmicas sociais baseadas em valores patriarcais advindos da modernidade colonial, os quais eram legitimados pelo saber científico positivista enquanto ideário governamental do Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XX. A noção de mulher criminosa, formatada pelos estudos criminológicos que afirmavam a inferioridade feminina, coadunam com os preceitos assistencialistas e salvadores da congregação religiosa europeia em plena expansão. Isto dá a conhecer sobre os elementos da colonialidade de gênero presentes nesse processo, em que a mulher é objetificada, inferiorizada, incapacitada e, enfim, desumanizada.

Este estudo possibilitou observar como paradigmas da modernidade colonial estão materializados no meio físico, ou seja, as análises com base no uso da arquitetura possibilitaram entender os espaços hierarquizados, a ação punitiva da arquitetura no corpo da pessoa presa e, em especial, o tanto que esta ação era capaz de distorcer a percepção dos seus ocupantes, bem como atuar sobre as dinâmicas de relações entre as mulheres privadas de liberdade. Digo isso no sentido da eficácia do uso do mundo material enquanto dispositivo repressivo, capaz de atualizar cotidianamente processos de inferiorização, desumanização e animalização, relegando às presas políticas sempre o lado de fora. Ademais, possibilita compreender o quanto essa hierarquia espacial atuava nas dinâmicas de relações

quanto ao lugar de presa política ou de presa comum e seus desdobramentos no cotidiano prisional, revelando diversidades que configuram imagens e possibilidades de vidas históricas diametralmente diferentes, ocupando a mesma paisagem. Do mesmo modo que exercia ação cognitiva intervindo na percepção individual sobre os modos de sobreviver e experienciar aquela paisagem prisional.

Cabe, nesse momento, uma reflexão derradeira quanto ao uso pelo Estado autoritário da paisagem que foi morada de freiras, prisão para militantes políticas consideradas putas e que, posteriormente, virou um canil com maternidade para animais. Quando a historiadora Silvia Federici (2017) narra sobre a caça às bruxas na Europa do século XVI, argumentando que o surgimento da lógica capitalista conformou um processo de exploração e expropriação da autonomia e dos poderes sociais das mulheres, através de práticas de terror aplicadas para o controle social, me permite reconhecer semelhanças com as práticas de terror e com as formas de controle social do regime ditatorial em Porto Alegre que, guardadas as devidas proporções, também agiam em defesa da lógica capitalista através da Doutrina de Segurança Nacional. Isto permite pensar em como a perseguição da(o)s inimiga(o)s internos durante a Ditadura Brasileira ocorreu enquanto uma atualização dos valores historicamente construídos desde os primórdios do capitalismo. Faz sentido o paralelo estabelecido por Silvia Federici (2017), entre a condição da mulher pobre na Europa dos séculos XVI e XVII com o processo de colonização dos povos indígenas americanos e os negros escravizados nas Américas, afirmando que a exploração destas pessoas estava assentada sob uma lógica de terror, que consistia na caça às bruxas e na demonização dos sujeitos coloniais, resultando na sua desumanização (María LUGONES, 2014), legitimando a exploração dos seus corpos e a expropriação de suas terras. Observe:

Na Europa da Era da Razão, eram colocadas focinheiras nas mulheres acusadas de serem desbocadas, como se fossem cães, e elas eram exibidas pelas ruas; as prostitutas eram açoitadas ou enjauladas e submetidas a simulações de afogamentos, ao passo que se instaurava a pena de morte para mulheres condenadas por adultério (Underdown, 1985a, p. 117 e segs.). Não é exagero dizer que as mulheres eram tratadas com a mesma hostilidade e com o mesmo senso de distanciamento que se concedia aos “índios selvagens” na literatura produzida depois da Conquista. O paralelismo não é casual. Em ambos os casos, a depreciação (...) estava a serviço de um projeto de expropriação. Como veremos, a demonização dos povos indígenas americanos serviu para justificar sua escravização e o saque de seus recursos. Na Europa, o ataque contra as mulheres justificou a apropriação de seu trabalho pelos homens e a criminalização de seu controle sobre a reprodução. O preço da resistência era, sempre, o extermínio. Nenhuma das táticas empregadas contra as mulheres europeias e contra os sujeitos coloniais poderia ter obtido êxito se não tivesse sido sustentada por uma campanha de terror (Silvia FEDERICI, 2017 p. 203).

A análise arqueológica da PFMP dá a conhecer como o universo material foi utilizado enquanto dispositivo de Terrorismo de Estado (TDE) (Henrique PADRÓS, 2005), o qual atuava dentro da lógica da DSN, forjada no contexto da Guerra Fria. As práticas de terror perpetradas pelos agentes do Estado, advindas dos treinamentos em escolas militares dos EUA e na Escola das Américas no Panamá que, por sua vez, receberam influência francesa de suas experiências na Guerra da Argélia (Maria Helena ALVES, 1985), aparentemente trouxeram consigo a atualização de valores, possivelmente advindos de raízes históricas muito mais profundas ligadas ao nascimento do capitalismo.

Em suma, até o momento, foi possível identificar valores da modernidade colonial presentes neste mundo material repressivo, o qual apresentou suas especificidades e mostrou que, enquanto lugar destinado às mulheres, esta paisagem repressiva cumpria sua função primeira, que era o terror e a quebra do sujeito nos mais diferentes âmbitos da existência, deixando muito claro que presas políticas eram mulheres em processo de desumanização. De quebra, não é de surpreender que as celas da solitária, após o final do período autoritário, tenham virado uma maternidade para cadelas. Sim, a PFMP foi um espaço para freiras, putas e cadelas!



Fonte: Jornal Correio do Povo. CP Memória. sem

Capítulo 2 - Os homens na baleia. As bases epistêmicas do sistema prisional brasileiro, uma análise do período da ditadura

*“E ele diz que está comprometido
E ele diz que assinou um papel
Que vai mantê-lo preso na baleia até o fim da vida
Até o fim da vida
Até subir pro céu”
(Mestre Jonas - Sá, Rodrix e Guarabyra, 1973)*

Pretendo trabalhar o período da Ditadura em uma perspectiva que toma distanciamento de narrativas, que glorificam as ações dos homens que lutaram contra o regime autoritário, uma vez que a resistência da esquerda organizada era composta majoritariamente por homens, os quais possuem o protagonismo de boa parte da produção memorialística e historiográfica no Brasil. Mudar a perspectiva de análise não significa minimizar a importância dessas pessoas e nem daqueles que morreram nessa luta por liberdade. Pretendo aqui, olhar para este contexto a partir de um outro referencial, com uma abordagem embasada em um instrumental analítico feminista, interseccional, que por sua vez, possibilita uma outra mirada sobre o tema. Assim, busco identificar e nomear os diferentes eixos de opressão que atravessam corpos que são produzidos em uma sociedade hierarquizada por raça, classe, gênero, etc., ou seja, pretendo compreender os elementos opressivos que estruturam esse contexto fazendo com que diferentes sujeitos tenham vivências distintas, ressaltando diferenças que delimitam privilégios de uns em detrimento de outros ainda que se encontrem subjugados por um governo autoritário.

Estudos sobre Ditadura em uma perspectiva de gênero⁶⁵ fazem parte de uma produção historiográfica considerada recente que, segundo Ana Maria Colling (2004), está relacionada a mudanças sociais e de paradigma historiográfico, em especial a

⁶⁵ A bibliografia acessada ligada à produção historiográfica sobre o tema (Soledad BAICA e Mariana FERNÁNDEZ, 2012; Ana Maria COLLING, 2004; Graciela SAPRIZA, 2009; Alessandra PECORARO, 2011; Joana PEDRO e Cristina WOLF, 2010; Janaína CONTREIRAS, 2018) entende que a violência repressiva é atravessada por sexo-gênero e possui especificidades. Estas autoras compreendem sexo-gênero sob uma perspectiva que procura romper com oposições binárias, categorias absolutas de matriz homogeneizante, buscando mostrar sua historicidade (Ana Maria COLLING, 2004).

partir da segunda metade do século XX, a qual busca narrar histórias de sujeita(o)s obliterada(o)s, incluindo a história de mulheres atuantes na oposição às Ditaduras.

Desse modo, surgiram estudos de gênero usados para teorizar a questão das diferenças entre mulheres e homens e, ainda, as relações de poder entre ambos. Autora(e)s como Elizabeth Jelin (2002), Alfredo Paz (2010) e Gabriela Sapriza (2010) escrevem sobre a existência de diferenças entre a produção dos relatos de mulheres e de homens. Alfredo Paz (2010), ao analisar os depoimentos de pessoas presas políticas no Paraguai, afirma que homens e mulheres desenvolvem habilidades diferentes com relação à memória, escrevendo que as mulheres tendem a recordar eventos com mais detalhes, expressam seus sentimentos e recorrem a experiências íntimas e às relações pessoais, sejam com relação à família ou ao ativismo político. Por outro lado, conforme Graciela Sapriza (2010), no discurso de homens aparecem com mais frequência elementos epopeicos, com ações heroicas, arriscadas ou políticas⁶⁶. Veja-se, por exemplo, o modo como Índio Vargas se refere à Ilha do Presídio: “A Ilha tem a forma de uma gigantesca baleia, encalhada no meio do Guaíba” (Índio VARGAS, 2005 p.21). Difícil não lembrar do herói bíblico engolido pela baleia, tão bem cantado por Sá, Rodrix e Guarabira na epígrafe deste capítulo. Diz a bíblia que o Profeta Jonas foi enviado por Deus para avisar ao povo da cidade de Nínive que esta seria destruída pela ira divina, por ser pagã. Jonas, por orgulho, desobedeceu a Deus fugindo de barco na direção oposta e, durante uma tempestade (castigo Divino), acabou sendo lançado ao mar e engolido por uma baleia. Ficou três dias na barriga do bicho, se arrependeu e foi cuspidor à terra com uma segunda chance. Assim, Jonas fez cumprir sua missão divina, indo até Nínive e acabou convertendo o povo pagão da cidade, evitando sua destruição.

Essa especificidade das memórias dos presos políticos se deve, no meu entendimento, às permanências sociais patriarcais que acabam, de alguma maneira, entrando na lógica dicotômica de papéis de gênero entre espaços públicos e privados. Ademais, vai ao encontro do mandato da masculinidade (Rita SEGATO, 2003), ou seja, a masculinidade é como um título que se adquire mediante a exibição de alguma forma de potência. Graciela Sapriza (2010) escreve ainda que, no Uruguai, os

⁶⁶ Cabe ressaltar que esta constatação diz respeito à identificação de atravessamentos de opressões de gênero na produção dos relatos e não como forma de reforçar estereótipos ou papéis de gênero.

primeiros relatos denunciando violações de direitos humanos, pós-ditadura, constituem-se, majoritariamente, por vozes públicas de militantes políticos e revolucionários, sempre homens. Já as mulheres ficaram invisibilizadas nesse decurso, em especial no que diz respeito a publicações do mercado editorial. Essa afirmação de que a produção memorialística sobre o passado ditatorial tem como característica o monopólio masculino, é percebida em Porto Alegre/RS, uma vez que, entre os livros de memórias sobre o período que encontrei no mercado editorial são, em sua maioria, escritos por homens e publicados ainda na década de 1980. Além disso, algumas são memórias produzidas e publicadas na primeira metade da década de 1980, antes do fim da ditadura. Apesar de ainda viver em um contexto repressivo, esses homens conseguiram espaço no mercado editorial para publicar suas memórias, as quais possuem um caráter denunciativo das atrocidades e crimes cometidos pelo Estado. Livros memorialísticos de mulheres são exíguos, se existem não são divulgados e/ou acessíveis⁶⁷. Vale lembrar que as narrativas dos homens nos livros memorialísticos que tive acesso, são, comumente, centradas em sua própria militância, prisão e tortura, ressaltando a luta contra ditadura enquanto uma “empreitada difícil e perigosa” (Índio VARGAS, 1981 p. 149) que demandava coragem.

Essa é uma reflexão sobre homens, os quais são entendidos aqui enquanto sujeitos atravessados por diferentes eixos de forças estruturantes que posicionam e (re)orientam as subjetividades que compõem sua identidade, atravessando seus corpos modelados pela experiência de existir no meio repressivo. Assim, pretendo observar a conjuntura em uma perspectiva interseccional (Patrícia Hill COLLINS, 2017) a partir do ponto de vista explicitado pelas fontes memorialísticas, ou seja, significa identificar elementos socialmente estruturantes que compõem as identidades dos sujeitos produtores das narrativas. Deste modo, é possível compreender que sistemas de poder produzem distintos lugares sociais para indivíduos e grupos dentro

⁶⁷ Seguem os livros memorialísticos a que tive acesso sobre o período ditatorial em Porto Alegre são: Índio Vargas (1981; 2005) que escreveu dois livros sendo, o primeiro, “Guerra é guerra: dizia o torturador” e; o segundo, “A Guerrilheira”. Há uma terceira obra que não considere como memorialística porque o autor a considera de ficção “Momentos perfeitos no tempo da Ditadura”, publicada em 1987. João Bona GARCIA e Júlio POSENATO (1989) “Verás que um filho teu não foge à luta”. Maíldes Alves de Mello (2008) “O jantar dos inocentes: a saga dos expurgados gaúchos”. Frei Betto (1982) “Batismo de Sangue”. Flávio Tavares (2012) “Memórias do Esquecimento”. Eloy Martins (1981) “Memórias de um cárcere”. Jorge Fischer Nunes (1982) “O riso dos torturados”. O único livro memorialístico de mulher a que tive acesso é o da uruguaia Lílían Celiberti, “Meu quarto, minha cela” (Lílían CELIBERTI e Lucy GARRIDO, 1989) ainda que este último tenha sido escrito em conjunto com uma jornalista.

deles, colocando identidades em posições de assimetria e opressão, fazendo com que diferentes sujeitas/os tenham experiências de vida distintas. Em outras palavras, significa atentar para conjuntos de variáveis heterogêneas de relações móveis, enquanto categorias em articulação, que produzem efeitos uma sobre as outras em contextos históricos e geográficos específicos (Cláudia COSTA, 2002).

Este capítulo se divide em três partes. A primeira corresponde a uma análise no âmbito institucional, que diz respeito de como o meio material (arquitetura) foi mobilizado pelo aparato repressor na manutenção da submissão dos homens presos, criminalizados, com a intenção de identificar os eixos opressivos estruturantes do sistema punitivo, os quais definem o lugar ocupado pelos corpos a partir do tratamento concedido. Na segunda parte, realizo uma análise no âmbito interno, buscando compreender as relações entre os ocupantes da Ilha que estavam na condição de cativos, com o objetivo de identificar elementos estruturantes destas relações, bem como visualizar as condições de possibilidade criadas para (re) existência dos presos políticos dentro do espaço prisional. Na terceira parte apresento casos excepcionais da presença de mulheres na Ilha no presídio, buscando compreender como gênero estrutura relações tanto no âmbito institucional quanto no interno.

2.1 Arquitetura e a objetificação de corpos

A Ilha é formada por rochas sobrepostas, com os remanescentes de uma edificação do século XIX entranhada nas pedras, além de duas guaritas de segurança que se equilibram sobre os penedos, uma ao norte e outra ao sul da ilha (ver Figura 17 e Planta 4). Em 2014 foi reconhecida como sítio arqueológico - RS.JA-84 Ilha das Pedras Brancas, sendo parte do processo de tombamento pelo IPHAE/RS. Este sítio é caracterizado por sua importância histórica com diferentes ocupações desde o século XIX. Primeiro com a edificação da 4ª Casa da Pólvora construída em 1860 pelo Exército; depois, na primeira metade do século XX, passou a ser utilizada como um laboratório de vacinas contra pestes suínas e, a partir do ano 1956, como presídio, inicialmente para presos comuns e, após 1964, também para presos políticos (Jocyane BARETTA, 2015). O fechamento da prisão ocorreu em 1982 após a visita da OAB/RS e denúncia ao Ministério Público relatando as péssimas condições do espaço e quanto à inconstitucionalidade do seu funcionamento (Christa BERGER e Beatriz MARROCO, 2008).



Figura 17 Vista aérea da Ilha do Presídio. Prédio com telhado em quatro águas ocupado pela Casa da Guarda e, ao fundo, a prisão coberta por uma laje de concreto. No lado esquerdo da Casa da Guarda está a laje dos jogos de futebol. Fonte: Jornal Correio do Povo, sem data.

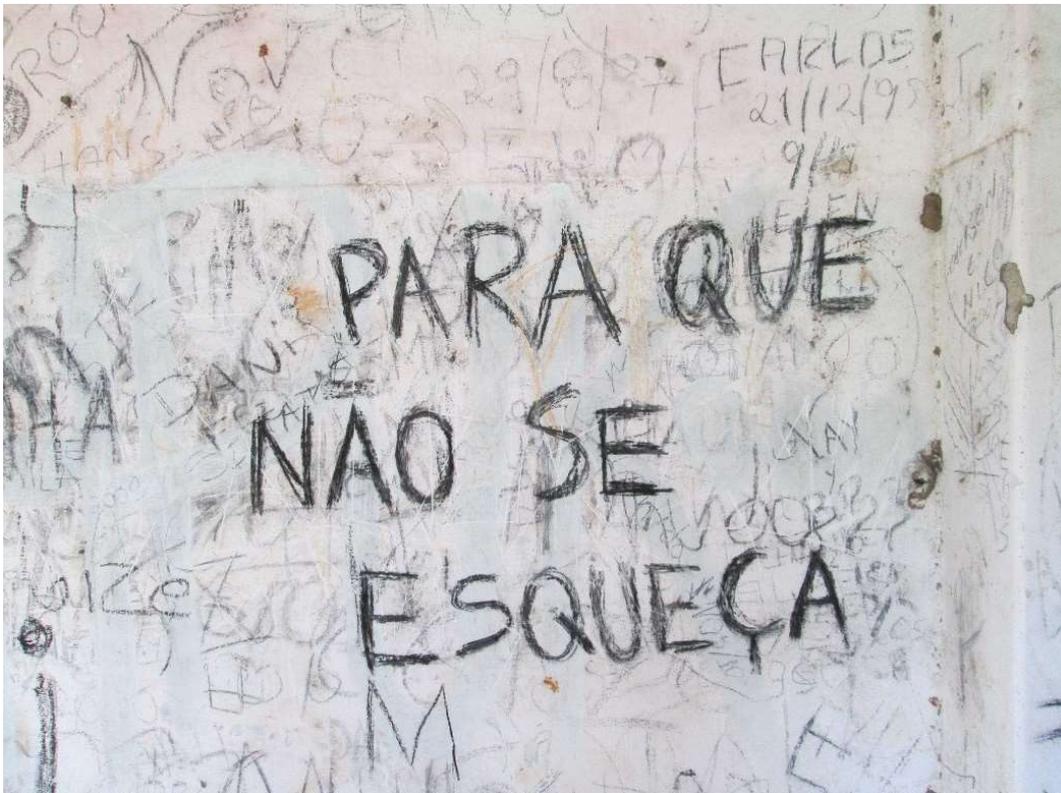
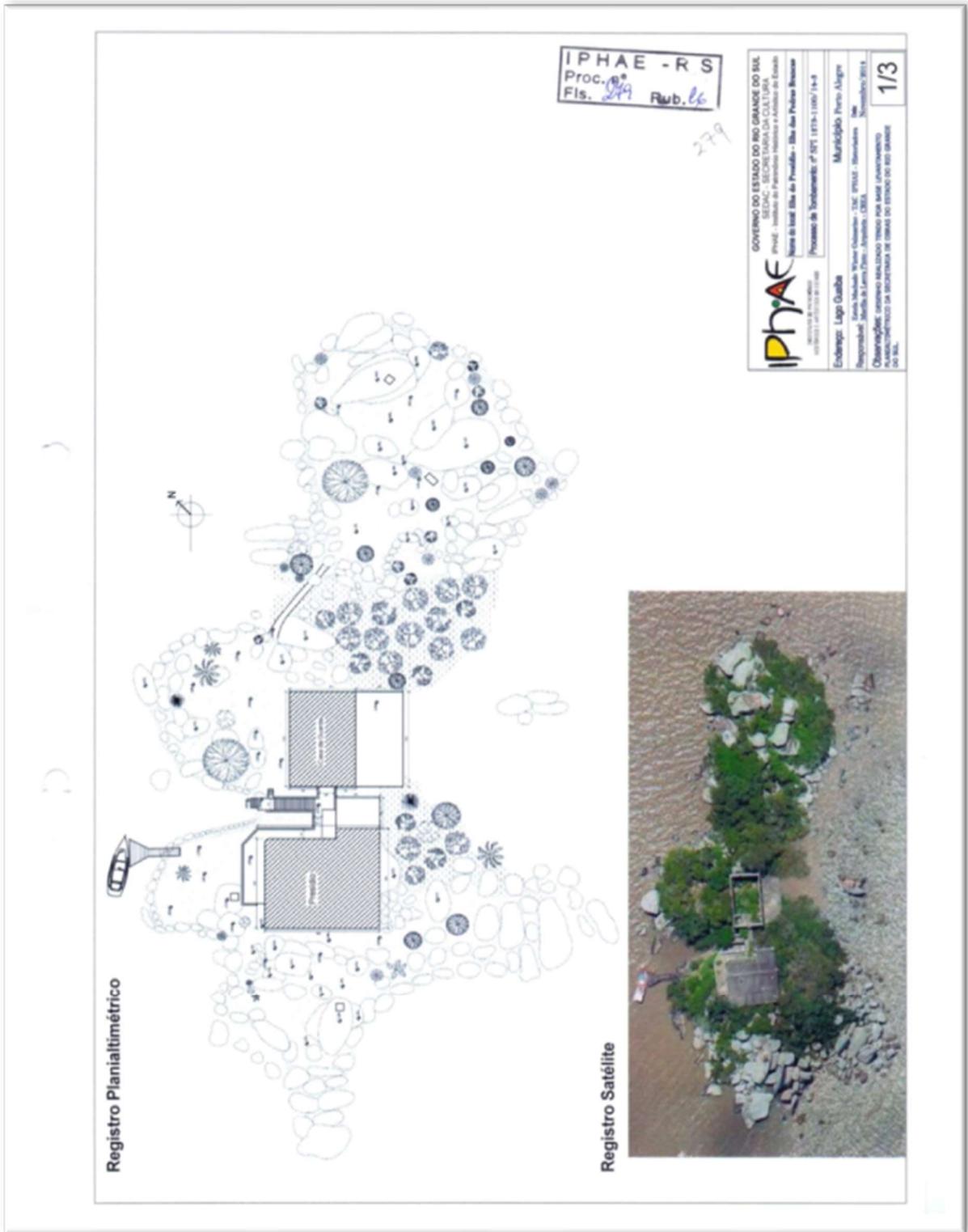


Figura 18 Inscrições nas paredes da cela que era ocupada presos comuns. Foto: Jocyane Baretta, 2014.



Planta 4 Planta Topográfica da Ilha das Pedras Brancas. Fonte: IPHAE/RS, 2014.

Atualmente, a Ilha encontra-se abandonada pelo Estado e o prédio em ruínas. As pessoas que navegam pelo Guaíba não deixaram de lá atracar e estabelecer relações com esta paisagem prisional⁶⁸ que permanece viva, de modo que são visíveis dinâmicas de ocupações rápidas através de marcas de fogo, pichações nas paredes com nomes, datas, frases diversas e de protesto contra a ditadura, como “Para que não se esqueça” (ver Figura 18).

A Ilha do Presídio, durante a Ditadura, era ocupada por guardas, presos políticos e presos comuns, além do prédio e do bioma que integra o universo material, conformando uma paisagem prisional, ou seja, a paisagem é composta, também, por corpos que são entendidos como atores não-humanos (Bruno LATOUR, 1994). Esta paisagem prisional foi utilizada como um dispositivo punitivo (Jocyane BARETTA, 2015) por isolamento, onde a arquitetura possuía um papel importante para a manutenção desumana dos presos comuns e da condição destruída dos sujeitos que passaram pela tortura no DOPS/RS. O mundo material foi mobilizado pelo aparato repressor constituindo-se no meio através do qual se estabeleciam as relações que são foco deste estudo.

O isolamento da cadeia é uma forma punitiva ideologicamente arquitetada pelo sistema penal com objetivo corretivo de moldar corpos (Juliana BORGES, 2019). Nessa lógica punitiva, o corpo é entendido como uma superfície moldável, desprovida do eu, portanto, passível da ação dos dispositivos de controle (Michel FOUCAULT, 2009) quando o sujeito não mais existe, quando é expropriado de si. É possível pensar na arquitetura da Ilha enquanto uma tecnologia produtora de corpos (Paul PRECIADO, 2010) utilizada para manutenção das condições desumanizantes dos seus ocupantes, o desenho arquitetônico, os recursos de iluminação, de ventilação, de temperatura, a existência ou não de mobiliário, tudo isso atuava como um aparato intencionalmente mobilizado para criar corpos submissos. Esta estrutura prisional é a materialização de um paradigma punitivo historicamente estruturado em bases hierárquicas racializadas, generificadas e classistas que fabricam corpos

⁶⁸ A topografia da Ilha é definida pela presença de grandes rochas, vegetação nativa, além da edificação construída no eixo Norte/Sul que ocupa em torno de 1.200 m² dos 8.300 m² da sua totalidade. Quando utilizada como presídio político (1964-1974) era composta por duas áreas principais, a casa da guarda (frente) e a cadeia (fundos), além de duas guaritas de vigilância. O acesso, ainda hoje, é necessariamente por via fluvial, sendo seu atracadouro na porção oeste da Ilha, que está voltada para o município de Guaíba/RS.

desimportantes, portanto puníveis, legitimando a existência daqueles que constituem a norma. Ou seja, os corpos de concreto, pedra e ferro são responsáveis por reforçar a condição submissa do homem preso, criminalizado. A arquitetura da punição por isolamento atua sobre os corpos limitando sua circulação e movimentos, proporcionando sensações de calor ou frio extremos, expondo os sujeitos na hora de fazer suas necessidades fisiológicas ou através das condições de insalubridade e da iluminação precária. Nesta paisagem prisional isolada, de cerceamento e de segregação espacial, é possível visualizar que alguns corpos são mais puníveis do que outros.

Identifiquei, através dos processos de indenização política (APERS), setenta e um homens presos políticos na Ilha, no período entre 1964 e 1979, com idade variando entre dezesseis e sessenta e dois anos quando foram presos, nível de instrução entre ensino médio e superior, oriundos de diferentes segmentos profissionais (professores, operários, bancários, profissionais liberais, estudantes, ex militares, etc.). A maioria militava em organizações de esquerda. De acordo com Indio Vargas (1981), na fase em que esteve preso (1970-1973) na Ilha, a lotação chegou ao número de quarenta e seis homens, por ele descritos como sendo a maioria de pessoas brancas, tendo apenas quatro sujeitos racialmente marcados como não brancos.

A repressão utilizou esse espaço como prisão política entre 1964 e 1974 e como prisão comum até 1982, quando foi fechada. O período de uso mais intenso do presídio com funções políticas corresponde aos anos de 1970 a 1974, dado tomado a partir das datas de entrada e saída dos presos nos processos de indenização. Nesta fase de uso mais intenso, das setenta e uma pessoas presas apenas cinco não eram ligadas a organizações ou não informaram. Cabe lembrar que havia divergências ideológicas entre as diferentes vertentes das organizações de esquerda e algumas possuíam vinculação partidária (Fernanda BASSANI, 2016). Os presos na Ilha estavam ligados às seguintes organizações: VAR-Palmares, PCB, PTB, MNR, MR-8, POC, AP, MR-26 e Fração Bolchevique Trotskista. Tais informações são declaradas pelos próprios ex presos políticos, incluídas nos processos de indenização política. Vale ressaltar que estes dados são fruto das memórias daqueles que estiveram neste espaço e correspondem a informações em processos judiciais, onde muitos deles não especificaram exatamente o tempo de prisão na Ilha, porque o objetivo era a comprovação do período de prisão total, os locais por onde estiveram presos, etc. É

comum nesta documentação os relatos de troca de prisões, identificada como uma prática de terror recorrente do sistema repressivo que tinha por objetivo manter escondida, 'desaparecida', a pessoa presa, submetê-las a interrogatórios e torturas em diferentes locais por torturadores diferentes, além do uso da máquina burocrática para não responsabilização de agentes do Estado, entre outros. Assim, estas dinâmicas permitem pensar que as pessoas, na condição de presos políticos, eram levadas e retiradas da Ilha para torturas no DOPS/RS ou manejo entre delegacias e quartéis.

O presos comuns são retratados pelas memórias dos presos políticos, enquanto pessoas pobres, pouco ou nada escolarizadas e, majoritariamente, não brancas. Índio Vargas (1981) escreve que em maio de 1970 foram retirados da Ilha aproximadamente cem presos comuns e levados ao Presídio Central de Porto Alegre (PCPOA), para ceder espaço aos presos políticos.

(...) homens encurvados, cabisbaixos, arrastava-se penosamente (...). Eram aproximadamente cem homens, um pouco mais talvez, quase todos de cor, negros, mulatos, um ou outro branco. Esquálidos, rostos encovados, a pele parecia que ia furar os ossos descarnados. As roupas eram farrapos imundos, verdadeiros molambos. Alguns vestiam apenas calção ou calça, sem camisa. Pés no chão, nenhum deles calçava sapato ou tamanco. Só vendo para acreditar que alguém pudesse chegar àquele estado, vivo. Um cheiro forte de animal bichado inundou a galeria lúgubre (Índio VARGAS, 1981 p. 85).

A Ilha era um "depósito de presos" utilizado pelo sistema de segurança pública para torturar "delinquentes" (Jorge FISCHER, 1982 p 84). Olhando sob uma perspectiva institucional é possível identificar diferenças no tratamento entre presos comuns e presos políticos, dando a conhecer um *modus operandi* do sistema repressivo, bem como valores estruturais que permitem a classificação binária das pessoas presas (comum/político). Deste modo, as relações se estruturavam da seguinte forma (ver desenho 1):



Desenho 1 Hierarquia que determina o lugar dos corpos na perspectiva institucional.

Para compreender as diferenças de tratamento destinado ao preso comum ou político dentro do espaço prisional é necessário conhecer os atravessamentos que perpassavam estes corpos. Isto significa que o entendimento de corpo é peça chave na produção desta narrativa porque é a maneira palpável de se compreender e historicizar relações estabelecidas entre os presos que ocuparam a cadeia. É através da experiência material da ocupação forçada que atravessa o corpo humano em sua coexistência com corpos de pedras, de concreto e de ferro que, por sua vez, possui um objetivo coercitivo.

O conceito de corpo aqui utilizado acompanha a discussão da filósofa Judith Butler (2002), em seu texto *Corpos que importam*. A materialidade do corpo está intimamente ligada à linguagem porque através dela encontra um lugar epistemológico inteligível, um lugar ontológico que o rege e um lugar político que o torna suscetível à legitimação. Esse corpo é composto de processos discursivos normatizadores, que autorizam a sua existência, e os que estão fora dessa lógica são considerados abjetos. Os corpos abjetos não estão restritos à heterocisnormatividade, apesar dela servir como o ponto referencial da norma. Os abjetos estão relacionados aos “tipos de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é

entendida como “não importante”” (Judith BUTLER em entrevista a Prins BAUKJE e Irene MEIJER, 2002, p. 161). Contudo, a própria imposição dos corpos normativos cria brechas e lacunas para o surgimento e a materialização dos corpos outros, produzidos a partir de ontologias outras, fluídas, performatizadas em outros processos discursivos.

Os estudos de criminologia crítica pautados em uma ótica racial (Ana Luiza FLAUZINA, 2006 e Juliana BORGES, 2019) confirmam os dados fornecidos pelos movimentos negros de que o sistema penal brasileiro possui um caráter genocida das populações negras desde os seus primórdios. Com o passar do tempo, este sistema punitivo atualizou e se alimentou do processo de redução de pessoas, o qual é balizado por raça e classe enquanto elementos fundantes na produção da figura do criminoso. Assim, a prisão na Ilha cumpria a sua função ideológica enquanto um local onde indesejáveis eram depositados (Angela DAVIS, 2019). O seu isolamento mantinha-os afastados da cidade, longe da vista da sociedade, a qual se eximia de lidar com problemas sociais gerados pelo capitalismo e racismo. Isto possibilita o entendimento de que o sistema punitivo, através da instituição prisional, compele os corpos dos presos comuns à condição de abjeção (Judith BUTLER, 2002).

Os presos, comuns e políticos, aos olhos do Estado podem ser interpretados enquanto corpos objetificados, de homens criminosos. Entretanto, é necessário ressaltar que é na diferença entre o comum e o político, onde se encontram outros jogos de forças e assimetrias, que produzem a abjeção de uns para a autoafirmação de outros naquele mesmo espaço, como será discutido na segunda parte do texto. Assim, é a partir da mobilização material do ambiente prisional que se percebem diferenças de tratamento classificatório institucional⁶⁹ que, somadas às relações internas, possibilitam identificar os atravessamentos de raça e classe que situam presos políticos em um *lócus* privilegiado colocando-os em um patamar acima dos presos comuns dentro do espaço prisional da Ilha.

⁶⁹ A diferenciação institucional ocorria de acordo com o enquadramento legal que os levavam à prisão, se era a Lei de Segurança Nacional ou não.

Na ilha conseguimos visitas, trabalhos manuais e leituras. Criamos grupos de estudos e conseguimos avanços como organizar nossa própria cozinha enviar e receber cartas, (embora passassem pela censura), e ter roupas e agasalhos melhores. Agora o ar úmido da ilha, tinha constantes acessos de asma e dores de cabeça cada vez mais fortes. Conseguia alguns remédios por intermédio de parentes dos companheiros presos. (...). Com a alimentação, banhos de sol e tranquilidade da ilha conseguimos nos recuperar bastante fisicamente (José Angeli SOBRINHO, 1998 p.07-08).

Ser levado para Ilha promovia uma sensação de alívio às torturas que eram aplicadas no DOPS/RS, como um local de “recuperação” para corpos torturados, conforme o relato de José Angeli Sobrinho. Os presos políticos eram enviados ao presídio quando os agentes do Estado decidiam que não era possível extrair mais nenhuma informação do preso. Entretanto, quando ocorriam novas prisões, era comum buscar presos na Ilha para novos “interrogatórios”, leia-se tortura, no DOPS/RS. Localizei nos processos de indenização, três pessoas que foram presas na Ilha entre 1965 e 1966, Manoel Raimundo Soares, Luiz Renato Pires de Almeida e Lairton Rippol. Neste período imediato pós golpe, há relatos de torturas por afogamentos no entorno da Ilha ou no Rio Guaíba, o que culminou com a morte de Manoel⁷⁰. O seu corpo foi encontrado na margem do Rio com as mãos amarradas às costas. Esse foi um caso bastante noticiado na mídia local dando visibilidade às violências cometidas por agentes do Estado, além da instauração de uma CPI na Assembleia Legislativa. Possivelmente o ‘Caso das mãos amarradas’, como ficou conhecido, tenha inibido, em alguma medida, esse tipo de prática. Após a publicação do AI-5, em 1968, a repressão se intensifica aprimorando seus métodos, utilizando outros espaços como o DOI-CODI⁷¹ e o DOPS/RS. Estas informações corroboram com a possibilidade de uso da Ilha pelo sistema repressivo, na década de 1970, como depósito de presos e não mais como local onde ocorriam torturas.

Os sujeitos quebrados pela tortura⁷² no DOPS/RS eram levados para a Ilha, um local afastado, isolado, de difícil acesso junto de outros homens em condição

⁷⁰ O processo do caso está disponível na íntegra no site: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/PesquisaAcervo/Processos/tabid/6417/Default.aspx> Acesso em janeiro de 2020.

⁷¹ O DOI-CODI foi insaturado em Porto Alegre em 1974 funcionando até 1982 (Jocyane Baretta, 2015). Em 1974 a Ilha já estava, aparentemente, entrando em desuso para prisões políticas.

⁷² Sujeita(o)s quebrada(o)s pela tortura ou pela violência repressiva correspondem aos indivíduos que tiveram seus corpos submetidos a diferentes formas de violência cujo objetivo era a destruição da identidade e da individualidade da pessoa presa.

semelhante. Na década de 1970, Carlos relata que “os presos que ali estavam carregavam todos as marcas da tortura, suas sequelas imediatas: angústia, nervosismos, inclinação ao suicídio, traumas de todo tipo” (Carlos Alberto Teles FRANK, 1998 p.20) e que, quando a situação se agravava, eventualmente, eram retirados da Ilha para assistência médica no prédio da UGAPOCI⁷³.

Eloy Martins (1981) escreve que o “prédio onde estávamos enjaulados era um verdadeiro cadeião (...) era um suplício viver naquela masmorra” (Eloy MARTINS, 1981 p. 163). Esse universo material era mobilizado com objetivo punitivo, atuando como produtor de corpos marcados pelos traumas da tortura, através da manutenção da sua condição desumanizada pelo uso do meio físico, isolado e insalubre. Os presos políticos conseguiram se organizar enquanto coletivo e a convivência com outros homens que passaram por experiências semelhantes constituíram-se em brechas para atos de rebeldia. Esta rebeldia se estabelece na possibilidade de retomada da humanidade perdida. Esta retomada significa entrar em uma batalha para reaver sua identidade, ou seja, os elementos que os estruturava (gênero, raça, classe) enquanto sujeitos, viabilizava a sua (re)afirmação. Assim, o fato de haver um *lócus* de existência prévio à condição de preso político torturado (desumanizado) abriu caminho para a retomada da humanidade perdida porque, historicamente, esses homens que optaram pela luta armada eram sujeitos ocupando espaços públicos socialmente reconhecidos e legitimadores do seu *status*. Assim, mesmo estando em condição adversa, esses corpos encontraram meios de entrar em processos de regeneração física e simbólica enquanto sujeitos, ainda que carregando consigo traumas.

A arquitetura prisional da Ilha era institucionalmente articulada como dispositivo repressivo através da segregação espacial delimitando lugares de acordo com a categoria de crime cometido (político ou comum). A mobilização discrepante possuía o objetivo de moldar e manter reduzidos os corpos que estavam ali condicionados, ocorrendo através divisão do espaço prisional de forma desigual, gerando um acúmulo de pessoas em um espaço restrito. Chegaram a ser vinte presos comuns em uma cela, ao passo que os presos políticos dispunham de dez celas com uma população

⁷³ O Prédio da União Gaúcha de Policiais Civis era um local de atendimento médico aos presos políticos, onde ainda há atendimento médico, odontológico e outros atendimentos aos filiados. Localiza-se no Centro Histórico de Porto Alegre, na Rua Siqueira Campos 702. Neste mesmo prédio funcionava o DOPS/RS até início da década de 1960, quando foi transferido para o Palácio da Polícia, na Avenida João Pessoa, nº 2050 (Jocyane BARETTA, 2015).

carcerária que teve seu ápice com quarenta e oito pessoas, como relata Eloy Martins (1981):

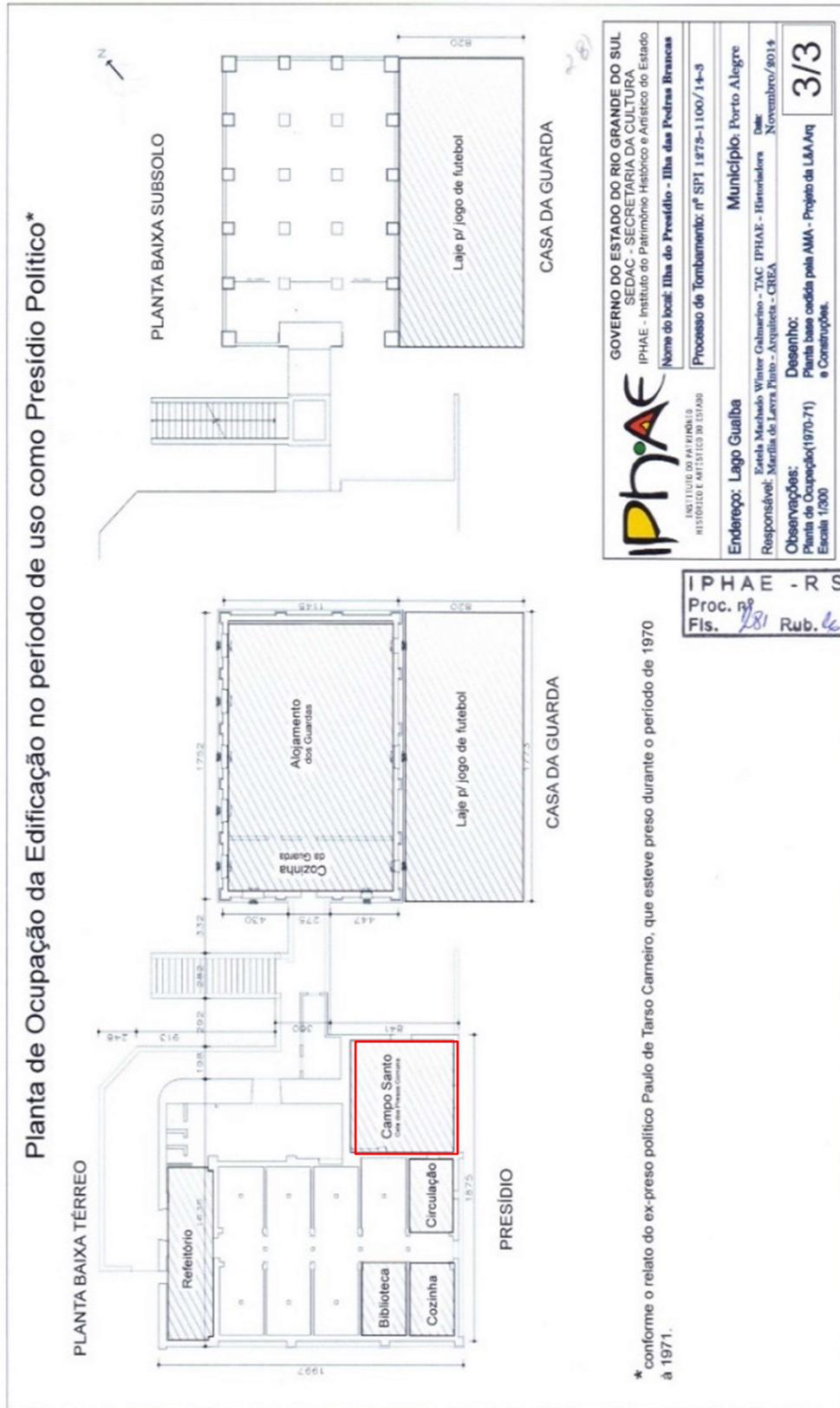
(...) éramos quarenta e oito [presos políticos], mais vinte presos comuns, destes últimos, os que não estavam enquadrados da Lei de Segurança Nacional, viviam numa cela grande, independente de nós, mas como se encontravam no mesmo presídio tinham contato conosco, porém nos respeitavam (Eloy MARTINS, 1981 p. 165).

Abaixo imagens das celas ocupadas pelos presos políticos (Figura 19):



Figura 19 Corredor das celas dos presos políticos, janela de iluminação ao fundo. Fotos: Jocyane Baretta e Alberto Tavares, 2014.

Na sequência a imagem da planta baixa elaborada a partir das memórias do ex-presos político Paulo de Tarso Carneiro com a indicação em vermelho da área destinada aos presos comuns, por ele nominada de “Campo Santo”, mostrando a diferença de espaços concedido pelo sistema prisional para cada categoria de preso (Planta 5).



Planta 5 Ocupação do presídio político por Paulo de Tarso Carneiro. Em detalhe a área ocupada pelos presos comuns. Fonte: Processo de tombamento da Ilha - IPHAE/RS, 2014.

Abaixo imagens da cela ocupada pelos presos comuns, localizada no final do corredor à esquerda (Figuras 20 e 21):



Figura 20 Vista a partir do acesso à cela dos presos comuns, ao fundo, a área onde ficava a cozinha dos presos políticos. Foto: Marcelo Lazzarotti, 2014.



Figura 21 Cela destinada aos presos comuns. À direita a porta que liga ao acesso que antecede a cela. Foto: Jocylene Baretta e Alberto Tavares, 2014.

As condições materiais e de habitabilidade dos presos comuns eram distintas daquelas enfrentadas pelos presos políticos, dado espaço físico restrito da única cela ocupada por aqueles, a falta de mobília, de vestuário adequado e a insalubridade resultante disso. Ademais, vale ressaltar que, nos relatos a que tive acesso, não encontrei dados sobre a existência de mobiliário na cela dos presos comuns como

camas, colchões, cobertores, etc., durante a ocupação conjunta com os presos políticos. Isto mostra que o tratamento concedido aos presos comuns poderia ser pior do que aos presos políticos, ainda que ambas categorias estivessem submetidas a mesma cadeia, sob condições adversas. Isto significa compreender que o tratamento destinado a cada grupo faz com seus corpos sejam atravessados por diferentes eixos opressivos que compõe uma estrutura maior, largamente utilizada pelo aparato repressivo e que é base fundante do sistema penal brasileiro (Ana Luiza FLAUZINA, 2006). Deste modo, identificar as opressões estruturais significa conhecer as bases epistêmicas que constroem esse sistema, abrindo espaço para debates responsáveis e engajados sobre problemas sociais acarretados pelo racismo e pelo capitalismo (Juliana BORGES, 2019).

Em abril de 1981 a reportagem do Jornal Zero Hora informava sobre maus tratos aos presos comuns na Ilha, chamados pelo noticiário de “inadaptados”. A imagem abaixo (Figura 22) mostra os beliches, possivelmente das celas ocupadas anteriormente pelos presos políticos, uma vez que o último preso político deixou a Ilha em 1974⁷⁴. A reportagem ilustra como os elementos materiais da estrutura prisional foram utilizados sobre o corpo das pessoas que ali estiveram na condição de presos (comuns ou políticos). Segue a transcrição da legenda das imagens indicadas na segunda e quarta página do jornal, respectivamente:

“Isolamento total: a única certeza”.

“Um buraco embaixo do beliche serve de vaso para as necessidades. A água do banho e das paredes também vai escorrer por ali”.

“Escassa água é servida assim: para beber e banhar-se” (ZH, 06/04/1981).

⁷⁴ Os dados levantados nos processos de indenização política (APERS) indicou o ano de 1974, sendo os últimos a sair, os presos Carlos Araújo e Dario Viana.

o aumento da exposição do corpo preso, além de ser uma forma de manter as condições insalubres e desumanizantes do ambiente.

Havia uma biblioteca entre as celas destinadas aos presos políticos, a qual foi por eles montada com livros que conseguiam fazer entrar na cadeia burlando a censura (ver biblioteca na planta 5). A biblioteca era um elemento importante dentro da prisão, conforme escreve Indio Vargas, porque de acordo com as preferências de leitura de cada um era possível conhecer “quem é quem, na cadeia” (Indio VARGAS, 1981 p.149).

O livro mais lido, seguramente, foi *Cem anos de Solidão*, de Gabriel Garcia Marquez (...). Outro muito lido era a *História da Riqueza do Homem*, do norte-americano Leo Huberman. (...). Além de livros policiais, as famílias traziam obras importantes, tais como as de Nietzsche, que dona Olinda trouxe para Paulo de Tarso Carneiro. Como estávamos na mesma cela, nos metemos na aventura de ler esse autor. Começamos por *Ecce homo* (Indio VARGAS, 1981 p.151-152).

A leitura, para Indio Vargas, implicava em momentos nos quais podiam esquecer da sua condição de preso. Ele escreveu que “a leitura nos transportava para um mundo estranho – o mundo da especulação filosófica, que nada tinha a ver com a nossa realidade: paredes de cimento, grades de ferro, a Lei de Segurança Nacional” (Indio VARGAS, 1981 p.153). Viajar através dos livros permitiu que o corpo de carne e osso se desmaterializasse para acessar outros espaços (Michel FOUCAULT, 1984), onde os corpos de cimento e ferro não existiam, portanto não reprimiam.

Os livros eram contrabandeados, levados por familiares e amigos que possuíam acesso a esse tipo de literatura, evidenciando um aspecto de classe social. Além disso, o grupo de presos políticos que acessava ditos livros, na biblioteca, possuía uma condição de classe e nível de instrução que situa a perspectiva elitizada de alguns presos políticos. Ademais, a existência da biblioteca mostra que a vantagem da leitura viabilizava ações contra o sistema repressor, ainda que os agentes do DOPS/RS, às vezes, fizessem “batidas” para recolher o material avaliado como subversivo. A biblioteca dos presos políticos na Ilha materializa privilégios detidos por esse grupo (escolarização avançada, hábitos de leitura intelectual, parentes e amigos com acesso à livros, etc.). As leituras e as discussões coletivas auxiliavam sua recomposição enquanto sujeitos que vinham quebrados das torturas no DOPS/RS, além de estabelecer formas de sociabilidade entre iguais, reforçando suas masculinidades no ambiente prisional por meio de discussões intelectuais e da

rearticulação da militância. Eram homens lendo autores homens, situando sua posição social que é também atravessada pelo gênero, na medida que possibilitava a rearticulação de suas masculinidades.

Ao mesmo tempo que a arquitetura é um meio coercitivo manipulado pelo aparato repressor, o meio material também é mobilizado pelas pessoas presas na criação de estratégias para sobreviver às condições adversas. A diferença é que a condição social privilegiada dos presos políticos em relação aos presos comuns, fornecia aos primeiros um aparato material diverso como maior espaço, camas, livros, comida extra, medicamentos, objetos de uso pessoal e etc., os quais eram levados com frequência por familiares e amigos em dias de visita, e não estavam acessíveis da mesma forma aos outros. Isto significa que, aos presos comuns, as condições de possibilidade para atos de resistência ao sistema repressor não estavam apoiadas nesse tipo de aparato material, ou seja, elas ocorriam por outras vias detectáveis nos relatos a que tive acesso, visto que são narrativas produzidas a partir de um ponto de vista específico, de homens presos políticos. Isto mostra a eficácia da lógica punitiva no apagamento dos presos comuns, classificados como sujeitos indesejáveis, abjetos, historicamente obliterados. Cabe pensar que a existência dos presos comuns aparece nas memórias dos políticos modo de informar as condições daquele lugar (físico/simbólico) a que foram submetidos. Estes aspectos também são observáveis no desenho de croqui da cadeia (Desenho 2) feito pelo ex preso, engenheiro José Sarno:

relação aos comuns na relação com esse universo material. A ocupação dos presos políticos era, possivelmente, de três a quatro em cada cela que, por sua vez, permanecia com as grades abertas, disponibilizando maior área de circulação dentro da cadeia, permitindo o acesso a uma cozinha para refeições extra e a uma biblioteca que oferecia momentos de agrado através da leitura. Além do acesso diário ao pátio, posto que a dificuldade de fuga da Ilha permitia que as portas fossem abertas para atividades de lazer e banho de sol. Além disso, há a descrição de José utilizando a “letra “V” de vagal (gíria para vagabundo) e a descrição na planta de ocupação feita por Paulo de Tarso (Planta 5) assinalando este espaço como “campo santo”, designação da parte do cemitério antes destinadas às covas rasas da população pobre, mostram os atravessamentos de classe e de nível de instrução na percepção dos presos comuns pelos presos políticos.

Essa análise no âmbito institucional mostrou um *modus operandi* repressivo através da objetificação de corpos que foram inseridos em uma arquitetura utilizada para moldá-los, ou seja, é a opressão institucional (lógica estruturante) utilizando o meio material para manutenção da condição submissa dos corpos presos. Entretanto, ainda que ambos estivessem inseridos na categoria presos na perspectiva do Estado, a distribuição espacial feita pela carceragem marcava diferenças no tratamento dos presos comuns classificados como indesejáveis, abjetos, relegados ao pior lugar da cadeia, ao passo que os presos políticos, eram classificados como inimigos do Estado e por sua periculosidade foram mandados ao isolamento da Ilha, aparentemente, a pior cadeia para homens disponível naquela conjuntura. Essa caracterização materializada pela segregação entre sujeitos no meio físico, mostra as diferenças de forças estruturais que atravessavam tais corpos (raça, classe social e nível de instrução), posicionando a inexistência dos presos comuns (vagais, mortos) diante da recomposição da existência dos presos políticos.

2.1.2 “tratávamos todos, com a devida precaução, como pessoas e não como bichos” – os presos comuns na percepção dos presos políticos

As relações entre os ocupantes da cadeia foram acessadas a partir da perspectiva dos presos políticos, que é definida por um ponto de vista (Donna HARAWAY, 1995). Intento analisar essas memórias sob uma ótica interseccional

(Patrícia Hill COLLINS, 2017; Carla AKOTIRENE, 2019) que permita identificar, nas falas dos presos políticos, eixos de opressão que são estruturais e estruturantes da constituição desses sujeitos que combateram um governo opressor, criminalizados pelo Estado e inseridos em um sistema penal que é historicamente constituído por bases classistas e racistas (Angela DAVIS, 2019; Michelle ALEXANDER, 2017; Ana Luiza FLAUZINA, 2006; Juliana BORGES, 2019). Isto significa perceber, nas relações, elementos que as estruturam dentro do ambiente carcerário com o objetivo de desvelar o quanto a reprodução destas bases durante a Ditadura agia no apagamento existencial e histórico daqueles tornados abjetos (Judith BUTLER, 2002), permitindo a afirmação de outros.

Indio Vargas é um homem branco, cishétero, nascido em São Sepé/RS, formado em filosofia, jornalismo e direito, ou seja, faz parte de setores médios urbanos, além de ter sido militante na organização M3G e ex-vereador pelo PTB, sendo preso aos 32 anos de idade em Porto Alegre. Situar sua posição social significa mapear as condições de possibilidade que permitiram o seu acesso a determinados espaços, permitindo identificar privilégios definidores desse *lócus*. Durante sua prisão na Ilha, Indio resolveu ocupar-se de registrar o cotidiano na cadeia, incluindo nome e a profissão de cada um dos presos políticos de modo a traçar seus perfis com a intenção de redigir um depoimento quando saísse do cárcere. Porque “afinal quem são essas pessoas que arriscam a própria pele numa empreitada tão difícil e perigosa?” (Indio VARGAS, 1981 p. 149).

Entre os 46 presos, havia 10 operários: João Batista Lopes, José Ruaro, Miguel Marques (ex-portuário) [o KGB], Celito de Souza, Délcio Constante, Mario Cardoso, Paulo Roberto Teles Frank, Adão Domingos dos Santos, Vanoli Carvalho e Carlos Alberto Teles Frank. (...) oito são formados em Filosofia ou estavam cursando o último ano, quando trocaram as atividades universitárias pela clandestinidade. (...) Antônio de Pádua Prado Jr., Atanásio Oth, Cláudio Meneguz, Ignácio da Silva Mafra, Vito Letízia (também professor de Ciências), Paulo de Tarso Carneiro (também bancário), Cláudio Boeira Garcia e o autor destas notas. A revolução que pretendíamos, com tantos estudantes de Filosofia, ficaria bem em Atenas – antiga. Havia um negro, Mario Cardoso, um mulato Valdir Silveira, um cafuso [sic], Miguel Marques, e um índio, Vanoli Carvalho. O maior número (21) era de estudantes, incluindo entre estes alguns já citados e outros que estudavam e trabalhavam: Paulo de Tarso Carneiro, Claudio Meneguz, Valdir Izidoro Silveira, Calino Pacheco, Elvaristo Teixeira do Amaral, João Batista Rita, Antonio Carvalho de Assis, Clóvis Fagundes, Francisco Martinez Tôres, Afrânio Costa, Willy Dalzoto, Inácio da Silva Mafra, Fernando da Matta Pimentel, Vito Letízia, João Carlos Bona Garcia, Félix da Silveira Rosa Neto, Irgeu Menegon, Antônio de Pádua Prado Jr., José Carlos Rescke, Sílvio Nogueira Pinto, Alexandre Schineider e Lúcio Barccellos. Havia, ainda, 4 bancários, todos do Banco do Brasil e estudantes já referidos: Félix da Silveira Rosa Neto, José Carlos Rescke, Elvaristo Teixeira do Amaral e Paulo de Tarso Carneiro (VARGAS, 1981 p. 150-151).

A narrativa de Índio identifica e classifica os presos políticos de acordo com seu entendimento de mundo à época, dando a conhecer sobre quem era quem na cadeia a partir do nome, da raça, da profissão e da escolaridade dos seus companheiros. Dos quarenta e seis presos políticos, apenas quatro foram mencionados como não brancos, sendo três operários e um estudante: o Mário, o Miguel, o Vanoli e o Valdir classificados, respectivamente, como negro, cafuzo, índio e mulato. A sua descrição racializa e classifica os corpos que estavam fora do padrão branco entre aqueles que estavam sob a mesma condição, a de presos políticos. O uso dos termos cafuzo e mulato é racista, pautado na ideia de que a nação brasileira é formada pela mistura de três raças (índios, brancos e negros), onde índios e negros são vistos pelo olhar paternalista do branco, convivendo em harmonia (Juliana BORGES, 2019). Este discurso historicamente alimenta “práticas discursivas e não-discursivas que fabricam os corpos a serem excluídos e definindo aqueles que terão suas vidas valoradas” (Mariléa ALMEIDA, 2018 p.65). Assim, localizar a posição social dos presos viabiliza mapear as condições estruturais e atravessamentos que caracterizam estes corpos determinando o lugar ocupado pelos sujeitos dentro da cadeia.

Nos primórdios da década de 1970 a vida na prisão, conforme narrativa dos presos políticos, era organizada através de um coletivo criado sob o ideário do

Centralismo Democrático, doutrina marxista-leninista de organização partidária para debate de divergências e tomadas de decisões de forma democrática e soberana (Indio VARGAS, 1981). O coletivo deliberava sobre atividades relacionadas à organização, à alimentação, aos vícios e outras demandas, considerando que os presos políticos procediam da militância em diferentes organizações de esquerda. Isto significa compreender que, internamente, a possibilidade organizativa, e também suas divergências, diziam respeito à situação de classe e de escolaridade que posicionava esses sujeitos em um lugar privilegiado. Ademais, são comuns narrativas que priorizam aspectos positivos da convivência com outros homens como forma de fortalecimento mútuo e da retomada do eu, como escreveu Afrânio Francisco Costa enfatizando a coletividade:

No início de maio de 1970, fomos levados para a Ilha das Perdas Brancas, localizada no estuário do Guaíba, onde tínhamos celas coletivas, acesso a livros, rádio, jornais, revistas, etc., enfim, vida coletiva e também recebíamos, semanalmente, a visita dos familiares (Afrânio COSTA, 1998 p.38).

Este mesmo período é marcado como o mais intenso da lógica do combate à subversão fazendo com que o rigor das estratégias prisionais se intensificasse. Ainda assim, era permitido aos presos políticos que estavam na Ilha receber visitas aos domingos, trazendo comida, roupas, remédios, cigarros, livros, jornais e revistas, dentre outras coisas (Indio VARGAS, 1981). Contudo, o processo para visita dos familiares não era nada simples pois, além da dificuldade de acesso, havia ritos violentos a que eram submetidas as mulheres visitantes, conforme escreveu Carlos Alberto:

Na Ilha, uma policial fazia quase um exame ginecológico em algumas de nossas companheiras, quando elas de visita à Ilha [*sic*], para ver se traziam alguma coisa escondida na vagina ou no ânus. Isto me revoltava ao ódio! (Carlos Alberto Teles FRANK, 1998 p.23).

A revista vexatória é uma prática comum ainda hoje nas instituições prisionais (Kézia DELEFRATI e Elizabete NOVAES, 2016), submetendo a mulher visitante a uma série de violências: constrangimento moral ao ser desacreditada, colocada na condição de suspeita e, por vezes, taxada como “mulher de bandido”, humilhações e desrespeito a direitos fundamentais além da violência física da revista. Isto significa que a punição do corpo do preso político se expande ao seu entorno afetivo imediato, ou seja, a família do preso político também sofria efeitos da ação prisional, mostrando

a misoginia estruturante do sistema punitivo (Juliana BORGES, 2019) e a violência repressiva atuando de forma irradiada (Enrique PADRÓS, 2005).

Na Ilha, as visitas eram recebidas no pátio de forma coletiva permitindo com que todos os presos usufruíssem dos alimentos, das informações e da companhia das visitas alheias. Visitas íntimas não eram permitidas (Fernanda BASSANI, 2016). Entretanto, seus ocupantes criavam meios de subverter a norma.

Não foi oficializado, porém havia certa condescendência, era tolerado, nos dias de visitas, os presos casados irem para as celas com suas esposas. Fechava-se o portão do corredor e a porta da cela, fazendo-se nesta um tapume com cobertores e ali ficava o casal, não como um direito oficial, mas como uma transgressão permitida (Eloy MARTINS, 1981, p. 178)

As práticas sexuais naquele espaço prisional ilhado tinha essa conotação de “transgressão permitida” devido à relação estabelecida entre presos políticos e a guarda, que costumava atender pedidos mediante suborno (Fernanda BASSANI, 2016), também facilitando a entrada de bebidas, de livros e de jornais, mostrando uma condição de classe que permitia este favorecimento. Assim, era possível acessar informações sobre o que acontecia no mundo externo por meio de jornais e, por vezes, até conseguiam vinho para colocar no sagu (Cristina BERGER e Beatriz MARROCO, 2008). Indio Vargas (1981 p. 163) escreve que um dos presos políticos, Carlos Araújo, conseguiu fazer entrar na cadeia uma televisão.

(...) o moralismo na cadeia mantinha-se inalterado até a chegada de Araújo. E este não sabia da missa nem a metade. Um dia após sua chegada, *mandou buscar um televisor em casa de seu pai. Quando os guardas, certamente bem gratificados, porque guarda não prega prego sem estopa, abriram o portão para introduzir a máquina na cadeia*, os presos estupefatos, como se ali estivesse entrando um bicho de sete cabeças” (Indio VARGAS, 1981 p.163 [grifo meu]).

A entrada da televisão revolucionou a vida na cadeia, transformando hábitos dos presos que passaram a ver futebol ou filmes entre uma novela e outra. O aparelho tornou-se ponto de junção, onde os presos e os guardas (posicionados do lado de fora das grades) assistiam juntos a partidas de futebol (Cristina BERGER e Beatriz MARROCO, 2008). A situacionalidade de classe permitiu o benefício da TV, bem como viabilizava a entrada na prisão de coisas que eram proibidas pelo sistema repressivo. Neste sentido, o lugar social ocupado pelos homens presos políticos era fundado em uma base estrutural privilegiada que criava meios para (re) construção desses sujeitos que foram submetidos à hostilidade daquele ambiente. Esse *lócus*

possibilitava atos de rebeldia contra o sistema amparado no favorecimento material, ou seja, os presos políticos possuíam maior espaço e possibilidade de circulação, de diálogo com outros presos, porque as portas das celas eram ou ficavam abertas no espaço interno da edificação; na cadeia adentravam meios de comunicação que os mantinham informados sobre o mundo lá fora; havia uma biblioteca; possuíam uma cozinha própria para refeições extra; dispunham da laje para jogar futebol e pescar; podia-se circular nos espaços ao redor da Ilha, entre pedras e árvores nos dias de visita, amenizando o isolamento imposto. Assim, a condição estrutural privilegiada de alguns perante outros ocupantes presos, constituía caminhos menos tortuosos à atos contra o sistema para aqueles que possuíam acesso às benesses. Ainda que esses corpos tivessem sido quebrados pela tortura puderam se refazer, (re) existindo naquele espaço prisional, produzindo suas narrativas e memórias sobre a experiência de ser um preso político na Ilha, ressaltando a importância política de suas lutas.

Eloy Martins, catarinense de Laguna/SC, homem branco, cishétero, filho de pai carpinteiro e de mãe costureira, começou a trabalhar aos sete anos como engraxate. Na juventude, no fim dos anos 1920 em Porto Alegre concluiu o ensino secundário e tornou-se operário metalúrgico em estaleiros da cidade, ingressando no Bloco Operário Camponês que era ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), iniciando sua militância junto ao partido e ligando-se ao movimento sindical. Publicou seu livro de memórias ainda durante a ditadura, em 1981 na capital gaúcha.

É importante ressaltar que havia diferenças entre sujeitos, marcada pela individualidade, pela identidade, pela subjetividade e pela história de vida de cada uma das pessoas aqui apresentadas, ainda que ocupantes de uma mesma categoria (preso político), por exemplo, entre Índio Vargas e Eloy Martins. Isto significa que essa classificação de presos é pautada na lógica dicotômica estruturante da modernidade colonial capitalista, que reverbera no sistema repressivo viabilizando a criação destas categorias (preso comum e preso político), ou seja, esta lógica planifica subjetividades, produzindo características que inserem um sujeito à determinada categoria, indo além da classificação estatal pelo tipo de crime cometido. Preso político se torna um sujeito coletivo, também, na medida que os narradores se autorreconhecem como tal. Os homens encarcerados sob esta condição se apropriam da classificação impingida pelo Estado (preso político) e a utilizam como fator de diferenciação dentro da cadeia. Esse autorreconhecimento enquanto grupo perpassa,

por exemplo, pela existência de um *ethos* esclarecido que é compartilhado, conformando o sujeito coletivo – preso político. O pertencimento ao grupo autoriza a produção de pontos de vista semelhantes a respeito das pessoas que faziam parte do outro grupo, de presos comuns. Isto mostra que, eram justamente os valores estruturantes que operavam a lógica repressiva atravessando e constituindo esses sujeitos individualmente. Isto leva a conhecer que, ainda que esses sujeitos (presos políticos) sejam constituídos por diferentes lugares de fala, a atuação do sistema repressivo enquanto fruto de uma conjuntura social maior se efetivava pela hierarquização, na delimitação dos lugares ocupados, produzindo a auto afirmação de uns perante a obliteração de outros, concluindo-se que as ações internas eram pautadas pelas mesmas dinâmicas, profundas, estruturantes do sistema repressivo.

É a partir das memórias de Eloy Martins (1981) que tive acesso às relações entre os presos no cotidiano da Ilha. Sua narrativa mostra os atravessamentos estruturais que moldam seus corpos autorizando-o a seguinte descrição dos presos comuns:

como se encontravam no mesmo presídio, tinham contato conosco, porém nos respeitavam. Quase todos eram *marginais por profissão*, produto desta sociedade que coloca no caminho da delinquência uma multidão de criaturas” (...) apesar de tudo e antes de tudo eram seres humanos, mesmo sendo tratados como animais irracionais. Entre eles havia elementos interessantes, e nós presos políticos *tratávamos todos, com a devida precaução, como pessoas e não como bichos*. (...). O Sabão, um preto de vinte e três anos, *dentes são e alvos*, feição simpática, cantava mais ou menos, andava sempre trauteando. Por um cigarro, o Sabão pegava um caixa de fósforos, começava a bater e logo saía um samba. O Zebu, um bugre de trinta e cinco anos, cor amarelada, cabelos negros e corridos, um metro e setenta e dois centímetros de altura, cento e dez quilos, caminhar de elefante, passava o dia transando, trocando um sapato velho por uma cinta, um casaco por uma calça, comprando e vendendo, *raro o dia que não tinha nada para vender ou comprar*. O Ferrugem, jovem de feição envelhecida, com apenas vinte e um anos tinha um rosto de quarenta, cabeça sempre raspada a gilete, olhos esbugalhados, excessivamente retraído e despreocupado. De noite, era costume os presos comuns virem junto a nós apreciar televisão, a qual havíamos, com certo esforço, conseguido fazer entrar naquele calabouço (Eloy MARTINS, 1981 p. 165 [grifos meus]).

A posição subalterna dos presos comuns fica evidenciada a partir da caracterização como “marginais por profissão”, a quem se tratava como gente, mas com a “devida precaução”, reafirmada pela condescendência quanto à condição de desumanos, além da afirmação da posição hierárquica relatada através do respeito

dos comuns em relação aos políticos. A representação física do corpo preso comum, atribuindo valores morais que implicam na reiteração de estereótipos racistas e tipificação como o negro festeiro e malandro, o indígena (bugre) sempre hipnotizado pela oportunidade de trocar bugigangas, bem como a ênfase escravista na observação da qualidade dos dentes, mostra o racismo introjetado. A abjeção ou não existência enquanto sujeito dos presos comuns retroalimenta a existência dos presos políticos em pelo menos dois aspectos: no plano histórico no que diz respeito ao apagamento daqueles na produção de narrativas sobre essa prisão em que o foco é o período da ditadura; e no plano imaginário e simbólico onde a branquitude atua “como instrumento de poder e de privilégios à custa da opressão material e simbólica do outro”(Sueli CARNEIRO, 2011 p.81), alimentando a brancura enquanto ideal de ego. E o mito da democracia racial é evidenciado no momento em que todos estavam na frente da televisão, um bem de consumo adquirido por pessoas com poder aquisitivo para tanto, mostrando um elemento de classe social que viabilizava essa regalia na cadeia. A relação entre presos comuns e presos políticos foi narrada como amistosa pelos últimos de modo que todos exerciam atividades para manutenção e organização do meio que os mantinha cativos.

Mesmo não havendo uma unidade total, pois nas questões políticas e no problema dos comestíveis continuávamos como dantes, existia um certo acordo. Cada dia um companheiro ficava responsável por varrer os lugares ocupados pelos presos políticos, lavar a louça e fazer o café da manhã e da tarde. De quinze em quinze dias, havia *faxina geral, num trabalho de equipe. Conviviam conosco quatro presos comuns (...)* dentro de um respeito mútuo, nunca houve uma controvérsia. Eles, *apesar de estarem juntos numa só cela*, participavam dos trabalhos de cozinha e da limpeza geral (Eloy MARTINS, 1981, p. 173[grifo meu]).

A divisão dos espaços evidencia a segregação das relações também no âmbito interno. O lugar ocupado pelos presos políticos, aparentemente, era mantido de acordo com o cronograma estabelecido entre si com a inserção dos presos comuns nos trabalhos de limpeza e organização dos espaços, lembrando que a área ocupada pelos presos políticos era maior, portanto, demandando maior esforço para sua manutenção do que na ocupada pelos presos comuns. A memória de uma convivência amistosa diz respeito à condição hierárquica e condescendente em relação ao outro, situando corpos em posições assimétricas, mostrando uma relação de subserviência. Assim é possível compreender que a relação entre presos políticos e comuns era constituída através da abjeção (Judith BUTLER, 2002) dos primeiros sobre os últimos,

conjunturalmente estruturada e camuflada pela ideia de democracia racial, ainda que ambos se encontrassem subjugados à prisão pelo aparato repressor.

Os presos comuns são sujeitos retratados nos livros memorialísticos como maltrapilhos, esqueléticos, desnudos e famintos, com a dignidade humana perdida (Indio VARGAS, 1981). No trato institucional são desumanizados, moldados pelo ambiente carcerário da Ilha que os mantinha sob essa condição pelo isolamento e pela insalubridade. No âmbito interno, na relação preso político → preso comum, estabelecia-se também a reprodução de opressões via abjeção, ou seja, o apagamento dos comuns viabilizava a materialização dos políticos (Judith BUTLER, 2002). Portanto, as memórias materializam a desumanização dos presos comuns às vistas do Estado, reafirmando essa condição também pelos olhos de um preso político.

Vale incluir nas relações no âmbito interno as pessoas que ocupam o topo hierárquico, as quais eram as representantes do Estado. A guarda era composta por agentes da Brigada Militar e da polícia do Grupo de Operações Especiais (GOE) que, segundo Eloy Martins (1981) alguns os tratavam bem e outros eram linha dura:

Os guardas, alguns nos tratavam bem, mas havia os reacionários que nos traziam num cortado. Citaremos a atuação de um deles. Era chefe de uma das turmas de guardas, um cidadão de, presumivelmente cinquenta e três anos, cara enrugada, caminhar de pata choca, apelidado pelos seus próprios colegas de Cara de Bunda de Senhora; era quase analfabeto, porém, fazamos justiça, muito esforçado no sentido de alfabetizar-se. Enquanto não decorou os nomes de todos dos presos [políticos], fazia a chamada quatro, cinco vezes por dia. Chamava-nos para o salão, pegava a lista com a nomenclatura e ia soletrando nome por nome: levou muito tempo para aprender todos. Quanto mais ríamos da sua ignorância, mais chamadas ele fazia, mas não era possível deixar de rir (Eloy MARTINS, 1981 p. 167).

O perfil de um dos chefes da guarda, narrado por Eloy como um tipo “reacionário que nos traziam num cortado” delimita o papel de agente no sistema repressivo. O descreve de maneira irônica, com a intenção de ridicularizar a figura do guarda atribuindo-lhe características femininas (humana e animal) “Cara de Bunda de Senhora”, “caminhar de pata choca”, além de ressaltar sua condição de “quase analfabeto”, mostrando a misoginia e o educacionismo utilizados como arma em suas memórias para narrar o seu opressor. É pensando na questão de gênero, com a intenção de compreender como a misoginia estruturava relações dentro da cadeia, que discuto a seguir sobre a passagem das mulheres pela Ilha.

2.2 Uma presa oculta, duas musas na parede e a futura presidenta deposta do país

Trago aqui uma reflexão sobre a Ilha na perspectiva de gênero com a intenção de mostrar a misoginia institucional e interna nas relações enquanto elemento estruturante da dinâmica repressiva e dos sujeitos encarcerados, presos políticos. Houve na Ilha o caso de uma única mulher como presa-política, Vera Maria Idiart Schimitt, a Dedé. Este caso é uma exceção à regra, porque a Ilha era uma prisão masculina. Isto resultou em uma série de questionamentos, os quais demandariam maior tempo e aprofundamento na pesquisa. Entretanto, é um fato notável que deve ser divulgado. Em 1965, Vera tinha 35 anos, era advogada e militante do PC do B, integrante do grupo guerrilheiro Paulo Mello, além de trabalhar em uma repartição pública do Estado quando foi presa.

(...) fui levada para Porto Alegre, ficando presa no quartel da Guarda Civil, onde por dois meses, fui interrogada, pressionada, espancada, passando fome e sede por dias a fio. Vendo que não conseguiriam nada, deram por encerrada a fase de interrogatório e, para ocultar meu estado de desnutrição e debilidade física e mental, quase sem poder mais andar e com ferimentos na cabeça, levaram-me para a Ilha do Presídio, no meio do Rio Guaíba. Na ilha fiquei presa por vários meses, cercada de baratas e outros insetos horripilantes. Era a única mulher entre outros presos comuns que ali eram escondidos dos juizes até se recuperarem das torturas sofridas (Vera IDIART, 1998 p.05-06).

Em uma perspectiva institucional, pensando na dinâmica repressiva, Vera aparece como um caso excepcional, por ser a única mulher (que se tem conhecimento) que foi enviada para Ilha, com o objetivo de que ela se “recuperasse” dos ferimentos em um local insalubre, isolado, sem a menor condição de habitabilidade. Para além da tentativa repressiva de ocultação relatada por Vera, possivelmente, nesse período a organização repressiva ainda não estava tão bem estruturada quanto na década 1970, o que leva a pensar que o seu envio à Ilha tenha sido um erro burocrático, visto que era comum o preenchimento de formulários com informações parcas e desconstruídas como forma de não responsabilização institucional. Ademais, a PFMP estava em funcionamento, mas o aparato repressivo registra o envio de presas políticas para esta instituição somente em 1969. Há relatos nos processos de indenização que, nos primeiros anos após o Golpe de 1964, mulheres foram retiradas do DOPS/RS e enviadas para o Serviço Estadual do Menor (SESME) ou para quartéis, como nesse caso.

No processo de indenização política de Vera, são citados dois homens como testemunhas, os quais confirmam o seu depoimento, Cláudio Weine Gutiérrez e Carlos Alberto Teles Frank.

Dedé foi encaminhada para a polícia civil na Mauá, onde funcionava DOPS [o Palácio da Polícia estava em construção] na ocasião submetida a humilhações, maus tratos e rigorosos interrogatórios (Cláudio *apud* Vera IDIART, 1998 p.22).

“Com a finalidade de ocultar seu estado de desnutrição, debilidade física e mental, quase sem poder andar, com ferimentos na cabeça e lapsos de memória, levaram-na para Ilha do Presídio, no meio do Guaíba. Lá permaneceu incomunicável e sem assistência médica e jurídica. Na Ilha do Presídio era a única mulher presa entre os presos comuns” (Carlos *apud* Vera IDIART, 1998 p.27-28).

Não há maiores informações sobre a prisão de Vera na Ilha, nem no seu processo de indenização política, nem nos livros memorialísticos a que tive acesso. Seu relato judicial é bastante sucinto, sem detalhes que permitiriam compreender se ficava em celas compartilhadas ou isolada; como era o seu acesso e uso dos banheiros; como era sua relação com os outros homens presos; se tinha contato com presos comuns; qual sua relação com a guarda, se tinha o mesmo direito que outros presos (como banho de sol, se era junto ou separado dos homens); se ela recebia visitas; se sofreu violências sexuais, quando, como e por quem, etc. Pode-se dizer que o ocultamento da passagem de Vera pela Ilha, naquele ano de 1965, foi efetivo porque ela não é mencionada em nenhum dos setenta e um relatos de homens presos políticos na Ilha que constam nos processos de Indenização do APERS. O nome de Vera aparece como Maria Idiart apenas no testemunho de Cláudio Gutiérrez que aludiu à publicação de uma notícia em um jornal, associando-os ao esquema de fronteira da ANL.

“Estava no Uruguai quando foi requerida minha prisão, por solicitação da polícia brasileira através do Secretário de Segurança da época, Jaime Mariath em 13 de novembro de 1969. Frei Beto é preso. Em 20 de novembro, os jornais brasileiros divulgam minha vinculação, juntamente com Luis Eurico e Maria Idiart, com o esquema de fronteira da ALN (*sic*)” (Cláudio Weine GUTIÉRREZ, 1998 p.05).

Cláudio conheceu Vera na militância em 1967, ou seja, após sua primeira prisão. Portanto, não esteve na Ilha no mesmo período. De acordo com a certidão emitida pelo Superior Tribunal Militar, constante no processo de Vera, foi decretada sua ordem de prisão incomunicável em novembro de 1965, além do registro que, oficialmente, encontrava-se presa desde outubro daquele ano. Como seu *habeas corpus* somente foi emitido em maio de 1966 Cláudio a conheceu após sua passagem

na Ilha. A escassez das evidências da presença de Vera na Ilha diz respeito à eficácia do sistema repressivo que atuava através da prisão, tortura e ocultamento, além da burocratização usada enquanto estratégia de apagamento. No âmbito interno, na relação com os companheiros de militância, chama atenção o fato de nenhum homem mencionar em seus processos⁷⁵ a estada de Vera na Ilha.

Além de Vera, a presa oculta na Ilha, outras duas mulheres habitaram aquele espaço através de fotos coladas na parede de uma cela homenagem e à símbolos da resistência. Depois de uma reunião, no início dos anos 1970, o Coletivo de presos políticos elegeu suas musas e, assim, ficou permitido fotos de duas mulheres: da atriz estadunidense Jane Fonda por sua militância e da guerrilheira urbana, companheira de militância da VAR-Palmares, Ignez Maria Serpa, a “Martinha” (Christa BERGER e Beatriz MARROCO, 2008).

A única coisa, digo coisa porque não era pessoa, bonita que existia na cadeia era um poster da Jane Fonda, afixado numa cela. Assim mesmo a beleza de Jane Fonda entrou na cadeia porque se tratava da “Companheira Jane Fonda”, participante ativa nas campanhas contra a guerra no Vietnã e líder das minorias índias dos Estados Unidos. (...). Havia, é verdade, um recorte de jornal com a fotografia de Ignez Maria Serpa de Oliveira, a Martinha, uma espécie de musa dos presos políticos do Rio Grande, colada na parede de uma cela. Mas a fotografia era pequena e fora feita dias de pois da sua prisão; não expressava o que Martinha realmente era. Era muito mais bonita (Indio VARGAS, 1981, p. 163)

A atriz é glorificada por sua militância, mas beleza e fama da “companheira Jane Fonda” não ficam subentendidas: sua foto era a única “coisa” bonita (ressalvas não aceitas) na cadeia, com o mérito de ter sido escolhida pelo coletivo de presos políticos. Houve um concurso e duas belas mulheres foram escolhidas para ornamentar as paredes da cadeia. O que há de diferente entre elas, já que a beleza e militância as une? A diferença está nas fotos. A segunda foto “não expressava o que Martinha realmente era. Era muito mais bonita”. Há uma tensão aqui que merece ser explorada.

Martinha não é simplesmente uma musa, mas uma “espécie de musa dos presos políticos”. Sua foto foi retirada de jornal com notícias sobre a repressão e a mostrava após a prisão, possivelmente abatida, suja e desalinhada. Os relatos sobre

⁷⁵ Tive acesso a sete processos de homens presos na Ilha entre 1965 e 1966. Dentre eles dois são pessoas falecidas, portanto, os processos foram movidos por familiares.

o entra e sai de objetos na prisão sugerem a possibilidade de acesso, caso desejassem, a uma foto 'normal' de Martinha, através de familiares e amiga(o)s. Talvez para esses militantes não fosse possível admirar e homenagear uma bela companheira, estudante e conterrânea, nos mesmos moldes da admiração por uma bela companheira estrela internacional de cinema. Como se a ocupação autorizasse a beleza em um caso e no outro não. Então, para aceitar a admiração pela atuação guerrilheira de Martinha, talvez fosse preciso desembelezá-la de modo a ressaltar suas características "masculinas". Ignez era paraquedista, recebeu treinamento de tiro e tática de guerrilha, sobrevivência na selva (Christa BERGER e Beatriz MARROCO, 2008) e participava ativamente nas ações de guerrilha urbana e em ações armadas. Foi uma figura importantíssima na luta armada em Porto Alegre. Tudo isso sendo mulher, algo difícil para as esquerdas da época – e atuais, diga-se de passagem. Cabe ressaltar que não aparece nas narrativas que tive acesso, notícias e fotos de homens, ícones da esquerda (Marx, Che, Trotsky, etc), colados na parede da cadeia. Essa tensão entre beleza e feminilidade *versus* feitos políticos e masculinidade sugere que a atualização, pela esquerda militante, da conhecida prática de expor imagens de mulheres nuas na parede permite uma associação com beleza feminina desde que a pessoa em questão use de sua beleza pela causa – caso de celebridades que, ainda hoje, usam sua fala e exposição em prol de causas humanitárias. No caso de militantes do mesmo partido, grupo ou contra o mesmo governo a situação é outra, a aparência física precisa estar em segundo plano para aproximá-la dos companheiros homens (um caso de des-embelezamento e des-feminilização) para autorizar a valorização de seus atos políticos. Ainda que Martinha tenha sido escolhida sobre várias outras companheiras de trajetórias similares por sua aparência física. Foi um concurso de beleza e ativismo, com o mascaramento da futilidade objetificante do primeiro critério de seleção e a concessão à Ignez de um "título de poder" porque ela rompeu códigos sociais, expondo uma potência que era reconhecida pelos companheiros como uma potência constitutiva de masculinidade.

Uma deliberação do Coletivo foi de oferecer apoio psicológico e afetivo para Ignez, que estava presa nas celas do isolamento na Penitenciária Feminina Madre Pelletier (PFMP), através de cartas que eram escritas por Valdir Isidoro Silveira, que estava preso na Ilha. Os presos políticos construíram uma rede de solidariedade entre as cadeias que atuava por duas vias: uma clandestina em que a correspondência era

entregue via policiais da Brigada Militar cooptados⁷⁶ pela(o)s ex-pres(a)o(s); outra oficial através da psicóloga da instituição, que segundo Ignez, atuava como espiã do Estado (Christa BERGER e Beatriz MARROCO, 2008). Isto diz respeito à subversão do meio material utilizado em práticas de resistência, ou seja, as cartas fazendo a ponte entre corpos presos em corpos de concreto. Além de informar sobre a ação política, a partir da diferença de experiências entre mulheres e homens presos construindo uma rede de contatos entre as duas cadeias através da conscientização da luta e cooptação de alguns agentes da Brigada Militar.

Esses elementos permitem pensar que esses discursos de opressão e de tolerância se mesclam nesse universo material. Tais discursos são estruturados por diferentes eixos opressivos ligados à percepção de cada um, fazendo com que cada sujeita(o) vivencie o universo material de modos distintos. Assim, é possível afirmar que o mundo material de corpos de ferro e concreto, as visitas, os livros, as fotografias, as bebidas, etc. atuavam na (re) produção de corpos generificados (Judith BUTLER, 2003) como as fotografias das musas militantes – ainda mulheres objetificadas, disponíveis à fantasias machistas, atualizadas pelo vigor revolucionário dos presos políticos.

A primeira presidenta do Brasil (2011-2016), foi visitante da Ilha. Dilma Rousseff personificou o grau máximo que uma mulher militante poderia chegar. Entretanto, foi destituída por um Golpe de Estado, amparado pela misoginia e pela evocação de valores semelhantes aos que sustentaram o Golpe de 1964, a exemplo do deputado (atual presidente da República) que, durante o processo de *impeachment*, homenageou um torturador da Ditadura dentro do Parlamento.

Dilma era militante da VPR quando conheceu Carlos Araújo, casando-se com ele durante a prisão política de ambos em São Paulo, no Presídio Tiradentes. No final de 1972 foi solta e, no início do ano seguinte, veio para Porto Alegre porque Carlos havia sido transferido para a Ilha das Pedras Brancas. No ano de 1973, para visitar Carlos na Ilha do Presídio, “Dilma teve que esperar mais de seis meses para entrar

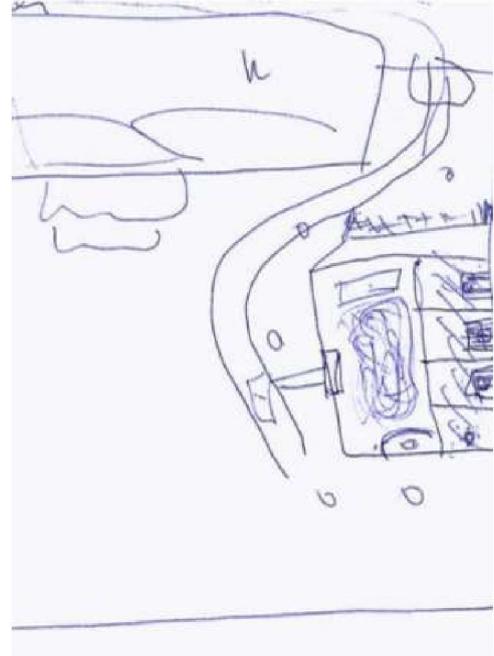
⁷⁶ A cooptação é explicada nas fontes memorialísticas a partir dos relatos sobre a convivência com os agentes, guardas e policiais no ambiente prisional, como as situações em que tinham oportunidade de explicar sobre a importância de sua luta, por vezes, atraindo a atenção e a compaixão de alguns agentes do governo. Assim, esta ação constituía-se em uma estratégia rebelde que perturbava a lógica repressiva.

naquele barco: as autoridades gaúchas não reconheceram seu “casamento” com Carlos pela polícia paulista” (Ricardo AMARAL, 2011 p. 88-89). Foi graças à intervenção familiar de ambos, outro benefício de classe, que conseguiram com que a polícia gaúcha aceitasse a validade do casamento, possibilitando as suas visitas na Ilha. Em uma entrevista concedida à Revista Piauí⁷⁷, Carlos Araújo informa sobre o cotidiano destas visitas.

Dilma visitou Araújo na Ilha. Na mesma agradável varanda de sua casa às margens do Guaíba, de onde se avista a Ilha, Araújo recordou: “Ela levava comida, cigarro, muitos jornais. Falávamos sobre a nossa vida afetiva, do filho que queríamos ter e do nosso futuro político, sobre como e onde retomar a militância. Não tinha visita íntima não, mas a gente sempre dava um jeitinho.” Contou que foi dos últimos presos a sair da Ilha, quando a cadeia foi desativada. Cumpriu o resto da pena no Presídio Central, onde Dilma o visitava duas vezes por semana (Fernanda BASSANI, 2016 p. 102 *apud* MAKLOUF, 2009).

As visitas tornaram-se uma brecha legal para uma resistência cotidiana (Fernanda BASSANI, 2016) e uma forma de (re) organização da resistência política, do meio da comunicação e contatos. Esta experiência é pautada na construção de redes de apoio e afeto entre os próprios presos na Ilha, através de amizades, da militância e da convivência coletiva, em especial através das constantes visitas de familiares que faziam a ligação com o mundo exterior. Estas relações são interpretadas aqui como forma de resistência ao apagamento imposto pelo aparato repressor no uso do meio material prisional através do isolamento.

⁷⁷ Revista Piauí, nº 34 de 2009, publicou a entrevista concedida ao jornalista Luíz Maklouf Carvalho, Vultos da República/Mares nunca dantes navegados. Disponível em: <http://piaui.homolog.inf.br/materia/mares-nunca-dantes-navegados/>



Ilha do Presídio desenhada. Inês Fidalis Almeida Sarno (1998) e DEMP desenhado nela ex-novo Vera Durán (2010).

Capítulo 3 - Gênero, sistema prisional e sistema repressivo ditatorial - violências emaranhadas

Historicamente gênero é um ponto importante na estrutura do sistema punitivo porque a punição masculina estava diretamente relacionada com a penitência e com a redenção de homens que violaram o contrato social, ao passo que para a mulher não havia essa possibilidade, porque como não estavam asseguradas por direitos, portanto, não podiam ser reabilitadas. As mulheres condenadas eram consideradas irremediavelmente perdidas, sem salvação (Angela DAVIS, 2019a). Assim, enquanto as prisões euro-americanas emergiam sob uma lógica punitiva mais humana (reformista) que transformavam a privação de liberdade em punição, as mulheres permaneciam subjugadas ao âmbito privado e ao ambiente doméstico. Homens foram mandados para prisões e as mulheres foram medicalizadas, enviadas a hospitais psiquiátricos ou para conventos e espaços religiosos (Juliana BORGES, 2019). Cabe ressaltar que as instituições de ressocialização foram “ideologicamente projetadas para reforma de mulheres brancas, relegando grande parte das outras a reinos de punição pública nos quais não havia nenhuma pretensão de oferecer-lhes feminilidade” (Angela DAVIS, 2019a p.78). Assim, o sistema punitivo destinado às mulheres camuflava as bases raciais e de classe que também estruturam esse regime. Porque, de acordo com a autora, quando se distingue as instituições punitivas para criminosos (homens) daquelas destinadas às insanas (mulheres), a insanidade passa a ser altamente sexualizada, ou seja, a raiz da criminalidade feminina estava diretamente ligada à questão sexual. Com um recorte de classe e de raça, a mulher branca e de extratos médios da sociedade considerada insana é classificada através de transtornos emocionais e mentais, portanto recuperável, ao passo que mulheres não brancas e pobres, são classificadas como criminosas, perigosas e irrecuperáveis (Angela DAVIS, 2019).

Esse discurso coaduna com a lógica de surgimento do sistema penitenciário feminino brasileiro, na virada do século XIX para o XX, pautado no discurso da inferioridade feminina e sua incapacidade para cometer crimes, justificando ser suficiente o atendimento assistencialista e moralizador de uma ordem religiosa. O cientificismo lombrosiano embasa os estudos criminológicos da época, identificando mulheres que cometem crimes graves, classificadas como sórdidas que praticam atos

por influência masculina. Essa é a lógica estruturantes do Código Penal Brasileiro da década de 1940, que por sua vez é fundamentado no fascismo italiano (Ricardo GLOECKNER, 2018). Bruna Angotti (2018) escreve que esses valores estão explicitados na obra de Lemos Britto – “Mulheres criminosas e seu tratamento Penitenciário”, de 1943. Para esse autor, as mulheres criminosas eram divididas em duas categorias: prostituta e boa mulher, respectivamente adjetivadas de sórdidas e honestas. As primeiras são irrecuperáveis, associadas a crimes graves, homicidas e são, por vezes, comparadas aos homens quanto a suas capacidades. A segunda categoria diz respeito às boas mulheres que cometeram crimes por impulsos “próprios da natureza feminina”. Ou seja, mulheres eram categorizadas por níveis de promiscuidade, onde as consideradas irrecuperáveis contagiarão as recuperáveis (Bruna ANGOTTI, 2018, p. 116).

No caso da PFMP, as presas políticas eram enquadradas na categoria irrecuperáveis pelo aparato repressivo, o qual destinava a elas um tratamento específico em um espaço segregado dentro da paisagem prisional, ou seja, as presas políticas ocuparam as celas de isolamento que eram, anteriormente, utilizadas para punição extra de presas rebeldes, perigosas ou que cometeram crimes graves. As presas por outros crimes, não políticos, eram atendidas dentro da lógica assistencialista da ordem religiosa que tinha o objetivo de recuperar e de regenerar mulheres, que deveriam voltar a viver dentro dos moldes modernos de uma sociedade capitalista patriarcal. Isto significa que, para mulheres que cometiam crimes mais brandos, culposos ou motivados por ‘impulsos próprios da natureza feminina’, acreditava-se que a ressocialização era possível. Cabe informar que não foi possível traçar um perfil institucional específico das mulheres presas por crimes não políticos (1964-1979), porque não obtive acesso aos Arquivos da PFMP por questões políticas e burocráticas. Esses dados seriam importantes para pensar no tratamento destinado às mulheres dentro do prédio principal da prisão sob um recorte de raça e de classe, visto que até 1974 meninas órfãs compartilhavam esse espaço (não localizei detalhes sobre a origem dessas crianças).

As mulheres classificadas como irrecuperáveis tinham seu corpo objetificado, altamente sexualizado, consideradas prostitutas, sórdidas por natureza e, por vezes, eram equiparadas aos homens criminosos.

(...) a prostituta nata seria a principal representante da criminalidade feminina, assim como o criminoso nato seria o principal representante da criminalidade masculina. (...) a prostituta nata se assemelhava psicologicamente e anatomicamente ao criminoso nato, pois ambos (...) apresentam a mesma falta de senso moral, coração embrutecido, apetite juvenil pelo mal, indiferença para com a opinião pública, (...). Assim, a prostituição e a criminalidade seriam fenômenos paralelos (Bruna ANGOTTI, 2018, p. 121).

Aqui é necessário um parêntesis sobre o papel da ‘puta’ no imaginário de agentes repressivos e de presa(o)s política(o)s. Prostituição é um tema complexo no campo feminista, no centro de debates por vezes tensos e conflituosos marcados por diferentes posicionamentos, desde sua regulamentação até sua erradicação total. As discussões mais relevantes aqui são aquelas, conduzidas principalmente por sujeitas participantes do mercado do sexo, que defendem a redefinição da prostituição como trabalho sexual⁷⁸, atuando no combate ao estigma criado pelo patriarcado em torno da puta e na dissociação entre prostituição e uma série de crimes (cárcere privado, tráfico de pessoas, pedofilia, estupro, etc.) utilizados como argumentos para abolição da prática (Nalu FARIA, Sônia COELHO e Tica MORENO, 2013; Amara MOIRA, 2018; Monique PRADA, 2018). A estigmatização da prostituta é uma forma efetiva de controle patriarcal, pautada na desvalorização e deslegitimação de trabalhadora(e)s sexuais. Nesse sentido, a regulamentação laboral da prostituição tem por objetivo fornecer uma resposta política aos conflitos de gênero, empoderando pessoas, ou seja, inscrevendo a prostituição em um viés feminista e sobre feminismo a partir da ótica da prostituta (Monique PRADA, 2018).

A história da criminalização da prostituição no ocidente, de acordo com a filósofa Silvia Federici (2017), está atrelada ao surgimento do capitalismo que fez com que o corpo da mulher fosse entendido com um território passível de exploração. A pesquisadora estabelece relação entre a caça às bruxas e o processo de desvalorização da prostituição durante a reorganização capitalista do trabalho sexual que passou a ser visto de forma negativa. O ditado popular “prostituta quando jovem, bruxa quando velha” (Silvia FEDERICI, 2017 p. 353) mostra uma visão estereotipada,

⁷⁸ A travesti, feminista e trabalhadora sexual Amara Moira (2018) escreve que a prostituição foi reconhecida no Brasil pelo Ministério do Trabalho na categoria “profissional do sexo”, constante na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) desde 2002. Esse reconhecimento é resultado de mais de trinta anos de luta e organização política desta categoria, trazendo à baila o debate, objetivando estabelecer diálogo com a sociedade civil e com o governo, na defesa da regulamentação do trabalho sexual, do combate aos estigmas e preconceitos que impedem o acesso aos direitos humanos e sociais básicos (Amara MOIRA, 2018).

uma vez que ambas estavam associadas à luxúria, à enganação, à esterilidade e ao sexo não procriativo, tornando-as socialmente estigmatizadas. Além disso, a moralização religiosa a partir de condutas sexuais repressoras resultaram na politização do sexo contribuindo para esse efeito negativo. A modernidade colonial pauta-se neste processo classificatório pejorativo da mulher trabalhadora sexual, desvalorizando-a e autorizando a exploração do seu corpo. É nesse contexto de desapropriação do corpo feminino que às mulheres passa a restar apenas a honra como única propriedade possível, uma vez que sua existência (o poder sobre sua vida e morte) estava sujeita à vontade de algum homem. A prostituição passa a representar, para esse ideal de mulher que se constitui, a máxima desonra: “qualquer homem podia, agora, destruir uma mulher simplesmente declarando que ela era uma prostituta ou dizendo publicamente que ela havia cedido a seus desejos sexuais” (Silvia FEDERICI, 2017, p. 197). É esta lógica preconceituosa que permeia o regime repressor e que desqualifica as mulheres militantes tratando-as por putas comunistas. A eficácia desse tratamento pejorativo também precisa ser considerada. A desvalorização e desqualificação são recebidas pelas presas políticas com endosso do ataque à honra (prostituição como sinônimo de desonra) previsto na perspectiva das classes médias urbanas de onde provém as presas – perspectiva normativa que opera com critérios de domesticidade e castidade. Em outras palavras, uma perspectiva eurocentrada e capitalista que alimenta e mantém os estereótipos depreciativos, ligados à história da criminalização da prostituição – e que oculta, por exemplo, a exploração sexual e a ausência de direitos de quem faz trabalho sexual pra viver - é compartilhada pelo estado e por presa(o)s política(o)s.

Dito isso, retomo a lógica moderna ocidental, em que a punição feminina é historicamente ligada ao âmbito privado (Angela DAVIS, 2019a), subordinada ao poder masculino. Assim, a mulher criminosa reputada como prostituta, é classificada por suas características corporais e comportamentais que são desviantes das normas sociais burguesas (Margareth RAGO, 1985). Isto significa que a mulher criminosa é objetificada e historicamente desprovida de pertença sobre seu próprio corpo, ou seja, é uma daquelas (muitas) que não se enquadram no padrão universal de mulher, edificado na lógica dicotômica da modernidade colonial (María LUGONES, 2014).

Uma evidência dos modos históricos de punição por gênero, segundo Angela Davis (2019), é a violência doméstica. Antes da punição por sistemas de

aprisionamento destinados às mulheres, o corpo da mulher era punido no ambiente doméstico. Desde o século XVII, era o homem que possuía o status público de indivíduo detentor de direitos econômicos, políticos e sociais, os quais eram amplamente negados às mulheres, ou seja, as mulheres não poderiam ser privadas de direitos que não possuíam, através do encarceramento.

As mulheres eram punidas com frequência no domínio doméstico, e instrumentos de tortura eram por vezes importados por autoridades para dentro do lar. Na Inglaterra do século XVII, mulheres consideradas irascíveis e refratárias do domínio masculino pelo marido eram punidas com uma “mordaça”, espécie de aro que envolvia a cabeça com uma corrente presa a ele e uma haste de ferro que era introduzida na boca da mulher. Embora o amordaçamento de mulheres estivesse muitas vezes associado a um desfile público, esse instrumento era por vezes preso a uma das paredes da casa, onde a mulher punida permanecia até que seu marido decidisse libertá-la (Angela DAVIS, 2019a, pp. 44-45).

Angela Davis (2019a) correlaciona práticas punitivas escravistas às práticas punitivas que eram impingidas ao corpo da mulher que, segundo a autora, raramente eram abordadas pelos reformadores do sistema prisional⁷⁹ do final do século XIX. Juliana Borges (2019) também estabelece esse paralelo, no Brasil entre punição da mulher e a punição de pessoas escravizadas argumentando que ambas eram práticas realizadas no âmbito privado. Assim, é identificada uma relação entre os processos punitivos sobre o corpo da mulher, historicamente imposto pelo Estado, em conexão com o disciplinamento corporal cotidiano aplicado às mulheres em contextos de relacionamentos íntimos e de violência doméstica que permanecem na contemporaneidade.

Das diferentes frentes de luta de mulheres resistindo ao regime autoritário brasileiro, discuto sobre aquelas que adentraram em organizações de esquerda para o embate direto por uma questão básica de visibilidade e disponibilidade de fontes, havendo maior facilidade de acesso à relatos, documentos e dados. Essas mulheres foram identificadas pelo aparato repressivo e classificadas como prostitutas, perigosas e irrecuperáveis, em congruência com o paradigma fascista (Ricardo GLOECKNER, 2018) e eugenista (Bruna ANGOTTI, 2018) de criação do sistema penitenciário feminino no Brasil que é racista, classista e sexista, acentuado pelo regime autoritário

⁷⁹ Angela Davis (2019a) descreve o desenvolvimento histórico das prisões, desde as punições públicas e linchamentos, até o período reformista que entendia o encarceramento e a perda de direitos como forma de punir o corpo de pessoas que violam normas sociais.

imposto. As mulheres foram criminalizadas tornando-se presas políticas, tratadas como putas comunistas.

A experiência de ser uma presa política classificada como contraventora, prostituta, desviante foi relatada por Mailde Cresqui. Ela narra ter sido chamada de “putassa” por agentes do DOPS/RS, no momento de sua prisão, diante da vizinhança (Mailde CRESQUI, 1998 p.06). Impossível não traçar um necessário paralelo com o assassinato de Marielle Franco, vereadora do PSOL, no Rio de Janeiro, em 14 de março de 2018. Naquele momento houve uma série de notícias falsas disseminadas pelas redes sociais em que Marielle era taxada como prostituta, como mulher de traficante, ligada ao tráfico de drogas na tentativa de culpabilizar a vítima e deslegitimar o seu trabalho e sua luta. A difamação propagada tinha o objetivo de encobrir questões políticas e sociais envolvidas nesse crime que, ainda hoje (maio de 2020), não foi solucionado. Expõe, portanto, a misoginia estrutural que culpabiliza a vítima pela violência sofrida, escancarando questões políticas imbuídas no assassinato de uma mulher negra, vinda da favela, mãe, bissexual, que lutava por direitos humanos em um país marcado por um projeto genocida contra a população negra, executado, também, pelo sistema penal. Dentro dessa lógica (classista, racista e misógina), considerar uma mulher prostituta é empurrá-la à vulnerabilidade e a perda do domínio de si nos espaços de violência. A mulher criminosa, assume a condição abjeta de vida desimportante (Judith BUTLER, 2002) sendo arremessada para dentro de um sistema punitivo, via encarceramento, que tinha como objetivo o apagamento de sua existência. Essa era a regra de tratamento destinado, também, à mulher presa política durante a Ditadura, onde o agente repressivo reafirma a lógica ofensiva contra a honra da mulher, propriedade última que é subjugada à vontade de um homem que assume o controle total de sua existência (Silvia FEDERICI, 2017).

3.1 O tratamento das mulheres e dos homens. Objetificação das pessoas pelo aparato repressor

Apresento uma reflexão sobre os dois espaços de prisão⁸⁰, tendo como fio condutor o tratamento destinado às mulheres e aos homens, compreendendo que o meio material age na repressão de corpos através do uso dos espaços. A Ilha do Presídio era uma prisão masculina caracterizada pelo isolamento, enquanto prática punitiva largamente utilizada pelo aparato repressor, para confinar os presos políticos advindos dos interrogatórios (torturas) no DOPS/RS. No caso da punição das presas políticas o aparato repressivo mobilizou o universo material da PFMP, o qual foi utilizado enquanto estrutura punitiva para mulheres antes da Ditadura, tratava-se, portanto de um convento que virou cadeia, edificado na década de 1940.

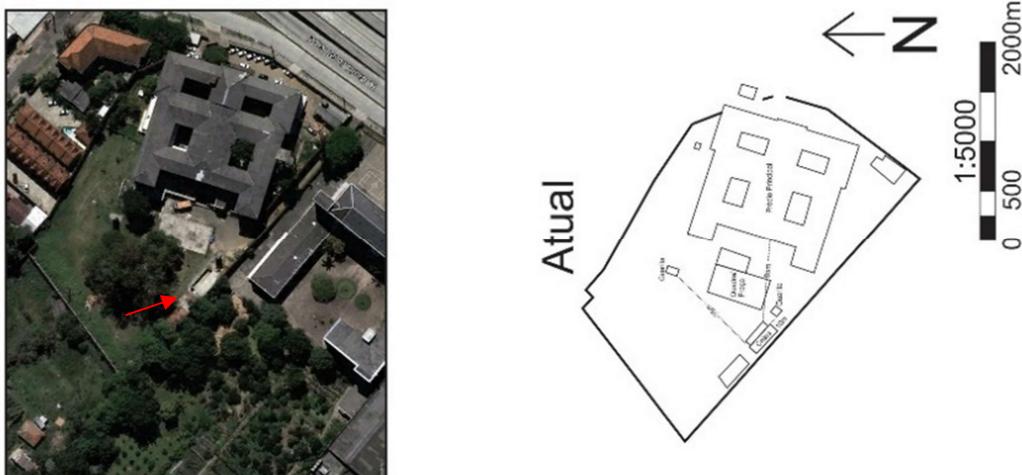


Figura 23 Localização área ocupada pelas presas políticas na PFMP. Desenho Luísa D'Ávila, 2018.

Depois de passarem pelas sessões de tortura no DOPS/RS, as presas políticas eram enviadas à PFMP, as quais eram confinadas em uma área que não fazia parte do prédio principal da prisão. Localizada nos fundos do terreno, esta edificação de

⁸⁰ Esta análise se refere aos estudos de caso na PFMP e na Ilha do Presídio e tem como objetivo pensar as dinâmicas repressivas atuantes nestes dois espaços prisionais, trazendo elementos para compreensão de gênero como parte estruturante da repressão pela Ditadura. Cabe lembrar que pessoas poderiam ser enviadas para outros espaços prisionais da cidade como quartéis, delegacias e presídios que, demandariam análises específicas e o tratamento concedido em cada um deles. Contudo, ainda que se considere a possibilidade de outras formas de tratamento em outros lugares, não abandono a possibilidade de que as mulheres possam ter sofrido a prisão em conformidade com sua inserção na lógica opressiva da modernidade colonial capitalista.

aproximadamente 30m² foi utilizada pelo aparato repressor permitindo conhecer elementos de sua lógica que tinha como ponto chave o isolamento. Elas ficaram apartadas do ambiente coletivo da cadeia que é, por excelência, a lógica punitiva de sistemas prisionais (Michel FOUCAULT, 2009). Entretanto, a prisão política tinha o peso da punição por crime ideológico contra o Estado, algo novo no território carcerário feminino em estudo. Na PFMP as presas políticas foram classificadas e tratadas como irrecuperáveis, estando fora (física e simbolicamente) de qualquer possibilidade de reabilitação pela instituição religiosa. A periculosidade da desobediência dessas mulheres, definia o trato destinado aos seus corpos pelo sistema repressivo (torturadas, desimportantes, desumanizadas) segregando-as para evitar que, também, contaminassem o território carcerário dos corpos recuperáveis que estavam sob domínio do Estado e administrado pela ordem religiosa.

Ambos locais de prisão (PFMP e Ilha) eram mobilizados com a finalidade de isolamento. O uso de uma paisagem prisional que foi concebida por uma ordem religiosa católica e do presídio em uma ilha estão historicamente, dentro da lógica reformista⁸¹ do sistema punitivo, onde o confinamento solitário era utilizado com o discurso de que possuía um efeito emancipador:

O corpo era colocado em condições de segregação e solidão a fim de permitir que a alma florescesse. Não é acidental que a maioria dos reformadores à época fosse profundamente religiosa e, portanto, visse a arquitetura e os regimes de penitenciária como algo que emulava a arquitetura e o regime da vida monástica. Ainda assim, observadores da nova penitenciária enxergaram, desde cedo, o verdadeiro potencial para insanidade no confinamento solitário (Angela DAVIS, 2019a, p. 51)

Atualmente o confinamento solitário é equiparado à tortura ⁸², senão considerada uma forma de tortura, talvez a pior espécie de punição, a qual é pautada

⁸¹ As formas de punir (reformadas) estavam pautadas na otimização do controle e da vigilância pelo Panóptico de Jeremy Bentham combinada à lógica religiosa de confinamento para autorreflexão e autorreforma defendida pelo protestante inglês John Howard, que juntas configuravam uma nova tecnologia largamente utilizada para controle social e de docilização de uma classe trabalhadora necessária ao sistema capitalista em expansão (Angela DAVIS, 2019a).

⁸² O isolamento é equiparado à tortura nos termos definidos pela Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotada pela Resolução 39/46 da Assembleia Geral das Nações Unidas e ratificada pelo Brasil em 28.09.1989. A Lei nº 10.792, de 1º de Dezembro de 2003 alterou o artigo 52º da Lei de Execução Penal estabelecendo o limite de 360 dias, podendo ser aumentado para 1/6 da pena imposta a pessoas que cometeram crimes graves, ou seja, pode ser “aplicado ao preso provisório ou ao condenado, quando da prática de fato previsto como crime doloso que ocasione subversão da ordem ou disciplina internas. Ao mesmo regime podem ser submetidos os que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da

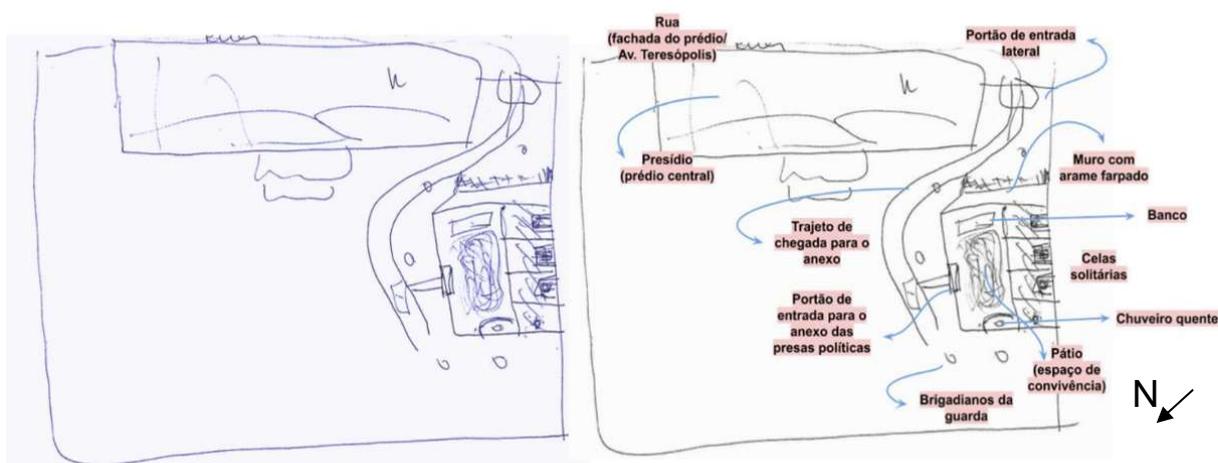
na concepção histórica da penitenciária, como um lugar de penitência. A crítica ao isolamento em penitenciárias era feita por Charles Dickens ainda em 1842, afirmando que os indivíduos submetidos a esse regime retornariam à “sociedade moralmente insalubres e doentes” (Charles DICKENS *apud* Angela DAVIS, 2019a p.52). O isolamento configura um espaço de privação que, segundo a advogada Yumi Miyamoto e o cientista social Aloísio Krohling, (2012) deve ser percebido como um lugar de abstenção da existência do indivíduo, porque as pessoas presas foram destituídas de elementos essenciais à existência humana. Isto significa assegurar que os corpos objetificados, depositados no isolamento para que não mais fossem vistos, tornava-os invisíveis de fato, ou seja, esse universo material atuou na manutenção da condição de desumanização à qual haviam sido submetida(o)s durante as sessões de tortura do DOPS/RS. Ademais esses espaços de violência via isolamento contribuíram para o histórico apagamento de pessoas oprimidas porque atuaram na manutenção do legado de desigualdades advindas da modernidade colonial capitalista que, ainda hoje apaga, tira da vista os corpos fora da norma, penitenciando vidas desimportantes (Judith BUTLER, 2002) por meio dessas práticas punitivas no sistema prisional nacional. Nesse sentido, os efeitos do isolamento eram uma forma de manutenção dos efeitos da tortura, ambos largamente utilizado pelo aparato repressivo em Porto Alegre. Ao observar esta lógica punitiva (isolamento) em uma perspectiva interseccional é possível verificar algumas diferenças no tratamento destinado à(o)s presa(o)s política(o)s, na PFMP e na Ilha do Presídio, viabilizando compreender como gênero é elemento fundante desse sistema punitivo.

São distintas as experiências vividas entre mulheres e homens na condição de presos políticos. Esta reflexão indica que as mulheres que ocuparam a solitária da PFMP enfrentavam piores condições que os homens presos na Ilha. Cabe lembrar que as pessoas eram enviadas para os locais de prisão quando se exauria a possibilidade de coleta de informações através de sessões de tortura no DOPS/RS. A comparação de tratamento nos dois espaços prisionais permitiu identificar como elementos materiais foram utilizados enquanto dispositivos repressivos, causando efeitos coercitivos mais violentos sobre o corpo das presas políticas na PFMP. As

sociedade. A possibilidade estará presente, também, quando recaírem fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando”. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/confinamento-solitario/10808> acesso em fevereiro de 2020.

mulheres eram enviadas ao isolamento da penitenciária, a qual se localiza em área urbana, contígua à um colégio à sudoeste e a um pensionato para idosa(o)s a nordeste. A segregação de pessoas neste isolamento maximizava o controle sobre a mulher confinada e minimizava tentativas de fuga. Diferente dos homens que foram enviados à Ilha, onde as celas ficavam destrancadas, dado que o seu isolamento impossibilitava tentativas de fuga ou qualquer relação com o entorno.

As mulheres mandadas à penitenciária urbana, foram encarceradas em uma edícula nos fundos do terreno (Desenho 3), em celas de isolamento que totalizava algo em torno de 30,00m² (celas + pátio). Os banhos de sol eram na pequena parte cimentada contígua às mesmas, medindo aproximadamente 18m² de área fechada com muro alto e arame farpado. Eram quatro celas medindo aproximadamente 1,50m largura x 2,00m de comprimento (3,00m²), distribuídas em aproximadamente 12,00m² na área das celas.



Desenho 3 Croqui do isolamento da PFMP desenhado pela ex presa Vera Durão (2019). À direita com identificação dos espaços, sem escala. Fonte: (Maria Eduarda MAGRO, 2020 p. 71).



Planta 6 Recorte da planta de ocupação da Ilha por Paulo de Tarso Carneiro (1970/71). Escala 1/300. Fonte: Processo de tombamento da Ilha, IPHAÉ/RS, 2014 p. 281.

Na Ilha, a área total da cadeia ocupada pelos presos políticos era de 324,00m² (celas + banheiros + área de trabalhos manuais, exceto a cela dos presos comuns). A relação área total x indivíduo preso resulta em 7,00m² para cada pessoa. As celas mediam em média 3,30m de largura por 4,20m de comprimento (13,86m²), sendo sete celas ocupadas como dormitórios dos presos políticos, totalizando 97,02m², divididos entre 46 presos durante a ocupação máxima, resultando em 2,10m² por indivíduo na cela. Vale lembrar que essas celas permaneciam com as grades abertas, possibilitando circulação na área interna da cadeia, permitindo acesso à cozinha e à biblioteca. A relação área prisional x presa política no isolamento da PFMP era de 3,75m² por pessoa, enquanto, que na Ilha a área total era de 7,04m² por pessoa. Quanto ao espaço disponível nas celas, cada mulher dispunha de 1,50m² e os homens 2,10m² (Planta 6). As medidas foram tomadas a partir dos croquis e no caso da PFMP a escala base é da planta do prédio principal (Asilo Bom Pastor, 1945, E: 1/100) combinada com imagens de satélite resultando em números aproximados da área do isolamento. Os dados estão sistematizados na tabela abaixo:

Tabela 4 Distribuição espacial entre prisões.

	Área total da prisão	Área total por presa(o)	Área de cada cela	Área total das celas	Área por presa(o) em cada cela	Nº de pessoas Presa(o)s
HOMENS	324m ²	7,04m ²	13,86m ² (3,30m x 4,20m)	97,02m ²	2,10m ²	46
MULHERES	30,00m ²	3,75m ²	3,00m ² (1,50m x 4,00m)	12,00m ²	1,50m ²	8

A lotação na cadeia masculina atingiu aproximadamente quarenta e seis homens, no ano de 1970, distribuídos entre sete celas, enquanto duas eram utilizadas como biblioteca e cozinha e a outra como área de circulação que dava acesso à cela dos presos comuns. A cadeia feminina atingiu sua lotação máxima de presas políticas com oito⁸³ mulheres, também em 1970. Cabe lembrar que o espaço da solitária feminina era compartilhado com as presas comuns que eram castigadas por mau comportamento ou doentes em estágio terminal. Não foi possível estimar o número máximo de mulheres dividindo a mesma cela. O espaço prisional na Ilha era maior, com maior número de homens presos em relação ao espaço por número de presas políticas na penitenciária feminina, resultando em números aproximados de pessoas por m² dentro da cela. Contudo, o espaço das mulheres poderia ser ainda menor que 1,50m² por pessoa se considerar a possibilidade de compartilhamento do isolamento com presas comuns, mostrando que o espaço punitivo para mulheres na PFMP era menor que o destinado aos homens na Ilha.

A vida das mulheres, presas políticas na PFMP na década de 1970 informa sobre um contexto repressivo estatal que já estava organizado e muito bem articulado, destinando mulheres e homens a espaços prisionais específicos e com objetivos

⁸³ Cálculo com base nas datas de entrada e saída da prisão. Informação retirada dos Processos de Indenização Política/APERS das mulheres presas na PFMP.

definidos. Retirar uma presa política do DOPS/RS e mandar para a penitenciária, dá a conhecer alguns aspectos da lógica repressora, tais como: mandar uma presa para a PFMP significava um intervalo nas torturas físicas no DOPS, mas possuía uma conotação diferente dos homens levados à Ilha porque a proximidade da Penitenciária com o DOPS/RS facilitava a busca das mulheres para novos interrogatórios. O isolamento da PFMP aparentemente servia como depósito de pessoas, conforme relatou Vera Lúcia: “Eventualmente saíamos para medonhos interrogatórios no DOPS, a qualquer pretexto” (Vera Lúcia STRINGUINI, 1998 p.5). Ignez narrou as saídas da PFMP para novos interrogatórios sob tortura:

Geralmente quando encaminhavam os presos para os presídios, a etapa de tortura já tinha acabado, comigo e com outros companheiros não foi assim. A cada novo companheiro que prendiam, surgiam, na cabeça deles, novas dúvidas sobre informações que a gente teria e não revelado. Éramos levados ao DOPS e lá nos torturavam. Comigo aconteceu várias vezes (Christa BERGER e Beatriz MARROCO, 2008, p. 55).

No caso dos homens, isso acontecia também, mas o isolamento da Ilha não facilitava que retiradas fossem feitas no meio da madrugada, por exemplo. Entretanto, isso poderia acontecer com homens levados para outros espaços prisionais como o Presídio Central de Porto Alegre ou quartéis, explicando uma possível diferenciação classificatória entre presos políticos, pautada em critérios que conjeturo como periculosidade. Mas o importante é que os homens, enviados para Ilha, não eram retirados dali com tanta facilidade quanto às mulheres da PFMP, as quais eram levadas ao DOPS/RS com frequência para novos interrogatórios. Pensando dentro da lógica repressiva, além da questão da mobilidade facilitada é plausível que os agentes repressivos pensassem que essas mulheres, por serem ‘putas ardilosas’, perigosas, sempre teriam alguma informação para soltar e, por isso eram interrogadas, torturadas, aparentemente com mais frequência, mesmo porque mulheres presas políticas estavam em menor número, ou seja, o mesmo corpo seria torturado mais vezes.

Tentei identificar a frequência de entradas e saídas das prisões nos Prontuários dos presos políticos do DOPS/RS⁸⁴ mas não obtive sucesso. Esse acervo documental possui cento e vinte e cinco prontuários de pessoas presas por motivos políticos e,

⁸⁴ Documentos que fazem parte do Acervo da Repressão Política sob guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, no prédio do Memorial do RS. Há nos prontuários do DOPS/RS a ficha de registro de prisão dos presos políticos, bem como sua movimentação entre instituições.

elementos arquitetônicos para punição (Eliaana Lorentz CHAVES, 1998), mostrando um contexto punitivo diferente daquele narrado pelos homens na Ilha.

Eliaana permaneceu algum tempo sozinha, isolada na cela de 3,00m². A solidão também era uma arma repressiva nesse contexto prisional, diferentemente dos homens na Ilha onde, apesar da distância da malha urbana, havia outros homens presos dividindo o mesmo espaço, portanto, dificilmente encontravam-se solitários. Além do isolamento, essa estrutura punitiva atuava sobre as presas políticas a partir de componentes materiais que criavam péssimas condições de habitabilidade da edificação segregada nos fundos do terreno da PFMP, tais como: a luz artificial vinte e quatro horas acesa, falta de privacidade, a descarga do vaso sanitário do lado de fora que só poderia ser acionada pela agente penitenciária em horários específicos, as celas com tamanho diminutos cabendo apenas uma cama de solteiro, o vaso e uma mesinha, as grades fechadas o tempo todo, o banho de sol, quando permitido, era realizado no pequeno pátio de cimento do lado de fora das celas, mas dentro da área de isolamento (ver Figura 25).



Figura 25 Imagens do pátio das celas de isolamento cedidas por Vera Stringuini (1971). Essas fotos foram tiradas pelo filho de Vera em um dia de visita. Fonte: (Maria Eduarda MAGRO, 2020 p. 73).

Na imagem acima as presas estão no pátio contíguo às celas, utilizado para banhos de sol, onde também havia um chuveiro. O espaço destinado aos banhos de sol das mulheres, se comparados com o dos homens na Ilha, era menor com menos mobilidade e menor possibilidade de atividades, ou seja, as mulheres ficavam todo o tempo no espaço de confinamento. A arquitetura do isolamento das mulheres possuía maior capacidade de cerceamento do que a dos homens, com as grades das celas abertas, possibilitando maior circulação, além de atividades como pescaria, jogos de futebol na laje ao lado da Casa da Guarda durante os banhos de sol. Mailde relata o cotidiano na PFMP:

Havia um pequeno pátio com mais ou menos 6 metros por 1,5 e um banheiro com chuveiro quente. (...) Lá pelas 10h vinham nos soltar para o nosso banho, para tomarmos sol e ficávamos em liberdade dentro daquela segurança máxima até as 18h quando éramos trancafiadas (Mailde CRESQUI, 1998 p.8).

No canto inferior direito da imagem anterior (Figura 25) aparece o filho pequeno de Vera, levando a entender que as visitas, quando ocorriam, eram recebidas dentro do isolamento. Durante a Ditadura, as presas políticas na PFMP eram consideradas de alta periculosidade, pelo fato de serem mulheres ocupando lugar público de homens, portanto, o tratamento da presa política na PFMP era severo através de restrições de contato com familiares e, quando ocorria, eram submetida(o)s a revistas vexatórias. Isto dificultava o acesso de familiares às visitas na cadeia, como relatou Vera:

Pessoalmente, entretanto, o maior prejuízo que sofri foi quanto às restrições às visitas do meu filho (...) então com sete anos. Isto porque, como éramos consideradas muito perigosas, cada visita era cercada de medidas que, para uma criança, eram assustadoras. Revistado e observado como se fosse um delinquente, muitas vezes pensei em não recebê-lo para poupá-lo (Vera Lúcia STRINGUINI, 1998 p.6).

Estudos sobre encarceramento feminino (Magali OLIVEIRA e André SANTOS, 2012) no Brasil informam sobre as altas taxas de abandono por parte de companheiros e familiares de mulheres encarceradas. Boa parte das mulheres privadas de liberdade cometeram crimes com objetivo da complementação de renda (Fernanda BASSANI, 2016) porque eram arrimos de família. Quando são privadas de liberdade comumente seu entorno familiar é desmantelado. As restrições e dificuldades de acesso das visitas às mulheres presas podem ser entendidas como vestígios da permanência de práticas violentas (revista vexatória) e a burocratização do acesso à visitação utilizadas durante a Ditadura, que culminavam no isolamento que era ampliado como forma de violência irradiada (Enrique PADRÓS, 2005) no entorno da pessoa presa.

Ignez descreve as condições deletérias do lugar a que foi submetida: “As celas, elas eram insalubres, úmidas, formavam uma umidade na parede. A minha cela eu fiz vários desenhos no mofo, então a minha parede era cheia de figuras fantasmagóricas” (Ignez *apud* Maria Eduarda MAGRO, 2020 p. 76). Desenhar nas paredes mofadas foi uma forma encontrada por Ignez para lidar com as condições insalubres do ambiente. Maria relata que “as condições insalubres dessas instalações faziam proliferar ratos e baratas, deteriorando ainda mais a “habitabilidade” das celas que eram trancadas pelo

lado de fora e as chaves levadas para o prédio principal do presídio” (Maria Celeste MARTINS, 1998 p. 17).

O ambiente onde estavam confinadas as presas políticas na PFMP era precário, e se comparado às condições da Ilha do Presídio, ambas estruturas prisionais se assemelhavam no que diz respeito à insalubridade e condição de temperatura, as quais eram agravadas pela arquitetura, conforme o relato de Vera Lúcia “situações repugnantes, como a dos ratos que subia, pelo esgoto e circulavam pela cela a noite inteira, os extremos de frio ou calor sufocante, eram a regra” (Vera Lúcia STRINGUINI, 1998 p.6). Cabe lembrar que a prisão da Ilha foi fechada em 1982, entrando em um processo de abandono, enquanto, as celas da solitária da PFMP passaram a ser utilizadas como canil.

Na PFMP, as mulheres passavam o tempo todo fechadas na edícula. Eram limitadas atividades manuais ou de leitura devido à forte censura e cerceamento dos agentes penitenciários, como descreveu Maria Celeste:

Os dias eram intermináveis pois qualquer material – fosse livros, cartas, instrumentos de trabalhos manuais – que minha família tenteava me levar era censurado pelo presídio, quando não enviado para o próprio DOPS; assim o acesso à leitura ou atividades físicas eram bastante limitadas. Passava maior parte do tempo trancada no cubículo com pouco tempo para o banho de sol (Maria Celeste MARTINS, p. 18).

Os elementos materiais na Ilha do Presídio, ainda que mobilizados pelo aparato repressivo com objetivo da manutenção de quebra da condição humana, viabilizaram aos homens presos políticos (re) construir ou afirmar sua subjetividade masculina por meio dos livros, jornais, revistas e de um televisor mostrando como o cotidiano prisional desses homens facilitava a criação de brechas para sua reestruturação enquanto sujeitos, mais do que nas condições enfrentadas pelas mulheres na PFMP. A luz das celas das mulheres permanecia ligada, ao passo que, para os homens na Ilha havia um o gerador fornecendo luz que era desligado no fim da noite (Eloy MARTINS, 1981). Além disso, a forte censura quanto a entrada de objetos para elas tornava exponencialmente mais difícil a criação de condições de possibilidades de subjetivação e de resistência dessas mulheres. Apesar do isolamento exercer uma pressão de cerceamento e de imobilidade para manutenção dos processos desumanizantes bem maior no corpo da mulher presa, elas ainda encontravam fissuras para ressignificação de suas subjetividades como, por exemplo, redes de

afeto e apoio⁸⁷ apesar do difícil contato entre as presas políticas isoladas, cooptando guardas ou atraindo a, possível, compaixão cristã de algumas freiras que diziam rezar pelas presas políticas que eram levadas ao DOPS/RS para novos interrogatórios (Ignez RAMMINGER, 2013). As mulheres, para não entrar em colapso, teimavam criando estratégias psíquicas para suportar as condições adversas.

Para poder suportar tais condições por um período prolongado, a mente precisa sofrer uma deformação adaptativa, sob pena de entrar em colapso. Esta adaptação consiste numa contração das expectativas do que é a vida e da alegria de viver. De tal modo que, se o momento de entrada na cela é terrorífico, a saída é ainda pior. Saímos com medo de espaços abertos, de multidões, de reuniões sociais. Qualquer grupo gera ansiedade fóbica quase insuportável. (...) Quando chegou meu alvará, não consegui sair sozinha. Esperei mais de vinte e quatro horas até que minha família fosse avisada e viesse me buscar (Vera Lúcia STRINGUINI, 1998 p.06).

Os efeitos do isolamento no corpo da mulher presa na PFMP foram potencializados, gerando diferentes traumas, conforme descreveu Vera no excerto acima. Isto mostra que gênero tem um papel fundamental dentro dessa dinâmica repressiva que utilizava o isolamento para manutenção das condições desumanizantes aplicadas sobre seus corpos durante a tortura no DOPS/RS. As mulheres na PFMP estavam submetidas a condições piores, revelando a misoginia estruturante utilizada como arma, ou seja, o ódio contra as mulheres embasava o sistema repressivo fazendo com que a punição delas fosse maior do que a aplicada aos homens. Ademais, a existência de uma condição humana prévia do homem militante foi destruída no DOPS/RS através da tortura. Isto significa que, quando eram enviados à Ilha⁸⁸, os homens encontravam meios para (re)constituição ou (re) existência enquanto sujeitos, ainda que o meio material fosse mobilizado para manutenção da sua condição desumanizada.

As mulheres no isolamento da PFMP estavam submetidas a condição de abjeção (Judith BUTLER, 2002) transitória diante do sistema repressivo, depositadas na edícula dos fundos do terreno como um objeto colocado à disposição dos agentes do DOPS/RS. Arrisco aqui uma noção de abjeção transitória das presas políticas porque fora desse contexto, seus corpos são constituídos por discursos

⁸⁷ Conforme discutido no capítulo 1.

⁸⁸ Ver discussão no capítulo dois.

normatizadores que autorizam sua existência, diferente daqueles que são prisioneiras socialmente vistas e permanentemente identificadas como “indesejáveis” (Angela DAVIS, 2019). O processo que culminava na abjeção das presas políticas é entendido aqui como algo transitório. Parto do entendimento que esses corpos são regulados por normas culturais, dentre elas a cisgênera-heterossexual-branca, ou seja, por condições normativas que marcam e formam a materialidade do corpo (Judith BUTLER, 2002) fazendo com que a mulher torturada seja lançada para fora dessa lógica perdendo sua legitimidade enquanto sujeito, de modo que a tortura cumpra seu objetivo destruindo, gerando trauma e silenciamentos, isto é, tornando-as abjetas. Foi em uma das retiradas para interrogatórios que Ignez sofreu estupro e depois foi submetida a um aborto dentro da cela de isolamento na penitenciária:

Eu tava encapuzada, e foi nessas idas do presídio pro DOPS. E aí... Eu fui estuprada. (...) Eu desmaiei, foi aterrorizante. Aí, em função disso, eu engravidei. E nesse período eu já tava sozinha [na PFMP]. (...) Aí o médico, que era o mesmo cara que nos acompanhava na tortura (...). Aí esse cara fez curetagem (...) que, se eu tivesse algum feto, já saiu ali. Lá na cela. Sem assepsia nenhuma. (...) Escorria pus pela minha perna, era uma coisa horrível, porque foi uma coisa sem assepsia nenhuma, né, cara, e a sangue frio ali (Ignez Maria Serpa OLIVEIRA, 2019 *apud* Maria Eduarda MAGRO, 2020 p.86).

O universo material, mobilizado pelo aparato repressivo, que serviu de base para os estudos de caso nos dois espaços de prisão, durante a Ditadura, mostrando que as condições enfrentadas pelas mulheres presas políticas na PFMP eram muito mais complexas do que as condições prisionais enfrentadas pelos homens na Ilha. Olhar para esse universo tendo gênero como elemento central de análise permitiu enxergá-lo como parte estruturante do sistema repressivo revelando que, para as presas políticas, a criação de condições de possibilidades para práticas de rebeldia era muito mais difícil porque, elas precisavam agir de forma bem mais sutil e audaciosa (cartas, persuasão dos policiais, contato com as freiras, apoio entre presas políticas) do que as estratégias criadas pelos homens na Ilha, mais pautadas em aparato material (contato entre presos, biblioteca, cozinha, livros, futebol, jornais, revistas, televisão, bebidas, etc). Assim, foi possível desvelar o motivo pelo qual as mulheres na PFMP receberam um tratamento tão violento, sendo enviadas ao pior lugar da cadeia, segregadas de qualquer assistência institucional da ordem religiosa que administrava a penitenciária porque eram enquadradas pela repressão na categoria de mulheres sórdidas, prostitutas e perigosas, equiparadas ao homem criminoso nato (Bruna ANGOTTI, 2018). Essa comparação ao homem criminoso nato

culmina na equiparação das mulheres presas políticas aos “marginais por profissão” (Eloy MARTINS, 1981), ou seja, são colocadas (temporariamente) no mesmo patamar desumano daqueles homens criminosos comuns que ocupavam a Ilha.

3.2 Domesticidade às recuperáveis e isolamento às sórdidas

A PFMP é uma penitenciária idealizada por uma ordem religiosa (Bom Pastor D'Angers) no final da primeira metade do século XX, ideologicamente criada para recuperar mulheres com desvio de conduta, ou seja, está apoiada sob a mesma lógica da constituição reformista das prisões de mulheres nos EUA, descrita por Angela Davis (2019a). As prisões para mulheres constituíram-se em espaços separados dos homens, arquitetadas para que as “celas” fossem substituídas por casas e quartos com o objetivo de induzir a domesticidade no cotidiano prisional como forma de restabelecer o papel doméstico de esposas e mães (Angela DAVIS, 2019a). A PFMP não fugia à regra, ali coabitavam meninas órfãs⁸⁹, as mulheres presas e as freiras que administravam a instituição. O prédio da prisão foi projetado com pátios internos que separavam os espaços: ala ocupada pelas meninas a direita; ala das presas a esquerda; ala das freiras no centro, onde fica a entrada principal de acesso ao prédio, que era ocupada pela administração, no pavimento térreo (Valeska CONTI, 2017). No segundo pavimento a área das celas estava localizada nos fundos do prédio, havendo cinco delas no lado direito e outras quatro do lado esquerdo. Nas proximidades das áreas das celas, havia sanitários e locais para banhos além dos quartos das irmãs como forma de vigilância dos espaços. Em todo o andar existiam mais espaços para atividades do que celas de reclusão, como: sala de costuras, salas de aula, sala de trabalhos, rouparia, enfermarias (há duas uma de cada lado), vários sanitários, um salão, sacristias e corredores de circulação, além dos poços de luz que dão para os pátios internos. Na parte frontal há uma cozinha, uma sala de costuras, um salão, salas não especificadas, a sala de visitas e a capela. Ademais, no espaço exterior ao prédio, havia horta e pomar que eram cuidados pelas irmãs, pelas meninas órfãs e pelas detentas (Valeska CONTI, 2017). Na sequência é possível observar nas

⁸⁹ A instituição atuou como orfanato, colégio interno e abrigo de idosos até 1974, após essa data passou a atuar apenas como penitenciária (Débora KARPOWICZ, 2017).

imagens produzidas entre as décadas de 1960 e 1980, a organização dos espaços internos do prédio da PFMP que era ocupado pelas presas comuns e meninas órfãs:



Figura 26 Capela Bom Pastor (1968). Foto: Alberto E. (Valeska CONTI, 2017).



Figura 27 Instituto Feminino de Readaptação Social (vista fundos, década de 1960). Foto: Pedro Flores (Valeska CONTI, 2017).



Figura 28 Dormitório (1980). Foto: Alberto Etchart Fonte: Jornal Correio do Povo (Valeska CONTI, 2017).



Figura 29 Corredor das celas (1980) Foto: Mauro Mattos. Fonte: Jornal Correio do Povo (Valeska CONTI, 2017).



Figura 30 Sanitários da Penitenciária Madre Pelletier (1980) Foto: Mauro Mattos. Fonte: Jornal Correio do Povo (Valeska CONTI, 2017).

As imagens mostram acomodações amplas e limpas, com dormitório padrão à época em orfanatos e conventos. É possível perceber que as ocupantes dispunham de acomodações mínimas para a dignidade humana dentro desse espaço carcerário seguindo uma lógica de domesticidade. Observa-se banheiros com portas parciais que permite certa privacidade e ao mesmo tempo controle sobre aquela que está o utilizando. São espaços limpos ou em boas condições, presença de dormitórios coletivos arejados e com boa iluminação, havia refeitórios além de haver rotinas estabelecidas pelo regimento interno com objetivo de evitar a ociosidade das detentas (Valeska CONTI, 2017). Além das acomodações melhores na parte interna do prédio, as presas comuns eram enviadas ao pátio para tomar banhos de sol, diferentemente da área de banho de sol das presas políticas.

A descrição da arquitetura da PFMP corrobora com a lógica de domesticidade narrada por Angela Davis (2019a), utilizada para recuperação de mulheres desviadas através da assistência por meio de valores cristãos. Esse tipo de instituição prisional era administrado por equipes femininas com o objetivo do controle de impulsos sexuais, uma vez que era comum a hiper sexualização da mulher criminosa, pois o sexo estava na raiz da criminalidade feminina (Bruna ANGOTTI, 2018). Este mesmo discurso, ainda hoje, opera na criminalização de profissionais sexuais. Assim, a prisão feminina se estabelece institucionalmente a partir de mudanças na arquitetura, com uma ambientação doméstica, dotada de equipes de agentes mulheres. A PFMP era

administrada por freiras, dando a conhecer a manutenção da invisibilidade social de mulheres em ressocialização pautadas na domesticidade, algo reconhecidamente natural pela mentalidade patriarcal. Cabe ressaltar que esse sistema punitivo impactava diferentes mulheres de maneiras distintas quando observados os atravessamentos de raça e classe social pois, segundo Angela Davis (2019a), ressocializar mulheres nessas instituições significava, também, uma espécie de treinamento de mulheres pobres, especialmente as negras, para o trabalho domésticos na casa de mulheres ricas. A lógica de reintegração na PFMP estava apoiada em uma base misógina, racial e de classe camuflada no sistema punitivo, a qual pode ser vislumbrada nesta pesquisa através do histórico de constituição dessa prisão feminina, seguida pela análise quanto ao tratamento interno no cotidiano prisional acessado pelas memórias das presas políticas⁹⁰.

Desse modo, pretendo elaborar uma reflexão sobre as diferenças de tratamento interno e institucional, ou seja, entre as mulheres encarceradas na PFMP com o objetivo de compreender os significados imbuídos na segregação entre mulheres no prédio principal e aquelas enviadas para o isolamento, através da mobilização do meio material pelo aparato repressivo. As presas do prédio principal estavam sob controle das freiras e as presas políticas depositadas na edícula nos fundos do terreno permaneciam à disposição e sob controle dos agentes do DOPS/RS. Isto significa que aquelas estavam destinadas a ressocialização via valores cristãos, ou seja, eram mulheres classificadas na categoria das recuperáveis, enquanto que estas eram colocadas no isolamento porque eram mulheres classificadas como putas comunistas, sem qualquer chance de recuperação, tratadas como um corpo estranho dentro da cadeia. A relação entre as freiras que comandavam a penitenciária e as presas políticas é demarcada por uma relação

⁹⁰ Essa análise é pautada na perspectiva das mulheres na condição de presas políticas o que permitiu reflexões sobre elementos de classe que estruturaram relações entre as presas imbuídas nesse contexto opressivo, definindo posicionamentos sociais, o que por sua vez, viabilizou o meu acesso às histórias através de suas memórias. Olhar as relações em uma perspectiva institucional mais aprofundada demandaria acesso aos arquivos da instituição, o que não me foi permitido. Assim, seria possível traçar um perfil das ocupantes do prédio principal entre 1969 e 1979 (período de prisão política) com o objetivo de identificar as bases raciais e de classe que estruturaram o sistema punitivo. A impossibilidade de acesso aos arquivos da instituição, o registro de dados parcos e desconstruídos são interpretados, aqui, como o uso da burocracia para o apagamento de informações, de pessoas e, conseqüentemente, a diluição de responsabilidades institucionais.

hierárquica e de displicência por parte das freiras porque as presas políticas eram assunto dos agentes do DOPS/RS, conforme o relato de Helena:

A gente era totalmente discriminada ali, não tinha nenhum contato, nunca uma freira chegou lá pra nos visitar, apesar de elas dizerem que são religiosas, tementes a deus, só fazem caridade (...). Nós éramos totalmente ignoradas pelas freiras, porque elas é que tomavam conta do presídio, elas nunca chegaram a dar as caras ali. A gente era tratada como um corpo estranho ao presídio, tanto que a gente tava num lugar que era cercado de muro e de arame farpado (Helena Rudolphi, 2019 *apud* Maria Eduarda MAGRO, 2020 p. 81)

As celas de isolamento possuíam a característica de depósito para pessoas que não se encaixavam ou não se adequam às regras e requisitos para habitar o prédio principal, utilizadas como meio de punição extra. Identifiquei nos relatos a que tive acesso, casos excepcionais de presas comuns que eram enviadas às solitárias de isolamento quando “aprontavam” ou quando estavam gravemente doentes (Mailde CRESQUI, 1998 p. 22-23).

As memórias das presas políticas permitiram acessar as relações entre presas políticas e presas comuns sob a perspectiva institucional repressiva, a qual colocava as presas no isolamento em um patamar de opressão maior do que aquelas que habitam o prédio principal. Cabe ressaltar que entre as presas comuns, possivelmente, havia presas consideradas irrecuperáveis, entretanto, não tive acesso ao tratamento destinado a estas ocupantes no prédio principal. Dito isto, entendo que a estrutura repressiva é pautada em valores patriarcais e classistas que submetem a mulher classificada como sórdida, prostituta, irrecuperável à condição desumana no isolamento. O relato de Mailde sobre a presa que estava doente em estágio terminal dá a conhecer essa estratégia punitiva para, literal e metaforicamente, evitar o contágio das presas comuns. A lógica repressiva que atuava na PFMP é diferente daquela que atuava na Ilha do Presídio porque a misoginia estruturante do sistema repressivo coloca os corpos hierarquizados dentro dessa instituição da seguinte maneira: Estado, presas comuns e presas políticas (Desenho 4).



Desenho 4 Hierarquia que define o lugar dos corpos: Ilha e PFMP na perspectiva institucional.

As mulheres presas (comuns e políticas) eram colocadas em uma relação de abjeção (Judith BUTLER, 2002) pelo Estado. A condição de abjeção permanente se aplica às presas comuns porque são sujeitas não normativas em uma sociedade hierarquizada, privadas de liberdade. Uma abjeção transitória se aplica às presas políticas porque são sujeitas que foram quebradas pela tortura no DOPS/RS e mandadas ao isolamento da PFMP. Ainda assim, dentro dessa lógica repressiva hierarquizante, as presas comuns situavam-se em um patamar acima das presas políticas porque tratavam-se de mulheres classificadas como ressocializáveis. Isto significa dizer que as presas políticas foram colocadas no mesmo patamar hierárquico dos presos comuns (irrecuperáveis) que estavam na Ilha do Presídio, mostrando, portanto, a misoginia e os valores de classe que estruturam o sistema punitivo ditatorial.

Desse modo, ao entrecruzar o conceito de abjeção de Judith Butler (2002) com uma perspectiva interseccional (Patrícia Hill COLLINS, 2017; Carla AKOTIRENE, 2019) é possível localizar essa abjeção temporária da presa política quando elementos de classe são utilizados também como arma repressiva na medida que o isolamento foi manipulado para manutenção da condição abjeta impingida durante a tortura. Isso ocorria porque as presas políticas eram consideradas altamente

perigosas porque advinham de uma condição de privilégios (mulheres brancas, setores médios com grau de instrução) que, teoricamente, as definiria como mães, recatadas, relegadas ao ambiente doméstico, ou seja, trata-se de mulheres que acessaram o ideal patriarcal burguês de mulher e conscientemente o negaram. A retirada de privilégios de classe através do tratamento destinado aos seus corpos como ocupar um lugar pequeno, insalubre, segregado do prédio principal, sem regalias como livros, revistas e outras benesses materiais como as que conseguiram os homens na Ilha, é entendido aqui como elemento estruturante do sistema repressivo utilizado enquanto dispositivo punitivo.

Quando observo as relações no âmbito interno, entre presas políticas e presas comuns, a partir das memórias das presas políticas é possível identificar atravessamentos de classe social que hierarquizam tais relações, estabelecendo um *status* reverso (presas políticas → presas comuns), conforme relatou Mailde a respeito das roupas “roubadas pelas presas da lavanderia, pelas carcereiras, enfim, todas achavam que pelo fato de termos um pouco mais de educação, nossa formação um pouco melhor éramos ricas (Mailde CRESQUI, 1998 p. 20).

Essa narrativa é construída com o objetivo de explicitar o quão ruim era o tratamento para quem estava presa naquele isolamento, mostrando valores classistas que autorizam a classificação da outra como ladra. Isto significa reconhecer uma matriz excludente mediante a qual se constituem sujeitas requisitando a produção simultânea das não sujeitas, habitantes de zonas invisíveis da vida social. Nesse sentido, visualizo uma fratura onde existe um *lócus* privilegiado (em relação as presas comuns), que autoriza um processo de retomada de elementos estruturantes (gênero, raça, classe), que legitimam a existência de sujeitas, presas políticas, ainda que subjugadas pela materialidade do isolamento na cadeia. Isto significa que, para afirmar sua existência em um lugar ominoso (isolamento) utilizavam a (in) existência das presas comuns como referência, dando a conhecer as estruturas hierárquicas de classe, identificada na relação de condescendência. Retomo a fala de Mailde ao se referir às presas comuns como “muito dóceis, bastava apenas um pouco de compreensão para cada uma. Elas subiam após alguns dias e logo aprontavam novamente só para ficarem lá conosco, porque nós as tratávamos bem, com respeito e nossas visitas faziam a mesma coisa” (Mailde CRESQUI, 1998 p. 22). Assim, como no relato de Ignez sobre algumas presas que “aprontavam” na cadeia para saber

quem eram as mulheres presas na solitária, narradas em um tom heroicizante e de admiração por parte das presas comuns:

Elas [presas comuns] tinham muita curiosidade de me conhecer, e elas tinham uma admiração por mim, que elas me diziam isso. Então, pra me conhecer, elas faziam alguma, porque lá era castigo pra elas, né, então elas faziam qualquer coisa lá dentro pra poder vir pra solitária, pra poder falar comigo, e me conhecer. E aí assim eu conheci mais de uma (Ignez Maria Serpa Oliveira, 2019 *apud* Maria Eduarda MAGRO, 2020 p 79).

Estas narrativas dão a conhecer essa relação hierárquica que a estrutura a constituição de sujeitas no isolamento. Desse modo, os elementos socialmente estruturados em suas identidades individuais forneciam as condições de possibilidade para sua (re) existência enquanto sujeitas diante da falta ou inexistência da outra naquele espaço de violência, assemelhando-se às dinâmicas hierárquicas no contexto interno da Ilha do Presídio (ver Desenho 5).



Desenho 5 Hierarquia dos corpos: Ilha e PFMP, na perspectiva interna.



**Capítulo 4 “Ali começa o inferno”.
Sobre emasculação, feminização e
materialização da misoginia nas
práticas de tortura no DOPS/RS**

Este estudo trata de um espaço repressivo misto (mulheres/homens), que culminou centrado nos homens, para poder compreender as relações de gênero a partir do momento em que ambos adentravam nesse espaço na condição de presa(o)s política(o)s. Assim, boa parte desta análise arqueológica está pautada nas descrições do ambiente encontradas no relato⁹¹ do estudante Luiz Renato Pires de Almeida, preso neste Centro de Detenção e Tortura (CDT), em 1966. Cabe ressaltar que este foi o único testemunho, a que tive acesso, que continha um alto nível de detalhamento da disposição e uso dos espaços internos e do funcionamento do DOPS/RS. Desse modo, os caminhos percorridos para narrar o protagonismo das mulheres que lutaram contra ditadura precisou, necessariamente, adentrar nas vias abertas pela misoginia estrutural em que os homens permaneceram sob os holofotes. Inclusive, rompendo historicamente com entraves, para que as memórias de mulheres fossem publicizadas, como relata Maria Amélia Teles (2015a):

Quando pensei, juntamente com outras ex-presas políticas, em tratar do tema “verdade e gênero”, encontrei resistência por parte de integrantes da Comissão da Verdade, profissionais e ativistas que lidavam com as questões relativas à verdade. Alegavam que tanto homens como mulheres foram igualmente torturados, assassinados e desaparecidos. *Por que dar destaque às mulheres?* A minha resposta é que a tortura é imensurável tanto para homens como para mulheres. A tortura dilacera a dignidade humana de ambos os sexos. Mas as mulheres, por serem historicamente discriminadas, sofrem efeitos específicos (Maria Amélia TELES, 2015a p.507 [grifo da autora]).

Assim, pretendo identificar e discutir os efeitos da colonialidade de gênero tendo como ponto de partida o mundo material da repressão, que foi utilizado enquanto dispositivo de violência dentro de CDTs contra inimiga(o)s internos, subversiva(o)s. A partir da premissa de que o “processo de colonização inventou os/as colonizados/as e investiu em sua plena redução a seres primitivos, menos que

⁹¹ O relato de Luiz Renato está no discurso do Deputado Jacques D’Ornellas, na Câmara dos Deputados, de 29 de maio de 1984.

Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD29MAI1984.pdf#page=51> acesso em janeiro de 2020. Como material de apoio para descrição do ambiente, utilizo a denúncia dos advogados da OAB após vistoriar o DOPS/RS em 1966, em função de denúncias e violações dos direitos humanos (CPI do Caso das Mãos Amarradas).

humanos, (...) e que precisavam ser transformados” (Maria LUGONES, 2014, p. 941), o Estado autoritário também articulou as suas formas para garantir a nova ordem imposta. Assim, o aporte feminista será utilizado como uma ferramenta para interpretar realidades, conforme propôs Lorena Cabnal (2010), de modo a contribuir na luta pela “(re)criação de pensamento político-ideológico feminista e cosmogônico, com o objetivo de ser parte de um *continuum* de resistência, transgressão e epistemologia” (Lorena CABNAL, 2010, p. 12), contra as imposições da modernidade colonial. A crítica feminista aponta para a necessidade da tomada de consciência sobre a situacionalidade (Donna HARAWAY, 1995) acerca de atravessamentos e assimetrias presentes nas relações estabelecidas.

Assim, reitero que esse estudo tem como ponto de partida os relatos de pessoas que se engajaram no enfrentamento direto da Ditadura. São pessoas brancas, sobretudo homens, oriundas de setores médios, boa parte das quais teve acesso à educação superior. Marcar este lugar social leva à percepção das condições de possibilidades da produção acadêmica que é, majoritariamente, encontrada sobre o período ditatorial brasileiro: a identificação entre sujeita(o)s produtores de conhecimento sobre Ditadura no Brasil e sujeita(o)s envolvida(o)s na resistência direta e armada⁹². Desse modo, enveredar pela crítica das normatividades se constitui em uma estratégia de “escavação” para desenterrar o que foi obliterado por aquilo que estava na superfície sem a intenção de negar ou legitimar ou reafirmar o que estava aparente.

⁹² A produção acadêmica sobre ditadura no Brasil está diretamente associada aos testemunhos e documentos disponíveis sobre o período, os quais precisam ser problematizados. Quem são essas pessoas? O número exato de pessoas mortas ou desaparecidas durante a ditadura no Brasil ainda é um mistério. Graças às mobilizações dos familiares de pessoas atingidas que estavam ligadas à militância em organizações de esquerda, levantou-se, até 2009, pelo menos 436 pessoas mortas e/ou desaparecidas, sendo 51 mulheres (11%) (CFMDP, 2009). Este número tende a aumentar se passarmos a considerar povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, grupos LGBTQI+ e outros grupos sociais atingidos pela repressão, que tiveram suas histórias de luta obliteradas. Nos últimos anos, pesquisas têm sido desenvolvidas abordando as seguintes questões: sobre Ditadura e homossexualidades em James Green e Renan Quinalha (2014) e Relatório da Comissão Estadual da Verdade de São Paulo (2014) tomo I parte II; sobre mulheres negras e ditadura ver Tauana Silva (2014); sobre a participação do movimento negro na Assembléia Nacional Constituinte ver em Natália Néri Santos (2015); sobre desenvolvimentismo e violações de direitos humanos a povos indígenas durante a ditadura ver mais em (Fernando CARDOSO e Joyce TAVARES, 2018), para citar algumas. Ver também os grupos de trabalho da Comissão Nacional da Verdade, disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/> Acesso em janeiro 2020.

Narrativas sobre o protagonismo de mulheres na luta contra Ditadura no Brasil, em uma perspectiva feminista⁹³, são de extrema importância enquanto propulsores para se pensar uma arqueologia feminista em contextos repressivos, uma vez que a própria história recente do feminismo do Brasil está atrelada a estas lutas. Assim, abre-se um novo campo de estudos bastante profícuo porque permite o descortinamento das engrenagens violentas e misóginas desse sistema repressivo, possibilitando escrever outras páginas sobre o regime autoritário vivido em nosso país que, ainda hoje, apresenta seus frutos fascistas. Não vejo outra maneira, que não uma perspectiva feminista, para realizar estudos sobre o meio material desses espaços repressivos. Para desenvolver essa afirmação, inicio com uma crítica metodológica dos modos de fazer arqueologia com dados arquitetônicos, a partir da minha experiência de pesquisa com o sistema repressivo da Ditadura no Brasil.

4.1 Arqueologia da arquitetura e sistemas repressivos – limites e apagamentos em perspectiva crítica feminista

Um dos meus objetivos com esta tese foi compreender as relações entre pessoas e espaços repressivos através dos modos com que estes eram mobilizados pelo sistema repressivo para coerção de pessoas. Deste modo, recorri, inicialmente, à algumas técnicas procedentes da Arqueologia da Arquitetura, como os estudos realizados por Andrés Zarankin (1999a, 1999b, 2002, 2003), Michel Parker Person e Colin Richards (1994), Susan Kent (1990), Thomas Markus (1993) e Xurxo Ayán Vila et. al (2002), buscando interpretar, a partir dos relatos pessoais de ex-pres(a) políticos, como se estabeleciam as relações das pessoas com esse mundo material, sob uma perspectiva de gênero. As principais técnicas por mim utilizadas foram: análise espacial, de movimentos e circulação e o *Modelo Gamma*⁹⁴, proposto pelo(a)

⁹³ Como (Ana Maria COLLING, 2015; Joana PEDRO, 2008; Maria Lygia Quartim de MORAES, 2012; Maria Amélia TELES, 2015; Janaína CONTREIRAS, 2015, 2018; Margareth RAGO, 2010) para citar algumas. Além de trabalhos historiográficos as contribuições de outras áreas como antropologia (Rita SEGATO, 2003, 2005, 2006) e das ciências criminais (Raquel MATOS e Carla MACHADO, 2012) para citar algumas.

⁹⁴ Os procedimentos que havia utilizado: análise espacial e de movimento é executada através da identificação das formas edificadas e do diagnóstico de circulação interno, tendo o movimento como fio condutor da percepção desses espaços construídos (Xurxo AYÁN VILA et al, 2002). Isso significou observar a planta baixa e identificar as vias de circulação atuantes no controle de movimentos e permitindo discernir a agência arquitetônica sobre o corpo do seu ocupante. Além da aplicação do

arquiteto(a) Bill Hillier e Julienne Hanson (1984). Esses procedimentos, em especial do *Modelo Gamma*, já haviam sido utilizados com êxito em contextos repressivos em Buenos Aires (Andrés ZARANKIN e Cláudio NIRO, 2008), em Porto Alegre (Jocyane BARETTA, 2015) e, recentemente, para interpretação de centros de tortura espalhados pelo Brasil por Caroline Lemos (2019).

Entretanto, essa metodologia se mostrou ineficiente logo na primeira tentativa de análise, que foi no DOPS/RS. A aplicação do *Modelo Gamma* resultou em dados óbvios, uma vez que a leitura da planta apontava para hierarquias entre os espaços internos, tendo como resultado uma instituição de controle, ou seja, um lugar utilizado para esquadramento e planificação de indivíduos. Essa edificação foi projetada para ser um estabelecimento de educação vigiada, administrada pela ordem religiosa Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo (ISL-RS, 2017), que acabou ocupada pela Secretaria de Segurança Pública, tratando, portanto, de uma instituição de controle disciplinar⁹⁵. Além disso, gênero continuou apagado porque a ocupação dos espaços era compartilhada e os objetos utilizados para tortura (pau de arara, choques, afogamentos, etc.) eram aplicados nos corpos de ambos. Assim, o nível de informações extraídas com essa técnica de análise mostrou-se limitada diante das questões levantadas e frente ao potencial desse meio material repressivo. Ademais, destacam-se as condições de produção e a tradição desses estudos arqueológicos, os quais são produções científicas oriundas de conhecimentos euro centrados, ou seja, possuem abordagem filosófica ocidental (masculina, branca, machista, racialmente tendenciosa) (bell hooks, 2019), além de uma orientação teórica epistemológica hegemônica, a qual é detentora daquilo que é validado enquanto conhecimento científico.

Modelo Gamma que consiste na representação gráfica dos espaços internos quanto às possibilidades de acesso e circulação, mostrando o grau de permeabilidade dentro de uma edificação.

⁹⁵ Uma instituição disciplinar, de acordo com Michel Foucault (2009), é um aparelho de poder que tem como objetivo implantar corpos no espaço a partir de uma organização hierárquica, com a disposição de centros e canais de poder, os quais têm definidos seus instrumentos e modos de intervenção para tratar com uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou comportamento. Esse é um esquema arquitetural que pode ser aplicado a hospitais, fábricas, escolas e prisões. Sendo assim, faz todo sentido o Estado se apropriar da edificação arquitetada por uma origem religiosa, assumidamente com a função de disciplina social através da educação, para transformar em uma instituição de controle social estatizada, burocratizada e militarizada através da instalação do DOPS/RS, na década de 1960.

Desse modo, o caminho para realização das análises neste CDT precisou ser criado, paulatinamente, conforme o andamento da pesquisa, enquanto um exercício metodológico que foi construído a partir das informações materiais do prédio (planta baixa) correlacionada aos testemunhos pessoais de ex-presas(o)s para identificação dos espaços e como estes eram utilizados. Assim, foi possível compreender como se estabeleciam as relações de gênero a partir do uso pelo aparato repressivo da arquitetura e de outros materiais sobre o corpo das pessoas presas. Ao identificar o *modus operandi* repressivo através da mobilização do meio material, foi possível entender como se produziram os corpos colonizados enquanto efeito da colonialidade de gênero atuante nesse processo.

Assim, elaborei uma metodologia de análise específica para o DOPS/RS, tendo como aporte um instrumental analítico feminista que, por sua vez, possibilitou ir além da planificação resultante da análise eurocentrada, viabilizando identificar os efeitos da colonialidade de gênero dentro deste espaço repressivo enquanto frutos da modernidade colonial. Cabe situar que as pessoas com as quais dialogo neste estudo correspondem a um segmento social específico, em que a maioria esteve ligada a organizações de esquerda, e inseridas dentro de um contexto opressivo particular, ou seja, um regime violentamente repressivo e historicamente datado, a Ditadura brasileira. Nesse sentido, as narrativas produzidas sobre como o aparato repressivo se utilizou de todo um universo material que foi destinado a reprimir subversivos, possibilitaram o entendimento de como essa máquina opressora produzia corpos colonizados. Isto só foi possível graças ao acesso aos relatos de vivências da(o)s militantes na luta contra o regime de governo autoritário capitalista.

O tripé capitalismo, colonialismo e patriarcado forneceu as bases ideológicas que estavam imbricadas na punição de corpos subversivos pela Ditadura no DOPS de Porto Alegre. Portanto, o fazer arqueológico deste capítulo consistiu em olhar para superfície de um terreno que tinha como ocupação de topo a planificação/objetificação de sujeita(o)s subversiva(o)s e, na medida em que “se aprofundou a escavação”, começaram a ser evidenciadas as camadas da misoginia estrutural que revelaram as diferentes etapas do ódio ideológico pelas mulheres destinado a cada pessoa presa, até se esgotar na camada estéril da desumanização.

4.2 Gênero, misoginia e o mundo material da repressão

A reflexão que segue toma como base o meio material repressivo (planta baixa do DOPS/RS e objetos) enquanto fonte de informação para pensar a ação da arquitetura e de outros elementos materiais que foram utilizados para coerção de pessoas dentro do espaço do DOPS. Para tanto, recorro à documentação histórica composta pelos relatos de mulheres e homens que passaram pela instituição na condição de presa(o)s política(o)s, entre cruzando-os com os dados arqueológicos (meio material), analisados com objetivo de compreender as relações de gênero dentro deste espaço repressivo. Para reflexão sobre os elementos edificados (prédio em si, as celas, os banheiros, as salas de interrogatório e de tortura), assim como sobre os materiais utilizados pelo aparato repressivo dentro destes locais (como objetos de tortura, vestimentas, etc.), utilizo registros presentes na planta de 1947, combinando-os com as informações dos relatos. Além disso, procurei identificar como as pessoas presas políticas criavam meios para continuar existindo dentro desse espaço, para, assim, montar o quebra-cabeça da utilização da estrutura do DOPS/RS durante a Ditadura.

O Departamento de Ordem Político e Social (DOPS/RS) foi instalado na década de 1960 no prédio onde, ainda hoje, funciona a sede da Polícia Civil em Porto Alegre, no Palácio da Polícia, localizado na Av. João Pessoa, nº 2050 (Figura 32). Originalmente a edificação foi projetada para abrigar uma Escola, em regime interno e semi-interno, para pessoas com deficiência auditiva, visual e de fala, chamada de Instituto Santa Luzia, administrada pela ordem religiosa Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo (ISL-RS, 2017), que não chegou a ocupar as instalações. Nesse ínterim, o DOPS/RS ficou em todo o 2º andar do prédio, significando que, em 1964, o Departamento já estava em atividade neste local, permanecendo ali até sua extinção em 1982⁹⁶ (ver Figura 33).

⁹⁶ Os primeiros DOPS foram criados entre os anos 1920/1930 com o objetivo de controle social e de manifestações políticas naquele período (tenentistas, movimento operário, fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922), desempenhando a função de uma polícia política a partir de ações preventivas e repressivas. Neste contexto, práticas de violência foram intensificadas com objetivo da manutenção da ordem. Diferentes foram os perseguidos pelo Dops ao longo do tempo: inicialmente (anos 20 e 30) o alvo eram comunistas e sindicalistas; após 1935 a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e integralistas; na Segunda Guerra (1945) estrangeiros (alemães, japoneses e italianos); na Guerra Fria a perseguição voltou-se aos comunistas. Ver mais sobre a estrutura e o funcionamento do DOPS em Caroline Bauer (2006). A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) se originou da política externa norte americana voltada à América do Sul pautada no confronto ideológico entre EUA e União Soviética,



Figura 31 Fachada frontal Palácio da Polícia, antigo DOPS. Fonte: acervo pessoal, 2017.



Figura 32 Vista de satélite do Palácio da Polícia. Fonte: www.google.com.br acesso em janeiro de 2017.

A estrutura organizacional e de produção de informações no DOPS/RS sofreu alterações após o Golpe de 1964 de modo a adequar sua atuação ao combate à subversão (Caroline BAUER, 2006). Diante da ameaça comunista na América Latina, pós Revolução Cubana (1959), intensificou-se o treinamento da polícia brasileira por

pós Revolução Cubana (1959), servindo de base ideológica e doutrinária aos regimes autoritários instaurados na América Latina. Ver mais em Caroline Bauer (2006) e Enrique Padrós (2010).

via ideológica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) com a cooperação norte americana, além de militares brasileiros que foram enviados para treinamentos nas Escolas das Américas (nos EUA e Panamá) (Caroline BAUER, 2006; Enrique PADRÓS, 2010). Essa nova estrutura correspondeu à institucionalização do regime de segurança nacional adequado à DSN e à militarização da polícia (burocracia policial e treinamento militar) e da sociedade brasileira (cargos ocupados por militares). Em janeiro de 1966 foi criado o setor especializado na coleta de informações, chamado Departamento de Informações e Registros⁹⁷ e, em 1967, ocorreram reformas administrativas e organizacionais. Quanto ao aparato repressivo o DOPS/RS atuava na capital e concentrava todas as informações que chegavam diariamente das Seções de Ordem Política Social (SOPS) instaladas nas delegacias regionais espalhadas pelo Estado do Rio Grande do Sul, além de ser instaurado o plantão permanente do DOPS/RS e serem enviados, anualmente, relatórios de atividades ao III Exército e ao Serviço Nacional de Inteligência (SNI) (Caroline BAUER, 2006). Enquanto braço legal do Estado, o Departamento era utilizado para o controle civil. Isto significava uso de violência, sequestro, perseguições, prisões arbitrárias, torturas, assassinatos, desaparecimentos forçados e outras ações que justificavam o combate ao avanço ideológico comunista, sendo o DOPS/RS parte da engrenagem que sustentava o novo plano político, ideológico e econômico nacional iniciado pelo Golpe de 1964. Nesse sentido, o DOPS/RS pode ser entendido como ferramenta legal do aparato repressivo traduzida em um Centro de Detenção e Tortura (CDT).

O estudo arqueológico deste CDT constitui-se em um exercício analítico realizado apenas no segundo andar do prédio, local onde funcionava oficialmente o DOPS/RS. Para tanto, utilizo especificamente a planta de 1947 do II Pavimento do Instituto Santa Luzia (então escola profissional para cegos e surdos em Porto Alegre/RS)⁹⁸, em sobreposição aos relatos das(os) ex-presas(os) políticos. É provável que tenham ocorrido pequenas alterações (uso de divisórias, abertura e fechamento de portas, etc.) na separação interna dos espaços, entretanto, a estrutura e a forma da edificação permaneceram iguais à sua construção original (ver Figuras 34 e 35). A disposição das salas de alvenaria e corredores do segundo pavimento permaneceu,

⁹⁷ Criado através do Decreto n. 1.772 de 21 de janeiro de 1966. Em 1967, através do Decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro (Caroline BAUER, 2006 p. 71-72,).

⁹⁸ Nomenclatura da planta que está disponível no Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre.

pelo menos até 1966, a mesma da planta de 1947. Digo isso porque a descrição dos espaços feita pelo estudante Luiz Renato Pires de Almeida, que ficou preso no DOPS naquele ano, confere com a disposição da planta. O que se altera é o uso de cada sala (ver Tabela 5).

O primeiro passo dessa análise foi observar se havia alguma modificação estrutural no prédio a partir da comparação entre a planta de 1947 e a imagem de satélite atual. É plausível que a planta do Instituto Santa Luzia não tenha sido totalmente executada, pois a análise indica que, originalmente, o projeto teria formato retangular com pátios internos. No entanto, é possível visualizar a forma atual em U verificada através de imagens de satélite (Google Earth) (Figura 35). A lateral da edificação do Instituto Santa Luzia (planta de 1947), defronte à Av. Ipiranga, possivelmente finda onde se inicia o prédio atual do Instituto Médico Legal (IML) (ver parte hachurada na Figura 34). É perceptível, na imagem de satélite, a diferença entre os dois prédios, sendo o do IML, provavelmente, uma construção posterior (ver Figura 35). O formato da edificação em U consiste em um elemento importante de análise, possibilitando estabelecer um desenho dos percursos prováveis, como um esquema geral de circulação. É possível identificar a linha cognitiva (Jocyane BARETTA, 2015) de uma edificação por meio da sua forma e movimento em seus espaços, o qual é integrado a um sistema de trânsito, tornando inteligíveis os elementos que influem na percepção das formas e espaços construídos.

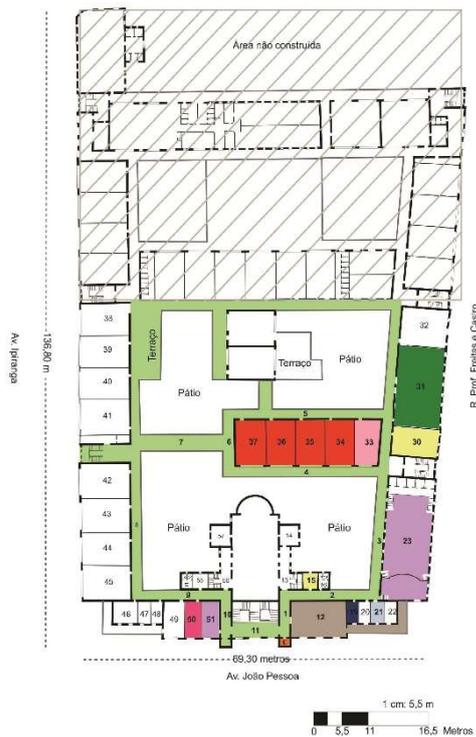


Figura 33 Planta do Instituto Santa Luzia de 1947. Desenho: Luísa D'Ávila, 2017.



Figura 34 Vista de satélite do Palácio da Polícia, observar forma em U do espaço edificado. Fonte: www.google.com.br acesso em janeiro de 2017.

A forma da edificação coaduna com as formas descritas como instituições totais (Erving GOFFMAN, 1974) construídas com a intenção de controle social para a produção de corpos docilizados, esquadrihados e planejados (Michel FOUCAULT, 2009), ou seja, corpos moldados por um dispositivo disciplinar, como por exemplo, a arquitetura da escola em regime de internato. O aproveitamento da edificação para sediar a Secretaria de Segurança Pública do Estado informa sobre os paradigmas vigentes (sociedade de controle) no que diz respeito ao plano político ideológico do regime autoritário implantado a partir de 1964 e que vinha sendo gestado e aprimorado desde as décadas de 1920/1930 com a criação dos DOPS no Brasil. O edifício configura um lugar destinado a dois públicos específicos: policiais, agentes do Estado e as pessoas que adentravam na condição de presas (para esta análise são consideradas as prisões políticas).

A estrutura organizacional do DOPS/RS era regida pela lógica da DSN de combate aos inimigos internos (Enrique PADRÓS, 2010), com uso das mais variadas formas de violência, que continha a mesma lógica criminosa de atuação identificada nos CCD's (Centros Clandestinos de Detenção) na Argentina, onde também se

“evidenciavam uma planificação sistemática” (Andrés ZARANKIN e Cláudio NIRO, 2008, p. 195). O objetivo era a desumanização, em que subversivos eram considerados menos que seres humanos (Pilar CALVEIRO, 2013). Essa planificação se dava por meio dos processos de condução do preso dentro do espaço repressivo, como na chegada, na retirada de roupas, na entrega de pertences, no uso de vendas nos olhos, seguido das diferentes formas de violência aplicadas sistematicamente como objetivo de destruição da identidade. Isso significa dizer que se não há identidade, não existem pessoas. Simplesmente, corpos anônimos que estão sujeitos aos dispositivos punitivos e burocráticos da estrutura repressiva. Sem identidade, o sujeito perde os laços com sua própria história, com seu passado. Transforma-se em um ser quebrado (Andrés ZARANKIN e Cláudio NIRO, 2008). Essa planificação a que se refere Andrés Zarankin e Cláudio Niro (2008) pode ser entendida aqui como objetificação da pessoa presa a partir da sua entrada na instituição. Isto significa dizer que mulheres e homens, ao adentrarem no DOPS/RS, eram planificados como subversivos.

A forma em U da edificação apresenta uma lógica de acesso controlado na parte interior da construção, com boa visibilidade de qualquer um dos andares em direção dos pátios internos. Há uma ligação construtiva entre as paredes Norte e Sul, cortando a forma em U no sentido horizontal. A circulação no interior do edifício é limitadora e direcionadora de movimentos dando-se através dos corredores (em verde na Planta 7). Isso significa dizer que, quanto à forma da edificação, existe uma hierarquia de espaços, pois, para ter acesso à determinada sala, é preciso, necessariamente, passar por pontos-chave como corredores e salas. Essa lógica de circulação faz sentido para esse tipo de projeto arquitetônico que, anteriormente, era destinado a uma escola. Flávia Schilling (2010) escreve que as instituições disciplinares “são estufas para mudar pessoas” (Fávia SCHILLING, 2010, p. 149), com a ação voltada para construir indivíduos e formas de viver. O meio material desse CDT atuava com eficácia sobre a pessoa presa, conforme se observa no relato de João Bona Garcia:

Minha primeira impressão do DOPS me violentou profundamente. (...). Entrei encapuzado, e quando me tiraram o capuz vi sangue nas paredes, sangue no piso, pessoas ensanguentadas jogadas no chão e se arrastando, rostos inchados, corpos cheios de marcas e feridas ensanguentadas, olhos em fogo, bocas contraídas mostrando coágulos no lugar dos dentes, gemidos e soluços, uivos de dor. Lembrei imediatamente de um matadouro (João Bona GARCIA e Júlio POSENATO, 1989, p. 49).

Uma vez identificada a forma edificada como uma construção destinada ao controle social (Erving GOFFMAN, 1974; Michel FOUCAULT, 2009), sigo para a segunda etapa de análise, que constitui na identificação dos espaços, ou seja, o que funcionava e onde. As informações foram extraídas do pronunciamento do deputado Jacques D'Ornelas na Câmara dos Deputados, em 1984, sobre o Caso das Mãos Amarradas, onde cita o relato do estudante Luiz Renato Pires de Almeida, de 1966, que esteve preso no DOPS/RS e na Ilha do Presídio, junto com o sargento que foi assassinado por agentes do Estado. Luiz, assim, descreve as dependências do DOPS/RS:

(...)À esquerda do elevador há uma sala de expediente, para pedidos de porte de armas e outros documentos. Atrás dela fica o Gabinete do Diretor do DOPS. O Delegado Domingos Fernandes de Sousa, irmão do Delegado Itamar Fernandes de Sousa, um dos chefes dos torturadores profissionais (BRASIL, 1984 p. 4557).

Adentrando no prédio do Palácio da Polícia, logo à esquerda, há o elevador que leva ao segundo pavimento. Luiz Renato descreve as salas localizadas na planta de 1947 (Planta 7) do lado esquerdo, onde há a sala de expedição de documentos (nº 51, cor lilás, fachada junto à Av. João Pessoa) como ante sala do gabinete do diretor (nº50, cor rosa). O controle de acessos dentro da edificação aparentemente era feito por pessoas além das restrições físicas impostas pela arquitetura (portas e paredes), uma vez que se tratava de um local com lógicas militarizadas de controle. Na década de 1960 havia uma porta, possivelmente localizada nos limites do corredor 1 e o corredor 2 (em verde na Planta 7), que não aparece na planta, mas que é relatada por Luiz Renato:

Defronte do elevador há uma porta sempre fechada com uma pequena janelinha e um aviso: "Só é permitida a entrada de pessoas com permissão do Secretário de Segurança Pública". Do outro lado da porta, dois guardas-civil dão plantão dia e noite, para impedir a entrada de qualquer pessoa estranha ao DOPS, mesmo policiais, se lotados em outra dependência da Polícia. - Ali começa o inferno! A primeira dependência do DOPS, depois da porta sob guarda permanente, é um corredor comprido que tem à esquerda uma sala reservada ao Delegado de Economia Popular e à direita uma sala de reunião dos delegados (BRASIL, 1984 p. 4557).

Já dentro do corredor, do lado esquerdo, há a sala do delegado (n° 15, em amarelo na Planta 7) como primeira sala de controle do espaço e de comando organizacional (Ver Planta 7).



Planta 7 Planta sobreposta do Instituto Santa Luzia (1947) com os relatos. Desenho: Luísa D'Ávila, 2017.

Tabela 5 Legenda da sobreposição d\ planta do Instituto Santa Luzia (1947) e relatos.

Cor	Nº	Projeto Original	Dops
Laranja	E	-	Elevador de acesso ao 2º andar
Verde	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11	-	Corredores
Marrom	12	Biblioteca	Sala de Reuniões
Azul escuro	19	Sala de Piano	Biblioteca
Azul Claro	21	Sala de Piano	Sala de Interrogatórios
Roxo	23	Anfiteatro	Sala grande
Amarelo	15 e 30	Sala de fumar (15) e Arquivo (30)	Sala dos Delegados
Verde escuro	31	Aula de Química	Seção de investigações
Rosa claro	33	Sala de desenho	Sala de burocracias
Vermelho	34, 35, 36, 37	Sala p/ 18 alunos	Salas escuras
Rosa	50	Datilografia (meninas)	Gabinete do diretor
Lilás	51	Aula de Flores	Sala de expedição de documentos

No projeto original (1947) essa sala amarela está descrita, curiosamente, como “sala de fumar” o que não parece ter muito sentido porque, na década de 1960, não

havia legislação tabagista. Logo em frente à sala do delegado (amarela) havia a sala de reuniões (n° 12 em marrom na Planta 7), uma sala ampla que fora projetada para ser uma biblioteca da antiga escola. Uma sala de reuniões ampla, logo em frente à sala do delegado, permite praticidade e um uso dinâmico do espaço, possivelmente para elaboração e comunicação entre agentes sobre ações, estratégias, operações, etc., além de estar próxima da área de saída do prédio (escadas e o elevador E, em laranja na Planta 7). Possivelmente houve alteração na abertura da porta do corredor 1 na planta original para o lado do corredor 2, ficando defronte à sala do delegado.

Segue a descrição de Luiz Renato, identificando os espaços:

Ao lado desta [sala de reuniões] há uma sala onde o DOPS formou a "biblioteca". Reúne quase cinco mil livros, pilhados durante a invasão ilegal de domicílios, após o golpe militar. São obras não apenas sobre política e Economia, mas também livros didáticos e técnicos, até mesmo de Matemática, considerados subversivos pelos novos guardiães da cultura. Na "biblioteca" são torturados os presos políticos. Além de uma cadeira e um balcão onde se faz café, estão lá os instrumentos de tortura: uma barra de ferro, que fica escondida detrás da porta, e fios elétricos. A barra de ferro tem dupla utilidade: tanto serve para bater nos presos como para armar o pau-de-arara. Uma de suas extremidades é apoiada na cadeira e a outra no vão da estante. O preso é amarrado com os joelhos contra o tronco e as pernas contra os joelhos. Os braços são atados às pernas e entre eles é introduzida a barra do pau-de-arara. O preso é posto de cabeça para baixo e, assim imobilizado, entregue à sanha de seus algozes (BRASIL, 1984 p. 4557).

Na planta de 1947 a sala utilizada pelo DOPS/RS como biblioteca era uma sala de piano (ver Planta 7 a sala 19, em cinza). A realização de torturas, com instrumentos de tortura móveis, facilmente montados, nessa sala condiz com a proximidade da sala do delegado, pessoa que permitia e controlava os acontecimentos. A sala projetada para aulas de música (sala de piano) possivelmente teria alguma preparação acústica para não propagação do som. Luiz Renato informa sobre o uso de uma barra de ferro, que poderia ser utilizada tanto como um objeto para bater, quanto para armar o pau-de-arara. A tortura no pau-de-arara foi uma técnica utilizada no período escravocrata brasileiro (Tatiana MERLINO e Igor OJEDA, 2010), atualizada no período ditatorial pela aplicação nos corpos subversivos, com a combinação de outros métodos como choques elétricos, palmatórias, pancadas, queimaduras e afogamentos, além do uso de objetos para violência sexual, devido à posição vulnerável do torturado.

A tentativa de produção de corpos docilizados dentro do CDT pode ser melhor entendida a partir do relato de João Bona Garcia, trazendo à baila a discussão sobre processos de feminização de homens presos:

O pau-de-arara é outra tortura terrível. Não passei por ela. Levam o indivíduo nu, amarram as mãos com as pernas, levantando-o como um frango pendurado, aí começam a bater com um pedaço de pau. Enfiam uma mangueira no ânus ou na garganta, abrem a torneira para encher de água os intestinos ou os pulmões, depois dão choques elétricos. Essa tortura sempre deixa sequelas físicas que muitas vezes provocam a morte prematura (João Bona GARCIA e Júlio POSENATO, 1989 p.50).

João descreve o ato de violação, aparentemente de outro homem, durante a tortura no pau-de-arara. A feminização de homens presos foi uma forma de violência sexual utilizada nesse CDT com o objetivo de castração simbólica dos presos homens através da sua equiparação com a condição (percebida) de mulher desses homens. De acordo com o pensamento de María Lugones (2014), a feminização de homens no processo de colonização é definida como “(...) um gesto de humilhação, atribuído a eles a passividade sexual sob a ameaça do estupro. Esta tensão entre hipersexualidade e passividade sexual define um dos domínios da sujeição masculina dos colonizados” (María LUGONES, 2014, p. 937). A feminização perpassa pela emasculação moral e física dos homens diante do opressor (Rita SEGATO, 2012). Trata-se, portanto, de perceber a relação entre agentes repressivos da Ditadura e os militantes homens da resistência como um conflito de masculinidades.

A violação sexual é uma modalidade de tortura também aplicada às mulheres. Nilce Cardoso relata sua tortura no pau-de-arara:

Com o tórax soqueado, sentindo o sangue na boca, percebi que se movimentavam. Fui colocada no pau-de-arara. Conheci o terror da dor física violenta, quase insuportável, e a dor de alma diante daquele horror que eu jamais imaginara que pudesse existir, embora já tivesse lido sobre relatos de torturas. Eram pontapés na cabeça e choques por todo o corpo. Minha indignação cresceu violentamente quando resolveram queimar minha vagina e meu útero. Enfiaram os fios e deram muitos choques.

A dor, a raiva, ódio misturados com um sentimento de impotência, criavam-me um quadro assustador. E eu seguia muda. (...). Pendurada de cabeça para baixo no pau-de-arara, a lucidez continuava total. Lembrava-me a todo momento que estava ali em consequência do meu compromisso político e, naquele momento, pra mim era o fim. Quando eu pensava que estava morrendo, eles me tiravam dali e me entregavam para policiais femininas que me obrigavam a me mexer. Eu perdi os movimentos das pernas e dos braços e não conseguia articulá-los. Então elas me arrastavam. Quando achavam que eu estava melhor, eles me penduravam novamente. O sangue jorrava e eles enfiavam a mão pela minha vagina com jornais. Colocaram uma bacia no chão e o sangue continuava a cair. Molhavam meu corpo e me arrebatavam com socos e choques (Nilce CARDOSO, 1998 p.26-27).

Nilce escreve seu testemunho com maior detalhamento das violências a que foi submetida, em especial de cunho sexual, que culminaram no estupro com o uso de diferentes objetos (choques, mãos, jornais, queimaduras), similar à narrativa de João sobre o mesmo tema. Outro elemento da fala da Nilce é a presença de policiais femininas auxiliando nas sessões de tortura. Maria Amélia de Almeida Teles (2015a) informa “sobre a atuação de mulheres como agentes policiais do aparato repressivo, como o do DOI-Codi-SP (...) algumas dessas mulheres tiveram uma atuação como torturadoras ou no apoio logístico para as práticas da tortura nesse órgão” (Maria Amélia TELES, 2015a p.508). O DOPS/RS também utilizava mulheres dentro da estrutura repressiva, cometendo atrocidades contra militantes políticos, seguindo a mesma lógica paulista.

A violência sexual é entendida, nesse contexto, como qualquer conduta que tenha uma conotação sexual e que seja exercida sobre uma pessoa mediante ações como ameaças, intimidação, uso da força com a intenção de destruir, violentar e humilhar a vítima (Alfredo PAZ, 2010). A historiadora Janaína Contreiras (2018) identificou modalidades⁹⁹ de violência sexual contra a mulher utilizada pela Ditadura como: violência sexual verbal, nudez, abuso sexual/estupro, ameaças e tentativas de estupros, agressões e choques na vagina, ânus e seios, esterilização forçada, uso de animais no corpo, torturas em grávidas, violência contra maternidade, ameaça de tortura e de violência sexual nos filhos. Cabe ressaltar a importância em se nomear cada um dos tipos de violência com conotação sexual, porque identificá-las significa detalhar e expor os crimes cometidos por agentes em nome do Estado. Essas práticas de violência conformam uma característica crucial da repressão latino-americana

⁹⁹ Ver mais sobre as modalidades de violência sexual em Janaína Contreiras (2018).

(Tatiana MERLINO e Igor OJEDA, 2010; Rafael SANSAVIERO, 2012), que era aplicada de maneira contínua, sistemática e generalizada (Alessandra PECORARO, 2011), adotada como política de Terrorismo de Estado (TDE).

Abuso sexual é um crime patriarcal (Rita SEGATO, 2003, 2005, 2006) porque a ação do estuprador é pautada em valores machistas que são recebidos e transmitidos das mais variadas maneiras. É uma relação de poder do violador sobre a pessoa violada com a intenção de dominação e expropriação do corpo, da vida do outro. Entretanto, pesquisas desenvolvidas no século XXI ainda reproduzem uma visão patriarcal desse tipo de violência. A historiadora Mariana Joffily (2010) fez uma distinção entre abuso sexual e violência sexual nos regimes repressivos, onde afirmou que abuso tem relação de prazer do algoz na submissão da vítima e era mais aplicado às mulheres, enquanto violência sexual seria algo mais abrangente destinada a ambos sexos. Nas palavras da autora: “O abuso adquire uma conotação mais específica quando relacionado ao contexto cultural das representações de como podem ou devem ser as relações entre homens e mulheres, dentre as quais não se exclui o prazer masculino numa relação sexual imposta à mulher” (Mariana JOFFILY, 2010 p. 123), reiterado por sua constatação de que a maioria dos torturadores eram homens. A cientista social Olívia Joffily (2005), em sua tese de doutorado, orientada por Heileieth Saffioti, na PUCSP, também faz essa associação do “prazer do torturador sobre sua vítima” (p.132). Esse argumento de abuso relacionado ao prazer é ultrapassado e acaba por ser conivente com a violência, justificando-a na naturalização da norma heterocissexual e não pode ser mais admitido.

Para entender sobre as práticas de violência sexual perpetradas dentro do CDT em Porto Alegre, recorro à pesquisa de Rita Segato (2003), baseada em etnografia, produzida com homens presos por crimes de violação contra mulher, com o objetivo de compreender a mentalidade dos agressores a partir dos seus discursos. A antropóloga demonstra como a violação contra mulheres nem sempre foi, ao longo da história (em diferentes épocas e em sociedades contemporâneas), entendida como crime. Atos de violência contra mulher não são simples resultado de uma patologia ou o resultado automático da dominação masculina, “mas sim expressões de uma estrutura simbólica profunda que organiza nossos atos e nossas fantasias e confere-lhes inteligibilidade” (Rita SEGATO, 2005 p. 270), ou seja, esse tipo específico de violência é entendido enquanto fenômeno, como um mandato.

Para entender as lógicas desta violência, a autora desfoca o olhar da dualidade “violador-violentada(o)” e parte em direção à observação entre semelhantes, através de dois eixos: os iguais, pares ou aliados (horizontal), que dependem da relação hierárquica iguais-desiguais (vertical) para manutenção desse poder dominante. A proposta é de uma leitura orientada a partir desses dois eixos de relação e interlocução, que são assim descritos:

(...) um eixo que chamei de vertical, para vincular as posições assimétricas do poder à sujeição, ou seja, do agressor à sua vítima; e um eixo que chamei de horizontal e que vincula o agressor com seus pares, em um relacionamento que trabalha para permanecer simétrico. (...) afirmei que essa dependência de um eixo em relação a outro gera uma relação de exacerbação tributária ao longo do eixo vertical para alimentar a estabilidade do eixo horizontal. Essa tributação resulta em uma obediência emocional, sexual e outros tipos de obediência intelectual, produtiva e reprodutiva (todos equivalentes simbólicos) que expressam a situação de rendição permanente à posição que chamamos de “mulher” ou “feminino”, para os membros instalados no eixo horizontal” (Rita SEGATO, 2006 p.5 [tradução minha])¹⁰⁰.

O desenho explicativo do funcionamento dessas relações de poder mostra no eixo vertical a disparidade de forças que permite a submissão do “desigual” e no eixo horizontal a força que autoriza e legitima a ação entre “iguais”. Ademais, a força e o poder no eixo horizontal são medidos a partir da capacidade dos “iguais” na manutenção da opressão dos “desiguais”. As violações sexuais são atos forçados e naturalizados que desempenham um papel fundamental na economia simbólica do poder (no caso gênero), onde o feminino é doador de atributos que tornam o violador um “igual” (eixo horizontal), alimentando sua autoridade moral e de poder (Rita SEGATO, 2003). Essa relação pode ser entendida como uma metáfora ao canibalismo, onde o “igual” mantém seu *status* quando consome o “desigual”. Isto significa dizer que o estupro conjuga em um único ato o domínio físico e moral, conformando-se em uma atitude soberana sobre a pessoa subjugada.

¹⁰⁰ “(...)un eje que llamé de vertical, por vincular las posiciones asimétricas de poder con sujeción, o sea, del perpetrador con su víctima; y un eje que llamé de horizontal y que vincula al perpetrador con sus pares, en una relación que trabaja para mantenerse simétrica. (...) Afirmé que esa dependencia de un eje con relación a otro da origen a una relación de exacción de tributo a lo largo del eje vertical para la alimentación de la estabilidad del eje horizontal. Esa extracción de tributo resulta en un flujo afectivo, sexual y de otros tipos de obediencia intelectual, productiva y reproductiva (siendo todos éstos equivalentes simbólicos) que expresa la situación de rendición permanente de la posición que llamamos “mujer”, o “femenina”, a los miembros instalados en el eje horizontal” (Rita SEGATO, 2003 p. 5).

O estupro consiste no aniquilamento da vontade da vítima, cuja redução é justamente significada pela perda do controle sobre o comportamento de seu corpo e o agenciamento do mesmo pela vontade do agressor. A vítima é expropriada do controle sobre seu espaço-corpo (Rita SEGATO, 2005 p. 271).

A dominação física, psicológica e moral sobre o outro diz respeito a um poder completo, discricionário, como o “poder de colonização [que] permite a exibição do poder de morte diante daqueles destinados a permanecer vivos (...) agressão mais próxima do estupro é a tortura, física ou moral (SEGATO, 2005 p. 271). Assim, em se tratando desse CDT, “a violência sexual, exercida ou permitida por agentes de Estado, constitui tortura. (...) a violência sexual representa grave violação de direitos humanos e integra a categoria de crimes contra a humanidade” (CNV, 2014 p.400). Portanto, nesse contexto, a violência sexual é análoga à tortura, ambas relativas ao patriarcado colonialista e capitalista.

Esse esquema vertical/horizontal serve para exumar o desenho do patriarcado (Rita SEGATO, 2006) e desmascarar a constituição das relações de gênero. Assim, partindo da perspectiva de que a carga patriarcal está relacionada a esse tipo de violência via elos de poder, procuro entender as relações estabelecidas nesse CDT, o DOPS/RS, compreendendo que violação sexual é um ato moral, um ato político, porque reduz a vítima na medida em que se apropria da sua vida, objetifica e desumaniza¹⁰¹.

Volto à descrição de Luiz sobre como funcionava a técnica de tortura com pau-de-arara e ao testemunho de João sobre violação sexual do homem preso para discutir como essa e outras técnicas de tortura sexual eram aplicadas enquanto arma para aniquilamento do sujeito. Isto significa dizer que o processo de destruição de homens dentro do CDT perpassava pela emasculação e feminização dos corpos. A violência sexual era efetiva porque gerava uma série de traumas que irradiaram por toda a vida do sujeito que conseguia sobreviver a essas experiências, mostrando a

¹⁰¹ “En este sentido, los crímenes del patriarcado o feminicidios son, claramente, crímenes de poder, es decir, crímenes cuya dupla función es, en este modelo, simultáneamente, la retención o manutención, y la reproducción del poder (SEGATO, 2006 p.05). Assim, atos de violência contra a mulher, em especial ligados a crimes sexuais precisam ser compreendidos pelas ciências criminais como crimes de submissão e dominação. O trabalho da Rita Segato inspirou a performance feminista “Um estuprador no seu caminho” que nasceu do movimento social de mulheres, Coletivo Las Tesis, no Chile em 2019 e, desde então tem sido realizada em diversas partes do mundo. Ver entrevista concedida ao jornal BBC em 21/12/2019. Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-50757063> Acesso em janeiro de 2020.

eficácia do domínio total do poder dos “iguais”. Do subordinado era expropriada a sua posição “superior” de homem na hierarquia de gêneros, transformando-o em um “desigual” (em uma mulher) porque se tratava de um terrorista, um subversivo. Nessa lógica, os alvos do estupro não são apenas mulheres, mas os desiguais, os dissidentes. Daí a ampla frequência de estupros corretivos em pessoas LGBTI+. É uma lógica similar à da abjeção discutida por Judith Butler (2002) e aplicada, de modo tentativo, nos capítulos dois e três para refletir, respectivamente, sobre relações entre presos políticos e presos comuns e entre o aparelho repressivo e as presas políticas.

Não encontrei, até o momento, relatos de homens narrando violência sexual contra si mesmos, o que não significa que não tenha acontecido. Esse silêncio pode ser entendido como mais um efeito da feminização, como a dificuldade da verbalização dos processos de violência com a conotação de desmoralização, com base na emasculação e, conseqüentemente, a desumanização do sujeito preso nesse CDT. Isto é perceptível, por exemplo, na narrativa de Indio Vargas (1981)

A sala onde me encontrava apresentava muita desordem: colchões empilhados, uma mesa sobre a qual pude ver uma peruca de mulher, um par de algemas, uma máquina estranha com dois fios de cobre estendidos pelo chão. Fiquei de pé esperando o que iria acontecer, quando um dos homens falou para o outro: Agora esse merda vai falar! (Indio VARGAS, 1981p.63).

Chama a atenção a existência de uma peruca de mulher dentro da sala de torturas descrita por Indio Vargas, sugerindo a possibilidade de os presos serem vestidos com ela durante as sessões de tortura e humilhação, ainda que em sua narrativa Índio apenas identifique sua presença na sala. É importante ressaltar que para atos de violência desse tipo, ligados à feminização dos presos políticos, tenham causado interdição na fala dos alvos da violência, onde é necessário um entendimento comum sobre desigualdade de gênero e a inferiorização embutida no tratamento de homens como mulheres. Ou seja, no esquema de Rita Segato, antes mencionado, os presos políticos precisam se perceber originalmente no eixo horizontal de iguais (homem) em posição hierárquica quanto ao eixo vertical de desiguais (mulher) para que seu rebaixamento à posição de desigual tenha efeitos morais, emocionais e sociais pretendidos. Isso dá a conhecer a colonialidade de gênero (María LUGONES, 2014) enquanto parte da lógica repressiva da ditadura brasileira contemporânea, uma vez imbuída na dinâmica moderna colonial-capitalista no que diz respeito aos corpos de homens dentro da sala de torturas das instituições repressivas.

Sigo com a descrição dos espaços feita por Luiz Renato, onde ao lado da biblioteca havia uma sala de interrogatórios:

Depois desta sala, o corredor faz uma dobra. À direita há a sala de interrogatórios, realizados sob a batuta do Delegado Itamar Fernandes de Sousa. O corredor finda numa sala grande, mas por trás desta há outras. A primeira sala à direita é a do Delegado José Morseh(...). A segunda é da Seção de Investigações. Em frente à sala de Morsch há outra, onde funcionários burocratas entregam os portes de armas deferidos (BRASIL, 1984 p. 4557).

A sala de interrogatórios (em azul claro na Planta 7) é a número 21, anteriormente projetada como sala de piano. Aparentemente, esta segue a mesma lógica daquela utilizada como biblioteca. Em seguida, à direita, está a sala do delegado Morsh (amarelo, nº 30), antigamente projetada para ser o arquivo da escola. Seguindo em frente pelo corredor 3, ao lado desta, há a sala chamada seção de investigações que foi inicialmente projetada para as aulas de química. Logo em frente desta, a sala de burocracias (em rosa, nº 33), anteriormente projetada para ser uma sala de desenhos. Prossigo a identificação dos espaços feita por Luiz Renato, segundo a narrativa de Jacques D'Ornellas:

O labirinto não termina aí. Segue-se outro corredor em que à direita há uma porta com um cartão branco e um aviso: "Sala Especial". Quem entra sabe por que ela é especial: a sala não tem janelas e é dotada de luz forte, para a tortura psicológica dos presos. Esse método (...) utilizado por todas as Polícias do Mundo. À esquerda, uma porta leva às celas escuras. São compartimentos acanhados, sem uma lâmpada ou uma fresta para a entrada da luz. Luiz Renato é quem descreve o labirinto. Termina com uma observação: - Ali a gente não sabe quando é dia nem quando é noite. Só se tem idéia do mundo pelo barulho das chaves no corredor" (BRASIL, 1984 p. 4557).

O DOPS/RS foi chamado de labirinto por Luiz Renato, dada complexidade espacial por ele experimentada na condição de preso político. Uma prática recorrente dos torturadores era de encapuzar pessoas na hora de se locomover pelo interior do prédio, podendo causar essa sensação de caminhar por labirintos, onde o ato de retirar a capacidade visual aumentava a vulnerabilidade pessoal, além de não permitir o reconhecimento visual dos espaços e dos torturadores. Índio Vargas (1981), preso no DOPS/RS, conta que era conduzido vendado pelo interior do andar: "O homem parou, desatou a venda e num instante pude ver que estava num corredor comprido de luz escassa" (Índio VARGAS, 1981, p. 61). Possivelmente se trate do corredor 4 (verde) que leva às salas escuras de número 35, 36 e 37 (vermelho na Planta 7) que também é descrito por Luiz Renato como o corredor à esquerda (verde nº 4 da Planta

7), logo à direita está a porta com o aviso de “Sala Especial” equipada com luz forte (sala 34, vermelho), a qual parece ser a mesma descrita por Ignez:

Quando me tiraram o capuz, vi que estava em uma sala pequena e escura. Ligaram uma luz forte direto nos meus olhos, deixando-me praticamente cega. Colocaram fios nos dedos de minhas mãos e me deram várias descargas elétricas. A dor era horrível! Depois foram mudando os fios de lugar e os colocaram em várias partes do meu corpo (pés, genitais, seios), e quando colocaram em minhas orelhas, o choque me fez ver estrelas e desmaiei. Quando acordei estava com a língua toda machucada pelos meus dentes (Ignez Maria Serpa OLIVEIRA, 1998 p.13).

À esquerda da Sala Especial localizam-se as salas escuras que são compartimentos sem ventilação, formando um conjunto de salas isoladas destinadas ao terror. Além da descrição de Ignez sobre essas “Salas Especiais” há, também, a denúncia dos advogados da OAB após uma vistoria no local em 1966.

Vale ressaltar a existência de três celas especiais localizadas no 2º andar do chamado ‘Palácio da Polícia’. Construção relativamente moderna, em amplo edifício adaptado ao serviço público, custa crer, nela se possa deparar com autênticos calabouços medievais, que nada mais são as citadas celas especiais, muito além do calabouço definido pelos léxicos, pois não são apenas ‘lugares sombrios’, senão que de negrura total absoluta. Encontramo-las de portas abertas, ao fundo do corredor, prontas para a inspeção. Estavam iluminadas por lâmpadas de ‘luz solar’, embutidas em nichos quadrangulares e situados no alto. Pintadas de cinza azulado, limpas, batidas pela forte iluminação artificial, nada apresentavam de anormal. À primeira vista, a não ser, seis pequenos orifícios, de mais ou menos, polegada e meia cada um, localizados no alto da parede lateral de cada cubículo. Tais furos servem para canalização do ar e uma vez interrompida a corrente elétrica, (cujo interruptor se encontra do lado de fora, no corredor) faz-se a escuridão mais completa, como tivemos oportunidade de testar. É que os canos condutores de ar, através das citadas perfurações, são torcidos na parte externa das paredes, de sorte que, entra o ar, de forma precária é verdade, mas de luz, nem o menor raio, uma fímbria, o menor ponto ou partícula sequer (PODER JUDICIÁRIO, 2000 *apud* Caroline BAUER, 2006 p.78).

Espaços com essas características promovem, além do isolamento e escuridão, a potencialização da sensação de frio e de calor, aumentando a exposição e indefensabilidade da pessoa presa. Ao observar a planta de 1947, identifiquei as “celas especiais” apontadas por Ignez, pelos advogados da OAB e por Luiz Renato como, possivelmente, as salas de números 34, 35, 36, 37 na planta baixa (em vermelho). Levantei esta possibilidade porque as referidas salas estão circundadas pelos corredores 3, 4, 5 e 6 (em verde claro), não possuindo janelas que dão acesso à parte exterior do prédio. Aparentemente no projeto inicial seriam salas de aulas. Estes recintos estão isolados e, provavelmente, eram dotados apenas de orifícios de

ventilação através de dutos de ar. Além disso, possuem um acesso de entrada/saída, pelo corredor 4 (verde claro), o que significa alto nível de controle de acesso sobre eles (ver Planta 7).

A organização espacial da estrutura do DOPS/RS, materialmente falando, parece estar de acordo com as lógicas e alterações organizacionais descritas por Caroline Bauer (2006) que foram adequadas aos paradigmas norte americano de combate ao comunismo. Essas lógicas são percebidas através da estruturação e uso do meio material, conforme a denúncia dos advogados da OAB:

Informou um militar que nos foi apresentado como Coronel Rieth, Superintendente do Departamento, que a escuridão das celas se destina à ação psicológica sobre os detentos e o 'engenho' de sua montagem foi resultante de orientação traçada por técnicos do Federal Bureau of Investigation, o famoso FBI. As três celas são de dimensão reduzidas, uma delas servindo de passagem a outra, com piso totalmente de cerâmica. Apresentavam-se nuas, à exceção da intermediária, onde existia um colchão. Informou também o citado Superintendente que não havia ninguém no Departamento, explicando, outrossim, que colocada a polícia ante a necessidade de obter confissão, deveria optar pelo uso da violência ou o emprego de meios psicológicos, tendo seu Departamento optado pelos últimos: as celas seriam eficientes instrumentos dessa natureza (PODER JUDICIÁRIO, 2000 *apud* Caroline BAUER, 2006 p.78).

O trecho acima informa sobre a aplicação de técnicas de terror, importada dos EUA, aplicadas aos corpos das pessoas presas em Porto Alegre e como a arquitetura era utilizada para obter informações e promover a quebra do sujeito por meio da violência psicológica, além da prática de tortura física. Isso é perceptível a partir da instalação e uso de celas pequenas, sem iluminação, com o interruptor do lado de fora, com pequenos dutos para escassa passagem de ar, sem qualquer mobília (à exceção de um colchão em uma delas), além do uso de objetos como o capuz. Todos esses elementos possuíam o objetivo de causar efeitos destrutivos sobre a pessoa presa.

No DOPS gaúcho era comum o uso dos espaços compartilhados, como a sala de torturas, que era utilizada para torturar homens e mulheres (ver salas em vermelho na Planta 7). Este uso compartilhado do espaço pode ser entendido como prática de terror, como tática de quebra do sujeito, uma vez que a violência sexual, ao obedecer a lógica social patriarcal, revela a misoginia utilizada como arma repressiva, por meio dos processos de emasculação e feminização aplicados aos homens torturados juntos ou na presença das suas companheiras.

Muitas vezes fui torturada com outros companheiros: duas ou três vezes com o Gustavo e o “Fernando” ou “Paco” (Francisco Martinez Torres, falecido a alguns anos. Em decorrência de traumas dessa época, tornou-se alcoólatra, levando-o à morte) e várias vezes com o Gustavo. Gustavo e eu éramos namorados e eles descobriram (não sei até hoje como foi) e usaram isso como arma contra nós. Eles torturavam o Gustavo na minha frente para me fazer falar e vice-versa. Confesso que não sei o que é pior, se era ser torturada ou ver o companheiro ser torturado; só sei que sofria junto com ele e temia que o matassem; eles deram tanto soco no rosto do Gustavo que quebraram o seu nariz. Mais de uma vez eles deram choques nos genitais do Gustavo e, pelo estímulo da eletricidade, ele ejaculava e urrava de dor (Ignez Maria Serpa OLIVEIRA, 1998 p. 14).

Nas torturas conjuntas, balizadas pela lógica de Terrorismo de Estado (TDE), o corpo da mulher dentro da sala de tortura é violentado, num primeiro momento, sob uma lógica disciplinadora e depois é desumanizado. De acordo com Paz (2010), a violência empregada aos homens possuía conotação de auto desqualificação, de destruição da virilidade masculina, de causar impotência, inclusive, em alguns casos, de responsabilizar sobre o que acontecia sobre o corpo feminino, no sentido de culpabilidade por não conseguir evitar a tortura, em muitos casos, de suas companheiras. Nessa lógica disciplinadora em que o torturador assume uma função moralizadora e a mulher a posição de ser contida, disciplinada, censurada, reduzida pelo gesto violento daquele que assume o poder soberano sobre sua vida (Rita SEGATO, 2005). E, ao mesmo tempo, o corpo feminino também é utilizado para ferir a masculinidade do companheiro, anexando-o corpo supostamente dominado e, disciplinado da mulher como território conquistado pelo torturador. Esse processo de emasculação do militante preso opera diretamente com o ideal de masculinidade moderna (branco, hétero e burguês), colocando em xeque também as habilidades e possibilidades de proteção e provimento do macho na relação afetiva e familiar.

Essa lógica misógina, patriarcal é explicada por Rita Segato (2005) ao argumentar que a violação da mulher quando tem o objetivo de agressão a outro homem, é significada pela apropriação do corpo feminino enquanto conquista territorial ou como delito contra a sociedade e não como uma agressão direta à pessoa. Permite aflorar o regime de *status* que é característico da estrutura hierárquica de gênero, onde o torturado é emasculado e feminizado (um desigual) favorecendo a manutenção dessa estrutura de poder. A tortura conjunta pode ser interpretada como uma técnica de destruição de pessoas, parte do *modus operandi*

repressivo que se utilizava de um universo material para aniquilar subversiva(o)s. As experiências de torturas conjuntas constituem a reafirmação da misoginia estrutural, utilizada aqui como arma.

Diziam que queriam destruir nossas mentes, porque esta seria a única forma de acabar com gente como nós. De alguma maneira, eles atingiram o objetivo. Anos depois, o Paco morreu em consequência do alcoolismo e o Gustavo cometeu suicídio, em 1985, após retornar do exílio. Quando tive meus filhos, a dor do parto me fazia recordar das torturas (Ignez RAMMINGER, 2010 p.146).

O corpo é parte crucial nesse processo, porque constitui a propriedade última do ser humano e é pelo corpo que perpassam as experiências e as memórias, fazendo do corpo o fio conectivo entre as memórias e este período de nossa história recente (SAPRIZA, 2010). A desumanização deixa marcas que irradiam ao longo de toda a vida dessa(e)s sujeita(o)s.

As mulheres que passaram pelo DOPS/RS foram expostas às mais diversas situações de vulnerabilidade devido à sua condição de gênero. Ignez lembra uma dessas situações quanto ao uso do banheiro. Quando lhes era permitido acesso ao banheiro, estavam sempre acompanhadas por um agente olhando de frente, com a porta aberta, sem qualquer possibilidade de proteção e individualidade na hora do banho ou das necessidades fisiológicas. Segundo ela “Optei por não tomar mais banho como forma de resistir” (Ignez RAMMINGER, 2013 s/p.).

O manejo das pessoas dentro dessa instituição repressiva exprime a lógica misógina durante os processos de violência aplicados sobre o corpo da mulher presa. Lílian Celiberti narra sua tortura com choques elétricos no DOPS/RS:

Nesse momento o que mais te dói é a humilhação que significa estar aí, anulado, com o corpo lambuzado de merda e tremendo sem poder te controlar, tremendo sem que tua vontade possa impedi-lo. O objetivo da tortura é esse: te destruir como pessoa, que teu corpo, tua vontade, percam o controle e te sintas um montão de carne, ossos, merda e dor e medo (Lilian CELIBERTI e Lucy GARRIDO, 1989 p.13).

Nilce Cardozo descreve que seu sentimento em relação ao DOPS é de “pânico e ódio” do lugar onde ela foi torturada nua. “O corpo não é um corpo, é um nada”, explicando que a função da tortura “além de arrancar a informação é de acabar com toda e qualquer resistência humana” (Nilce CARDOZO, 2013 s/p.). A violência de gênero é uma característica dos regimes ditatoriais por toda a América Latina, segundo a feminista Graciela Sapriza (2010), sendo a prisão e a tortura as peças

chaves da engenharia repressiva. Durante a tortura, a violência direcionada aos órgãos sexuais objetivava esterilização e destruição da identidade. Nesse sentido, a violação da mulher dentro do CDT expressa a subordinação física e moral da vítima (Rita SEGATO, 2006), fazendo com que o torturador assuma a posição soberana de domínio completo sobre a vida da presa política, manifestando uma qualidade expressiva de violência mais do que instrumental. Essa violência expressiva implica no domínio total sobre o outro que se materializa através do estupro.

Ignez também passou pelo processo de violência sexual no DOPS/RS, descrevendo situações de abuso sexual com intuito de esterilização:

Essas torturas eram acompanhadas de palavrões, xingamentos e coisas do gênero, para humilhar e desmoralizar. A mim, por ser mulher, dizíamos que éramos putas e coisas parecidas; faziam coisas indizíveis. (...). Um deles, oficial do Exército, conhecido pelo nome de Malhães, chegou a ejacular e rir durante as sessões de tortura. (...). Ele dava aulas de tortura e nós éramos as cobaias. Recebi tanto choque elétrico na vagina que quase perdi meu útero (Ignez RAMMINGER, 2010 p.146).

Ignez era constantemente retirada da PFMP, para novos interrogatórios no DOPS/RS. Em uma dessas transferências, narra que foi brutalmente violentada durante a tortura.

O máximo de tempo que eu fiquei no DOPS foram três dias, mais ou menos. E aí numa dessas vezes eu fui violentada. Só que eu não sei quem foi. Eu tava encapuzada, e foi nessas idas do presídio pro DOPS. E aí... Eu fui estuprada, né. Fui estuprada. A impressão que me deu é que era mais de uma pessoa, mas eu não sei. E nem sei quem são, quem foram. Porque foi de noite, e eu tava encapuzada. Me prenderam, me algemaram na cama, os braços assim, sabe. Foi horrível. Eu desmaiei, foi aterrorizante. Aí, em função disso, eu engravidei. E nesse período eu já tava sozinha [na PFMP]. Foi num desses períodos...Porque eu fiquei muito tempo sozinha, entende (...). Aí eu engravidei, minha menstruação falhou, e eu falei lá pra agente penitenciária, eu disse o que tinha acontecido, e eu disse: eu não to menstruando (Ignez Maria Serpa OLIVEIRA, 2019 *apud* Maria Eduarda MAGRO, 2020 p.86).

O relato de Ignez traz elementos relativos ao processo de objetificação que é abarcado pela desmoralização através de palavrões e xingamentos, por servir de cobaia para aulas de tortura, ficando nua e vendada, torturada com diferentes tipos de materiais (choques, água, cigarros, etc.), com choques na vagina, com o objetivo de causar infertilidade, seguido pela desumanização culminada no estupro. A violência repressiva misógina é manifestada pela violência sexual durante a tortura, que pode ser melhor entendida através do desenho dos dois eixos (Rita SEGATO,

2003) vertical (igual/desigual) e horizontal (iguais/iguais). Assim, conseguimos dar visibilidade à violência patriarcal materializada no estupro, ou seja, a misoginia se concretizava sobre o corpo da mulher torturada em duas etapas: primeira a objetificação, segunda a desumanização. Entendo que essa misoginia é a base fundante da colonialidade de gênero (Maria LUGONES, 2014) a qual revela esses valores utilizados pela dinâmica repressiva da Ditadura brasileira. Isto significa que a Ditadura foi assentada nos paradigmas da modernidade colonial capitalista atualizados, de modo a autorizar, legitimar e viabilizar a desumanização do outro por meio de práticas de violência.

Os significados de ser uma mulher presa dentro do CDT são desvelados a partir do momento em que se entendem os significados de ser um homem (transformado em um desigual) nessa instituição repressiva. Apesar das salas e objetos utilizados serem os mesmos, bem como o objetivo final da tortura, a desumanização, é possível visualizar como mulheres e homens são tratados de modos distintos, sendo os materiais mobilizados de formas diferentes sobre o corpo de cada um. O processo até chegar à desumanização é diverso para mulheres e homens, onde elas seguem um caminho mais curto (objetificação/desumanização) do que estes, os quais perpassam pela objetificação, emasculação, feminização e desumanização. Isto significa dizer que os torturadores violentam corpos socialmente percebidos como anatomicamente diferentes (mulher/homem), onde a estrutura de gênero aparece como uma hierarquia de poder (Rita SEGATO, 2005) utilizada para destituir o “homem” preso do seu lugar de “homem”, através do uso e abuso do seu corpo.

O DOPS/RS foi um centro de detenção e tortura largamente utilizado para prisão de militantes políticos. A forma de utilização dos objetos de tortura e a ocupação do espaço possibilitaram a compreensão, a partir do meio material, da percepção das relações de gênero pelo sistema repressivo. As consequências da emasculação e da feminização de homens enquanto materialização da misoginia estrutural operante, mostram seus efeitos sobre o modo como se constituíram as narrativas testemunhais desses processos de violência. Constata-se uma distinção na maneira com que são produzidos os relatos de mulheres e de homens. Existe um silenciamento por parte dos presos torturados sobre casos de estupro, mas quando esses testemunhos vêm à tona, normalmente dizem respeito a outros homens, e não a eles próprios. Isso se atribui aos processos de emasculação e feminização a que foram submetidos, mesmo

que não tenha ocorrido violação. Ao passo que, muitas mulheres, nos últimos anos, tornaram pública suas experiências traumáticas, fazendo de sua fala uma ação política.

Considerações finais

Esse estudo não seria possível sem a potência de pensamentos feministas que nos ensinam a desenvolver uma consciência crítica para que possamos identificar e entender melhor as operações do machismo e da opressão sexista para que consigamos combatê-las. A historiadora Mariléa Almeida, no prefácio à edição brasileira de “Erguer a voz” de bell hooks (2019), conta que a escrita da autora bateu como um chamamento a usar sua voz (corpo) articulada à prática (coragem) e à ética (compromisso) com a liberdade e a dignidade humana enquanto princípios que norteiam projetos políticos feministas. Assim, as histórias de vida e os saberes produzidos pelas mulheres que pude acessar nesse estudo possibilitaram um processo de autotransformação, contribuindo ao aprendizado de pensar como feminista. Portanto, enveredar pelos caminhos da misoginia estrutural enquanto base fundante das dinâmicas repressivas, possibilitou uma aproximação do entendimento sobre os significados de ser mulher no embate contra Ditadura no Brasil.

A análise sobre a PFMP permitiu conhecer como a paisagem prisional foi utilizada pelo aparato repressivo para manutenção da condição desumanizante a que foram submetidas as presas políticas, relegadas ao isolamento fora do prédio principal e as implicações disto. Essa análise mostrou paradigmas da modernidade colonial capitalista, como o ódio às mulheres empregado como arma sobre o corpo da presa política.

A análise sobre a Ilha do Presídio trouxe novos elementos mostrando, pelo menos dois níveis opressivos atuantes naquele espaço prisional: um que diz respeito ao Estado em relação aos sujeitos e, outro, a nível interno entre categorias de presos, políticos e comuns. Os exemplos apresentados permitiram uma reflexão sobre as relações entre homens presos e o meio material repressivo, trazendo novos dados para estudos nessa temática, como o *modus operandi* do sistema, o qual estava assentado sob o paradigma da modernidade colonial capitalista marcada pelo racismo, sexismo, misoginia classismo e etc. As relações internas possibilitaram perceber como o cisheteropatriarcado, o racismo e o capitalismo em sua coexistência atuaram na produção de corpos que foram intencionalmente moldados pelo arcabouço penal e pela arquitetura da repressão. Além disso, foi possível pensar em como a literatura memorialística, que informava sobre a existência dos presos

comuns, deu a conhecer as bases que compunham a identidade dos presos políticos através da relação de abjeção com os primeiros, possibilitando a (re) existência dos políticos na relação com o universo material.

Deste modo, o tratamento destinado aos presos e as dinâmicas estabelecidas na cadeia foram estruturadas por lógicas hierarquizadas entre os ocupantes (guardas, presos políticos e comuns), dando a conhecer os significados em ser preso comum ou político. O lugar ocupado por esses homens, antes de adentrar no sistema, se materializava internamente na segregação física da cadeia e pelo lugar simbólico ocupado por eles quando lá foram colocados, resultado de um aparato punitivo (racista, classista e machista). Conseqüentemente, autorizando ou não suas existências, apagando ou não esses sujeitos, além de retroalimentar uma conjuntura estrutural de opressões definidora de quais vidas são importantes.

No âmbito interno da PFMP, as pessoas classificadas como recuperáveis, ocupantes do prédio principal, estavam situadas em um patamar distinto das presas no isolamento, percebido pelo tratamento que concedia condições materiais mínimas para habitação digna naquela penitenciária. Isto significa a existência de uma infraestrutura minimamente apropriada (Valeska CONTI, 2017) para presas comuns, ainda que houvesse um controle severo sobre a circulação no ambiente interno pelo fato dessa edificação obedecer a uma lógica panóptica (Michel FOUCAULT, 2009) de construção das instituições totais (Erving GOFFMAN, 1974). Além disso, foi arquitetada sob uma racionalidade de domesticidade (Angela DAVIS, 2019a) para mulheres colocadas em reabilitação.

A mobilização, pelo regime, dos locais de prisão reverberava no trato destinado a mulheres e homens, revelando que gênero foi um elemento fundante da Ditadura no Brasil, porque as presas políticas recebiam tratamento pior do que o enfrentado pelos homens na mesma condição. As presas políticas depositadas no isolamento necessitavam de criatividade e formas de subjetivação para atos de rebeldia, demandando maior esforço se comparadas aos homens na Ilha. Eram mantidas isoladas devido ao perigo que suas figuras representavam, pela iminência de 'contaminação da mente' das presas comuns. Subvertiam o sistema através de trocas de cartas entre a PFMP e a Ilha na criação e manutenção de afetos entre pequenos grupos de presas políticas na solitária, nas eventuais visitas e nos raros livros e revistas que adentravam na cadeia. Essas mulheres faziam parte do grupo de corpos

que eram castigados moralmente como putas perigosas, medicamente como corpos que aguentavam tortura e juridicamente enquadradas como inimigas internas pela Lei de Segurança Nacional explicando o tratamento mais violento. Este tratamento foi identificado através da abjeção temporária, da classificação estigmatizante da prostituta, da condição do corpo da mulher que é punido por crime ideológico, da atribuição quanto a sua periculosidade e sordidez, enquadrada na categoria irrecuperável. Por isso eram objetificadas, desumanizadas, apagadas com a intenção da sua eliminação completa pelo atrevimento de combater um Estado autoritário, por ocupar um lugar social que não era seu. Por isso recebiam castigos diferentes daqueles destinados aos homens presos na Ilha. Assim, esta análise mostrou que gênero, bem como classe e raça são historicamente estruturantes do sistema repressivo nacional, atuante nos dois espaços prisionais - a PFMP e a Ilha do Presídio. O sistema operava através da redução e inferiorização das presas políticas, usando a desumanização como uma arma fundada no ódio às mulheres.

“A sociedade e o Estado brasileiros precisam escutar e falar sobre a violência contra as mulheres praticada pelos agentes públicos durante a vigência da ditadura” (Maria Amélia TELES, 2015a p. 518). Esta frase mostra a importância e a necessidade de se desenvolver investigações sobre os crimes da Ditadura, em especial sob uma perspectiva feminista. As relações de gênero estabelecidas dentro do DOPS/RS foram percebidas através dos crimes perpetrados pelos agentes do Estado (através do uso do meio material) expondo toda misoginia contida no cerne da lógica repressiva. Isto significa dizer que a Ditadura foi além de utilizar as especificidades de gênero da mulher (menstruação, gravidez, parto, maternidade, aborto etc.) como recursos para violentar e torturar mulheres (Maria Amélia TELES, 2015a), mostrando, sim, a colonialidade de gênero imbuída na racionalidade repressiva acentuando dicotomias e a hierarquia de gênero, utilizando-as como armas para tortura.

Mulheres e homens presa(o)s adentravam o DOPS/RS como inimiga(o)s, subversiva(o)s. O modo pelo qual os espaços arquitetônicos e os objetos eram mobilizados viabilizou identificar a distinção de tratamento destinado a esses corpos. Os procedimentos estavam balizados pela lógica misógina que autorizava a redução de pessoas através de etapas de quebra da(o) sujeita(o) pautada nas relações de gênero até chegar à desumanização. O gráfico proposto por Rita SEGATO (2003) ilustrou esse processo, onde o torturador ocupava o lugar do “igual” e as pessoas

presas do “desigual”. O ponto chave é que os homens, presos políticos, dentro do CDT, foram destituídos do *status* de “igual” (pelo fato de serem homens) porque ali dentro eram subjugados na condição de “desigual”, ou seja, foram emasculados e feminizados. Cabe ressaltar que os processos de feminização e emasculação a que podiam ser submetidos os homens torturados correspondem a toda e qualquer ação que tenha por objetivo a desqualificação da masculinidade. A gama violenta de ações variava de xingamentos à violação do corpo e estupros. A condição subalterna era materializada por meio da tortura que podia ou não ser acompanhada de violação. Nem todo homem torturado foi estuprado. A violência destinada aos corpos masculinos presos pela Ditadura é uma das formas de materialização da misoginia estrutural desse regime.

Nilce Cardoso pede, em sua fala, que nós, enquanto pesquisadora(e)s, saibamos olhar e compreender como se constituem a(o)s sujeita(o)s torturada(o)s, que sejamos capazes de perceber como suas subjetividades vão se construindo em seus discursos, partindo de um lugar e as levando para outro. É importante que consigamos apreender o “fio condutor” da construção dessas histórias e não somente salientar a preocupação em relatar cenas de tortura e sofrimento (Nilce CARDOZO, 2013). Assim, ao reconhecer as permanências da colonialidade, acessadas através do testemunho de pessoas que sentiram seus efeitos no corpo, é possível perceber o modo com que estas foram se reconstruindo enquanto sujeita(o)s em um processo cotidiano, fazendo de seus relatos falas políticas. Estar presa em um ambiente como o DOPS/RS possuía o sentido de total subordinação do corpo aos interesses do agente, que assumia o controle sobre a vida da pessoa presa. O uso do capuz sobre a cabeça impedia a visão e aumentava a sensação de insegurança que, em contrapartida, para os torturadores, garantia a impunidade. Caminhar pelos espaços da edificação, subir e descer escadas, ser levada de uma sala a outra, ouvir de onde estava presa os gritos de pessoas sendo torturadas, a eminência de ser a próxima quando os ruídos cessavam.

Pessoas fora da norma, abjetas, desumanizadas compõem a herança paradigmática da modernidade colonial escravista. As torturas e toda sorte de violências praticadas pelo Estado, no período da Ditadura, parecem ser interpretadas pela sociedade, ou parte dela, como um grande trauma à nação, o que segundo Angela Davis (2019 p.76) impede a solidariedade com as vítimas, porque a

representação de seres humanos (imagens, filmes, notícias) acabam tornando-se “objetos abstratos das formas de tortura que consideramos um anátema contra democracia”. As pessoas se preocupam muito mais com a descrição dos atos de violência do que com as pessoas que as estão sofrendo, provocando um apagamento da humanidade da(o)s sujeita(o)s torturada(o)s, conforme relatou Nilce Cardoso, ex-presa política no DOPS/RS. A despersonalização da pessoa que sofre o ato de violência legitima o apagamento proposto, neste caso, pelo estado autoritário brasileiro. Esta reflexão é semelhante àquela realizada por Rita Segato (2003) ao escrever sobre crimes de estupro, na qual a legislação brasileira entende a violência como perpetrada contra a sociedade ou utilizada para atingir o outro, ou seja, o crime não é cometido contra a pessoa, despersonificando e mantendo as mesmas forças que a subjugaram.

Minha intenção com esta pesquisa é de fazer um uso político do meu lugar dentro de uma universidade, escrevendo sobre mulheres e Ditadura com objetivo de trazer à tona dinâmicas de funcionamento repressivo, expondo crimes cometidos por agentes do Estado, bem como mostrando o quanto esses elementos estão introjetados de forma estrutural, cotidianamente atualizados na sociedade. Além disso, como parte deste processo, cabe um desafio às condições de possibilidade da produção de conhecimento arqueológico no Brasil, as quais permanecem legitimadoras de estruturas de dominação que definem quem são suas “autoridades” científicas.

Autoridades científicas virou um termo bastante comum nos noticiários em tempos de pandemia, nesse país que corta investimentos em ciência e pesquisa. Passei muitos dias tentando fazer o fechamento desta tese, pensando no contexto atual, na crise que atravessa o país e o mundo, de desgoverno, de pessoas em situação de rua, de gente vulnerável, de Corona-Vírus, um inimigo invisível que pode matar a toda(o)s e todes. Chego a conclusão de que não há conclusão. Os Estados seguem declarando guerra contra o tal inimigo viral. Isso não me é estranho. Judith Butler (2020) escreveu que a doença não escolhe pessoas, mas a maioria das pessoas escolhem governos para representar seus interesses, o que implica seletividade imposta pelo capitalismo delimitando os corpos que devem morrer. Frente a tudo isso, carrego comigo a ansiedade e a sensação de impotência porque é preciso ficar em casa, isolada. A noção de isolamento aparentemente se sofisticou, nos

deixando uma falsa ilusão de autonomia e liberdade frente a conexões virtuais e que estamos fazendo a coisa certa. Estamos? Sinceramente não sei. Me sinto presa e minha sociabilidade acaba junto com a energia elétrica. Minha pele é a nova fronteira (Paul PRECIADO, 2020) defendida com água e sabão. E como ficam aquelas pessoas que não possuem rede elétrica em casa ou não possuem casa, ou não têm acesso à água e sabão? A rua, agora local proibido para toda gente, segue sendo o único espaço possível para quem não tem escolha. A opção é seguir declaradamente desobediente, tentando manter-nos vivos pelos nossos próprios meios, porque esta parece a única alternativa (Maria GALINDO, 2020) para algumas pessoas. A mim resta o dever moral de reinventar maneiras de (re) existir segurando na mão da(o)s que me cercam ainda que fingindo estar imobilizada e obediente. Assim como se fazia nos tempos da Ditadura. Estou pronta para esse novo embate!

Referências

- AKOTIRENE, Carla. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen.
- ALEXANDER, Michelle. (2017). *A nova segregação. Racismo e encarceramento em massa*. São Paulo: Boitempo.
- ALMEIDA, Mariléa. d. (2018). Território de afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro. Campinas/SP, (tese Doutorado): PPG História Unicamp.
- ALMEIDA, Tânia M., & PEREIRA, Bruna C. (2015). Violência contra mulheres negras no Brasil à luz dos estudos feministas latino-americanos. Em A. D. Karina Bidaseca, *Legados, genealogías y memorias postcoloniales en America Latina: escrituras fronterizas desde el Sur* (pp. 295-317). Buenos Aires: Godot.
- ALVES, Maria. H. (1985). *Estado de oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: vozes.
- AMARAL, Márcia F. (2004). Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho. (Tese doutorado). Porto Alegre, RS: UFRGS PPG em Comunicação e Informação.
- AMARAL, Ricardo. B. (2011). *A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. Rio de Janeiro: Sextante: Primeira Pessoa.
- ANGOTTI, Bruna (2018). *Entre as leis da ciência, do estado e de deus : o surgimento dos presídios femininos no Brasil*. San Miguel de Tucumán : 2a ed revisada. Universidad Nacional de Tucumán. Instituto de Investigaciones Históricas Leoni Pinto.
- ANJOS, Giulia (2012). A arqueologia da repressão no contexto das ditaduras militares da Argentina, Uruguai e Brasil. *Revista de Arqueologia Pública*, 79-92.
- ANZALDÚA, Glória (2004). Los movimientos de rebeldía y las culturas que traicionan. Em B. e. HOOKS, *Otras inapropiables*. Madrid: Traficantes de sueños.
- ATALIVA, Víctor et al. (2019). *Arqueología Forense y procesos de memorias: saberes e reflexiones desde las prácticas*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Tucumán.
- AYÁN VILA, Xurxo et al. (2002). Arquitectura 1: Bases teórico metodológicas para uma arqueología de la arquitectura. *TAPA- Trabajos de Arqueología e Patrimonio. Laboratorio de Patrimonio, Paleambiente e Paisaxe – Instituto de Investigacións Tecnolóxicas.*
- BAICA, Soledad G., & FERNÁNDEZ, Mariana R. (2012). *Las Laurencias. Violencia sexual y de género en el terrorismo de Estado uruguayo*. Montevideo: Trilce.
- BALLESTRIN, Luciana. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, 89-117.
- BARETTA, Jocyane R. (2014). Arqueologia da Repressão e da Resistência e suas contribuições na contrução de memórias. *Revista de Arqueologia Pública n.10*.
- BARETTA, Jocyane R. (2015). *Arqueologia e a construção de memórias materiais da Ditadura Militar em Porto Alegre/RS (1964-1985)*. Campinas/SP: Programa de Pós-Graduação em História IFCH/Unicamp.
- BARETTA, Jocyane R. (2017). Por uma arqueologia feminista da Ditadura no Brasil (1964-1985). *Revista de Arqueologia: especial crítica feminista e arqueologia*, 30, 08-34.
- BASSANI, Fernanda (2016). *Visita íntima: sexo, crime e negócios nas prisões*. Porto Alegre: Bestiário.
- BAUER, Caroline (2006). Av. João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). . Porto Alegre: Dissertação de mestrado-PPG História/ Ufrgs. .
- BAUER, Caroline S. (2012). *Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memórias*. Porto Alegre: ANPUHRS, Medianiz.
- BAUKJE, Prins, & MEIJER, Irene (2002). Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Estudos feministas.*, 155-167.
- BELLÉ, Matheus (2017). Memória em conflito: dilemas da arqueologia da repressão em Porto Alegre/RS. Belo Horizonte : Dissertação mestrado PPGAntropologia UFMG.

- BELLÉ, Matheus F. (2013). Arqueologia da repressão em Porto Alegre (1964/1985). . Rio Grande/RS.: TCC/Trabalho de Graduação no Bacharelado em Arqueologia/ICHI-FURG. .
- BENTHAM, Jeremy (2000). *O Panóptico*. (T. T. Silva., Trad.) Belo Horizonte: Autêntica.
- BERGER, Crhista., & MARROCO, Beatriz. (. (2008). *Ilha do Presídio: uma reportagem de ideias*. Porto Alegre: Libretos.
- BIANCHINI, Maria C. (2015). De la represión al patrimonio: vestigios de la violencia de estado en Madrid y Santiago de Chile. *Revista de dialectología y tradiciones populares*, 399-426.
- BIANCHINI, Maria C. (2015). De la represión al patrimonio: vestigios de la violencia de estado en Madrid y Santiago de Chile. *Revista de dialectología y tradiciones populares*, 399-426.
- BLANTON, Richard. (1994). *Houses and Households*. . New York: Plenum Press.
- BORGES, Juliana. (2019). *Encarceramento em massa*. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen.
- BRAH, Avtar. (2016). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, 329-376. Acesso em julho de 2017, disponível em <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644745>
- BUCHLI, Victor., & LUCAS, Gavin. (2001). *Archaeologies of the Contemporary Past*. .
- BURMEISTER, Teresinha. d. (1998). *Processo de indenização antecedentes políticos*. Porto Alegre: APERS.
- BUTLER, Judith (2002). *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del sexo*. Buenos Aires: Paidós.
- BUTLER, Judith (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BUTLER, Judith (2020). El capitalismo tiene sus límites. *Sopa de wuhan*. *ASPO.*, 59-68.
- CABNAL, Lorena (2010). *Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala*. . Las Segovias: ACSUR.
- CABRERA, Marta, & VARGAS-MONROY, Liliana. (2014). Transfeminismo, decolonialidad y el asunto del conocimiento: algunas inflexiones de los feminismos disidentes contemporáneos. 19-37.
- CALVEIRO, Pilar (2013). *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo.
- CARDOZO, Nilce (1998). *Processo de Indenização de antecedentes políticos*. Porto Alegre.
- CARDOZO, Nilce A. (15 de março de 2013). Depoimento em vídeo Tortura no Golpe de 64. Acesso em janeiro de 2017, disponível em www.youtube.com/watch?v=l1zld0vrqes
- CARNEIRO, Sueli (2003). Mulheres em movimento. . *Estudos avançados*, 17, 117-133.
- CARNEIRO, Sueli (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo/SP: Selo Negro.
- CELIBERTI, Lilián, & GARRIDO, Lucy. (1989). *Meu Quarto, Minha Cella*. Porto Alegre: L&PM.
- CEMDP. (2009). *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: IEVE - Imprensa Oficial.
- CHAVES, Eliana. L. (1998). *Processo de indenização antecedentes políticos*. Porto Alegre: APERS.
- CHING, Francis. (1995). *Arquitectura: forma, espacio y orden*. . México: Gustavo Gili.
- CLARKE, David. L. (1977). Spatial Information in Archaeology. . Em D. L. Clarke, *Spatial Archaeology* (pp. 1-32). London: Academic Press.
- CNV, BRASIL. (2014 a). *Relatório da Comissão Nacional da Verdade Volume II*. Brasília DF: Coleção Digital.
- CNV, BRASL. (2014). *Comissão Nacional da Verdade. Volume I - Coleção Digital*. Brasília.
- COLLING, Ana M. (2004). As mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. . *Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra*. Acesso em julho de 2015, disponível em http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Ana_Maria_Colling.pdf

- COLLINS, Patrícia H. (2016). Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril*, 99-127.
- COLLINS, Patrícia H. (2017). Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade epolítica emancipatória. *Revista Parágrafo*, 6-17.
- CONTI, Valeska (2017). Arqueologia urbana: os espaços em que elas vivem instituto feminino de readaptação social. Porto Alegre: PPG História PUCRS, Tcc Especialização em Arqueologia.
- CONTREIRAS, Janaína (2015). Terrorismo de Estado e violência sexual na ditadura brasileira (1964–1985). *TCC/PPH História UFRGS*. Porto Alegre.
- CONTREIRAS, Janaína A. (2018). Corpo de mulher, um campo de batalha: terrorismo de Estado e violência sexual nas Ditaduras Brasileira e Argentina de Segurança Nacional. Porto Alegre, RS: Dissertação de mestrado - IFCH - PPG em História UFRGS.
- CORREA, José G. (2003). A Proteção que Faltava: o Reformatório Agrícola Indígena Krenak e a administração estatal dos índios. *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v.61, n.2, p.129-146.
- COSTA, Afrânio (1998). Processo de Indenização de antecedentes políticos. Porto Alegre.
- COSTA, Cláudia L. (2002). O sujeito no feminismo. *Cadernos Pagu*, 59-90.
- COSTA, Cláudia L. (2014). Feminismos descoloniais para além do humano. *Rev. Estudos Feministas*, 22, 929-934.
- COSTA, Cláudia L. (2015). Equivocação, tradução e interseccionalidade performativa: observações sobre ética e prática feministas descoloniais. Em K. BIDASECA, A. d. OTO, J. OBARRIO, & M. (. SIERRA, *Legados, ge-nealogías y memomemorias poscoloniales en América Latina: Escrituras fronterizas desde el Sur*. (pp. 275-307.). Buenos Aires: Ediciones Godot/Colección Crítica.
- COSTA, Darc. (2018). Guerra psicológica e os novos tipos de guerra. *REVISTA SILVA – Humanidades em Ciências Militares*, vol.2 n°2. Disponível em: http://www.revistasilva.cep.eb.mil.br/images/revista_v2_n2/2_artigo_DARCCOSTA_-_Vol_2_n2.pdf.
- COSTA, Denise, & MCGUIRE, Pedro. (2018). Uma ciência da tortura? Cientificismo e marcas de tortura numa delegacia de Belo Horizonte, Brasil. . *Vibrant, Virtual Braz. Anthr. [online]*. vol.15, n.3,.
- CRESQUI, Mailde. (1998). Processo de indenização de antecedentes políticos. Porto Alegre: APERS.
- CRIADO-BOADO, Felipe. (1998). Arqueología del Paisaje y Espacio Megalítico. *Arqueología Espacial*, 61-117.
- CRIADO-BOADO, Felipe. (1999). Del Terreno al Espacio: Planteamientos y Perspectivas para la Arqueología Del Paisaje. *CAPA - Criterios y Convenciones en Arqueología del Paisaje*, n° 6. Santiago: Grupo de Investigación em Arqueoloxía da Paisaxe. *CAPA - Criterios y Convenciones en Arqueología del Paisaje*, n° 6. Santiago: Grupo de Investigación em Arqueoloxía da Paisaxe.
- CURIEL, Ochy (2009). Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde america latina y el caribe. *Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista realizado en Buenos Aires*.
- DAVIS, Angela (2019). *Democracia da abolição: para além do imprério, das prisões e da tortura*. Rio de Janeiro: Difel.
- DAVIS, Angela (2019a). *Estarão as prisões obsoletas?* Rio de Janeiro: Difel.
- DELEFRATI, Kézia, & NOVAES, Elisabete. (2016). Mulheres em revista: uma reflexão sobre revista vexatória à mulheres de presos e a violação dos direitos fundamentais. *Revista Ciência e Sociedade n.1, v.1*.
- DOUGLAS, Mary (1966). *Pureza e perigo*. São Paulo: Ed. Perspectiva.

- EAAF. (novembro de 2013). *EAAF – Equipe Argentina Antropologia Forense*. Fonte: <http://eaaf.typepad.com>
- FARIA, Nalu, COELHO, Sônia, & MORENO, Tica. (2013). Prostituição, uma abordagem feminista. *Sempre viva organização feminista, Fundação Heinrich Böll*, p. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/prostituicao_uma_abordagem_feminista.pdf Acesso em março de 2020.
- FEDERICI, Silvia. (2017). *O calibã e a bruxa: mulheres corpo e acumulação primitiva*. (C. Sycorax, Trad.) São Paulo, SP: Elegante.
- FLAUZINA, Ana. L. (2006). Corpo negro caído no chão: o sistema prisional e o projeto genocida do Estado brasileiro. (*dissertação Mestrado*). Brasília/DF: PPG Direito UNB.
- FOUCAULT, Michel (1979). *Microfísica do Poder*. (22° ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FOUCAULT, Michel (1984). Outros Espaços. Em *Ditos e Escritos* (pp. 411- 422). Rio de Janeiro: Vozes.
- FOUCAULT, Michel (2009). *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes.
- FRANK, Carlos. A. (1998). Processo de Indenização de antecedentes políticos. Porto Alegre.
- FUNARI, Pedro. P. (2009). *Arqueologia Direito e Democracia*. Erechim: Habilis.
- FUNARI, Pedro. P., ZARANKIN, Andrés., & REIS, José. A. (2008). *Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das ditaduras (1960-1980)*. . São Paulo: Annablume; Fapesp.
- GALINDO, Maria (2020). Desobediencia, por tu culpa voy a sobrevivir. *Sopa de Wuhan*. ASPO, 119-128.
- GARCIA, João B., & POSENATO, Júlio. (1989). *Verás que um filho teu não foge à luta*. Porto Alegre: Posenato.
- GLOECKNER, Ricardo. J. (2018). *Autoritarismo e processo penal: uma genealogia das ideias autoritárias no processo penal brasileiro. Vol 1*. . Florianópolis: 1° edição. Tirant lo Blanch.
- GOFFMAN, Erwing. (1974). *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva. Acesso em maio de 2018, disponível em <https://app.uff.br/observatorio/uploads/Manicomios-prisoas-e-conventos.pdf>
- GONZALES, Lélia (1982). *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero Ltda.
- GONZALEZ, Lélia (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. . (ANPOCS, Ed.) *Ciências Sociais Hoje*, 223-244.
- GONZALEZ, Lélia (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. In : . *Revista Tempo Brasileiro*., Rio de Janeiro, p. 69-82.
- GONZÁLES-RUIBAL, Alfredo (2008). Time to destroy an archaeology of supermodernity. *Current Anthropology*., 49.
- GONZÁLES-RUIBAL, Alfredo (2012). Hacia otra arqueología: diez propuestas. *Complutum: Instituto de ciencias del patrimonio (INCIPIT). Consejo Superior de Investigaciones científicas*., 23.
- GONZÁLES-RUIBAL, Alfredo (2014). Returning to where we have never been: excavating the ruins of modernity. Em B. OLSEN, & P. PÉTURSDÓTTIR, *Ruin Memories Materialities, Aesthetics and the Archaeology of the Recent Past*. London: Routledge.
- GONZÁLES-RUIBAL, Alfredo (2016). Archaeology and the Time of Modernity. . *Historical Archaeology V. 50 n 3*, 144-164.
- GREEN, James N. (2000). *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP.
- GREEN, James; QUINALHA, Renan. (2019). *Ditadura e Homossexualidades: Repressão, Resistência e a Busca da Verdade*. São Carlos/SP: UFSCAR 3° Reimpressão.
- GUTIÉRREZ, Cláudio. W. (1998). Processo de Indenização de antecedentes políticos. Porto Alegre.

- HARAWAY, Donna (1991). *Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature*. Routledge: New York.
- HARAWAY, Donna (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. (N. d. Pagu/Unicamp, Ed.) *Cadernos Pagu*, p. , 7-41.
- HARRISSON, Rodney a. (2009). Archaeo-Ethnography, Auto-Archaeology: Introducing Archaeologies of the Contemporary Past. *Archeologies: Journal of the World Archaeological Congress.*, 5.
- HATTORI, Márcia L.; ABREU E SOUZA, Rafael; TAUHYL, Ana P. e ALBERTO, L. A. (2016). O caminho burocrático da morte e a máquina de fazer desaparecer: propostas de análise da documentação do Instituto Médico Legal-SP para antropologia forense. *Revista do Arquivo n.02*, http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/02/artigo_03.php.
- HILLIER, Billie., & HANSON, Julienne (1984). *The social logic of space*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HODDER, Ian, & ORTON, Clive (1990.). *Análisis espacial em arqueología*. Barcelona : Editorial Crítica.
- hooks, bell (2019 a). *Olhares negros. raça e representação*. São Paulo: Elefante.
- hooks, bell (2019 b). *Erguer a voz. Pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante.
- INFOPEN, Mulher (2016.). *Sistema Nacional de Informações Penitenciárias*. Ministério da Justiça. , Departamento Penitenciário Nacional. Acesso em maio de 2018, disponível em <http://www.mj.gov.br>.
- IPHAE/RS. (2014). Processo de Tombamento da Ilha das Pedras Brancas. Sedac/RS, . processo nº 1273-11.00/14-3 . Porto Alegre.
- ISHIY, Karla T. (2014). *A desconstrução da criminalidade feminina*. (D. m. Paulo/USP, Ed.) São Paulo.
- ISL-RS. (2017). ISL-RS. . Porto Alegre. Acesso em 2017, disponível em <http://www.isl-rs.com.br/institucional/nossa-historia/12>
- JELIN, Elisabeth (2002). *Los trabajos de la memoria. Colección Memorias de La Represión.* . Buenos Aires: Siglo XXI.
- JOFFILY, Mariana. (2010). Memória, gênero e repressão política no Cone Sul (1984-1991). *Tempo e Argumento v. 2, n. 1 Florianópolis*,, 111 – 135.
- JOFFILY, Mariana (2016). Violências sexuais nas ditaduras militares latino-americanas: quem quer saber? . *Revista Ensaíos. SUR 24 - v.13 n.24*, pp. 169-170.
- JOFFILY, Olívia R. (2005). A esperança equilibrista: resistencia feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985). São Paulo: Tese doutorado - PPGCiências Sociais PUCSP.
- JOFFILY, Olívia R. (2010). O corpo como campo de batalha. . Em J. M. PEDRO, & C. (. WOLF, *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. Florianópolis: Mulheres.
- KARPOWICS, Débora S. (2016). Prisões Femininas no Brasil: possibilidades de pesquisa e fontes.
- KARPOWICZ, Débora S. (2017). Do convento ao cárcere: do calcidoscópio institucional da Congregação Bom Pastor D'Angers à Penitenciária Feminina Madre Pelletier (1936-1981). *Tomos I e II*. Porto Alegre: Tese de Doutorado PPG História – PUCRS.
- KENT, Susan. (1990). *Domestic architecture and use of space. New directions in archaeology.* . Cambridge University Press.
- KRENAK, Itamar d. (2009). *Uatu Hoom*. Belo Horizonte : Cipó Voador, Faculdade de Letras da UFMG.
- LATOUR, Bruno (1994). *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo/SP: editora 34 .
- LEMOS, Carolina M. (2016). Construindo “memórias materiais” da ditadura militar. *Revista de Arqueologia.*, 29, 68-80.

- LEMOS, Carolina M. (2019). *Arquitetando o terror: um estudo sensorial dos centros de detenção oficiais e clandestinos da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985)*. Laranjeiras/SE: Tese de doutorado - PPG Arqueologia Universidade Federal Sergipe UFS.
- LEMOS, Rosália d. (2015). POR UM BRASIL PARA CHAMAR DE MEU! *Revista da ABPN*, v. 8, n. 18 pp. 339-370.
- LEVINSKY, Dafna (2010). Conventos y mujeres: un estudio arqueológico sobre género y arquitectura. . *Resumen de ponencia XVII Congreso Internacional de Arqueología Argentina*. Mendoza.
- LOMBROSO, Césare (2013). *O homem delinquente*. (S. J. Roque., Trad.) São Paulo: Icone.
- LÓPEZ MAZZ, José M. (2012). *Investigaciones antropológicas sobre detenidos desaparecidos en la última dictadura militar*. UDELAR. Montevideo: Udelar.
- LUGONES, Maria (2011). Hacia un feminismo descolonial. *La manzana de la discordia*. Vol. 6, No. 2, 105-119.
- LUGONES, Maria (2014). Rumo a um feminismo descolonial. . *Estudos Feministas*, 22. Acesso em Maio de 2017, disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>
- MALDONADO-TORRES, Nelson (2008). A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71-114.
- MAPA DA REPRESSÃO. (abril de 2014). Porto Alegre: o mapa da repressão Episódio I - "Martinha". - *Episódio I - "Martinha"*. Porto Alegre, RS, Brasil: Produção e reportagem de Fernanda Fell e Tanira Lebedeff. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bbyclCXfapM> Acesso em janeiro de 2018. Acesso em maio de 2018, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bbyclCXfapM&t=3s>
- MARKUS, Thomas A. (1993). *Buildings and power: freedom & control in the origin of odern building types*. . London: Routledge.
- MARTINS, Eloy (1981). *Tempo de Cárcere*. Porto Alegre: Movimento.
- MARTINS, Eloy (1998). Processo de Indenização de antecedentes políticos. Porto Alegre.
- MARTINS, Maria C. (1998). Processo de Indenização de antecedentes políticos. Porto Alegre.
- MATOS, Raquel, & MACHADO, Carla (2012). Criminalidade feminina e construção do gênero: Emergência e consolidação das perspectivas feministas na Criminologia. *Análise Psicológica*, 33-47.
- MAYORGA, Cláudia, COURA, Alba, & MIRALLES, Nerea (2013). As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. *Revista Estudos Feministas*, 21, 463-484.
- MENDOZA, Breny (2014). La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latino-americano. Em Y. E. Miñoso, D. G. Correal, & K. O. Muñoz, *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca.
- MERLINO, Tatiana, & OJEDA, Igor. (. (2010). *Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino*. (C. Amigos, Ed.) Brasília: Secretaria Especial de Política para Mulheres/Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.
- MIGNOLO, Walter (2003). *Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal.
- MOIRA, Amara (04 de 06 de 2018). Não há feminismo sem prostitutas, não há esquerdas sem prostitutas. *Mídia Ninja*, pp. Disponível em <https://midianinja.org/amaramoira/nao-ha-feminismo-sem-prostitutas-nao-ha-esquerda-sem-prostitutas/> Acesso em maio 2020.
- MOMBAÇA, Jota (2015). Pode um cu mestiço falar? Monstrx Erratik. *Medium*, pp. Disponível em: <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>.
- MOMBAÇA, Jota (2016). rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência! *Funpage OIP*, pp. 1-20 Disponível em: https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo_a_uma_redistribuicao_a_o_da_vi.

- MORAES, Maria L. (2012). Os feminismos políticos do século XX. *Revista Margem Esquerda*, 129-143.
- MORALES, Aurora L. (2004). Intelectual orgânica certificada. Em B. e. HOOKS, *Otras inapropiadas: feminismos desde las fronteras*. Madrid, Espanha: Traficantes de sueños.
- MOSHENSKA, Gabriel. (2008). Ethics and ethical critique in the Archaeology of Modern Conflict. *Norwegian Archaeological Review*, 41.
- MOSHENSKA, Gabriel (2009). Working with Memory in the Archaeology of Modern Conflict. *Cambridge Archaeological Journal*, 33-48.
- MOSHENSKA, Gabriel (2010). Gas masks: material culture, memory, and the senses. *JRAI – Journal of the Royal Anthropological Institute Royal Anthropological Institute.*, 609-628.
- MUÑOZ-ENCINAR, Laura (2020). Unearthing gendered repression: an analysis of the violence suffered by women during the civil war and Franco's dictatorship in. *Journal World Archaeology*, 01-19 Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00438243.2020.1740775?needAccess=true> Acesso em março 2020.
- OBARRIO, Juan (2015). Poscolonia/postdictadura. Em K. BIDASECA, & J. S. OBARRIO, *Legados, genealogías y memorias poscoloniales em America Latina: escrituras fronterizas desde el sur* (pp. 143-155). Buenos Aires: Ediciones Godot.
- OLIVEIRA, Magali, & SANTOS, André (2012). Desigualdade de gênero no sistema prisional: considerações acerca das barreiras à realização de visitas e visitas íntimas às mulheres encarceradas. *Caderno Espaço Feminino - - v. 25, n. 1*.
- PADRÓS, Enrique S. (2005). Como el Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. *Tomos I e II*. Porto Alegre, RS, Brasil: Tese Doutorado Programa de Pós Graduação em História IFCH/UFRGS.
- PADRÓS, Enrique S. (2010). A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul 1964-1985: História e Memória. Da campanha da legalidade ao golpe de 1964. Porto Alegre: Corag.
- PARAÍSO, Maria H. (1992). *Os Botocudos e sua trajetória histórica*. In. *CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP.
- PAZ, Alfredo B. (2010). Represión política y género em la Dictadura Paraguaya. . Em J. PEDRO, & C. (. WOLF, *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. (pp. 74-93.). Florianópolis: Mulheres.
- PEARSON, Michel, & RICHARDS, Colling (1994). *Architecture and order. Approaches to social space*. . Londres: Routledge.
- PECORARO, Alessandra P. (2011). Políticas de terror y violência sexual. . Em *Gritos em silêncio: uma investigação sobre la violência sexual em el marco del terrorismo de Estado*. Rosário: CLADEM.
- PEDRO, Joana M., & WOLF, C. (. (2010). *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. Florianópolis: Mulheres.
- PRADA, Monique (2018). *Putá Feminista*. São Paulo: Veneta, Coleção Baderna.
- PRECIADO, Paul Beatriz (2010). *Pornotopía. Arquitetura e sexualidad en la Playboy durante la Guerra Fría*. Barcelona: Editorial Anagrama.
- PRECIADO, Paul. Beatriz. (2020). Apriendendo del vírus. *Sopa de Wuhan*. ASPO, 163-185.
- QUEIROZ, Nana. (2016). *Presos que menstruam*. Rio de Janeiro: Record.
- QUIJANO, Aníbal (2005). *Colonialidad y modernidad-racionalidad*. Acesso em maio de 2017, disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-eModernidade-Racionalidade>>.
- RAGO, Margareth (1985). *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar, Brasil: 1890-1930*. São Paulo.: Editora Paz e Terra.

- RAGO, Margareth (2010). Memórias da Clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schimidt e a Guerrilha do Araguaia. . Em J. e. PEDRO, *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul. Ilha de Sant*. Florianópolis : Mulheres.
- RAMMINGER, Ignez M. (15 de 05 de 2013). Depoimento em vídeo Tortura no Golpe de 64. Acesso em janeiro de 2017, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fLacB6ys3hA&t=541s>
- RAMMINGER, Ignez M. (2010). Na guerra com batom'. A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul. . Em E. S. PADROS, *Repressão e Resistência no "anos de Chumbo"*. (Vol. 2, pp. 135-159). Porto Alegre: CORAG.
- RAPOPORT, Amós (1982). *The Meaning of the Built Environment: A Nonverbal communication Approach*. London: Sage.
- RIBEIRO, Djamila (2019). *Lugar de Fala*. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen.
- RIBEIRO, Loredana (2017). A crítica feminista, arqueologia e descolonialidade: sobre resistir na ciência. . *Revista de Arqueologia SAB*, 30, 210-234. Acesso em maio de 2018, disponível em <http://www.revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB/article/view/517>
- RUIZ, Eva S. (2003). Violencia de género y procesos de empobrecimiento. Estudio de la violencia contra las mujeres por parte de su pareja o ex-pareja sentimental. Alicante, Espanha: Tesis de doctorado. Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales Universidad de Alicante.
- SALERNO, Melisa (2009). A construção da categoria "Subversivo" e os processos de remodelação de subjetividades através do corpo e do vestido (Argentina, 1976-1983). Em P. P. FUNARI, : *Arqueologia Direito e Democracia*. Erechim: Habilis.
- SANDOVAL, Chela (2004). Nuevas ciencias: feminismo cyborg y metodología de los oprimidos. Em b. hooks, A. BRAH, C. SANDOVAL, & G. ANZALDÚA, *Otras Inapropiables: feminismos desde las fronteras* (pp. 81-106). Madrid: Traficantes de sueños.
- SANSEVIERO, Rafael (2012). Soldaditos de plomo y muñequitas de trapo: los silêncios sobre el abuso sexual en la tortura después que la tortura fue um sistema de gobierno. Em S. GONZALEZ BAICA, & M. R. FERNANDEZ, *Las Laurencias violência sexual y de género em el terrorismo de Estado Uruguayo*. Montevideo.
- SANTOS, Natália. N. (2015). A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos . São Paulo: dissertação mestrado. Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV.
- SAPRIZA, Graciela (2009). Cuerpos bajo de sospecha: um relato de la ditadura em Uruguay desde la memoria de las mujeres. . *Revista Labrys*. .
- SAPRIZA, Graciela (2010). Memoria y memorias de mujeres em el relato de la ditadura (Uruguay, 1973-1985). Em *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. Florianópolis: Mulheres.
- SARTI, Cynthia A. (1998). *O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido*. XXI Congresso Internacional da LASA ,. Chicago.
- SARTI, Cynthia A. (2001). Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*, 31-48.
- SCHIENBINGER, Londa (2001). *O feminismo mudou a ciencia?* Bauru/SP: EDUSC.
- SCHILLING, Flávia (2010). Memória da resistência ou a resistência como construção da memória. Em E. S. PADRÓS, *Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. . Porto Alegre: CORAG.
- SEGATO, Rita L. (2003). *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género, entre la antropología, la psicoanálisis y los derechos humanos*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes/Prometeo 3010.
- SEGATO, Rita L. (2005). Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos da mulheres de Ciudad de Juarez. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(2). pp. 265-285.
- SEGATO, Rita L. (2006). Qué es un feminicídio? Notas para un debate emergente. *Série Antropologia 401*, Brasília, pp. 01-11.

- SEGATO, Rita L. (2012). Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *e-cadernos ces*. Acesso em junho de 2017, disponível em <http://eces.revues.org/1533>
- SILVA, Tatiane E. (2017). Memórias femininas no Bom Pastor-PE: gênero, repressão e resistência durante a ditadura civil-militar brasileira. João Pessoa/PA: Dissertação mestrado - PPG História CCHL/UFPA.
- SILVA, Tauana O. (2014). A participação política das mulheres negras comunistas durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984). Florianópolis.
- SOIHET, Rachel (2010). Mulheres brasileiras no exílio e consciência de gênero. . Em J. e. PEDRO, *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. Florianópolis: Mulheres.
- SOUSA, Priscila. P. (2014). Memória, objetos e edifícios: uma análise arqueológica sobre o edifício que sediou o DEOPS/SP. *Revista de Arqueologia Pública*.
- SOUZA, Rafael d. A. (2014). Arqueologia da guerrilha do Araguaia ou a materialidade contra a não narrativa. *Revista de Arqueologia Pública: dossiê Arqueologia da Repressão*, 03-19.
- SOUZA, Rafael d. A. (2019). A materialidade da repressão à Guerrilha do Araguaia e do Terrorismo de Estado no Bico do Papagaio TO/PA: noite e nevoeiro na Amazônia. (tese doutorado) MAE/USP. São Paulo.
- SPIVAK, Gayatri. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG.
- STRINGUINI, Vera. L. (1998). Processo de Indenização antecedentes políticos. Porto Alegre: APERS.
- SUAREZ, Carlos. M. (2014). Arqueología de los campos de concentración del s. XX: Argentina, Chile, Uruguay y España. *Revista Arkeogazt. Materializando la desigualdad social*, 159-182.
- SUAREZ, Carlos. M. (2016). Marcas-monumento y marcas-proyecto en la arquitectura represiva de la ditadura cívico-militar uruguaya. El proceso de anclaje de la memoria en la cárcel política de mujeres de Punta Rieles (Montevideo). *Aletheia*, 6.
- SUAREZ, Carlos. M. (2017). Las luchas para convertir el ex Centro Clandestino de Detención y Desaparición de personas de La Tablada Nacional en un lugar de memoria y activación barrial. *Derechos civiles y políticos: memoria y impunidad*, 65-78.
- TELES, Maria Amélia (2015a). A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero. *Revista Direito GV*, 505-521.
- TELLES, Maria Amélia (2015). VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NA DITADURA. *Estudos Feministas, Florianópolis*, 23(3): 406 , 1000-1022.
- THIESEN, Beatriz et al. (2014). Vestígios de uma ausência: uma Arqueologia da Repressão. (L. Unicamp, Ed.) *Revista de Arqueologia Pública*.
- TRINIDAD, Carlos. B. (2018). A questão indígena sob a ditadura militar: do imaginar ao dominar. *Anuário Antropológico v. 43, n. 1, Brasília, UnB.*, 257-284.
- VARGAS, Índio (1981). *Guerra é Guerra: dizia o torturador*. (Coleção Edições do Pasquim ed., Vol. 78). Rio de Janeiro: Codecri.
- VARGAS, Índio (2005). *A guerrilheira: mistério e mortes na Ilha do Presídio*. Porto Alegre: AGE.
- WALSH, Catherine (2008). Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias políticoepistémicas de refundar el Estado. *Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.9* , 131-152.
- WYLIE, Alison (2017). Os que conhecem, conhecem bem: teoria do ponto de vista e arqueologia de gênero. *Scientia Studia v.15, n.1*, 13-38.
- ZARANKIN, Andrés (1999a.). Arqueología de la arquitectura: Another brick in the wall. *Revista do Museu de Arqueología e Etnología. Suplemento 3*, 119-128.
- ZARANKIN, Andrés (1999b). Casa tomada; sistema, poder y vivienda familiar. . *Sed Non Satiata. Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea*, 239-272.
- ZARANKIN, Andrés (2002). *Paredes que domesticam: Arqueologia da Arquitetura escolar capitalista*. São Paulo, : CHAA/IFCH/Unicamp.

- ZARANKIN, Andrés (2003). Arqueología de la arquitectura, modelando al individuo disciplinado en la sociedade capitalista. . *Revista de arqueología americana*, 25-41.
- ZARANKIN, Andrés & NIRO, Cláudio. (2008). A materialização do sadismo: arqueologia da arquitetura dos Centros Clandestinos de Detenção da ditadura militar argentina (1976-83). Em *Arqueologia da Repressão e da Resistência: América Latina na era das ditaduras (1960-1980)*. São Paulo: Anablume/fapesp.
- ZARANKIN, Andrés; SALERNO, Melisa, & PEROSINO, María (2012). *Historias desaparecidas: arqueología, memoria y violencia política*. Córdoba.

ANEXOS

NOME	FOTOGRAFIA	HISTÓRICO	FONTE
Afrânio Francisco Costa		<p>Conhecido como Alan, Sebastião, Tião e Celso, era motorista. Foi preso aos vinte e nove anos, entre abril/1970 e abril/1972, era militante da VAR-Palmares.</p>	<p>Processo: 1112-1200/98-7</p>
Antônio Carlos Araújo Chagas	<p>sem foto</p>	<p>Conhecido como Roberto, Beto, estudante, foi preso aos trinta e dois anos, entre julho/1970 e junho/1974, era militante da VPR.</p>	<p>Processo: 6966-1200/98-9</p>
Carlos Alberto Teles Frank		<p>Conhecido como Beto, ex cabo do exército, preso pela primeira vez aos vinte e quatro anos em abril/64, depois em dez/69 até 11/70/1974, de dez/70 a jun/72. Era militante do PCB e do MR-26.</p>	<p>Processo: 3566-1200/98-4</p>
Carlos Franklin Paixão Araújo		<p>Foi preso pela primeira vez aos vinte e seis anos em abril a jul/64, depois de jul/70 a jul/72 e, em ago/72 até jun/74. Participava da VAR-Palmares. Tornou-se advogado. Foi casado com Dilma Rousseff. Faleceu em agosto de 2017.</p>	<p>Processo: 6886-1200/98-8</p> <p>Imagem Disponível em: https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ex-marido-de-dilma-rousseff-ex-deputado-carlos-araujo-morre-em-porto-alegre,70001933896 Acesso em março de 2020.</p>

**Cláudio Antônio
Weyne Gutiérrez**



Era estudante secundarista do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, tinha vinte e um anos quando foi preso, entre novembro/1969 e janeiro/1970, era militante dissidente do PCB, Movimento 21 de Abril, ALN e VPR.

Processo: 2825-1200/98-1

**Dario Viana dos
Reis**



Dario Viana e

Era conhecido como Tenente Dario, um ex militar, que foi preso aos quarenta e um anos, em 1964 e, depois em 1970 até 1974. Militava no PC do B, na VAR-Palmares e no MR8.

Processo: 4147-1200/98-8

Dilma Roussef



Economista, foi militante da VPR, ficou presa em no Presídio Tiradentes em São Paulo. Visitava seu companheiro Carlos Araújo na Ilha do Presídio.

Imagem disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/15/dilma-rousseff-tortura-e-dor-e-morte-eles-querem-que-voce-perca-a-dignidade>
Acesso março 2020.

**Eliana Lorentz
Chaves**

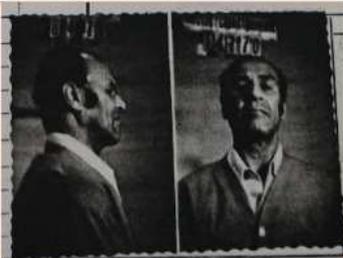


Conhecida como Márcia e Li, era estudante de economia PUCRS, foi presa aos dezenove anos entre abril/1970 a julho/1970. Era militante da VPR e VAR-Palmares e da VPR.

Processo: 1992-1200/02-0

Imagem disponível em:
<https://www.sul21.com.br/mulheres-contra-a-ditadura/2013/12/eliana-chaves-o-sofrimento-da-tortura-nunca-se-supera/>
Acesso em março 2020.

Eloy Martins



Era metalúrgico e militante do PCB, preso aos sessenta e dois anos, entre jun/71 a nov/73, depois em 1974. Autor do livro Memórias de um Cárcere (1981).

Processo: 3498-1200/98-7

**Helena Lúcia
Rudolphi Carneiro**



Estudante de filosofia UCS, era militante na VAR-Palmares, foi presa aos vinte e dois anos entre abr/70 a jul/70.

Processo: 6350-1200/98-1

**Ignez Maria Serpa
de Oliveira**



Estudante de veterinária UFRGS, foi presa aos vinte e dois anos, entre abril/1970 e maio/1971. Era conhecida como “Martinha” a ex-militante da VAR-Palmares. Está ao seu lado na foto, Edmur Péricles de Camargo, fundador do M3G, desaparecido político.

Processo: 6847-1200/98-0

Imagem disponível em:

http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/zh_golpe50anos/index.html Acesso em março de 2020.

Indio Vargas



Jornalista, filósofo, advogado e vereador cassado. Foi militante do Grupo Armado do PTB e no M3G, preso aos trinta e dois anos, entre abr/1970 e ago/73. Autor do livro de memórias Guerra é Guerra já dizia o torturador (1981), entre outros.

Processo: 6756-1200/98-0

Imagem disponível em:

http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/zh_golpe50anos/index.html Acesso em março de 2020.

João Bona Garcia



Conhecido como Felipe e André, fez parte do grupo armado VPR e do POC. Foi preso aos vinte e quatro anos em abr/70 até jan/71. Autor do livro de memórias: Verás que um filho teu não foge à luta (1989).

Processo: 4938-1200/98-4

**José Angeli
Sobrinho**



Conhecido como Miranda e Meireles, estudante, foi preso aos trinta e quatro anos, entre janeiro/1971 e fevereiro/1973, era militante do POC e do MCR.

Processo: 4349-1200/98-0

**José Fidelis
Augusto Sarno**

sem foto

Engenheiro, foi preso aos vinte e nove anos, entre abril/1972 e julho/1972, era militante na AP.

Processo: 5180-1200/98-3

**Lairton Galaschi
Ripoll**

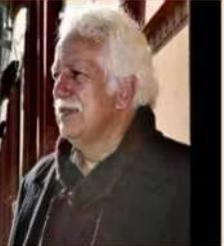


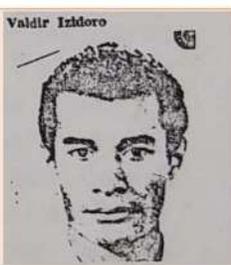
Estudante, preso aos vinte e seis anos, entre out. e dez/1965, era simpatizante do PC do B.

Processo: 5534-1200/98-8

<p>Leane Ferreira de Almeida</p>		<p>Conhecida como Eunice, Ana, Judite, Irene, Lena, Nêne e Juju, era bancária, foi presa aos vinte e três anos entre jul/71 e dez/72. Militava no POC.</p>	<p>Processo: 6465-1200/98-5</p>
<p>Léia Schacher Abramovich</p>	<p>sem foto</p>	<p>Estudante de História UFRGS, foi presa aos vinte e dois anos entre ago/71 e dez/72. Militava no POC.</p>	<p>Processo:7033-1200/98-9</p>
<p>Lilián Celiberti</p>		<p>Uma professora, militante uruguaia, que foi presa aos 29 anos, clandestinamente, junto com seu companheiro Universindo Dias e os dois filhos pequenos – Camilo, com oito anos e, Francesca, com três. Eles foram sequestrados por agentes do DOPS/RS, em Porto Alegre, no ano de 1978, numa operação conjunta de forças brasileiras e uruguaias.</p>	<p>Imagem disponível em: http://www.metajus.com.br/casos-historicos/caso_historico17.html Acesso em março de 2020.</p>
<p>Luiz Renato Pires de Almeida</p>		<p>Era um estudante de agronomia da UFRGS, ligado à União Nacional de Estudantes (UNE). Foi preso aos vinte e dois anos, entre fev/65 e mar/66. Luiz Renato publicou uma carta denunciando as torturas sofridas no jornal Zero Hora de 12/09/1966. Desapareceu na Bolívia em 1970.</p>	<p>Processo: 6167-1200/98-6 Imagem: CMDP (2009).</p>

Mailde Cresqui	sem foto	Bancária, presa aos vinte e três anos entre dez/70 a jul/71. Militava na VPR	Processo: 3127-1200/98-7
Manuel Raimundo Soares		Ex sargento do exército, foi preso aos trinta anos em mar/1966 até ago/1966. Militava no MR-26. Foi assassinado em 1966 pelos agentes do DOPS, seu corpo foi encontrado às margens do lago Guaíba com as mãos amarradas às costas. Naquele mesmo ano a Assembleia Legislativa instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o “caso das mãos amarradas”.	Processo: 2345-1200/98-4 Imagem disponível em: https://resistenciaemarquivo.wordpress.com/tag/maos-amarradas/ Acesso em março de 2020.
Mara Alvarenga	Sem foto	Presa entre julho e agosto de 1970. É citada como testemunha no processo da Vera Lúcia Hubrera Neto Saavedra Durão.	Não encontrei processo.
Maria Celeste Martins	sem foto	Funcionária pública, presa aos vinte e três anos entre set/70 e ago/73. Militava na VAR-Palmares.	Processo: 6700-1200/98-5
Nara Helena Neumann Machado	sem foto	Estudante de arquitetura UFRGS, foi presa aos vinte e quatro anos em mai/70. Militava na Fração Bolchevique Trotskista.	Processo: 6985-1200/98-0

<p>Nilce Azevedo Cardoso</p>		<p>Estudava física na USP, era militante na JUC (Juventude Universitária Católica). Veio para Porto Alegre, em 1969, para atuar junto ao movimento operário, como membro do Comando Regional da AP, organização em que militava. Ficou presa entre abr/72 a jul/72, aos 27 anos.</p>	<p>Processo: 1310-1200/98-8</p> <p>Foto: Shalynski Zechlinski Disponível em: https://medium.com/@luisameimes/unidas-pela-liberdade-43c5e844cf20 Acesso em março de 2020.</p>
<p>Paulo de Tarso Carneiro</p>		<p>Conhecido como Alves, advogado, foi preso aos vinte e oito anos, entre abril/1970 e abril/1971, era militante da VAR-Palmares.</p>	<p>Processo: 6698-1200/98-5</p> <p>Imagem disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-T2XSq8dzeU Acesso em março de 2020.</p>
<p>Sandra Helena Machado</p>	<p>Sem foto</p>	<p>Estudante e professora do estado, presa aos vinte e dois anos, em 1969. Militava na Fração Bolchevique</p> <p>Trotskista da Quarta Internacional.</p>	<p>Processo: 6983-1200/98-4</p>
<p>Sônia Venâncio Cruz</p>	<p>sem foto</p>	<p>Operária, presa aos vinte anos entre out/73 a mar/79. Militava na VAR-Palmares</p>	<p>Processo: 0495-1200/98-7</p>
<p>Terezinha de Jesus Pereira Burmeister</p>	<p>sem foto</p>	<p>Estudante de direito UFRGS, presa aos vinte e dois anos entre abr/70 e abr/71. Militava na AP.</p>	<p>Processo: 6874-1200/98-7</p>

<p>Valdir Isidoro da Silveira</p>		<p>Conhecido como Olavo, era estudante, foi preso aos vinte e sete anos, entre agosto/1970 e fevereiro/1971, militava na VAR-Palmares.</p>	<p>Processo: 6022-1200/98-7</p>
<p>Vera Lúcia Huebra Neto Saavedra Durão</p>		<p>Era estudante de jornalismo UFMG, presa aos vinte e cinco anos entre jun/70 e abr/72. Militava na VAR-Palmares.</p>	<p>Processo: 5012-1200/98-8 Imagem: Maria Eduarda Magro (2020 p.96).</p>
<p>Vera Lúcia Stringuini</p>		<p>Conhecida como Sandra, estudante de medicina da UFRGS, presa aos vinte e sete anos em abr/70 a mar/73. Militava na Fração Bolchevique Trotskista.</p>	<p>Processo: 5012-1200/98-8</p>
<p>Vera Maria Idiart Schimitt</p>	<p>sem foto</p>	<p>Funcionária pública, presa aos trinta e cinco anos em nov/65. Militava no PC do B e no Grupo Guerrilheiro Paulo Melo. Ficou na Ilha do Presídio.</p>	<p>Processo: 6879-1200/98-0</p>